



O CAMPO NO CAMPUS:
A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFRJ

Nádia Pereira de Carvalho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientadora: Carla Martins Cipolla

Rio de Janeiro
Outubro de 2015

O CAMPO NO CAMPUS:
A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFRJ

Nádia Pereira de Carvalho

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof^a. Carla Martins Cipolla, D.Sc.

Prof. Fábio Luiz Zamberlan, D.Sc.

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D.Sc.

Prof. Marcelo Firpo de Souza Porto, D.Sc.

Prof^a. Ana Lúcia do Amaral Vendramini, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

OUTUBRO DE 2015

Carvalho, Nádía Pereira

O campo no campus: A experiência da Feira Agroecológica na UFRJ / Nádía Pereira de Carvalho – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015.

XXI, 318 p.: il.;29,7 cm.

Orientadora: Carla Martins Cipolla

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2015.

Referências Bibliográficas: p. 252 – 266.

1. Feira Livre 2. Campus 3. Agroecologia I. Cipolla, Carla Martins II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico a mim e a todas as pessoas, em particular às mulheres agricultoras, que contribuem e lutam por um mundo mais solidário e saudável.

AGRADECIMENTOS

Agradecer? Então vamos lá. Agradeço:

A Orlandão (em memória) e Dona Dolores pela oportunidade e a sabedoria que me concederam para habitar esse mundo. Nelsão e Maninho, irmãos! Vocês me inauguraram no exercício da convivência. Zé, Du, Ju e Mari: muito amor, tolerância e aprendizagem no nosso convívio mais íntimo, somos cúmplices de uma história! É para sempre!

Minhas(meus) amigas(os), vou me arriscar mesmo e nomeá-las(os): Aleixo, tu és da maré boa e da serra mais branca, fechamento total. Thaisinha, quem poderia me fazer entender as mutações? Só você, panapaná na veia. Meus queridos Ed, Ivone, Adelson, Rosinha, Helder, Jean, Socorrinho, Marcio, Monique, Thiago, Marise, Abud, Ana Ines, Caroline, Babel, Vivi, Ismê, Camila, EL, Uller, Rose Buzios, Prix, Vahia, Nati, Jackie, Iris, Su, Alines, Ivanzinho, Paulo Mario, Foninho, Naná, Martinha, Bia, Thais, Fernanda, Marisa, Isabela, Carolina, Adelson, Leda, Sidão, Helô, Alfredinho, Otávio, todos de Moreré e do Amigos da Onça.

Às instituições que comungam e acreditam numa melhor forma de produzir, distribuir e consumir alimentos, em particular ASP-TA, CONSEA, *Slow Food*, ABIO, AARJ, CRN4, Redes da Maré e Rede Ecológica.

Aos parceiros institucionais, Pró-Reitoria de Extensão/DIUC, LTDS/COPPE, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Agência UFRJ de Inovação, Instituto de Biologia, Engenharia Ambiental, Prefeitura Universitária, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, NIDES e as Decanias do Centro de Ciências da Saúde, do Centro de Tecnologia e do Centro de Letras e Artes.

Gabriel, Maíra, Dani, Vinicius, Marcinha, Angela, Estopa, Rayssa, Adria, Helena, galera do Capim Limão responsável pelo início das discussões sobre a Feira e pessoal do MUDA, em particular Heloisa e Tomé.

Aos meus amigos do Gabinete do Reitor e a toda a secretaria do Programa de Engenharia de Produção, em particular a Fatima, Zui, Diego, Claudete, Roberta e Pedrinho.

Eduardo e Prix, Juliana e Edison, não tenho como agradecer a oportunidade de ser “fovó” de Maitê e Gael, eles relativizaram os momentos “*punks*” desse meu trajeto acadêmico.

Aos professores que me deram a oportunidade de dialogar com seus saberes, em especial Michell Thiollent, Angela Uller e José Carlos Oliveira. A Carla Cipolla e Roberto Bartholo pelo interesse em me oferecer as orientações e ouvir, num diálogo Eu-Tu e às vezes Eu-Isso, minhas considerações sobre a temática escolhida.

Às pessoas que acreditam e insistem nesse modo de produzir alimentos, em particular as(os) agricultoras(es).

E finalmente ao cosmos que articula os encontros fortuitos.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

O CAMPO NO CAMPUS: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA
UFRJ

Nádia Pereira de Carvalho

Outubro/2015

Orientadora: Carla Martins Cipolla

Programa: Engenharia de Produção

As ameaças de aumento populacional, a perenidade dos recursos naturais, as doenças decorrentes de práticas alimentares contemporâneas e a perda das culturas locais têm apontado para a reflexão mundial sobre sistemas alternativos de produção e consumo. A presença cotidiana de uma feira na UFRJ propiciou a aproximação entre os saberes daqueles que produzem, consomem e pesquisam essas questões. Este trabalho trata da experiência da construção participativa desse tipo de comércio de alimentos agroecológicos na perspectiva de ganhos mútuos para agricultores e comunidade universitária. A pesquisa-ação foi definida como metodologia do estudo, uma vez que o objeto proposto requeria estratégias que permitissem o exercício do diálogo e da convivência entre atores de diferentes segmentos da sociedade em ações interventivas, mobilizadoras e emancipatórias para resolução prática dos problemas apresentados. A observação participante foi o instrumento de coleta de dados utilizada durante os encontros na própria Feira, fóruns de discussões, visitas e *workshops*. Podemos observar *in loco* que a lógica racional “do muito no menor tempo” adotada para a produção agrícola impacta no desconhecimento dos nossos jovens sobre as variedades de frutas e legumes, quiçá saber como os alimentos vão parar no seu prato. Partindo da imersão investigativa no percurso de implantação e funcionamento da Feira Agroecológica da UFRJ, objetivamos compartilhar as soluções adotadas de maneira a realizar indicações de parâmetros e conceitos para o estabelecimento de comércio de alimentos agroecológicos em outros campi universitários em contextos urbanos, com particular foco em universidades federais. Em uma perspectiva futurista ousamos na apresentação de proposta da Feira como um microlaboratório de ideias em torno do alimento bom, limpo e justo — a FeiraLab.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

THE FIELD ON THE CAMPUS: THE EXPERIENCE OF THE
AGROECOLOGICAL FAIR AT UFRJ

Nádia Pereira de Carvalho

Outubro/2015

Advisor: Carla Martins Cipolla

Department: Production Engineering

Threats of population growth, the sustainability of natural resources, diseases arising from contemporary dietary practices and the loss of local cultures has pointed to a global reflection on alternative production and consumption systems. The daily presence of a fair in UFRJ led to the rapprochement between the knowledge of those who produce, consume and research these issues. This paper deals with the experience of participatory construction of this type of Agroecological food trade with a pretention to mutual gains for farmers and the university community. The action-research was the elected methodology of study, since the proposed object require strategies that allow the exercise of dialogue and coexistence between actors of different segments of society in interventional actions, mobilizing and emancipatory to a practical resolution for solving the problems presented. Participative observation was the data collection tool used during the meetings at the fair itself, discussion forums, visits and *workshops*. We can observe *in locus* that rational logic "of a lot in the shortest time" adopted for agricultural production impacts on the ignorance of our young people about the varieties of fruits and vegetables, perhaps knowing how foods end up on a plate. Starting from the investigative immersion in the course of implementation and functioning of the Agroecological Fair of UFRJ, we aim to share the solutions adopted in order to perform parameters that are indicative and also concepts for the establishment of agroecological food trade in other college campi in urban contexts, with particular focus on federal universities. In a futuristic perspective, we dare to propose the fair as a micro laboratory of ideas of a good, clean and just foods - the FeiraLab.

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	1
1.1	Introdução	1
1.2	Justificativa	4
1.3	Objetivos	9
1.3.1	Objetivo principal	9
1.3.2	Objetivos específicos	9
2	METODOLOGIA	10
2.1	Tipo e natureza do trabalho	10
2.2	Aspectos da pesquisa-ação	11
2.3	Atores da pesquisa	12
2.4	Hipóteses/Instruções	13
2.5	Organização da pesquisa-ação	14
2.5.1	Etapa A ¹ iniciativas experienciadas	15
2.5.2	Etapa A ² outras iniciativas semelhantes	15
2.6	Recursos metodológicos	16
2.6.1	Observação participante	16
2.6.2	Visita a sítios	18
3	ESTRUTURA DA TESE	22
	PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
4	Alimentos e agroecologia	23
4.1	Conceito de segurança alimentar e nutricional – SAN	23
4.2	Agricultura familiar no brasil	33
4.3	Agroecologia	43
4.4	A necessidade de mudança: o consumidor como coprodutor e os circuitos curtos	54
5	A universidade como contexto	63

5.1	A universidade no e do brasil	63
5.2	Universidade Federal do Rio de Janeiro e a importância das atividades de extensão	69
5.3	A universidade presente e futura	75
	 PARTE II: CONTEXTUALIZAÇÃO A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFRJ: UM TESTEMUNHO	 77
6	Primeiro momento: concepção e implantação da feira	77
6.1	A história	77
6.1.1	Decisão sobre o nome da feira	89
6.1.2	Interesse da comunidade universitária na feira	91
6.1.3	Atribuições das partes envolvidas: UFRJ e associações de agricultores.	97
6.2	Questões do período de pós-implantação da feira	98
6.2.1	Inauguração do circuito carioca de feiras orgânicas em seis bairros do RJ.	98
6.2.2	A feira em outros pontos do campus	102
6.2.3	Calendário escolar (férias, recesso e greve)	103
6.2.4	Denúncia interna sobre agricultores da feira que não produziam agroecologicamente.	108
6.3	Marcos significativos do processo	118
7	Segundo momento: averiguação, práticas e parcerias	120
7.1	Outras feiras	121
7.1.1	Feira da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	126
7.1.2	Feiras em instituições federais de ensino superior	131
7.2	Iniciativas práticas	133
7.2.1	Outra forma de escoamento	133
7.2.2	Atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da feira	143
7.2.3	Parceria entre a feira e outros movimentos sociais	152
7.2.4	Site - divulgação e vendas on line	156
7.3	Workshops	162
7.4	Workshop com os alunos	166
7.5	Workshop com os professores	168
7.6	Workshop com os técnicos administrativos	170

7.7	Workshop com os agricultores	173
7.8	Projeto folia(s).	180
7.9	O arranjo atual da feira	182
PARTE III - RESULTADOS		186
8	Papel da universidade no percurso de implantação e desenvolvimento da feira	187
8.1	A necessidade de definição de um vínculo institucional e acadêmico	187
8.2	Características específicas da feira no campus em relação a feiras de rua: perspectivas, limites e desafios	189
8.3	Interesse da comunidade universitária: os desafios da comercialização e a necessária educação do consumidor	194
8.4	A feira como projeto de extensão	196
8.4.1	A feira como objeto de estudos e pesquisas: a necessidade de um mediador (o articulador acadêmico)	196
8.4.2	Questões específicas de implantação e gestão operacional da feira	197
8.4.2.1	A importância da constituição de um grupo organizador composto de representantes da universidade e agricultores	197
8.4.2.2	Composição do grupo de agricultores da feira: o papel da universidade na transição agroecológica	199
8.4.2.3	O apoio da universidade na certificação da produção como representante dos consumidores	200
8.4.2.4	Transporte: uma questão crucial	201
8.4.2.5	Transporte e distribuição: questões cruciais para a ação da universidade em um processo contínuo de aprendizado	201
8.4.2.6	Localização espacial: exemplo da necessidade de um articulador administrativo	202
8.4.2.7	Legislação sanitária	202
8.4.2.8	Regimento interno	203
8.4.2.9	Agregar movimentos sociais	206
8.4.3	Projetos de extensão como eixo para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	207
8.4.4	Perspectivas de aprendizado e ensino para os agricultores	212
8.4.5	Aprendizado mútuo in loco	213
9	Agroecologia: aprendizados sobre uma feira agroecológica em um contexto universitário	214
9.1	Produção	214
9.2	Distribuição e consumo	217

9.3	Perspectivas para a comercialização agroecológica: uma proposta de cenário futuro para um campus	220
9.3.1	O conceito geral	221
9.3.2	Gênese do projeto Feiralab	223
9.3.2.1	Aprendizados da feira agroecológica	223
9.3.2.2	Aprendizados dos workshops	227
9.3.2.3	Aprendizados com o plano diretor UFRJ 2020	230
9.4	O projeto feiralab	231
9.4.1	Diretrizes gerais	231
9.4.2	A concepção arquitetônica	232
9.4.3	Parcerias internas e externas	233
9.4.4	Localização física, administrativa e acadêmica	234
9.4.5	Recursos financeiros	235
9.4.6	Estruturação dos serviços	236
10	CONCLUSÃO	246
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
	ANEXOS	
	I: Ata da visita aos agricultores familiares de magé	267
	II: Oficina sobre produção agroecológica e orgânica	271
	III: Carta ao secretário de agricultura	273
	IV: Ata da reunião sobre o funcionamento e denominação da feira	275
	V: Folder do II encontro de sabores e saberes	279
	VI: Regimento interno da feira agroecológica da UFRJ	280
	VII: Questionário de feiras de agricultura familiar do Rio de Janeiro	292
	VIII: Texto do teatro	297

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Guia de políticas e programas do MDS (BRASIL, 2008, p. 13) _____	31
Figura 2 valores inerentes ao Plano Diretor da UFRJ (denominado Partido Urbanístico Ambiental). _____	74
Figura 3: Localização dos municípios componentes da Feira _____	84
Figura 4 Logotipo da Feira Agroecológica _____	98
Figura 5 Linha do Tempo dos Acontecimentos da Implantação da Feira _____	99
Figura 6 Projeto do Espaço Permanente da Feira Agroecológica. _____	184
Figura 7 Linha do Tempo dos Principais Resultados da Experiência da Feira Agroecológica. _____	189
Figura 8 FeiraLab: Estações, Serviços e Interações. _____	222

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 Recursos aplicados no PAA.....</i>	<i>41</i>
<i>Tabela 2 Princípios da agricultura orgânica. Criação da autora com base na descrição de Maria Fernanda Fonseca (FONSECA, 2009).....</i>	<i>49</i>
<i>Tabela 3 Tipo de venda e características dos principais circuitos curtos de comercialização.....</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 4 Marcos históricos e conceituais da extensão universitária no Brasil.....</i>	<i>67</i>
<i>Tabela 5 Composição inicial da Feira Agroecológica da UFRJ/2010.....</i>	<i>79</i>
<i>Tabela 6 Perfil dos participantes presenciais da Feira Agroecológica da UFRJ.....</i>	<i>81</i>
<i>Tabela 7 Situação dos grupos de agricultores em relação ao transporte.....</i>	<i>84</i>
<i>Tabela 8 Situação dos grupos de agricultores em relação a certificação da produção.....</i>	<i>86</i>
<i>Tabela 9 Visitas de SPG aos sítios dos agricultores.....</i>	<i>111</i>
<i>Tabela 10 Questões Pré e pós implantação da Feira Agroecológica da UFRJ.....</i>	<i>119</i>
<i>Tabela 11 Feiras de alimentos encontradas em IFES.....</i>	<i>132</i>
<i>Tabela 12: Resumo dos projetos de extensão.....</i>	<i>145</i>
<i>Tabela 13 Resultado das escolhas dos agricultores.....</i>	<i>177</i>
<i>Tabela 14 Proposta de distribuição do FOLIA(s) pelo campus da UFRJ (propria autora).....</i>	<i>180</i>
<i>Tabela 15 Resumo das estações e serviços da FeiraLab.....</i>	<i>236</i>

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Primeiro dia da Feira no Restaurante Universitário	112
Foto 2	Membros da Feira Agroecológica	112
Foto 3	Barraca do grupo de estudantes do Projeto Capim Limão	113
Foto 4	Tenda localizada nos jardins do Restaurante Universitário e que abrigou o II Encontro de Sabores e Saberes	123
Foto 5	Trabalhos acadêmicos sendo avaliados	123
Foto 6	Companhia Folclórica da UFRJ no II Encontro de Sabores e Saberes ...	124
Foto 7	Barracas de artesãos indicados pela SEDES	124
Foto 8	Roda de Conversa no III Encontro de Sabores e Saberes	125
Foto 9	Agricultor demonstrando o processo de descasque do palmito de pupunha no III Encontro de Sabores e Saberes	126
Foto 10	Circuito de Feiras Orgânicas – Feira do bairro Peixoto (Copacabana) ...	129
Foto 11	Circuito de Feiras Orgânicas – Feira do bairro Peixoto (Copacabana) ...	129
Foto 12	Feira Agroecológica da UFRJ no Centro de Ciências da Saude – CCS ..	135
Foto 13	Feira Agroecológica da UFRJ no Centro de Ciências da Saude – CCS ..	135
Foto 14	Feira Agroecológica da UFRJ na Reitoria	136
Foto 15	Feira Agroecológica da UFRJ na Reitoria	136
Foto 16	Visita ao AFOJO	141
Foto 17	Visita ao AFOJO	141
Foto 18	Visita do grupo de SPG a Sítio para conhecer a criação de tilápia e fiscalizar a plantação orgânica	142
Foto 19	Visita do grupo de SPG a Sítio para fiscalizar a plantação de mudas e de plantas ornamentais	142
Foto 20	Trabalho de semeadura	143
Foto 21	Anotações do manejo	143
Foto 22	Discussões do grupo de SPG	145
Foto 23	Discussões do grupo de SPG	145

Foto 24	Entrega da Certificação da Produção orgânica	146
Foto 25	Feira da Roça de Queimados próximo à estação de trem	151
Foto 26	Feira da Agricultura familiar de Magé próxima ao Supermercado	151
Foto 27	Crianças de escola municipal conhecendo hortaliças	154
Foto 28	Crianças de escola municipal conhecendo sementes	155
Foto 29	Confecção de etiquetas de cada pedido	156
Foto 30	Separação do pedido com base nas etiquetas confeccionadas	156
Foto 31	Conferência da entrega dos alimentos no campus	157
Foto 32	Separação dos alimentos recebidos	157
Foto 33	Reunião com a gerência do Restaurante comercial	164
Foto 34	Reunião com a gerência do Restaurante comercial	164
Foto 35	Dramatização: “Alimento orgânico é caro pra chuchu!”	165
Foto 36	Dramatização: “Alimento orgânico é caro pra chuchu!”	165
Foto 37	Divulgação do projeto com montagem de barraca em frente ao restaurante comercial	167
Foto 38	Divulgação do projeto com montagem de barraca em frente ao restaurante comercial	167
Foto 39	Identificação do agricultor no balcão de distribuição do restaurante	168
Foto 40	Associação das Meninas Prendadas	177
Foto 41	Projeto Maré de Sabores	177
Foto 42	Reunião com agricultores sobre o projeto do site	181
Foto 43	Exemplo de desenho utilizado no <i>workshop</i>	191
Foto 44	Exemplo de desenho utilizado no <i>workshop</i>	191
Foto 45	Desenhos apresentados no <i>workshop</i>	192
Foto 46	Orientação sobre a dinâmica	192
Foto 47	Questionamento inicial do agricultor	193
Foto 48	Grupo com atenção à dúvida do agricultor	193

LISTA DE SIGLAS

ABIO - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS

ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

CIAPO - CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

DAP - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

DHAA - DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

DIUC - DIVISÃO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE COMUNIDADE

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ENA - ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

FBSSAN - FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

FORPROEX - PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

HACCP - HAZARD ANALYSIS AND CRITICAL

IAASTD - INTERNATIONAL ASSESSMENT OF AGRICULTURAL KNOWLEDGE, SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR DEVELOPMENT

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

IFES - INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

IFOAM - INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

LOSAN - LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PAA - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PLANAPO - PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA
PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNAN - POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
PNAPO – POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
RU – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
SAN - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SISAN - SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SESAN - SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UTE - UNIDADE TÉCNICA ESTADUAL
WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION

1 APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A presente tese insere-se em um percurso pessoal, de onde emergiu as questões que a caracterizam, particularmente a articulação entre a universidade e a compreensão de como esta poderia ser envolvida na promoção da agroecologia.

O percurso que culmina na presente tese inicia-se na minha trajetória como nutricionista na UFRJ, trabalhando nos antigos bandejões. Políticas governamentais acarretaram, por volta dos anos 90, o fechamento destes, ocorrendo assim minha transferência para a Creche Universitária. Nesse espaço, passei a compor uma equipe de trabalho multidisciplinar o que despertou meu interesse em pesquisar a questão da alimentação, dialogando com outras áreas do conhecimento. Este fato conduziu-me à obtenção do título de mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde no NUTES/UFRJ (em 2005).

Os anos 90, década do fechamento dos bandejões na UFRJ, foi permeado pela efervescência no Brasil do debate sobre cidadania e direitos humanos. Nas universidades públicas esse fato influenciou a discussão sobre o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. Como eco a essas reivindicações, em 2000, foi eleito na UFRJ o Reitor Aloísio Teixeira reconhecendo os restaurantes e as residências estudantis como estratégias estruturantes para o período de graduação. Reeleito e com ações ainda incipientes em relação à assistência estudantil, o reitor sofreu pressão dos estudantes para dar concretude às promessas de campanha. Foi então criado um grupo de trabalho, coordenado por professores do Instituto de Nutrição, responsável pelo planejamento e implantação da alimentação no campus, ou seja, o retorno dos apelidados pelos alunos, bandejões.

Considerando a experiência que obtive no trabalho dos restaurantes no campus (os bandejões) fui convidada pela Reitoria a compor o referido grupo de trabalho, junto com professoras do Instituto de Nutrição. Foi inaugurado então, em 2008, o primeiro Restaurante Universitário - RU com ações pautadas nas discussões mundiais sobre produção de alimentos. No Brasil essas críticas foram de alguma forma incorporadas a

partir de 2003, quando iniciou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A superação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional passaram a ocupar posição central na agenda governamental, configurando-se ações de transferência de renda e de atenção ao fortalecimento da agricultura familiar.

O interesse maior da UFRJ era fortalecer a conexão da comunidade universitária a um alimento de qualidade alinhando-se às novas políticas instituídas no país. Tínhamos como meta servir no RU 2500 refeições compostas por alimentos livres de agrotóxicos e cultivados por agricultores familiares. Os desafios então se concentraram no acesso à produção agrícola local e o fortalecimento da interlocução com outros atores sociais, fundamental para o espaço acadêmico no seu papel formador e possibilitador de novas realidades.

Convocado por nós, direção do RU, ocorreu no final de 2008 um primeiro encontro para troca de ideias sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Os estudantes de Biologia que compunham o Grupo de Permacultura e Agroecologia Capim Limão¹ foram convidados para esse encontro devido a uma relação pré-estabelecida. Eles haviam buscado a direção do RU para reivindicar a inclusão de opção vegetariana no cardápio dando ênfase para a compra desses alimentos da produção agrícola familiar do estado. Outra convidada foi a recém-criada Agência UFRJ de Inovação, cuja representante havia nos procurado por reconhecer o RU como uma iniciativa inovadora em torno da temática alimentar no campus.

Para além do âmbito universitário e por reconhecida atuação na luta por políticas de apoio à produção familiar, a Associação de Agricultores Biológicos (ABIO) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) foram também convidadas para o referido encontro, e ainda eu e mais três professoras do Instituto de Nutrição, representando a direção do RU. As instituições não governamentais discutiram sobre os problemas enfrentados para organização da produção em pequena escala no Brasil e em particular no Rio de Janeiro. Apesar das políticas pró agricultura

¹ O Projeto Capim Limão surgiu por iniciativa de estudantes do Instituto de Biologia UFRJ no ano de 2006 como um grupo que se propunha a estudar e pôr em prática os emergentes conceitos da agroecologia e permacultura.

familiar, no campo a força do agronegócio se mantinha presente, cooptando agricultores para a prática do monocultivo “mais lucrativo”, interferindo no que e como plantar com a oferta de pacotes tecnológicos que incluíam sementes, defensivos e fertilizantes químicos.

Ocorreu então, por parte dos envolvidos no encontro, a constatação sobre impossibilidade do setor atender, em curto ou médio prazo, a demanda de alimentos para serem oferecidos no RU. Entretanto, ficou reforçado o compromisso social da universidade pública em apoiar e contribuir para que tal organização se efetivasse, surgindo então, a ideia da formação de uma feira livre no campus. Esse fato, chamou minha atenção, já que vinha buscando inspiração para o doutoramento, passei a acompanhar a discussão com os olhos curiosos de uma pesquisadora em busca de um tema instigador.

Definiu-se um grupo para a organização da feira, contando com pares externos à UFRJ, as duas instituições supracitadas, ABIO e AS-PTA, e com a representação das categorias que compõem a comunidade universitária – estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos. Ocorreram reuniões de forma a estimular a integração de pessoas de diferentes saberes e interesses, enriquecendo a reflexão com a proposta de ajustar a ideia inicial a uma proposta factual aos contextos dos agricultores familiares do Rio de Janeiro e ao RU no campus.

O desafio que se apresentava era o de fazer acontecer uma feira livre com a produção da agricultura familiar, no campus de uma universidade federal situado numa das maiores metrópoles do país. O entendimento era o de que esse tipo de comércio aproximaria aquele que planta daquele que consome, o rural e o urbano, o conhecimento técnico e os saberes tradicionais, provocando assim reflexão sobre o caminho percorrido pelo alimento da “terra até a boca” em seus variados aspectos.

As reuniões sobre a concepção da feira no campus se sucederam e nos encontros, já com a presença de alguns agricultores indicados pela AS-PTA e ABIO, passamos a discutir assuntos relativos a infraestrutura, ou seja, barracas, horário e dia de funcionamento, critérios para seleção dos agricultores, dentre outros. Em um certo momento, ouvimos o seguinte questionamento de uma agricultora: mas será que as

“pessoas que estudam e trabalham aqui querem comprar nossos alimentos?” Essa pergunta, evidenciou para mim, a percepção de uma trabalhadora sobre a diferença entre a comercialização em feiras de rua e na futura feira do campus. Brotou então, em mim, “sementes investigativas”, como a universidade, com sua missão de compromisso com a sociedade, construiria uma ação de promoção da agricultura familiar sem agrotóxicos, através da constituição da feira no campus, sem perder de vista a garantia da geração de renda dos agricultores envolvidos?

Cabe informar, que em 2010, ano de meu ingresso no doutorado, fui convidada a assessorar a Chefia de Gabinete do então eleito Reitor Prof Levi da Conceição. Conciliar o processo de doutoramento com cargo de tamanha responsabilidade se justificou pela importância de se manter proximidade com as instâncias decisórias da universidade no momento de implantação da feira no campus. Dessa forma, esse estudo reflete a minha formação como nutricionista, ocupando cargo administrativo e percebendo a importância da feira como fomento do tema da produção agroecológica na pauta das discussões da UFRJ.

Portanto, partindo de imersão investigativa no percurso da Feira Agroecológica da UFRJ, a presente tese compartilha e analisa esta experiência de integração entre o contexto universitário e a promoção da agroecologia, reconhecendo o papel e a missão da universidade pública na busca por uma agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa. Um papel que fomenta o encontro entre as múltiplas disciplinas universitárias e os saberes tradicionais, convergindo para a missão de formação ética e reflexiva de toda comunidade universitária, em particular seus discentes concebendo-os como coprodutores.

1.2 JUSTIFICATIVA

A presente tese apresenta duas palavras-chave: universidade e agroecologia. A justificativa abaixo, desenvolve-se nos passos da junção destas duas palavras.

Iniciamos com a palavra “universidade”. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras definiu a extensão

universitária do seguinte modo: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

A presente tese situa-se neste contexto: uma universidade que se abre para a sociedade em uma atividade de extensão, mas fazendo-o de modo indissociável das dimensões de ensino e pesquisa. Assim sendo, a Feira Agroecológica da UFRJ, base da análise da presente tese, constitui-se como espaço próprio para a articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A interação transformadora buscada é a promoção da agroecologia, de modo que envolva uma relação de benefício mútuo, tanto para os agricultores, quanto para a comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos administrativos). A universidade, entendida nesse estudo como espaço para o pensamento crítico e ações transformadoras, apresenta-se como solo fértil para o levantamento, estudo e resolução das questões que surgem no processo de consolidação da agroecologia.

A questão da articulação entre questões da agroecologia e a universidade não é novo. No Brasil já se registram ações de universidades que contribuem diretamente para a comercialização da produção de agricultura familiar. Um exemplo emblemático é o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que compõe com alimentos da agricultura familiar orgânica local, o cardápio das crianças atendidas na Escola de Educação Infantil, que foi o único caso encontrado durante a presente pesquisa.

No que concerne à realização de feiras em campi no Brasil temos alguns exemplos em universidades federais. A Universidade Federal do Ceará (UFC), que possui a Feira de Produtos Orgânicos que provém da agricultura familiar, ligada ao curso de Agronomia. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que possui uma feira do mesmo nome e também de agricultura familiar, que se constitui como um projeto de extensão do departamento de Zoologia. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) possui uma Feira Agroecológica, como um projeto de extensão, conduzido pelo Departamento de Arquitetura (que considera a análise também de dinâmicas relativas à utilização do espaço na dinâmica da Feira). A Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS) possui uma Feira de Produtos Orgânicos do Projeto Mulheres da Terra, que é uma realização do Núcleo de Economia Alternativa, do departamento de Design e Expressão Gráfica, do Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (LOPP). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui uma Feira denominada Ecofeira Solidária, uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Práticas de Economia Solidária e do grupo Design Integral. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conta com a Feira Agroecológica Ecovárzea que ocorre no campus, mas não possui nenhuma ligação institucional ou acadêmica com a universidade, o qual cede apenas o espaço, sendo esta organizada pelos próprios agricultores. Dentre as universidades privadas, destaca-se a PUC-Rio, que cria canal para a comercialização de produtos *on-line*, mas não trás os agricultores para o campus, para um encontro direto com a comunidade acadêmica.

Nesse contexto de feira em campi universitários, a Feira Agroecológica da UFRJ caracteriza-se por ser um projeto de extensão permanente, da DIUC – Divisão de Integração Universidade e Comunidade, ligada à Pró-Reitoria de extensão, possuindo portanto um enraizamento administrativo na estrutura da universidade, não sendo ligada a nenhum ciclo de submissão de projetos, por específicos departamentos ou centros. Esse enraizamento é uma conquista única dentre as feiras em universidades federais, e foi acompanhada durante o desenvolvimento da presente tese. Isto torna a Feira da UFRJ pioneira, e com aprendizados úteis para a implantação de outras feiras em campi universitários no Brasil. A partir desta base administrativa, a Feira da UFRJ é complementada por diversas articulações com específicas instâncias de ensino e pesquisa na universidade, que também são analisadas na presente tese, formando a tríade indissolúvel ensino, pesquisa e extensão.

Em paralelo, a inserção de alimentos provenientes da agricultura orgânica é uma experiência efetiva na transformação da alimentação em alguns campi universitários internacionais, como indicou a revisão da literatura e pesquisa *on-line* (MARKHART, 2006; ROJAS *et al*, 2007).

No entanto, os estudos específicos que tratam da articulação entre universidade e agroecologia, diferenciam-se da presente tese, que no seu desenvolvimento trás uma contribuição original. A análise dos resultados da busca pelos termos “universidade” e

“agroecologia” no portal de periódicos da CAPES, possibilitou a distinção do caráter original da presente tese. Dentre os estudos existentes distingue-se: (a) dos estudos de caráter diagnóstico, que tratam de realizar uma avaliação do sistema de alimentação de todo um campus, para propor a constituição de um sistema de alimentação sustentável (ROJAS et al, 2007); (b) da utilização de terras do próprio campus para plantio, como por ex. o estudo que trata da constituição de um programa de concessão de terras no campus universitário para agricultores familiares dedicados à agricultura orgânica (DELATE e DEWITT, 2004) ou focalizados do envolvimento dos próprios alunos no plantio (LIPKA, 2011); (c) das estudos com foco na educação para a agricultura sustentável (SCHROEDER et al, 2006; MARKHART, 2006); (d) dos estudos focados na relação da universidade com a agroecologia considerada prevalentemente como movimento social (TAHAN et al, 2010).

Nenhum destes estudos a nível internacional trataram da questão da agroecologia, na sua interseção com o contexto universitário, tendo como foco a exploração de novas relações entre produção e consumo e de encontros entre produtores (agricultores familiares) e consumidores (comunidade universitária), tal como caracterizado no desenvolvimento da Feira Agroecológica da UFRJ e incluindo, como veremos, uma dimensão de desenvolvimento participativo, com o envolvimento de agricultores e comunidade universitária neste mesmo esforço.

Reflete-se nesta tese a definição de agroecologia atribuída à Eduardo Sevilla Guzmán: a “agroecologia constitui o campo do conhecimento que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica” (FERRAZ, 2015).

Portanto a presente tese, ao analisar a Feira Agroecológica no campus da UFRJ se constitui, "dialoga" e propõe a perspectiva pioneira da universidade, uma vez que traz para o contexto acadêmico o tema da produção e do consumo de alimentos na

perspectiva da agroecologia, pauta obrigatória das discussões mundiais (DOMINGUES, 2013).

Uma motivação do presente estudo é a perspectiva de que, ao estimular a comercialização de alimentos agroecológicos no campus, a universidade (no caso específico a UFRJ), ao mesmo tempo que contribui para organização da agricultura familiar, possibilita a ampliação da formação técnica e cidadã dos estudantes e abre novas perspectivas para a interação entre pesquisa e os desafios contemporâneos.

Detalhando a justificativa e relevância da presente tese quanto à segunda palavra-chave, “agroecologia”, pesquisas recentes têm revelado que as práticas agroecológicas podem ajudar a mitigar o aquecimento global, conservar a biodiversidade, manter a fertilidade do solo e a produtividade. Em muitas partes do mundo agricultores, consumidores, pesquisadores e formuladores de políticas têm se organizado em torno do desenvolvimento de um manejo agrícola menos impactante para a saúde das pessoas e do planeta (KOMATSUZAKI, 2011; SCHUTTER, 2012).

O Brasil desde 2011 vem ocupando o primeiro lugar entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Os riscos à saúde da população têm sido alvo de estudos, o que evidencia a importância de pesquisas em torno da produção camponesa de alimentos. Os impactos à saúde da população são amplos, já que envolvem trabalhadores das fábricas de agrotóxicos, da agricultura, da saúde pública; população do entorno das fábricas e das áreas agrícolas; além dos consumidores de alimentos contaminados (LONDRES, 2012; CARNEIRO 2012). A emergência mundial por um novo padrão de consumo alimentar vem também provocando o aumento da procura por alimentos produzidos sem utilização de agrotóxicos. A maior demanda vem principalmente de países da Europa, Estados Unidos e Japão, que juntos acumulam aproximadamente 97% do consumo de alimentos orgânicos

O Rio de Janeiro, como uma das maiores metrópoles brasileiras, vem apresentando condições favoráveis à expansão da produção e consumo de alimentos orgânicos, entretanto, se recente com a ausência de financiamentos para pesquisas e inovações tecnológicas direcionadas ao setor. A produção orgânica do Rio de Janeiro, apesar de restrita, apresenta densidade política ao envolver instituições de apoio, de

ensino e pesquisa, movimentos sociais e diversas instâncias de coordenação em um trabalho de aproximadamente trinta anos de militância a favor desse tipo de agricultura (FONSECA *et al*, 2007; CARVALHO, 2014). Neste sentido, no Rio de Janeiro, o número de feiras da agricultura familiar registrou aumento significativo a partir do ano 2000, coerente com a efetivação de políticas públicas dirigidas para a soberania e segurança alimentar e nutricional enfatizando o fortalecimento da produção em pequena escala.

A presente tese situa-se neste contexto brasileiro, e carioca, ao analisar o tema de uma feira de agricultura familiar e agroecológica em um campus universitário como eixo para a compreensão da relação e desdobramentos do papel universidade na promoção da agroecologia.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo principal

Analisar a experiência da Feira Agroecológica da UFRJ de forma a delinear o papel da universidade na promoção da agroecologia através deste modelo específico de comercialização.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a Feira Agroecológica da UFRJ, a partir de seu processo histórico de implantação e funcionamento, como referência primeira para o desenvolvimento da proposta de comércio de alimentos agroecológicos em campi;

- Refletir sobre a missão da universidade pública e o seu compromisso na produção de conhecimentos que atendam o bem-estar social;

- Detalhar e sistematizar o caminho metodológico de modo a permitir a replicação contextualizada no sentido de facilitar estudos que envolvam essa temática;

- Evidenciar a potencialidade da feira na obtenção de ganhos mútuos para agricultores e comunidade universitária na perspectiva de produção de conhecimentos, geração de renda e oferta de alimentos mais saudáveis.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO E NATUREZA DO TRABALHO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa científica de natureza interventiva. Os processos que envolveram o estabelecimento da Feira foram tratados de modo participativo contando com a interação entre a pesquisadora e as pessoas envolvidas nas situações observadas.

O objeto de estudo foi o acompanhamento das discussões e a avaliação das soluções para os problemas decorrentes da concepção, implementação e funcionamento desse tipo de circuito curto de comercialização de alimentos agroecológicos no campus da UFRJ. Ouvir as ideias dos envolvidos através de *workshops* foi recurso também utilizado para a captação de dados, bem como pesquisa e visita a outras feiras.

A autonomia das pessoas envolvidas também se conformou item de observação na busca da garantia do direito a voz e voto a todos durante os processos decisórios. Os principais atores da pesquisa foram a pesquisadora, os estudantes do Grupo Capim Limão, os professores envolvidos na direção do RU, servidores técnicos administrativos da Agência de Inovação e do RU, os agricultores de seis associações que compunham a Feira e pontualmente algumas instituições com interesse na temática da agroecologia. Com o dinamismo dos acontecimentos e pelo longo tempo de duração da observação participante, os atores foram se alternando com a saída e entrada de novos componentes.

A pesquisa-ação foi definida como metodologia desse estudo, uma vez que o objeto proposto requeria estratégias que permitissem o exercício do diálogo e da convivência entre atores de diferentes segmentos da sociedade. Com sua característica de ações interventivas, mobilizadoras e emancipatórias, a pesquisa-ação possibilitaria a articulação dos variados saberes para resolução prática dos problemas apresentados (THIOLLENT, 1982; 2004).

2.2 ASPECTOS DA PESQUISA-AÇÃO

A ideia genérica da metodologia de pesquisa-ação é a de promover a transformação de uma realidade inicial para uma realidade desejada. Considerando que toda pesquisa-ação não pode prescindir de um caráter participativo, a interação das pessoas implicadas no problema é item preponderante desse método investigativo (THIOLLENT, 2004).

O termo pesquisa-ação analisado em suas palavras, separadamente, pesquisa e ação, pode ser entendido como teoria e prática. Nesse contexto, a pesquisa-ação é um método com duplo objetivo, a pesquisa ampliando o conhecimento científico e a ação, otimizando o local onde a pesquisa se realiza.

Nesse modelo metodológico o papel do pesquisador é o de “modestamente” acompanhar e estimular os debates e interações, com vigilância constante para não direcionar o grupo e com atenção para a mediação dos possíveis conflitos.

O pesquisador deve explicitar claramente seu trabalho investigativo aos outros integrantes do grupo, estabelecendo atmosfera de cumplicidade na busca coletiva das soluções. Evitar a lógica da hierarquização de saberes é item destacável na construção da relação de confiança entre os envolvidos nesse tipo de pesquisa. O pesquisador deve estar atento ao caráter emancipatório da pesquisa-ação que repele a invisibilidade de um saber em detrimento de outro.

Nesse sentido, recorrer à pesquisa-ação para sistematizar e analisar a implantação da Feira Agroecológica da UFRJ, numa perspectiva de construção participativa, nos pareceu metodologicamente coerente. A nosso ver, a excelência acadêmica universitária traduz-se na sua capacidade de contribuir na formação técnica e cidadã de seus alunos ao promover a aproximação entre a cientificidade e o interesse social (BARTHOLO, *In* CAMPOS, 2001).

Em relação às fases da pesquisa-ação, Kemmis e McTaggart (1988) consideram que se desenvolvam como uma “espiral de ciclos autorreflexivos” demonstrando uma simultaneidade entre as fases de planejamento, observação do processo, das consequentes mudanças e de reflexão sobre o todo. Tal fato requer do pesquisador o

desenvolvimento e a adoção de rigor científico apropriado ao tema e ao papel central da pesquisa-ação, que é o da intervenção.

2.3 ATORES DA PESQUISA

Com o objetivo de sistematizar e analisar a experiência da Feira Agroecológica da UFRJ, os participantes diretamente envolvidos com a organização da Feira foram considerados os principais atores da pesquisa, compondo também o denominado Grupo Organizador da Feira. Cabe ressaltar que todos os atores não agricultores eram também consumidores dos produtos da Feira e assim sendo também observados como tal.

A composição heterogênea do grupo de atores, tanto na perspectiva da detenção de saberes científicos e tradicionais, quanto por conter os três segmentos que compõem a comunidade universitária, discentes, docentes e técnicos administrativos, concedeu especificidade ao grupo estudado. O dinamismo de uma pesquisa qualitativa, em especial àquelas com maior tempo de investigação, influencia na variação da composição do grupo de atores pesquisados. Apresentamos, a seguir, a composição inicial:

- 15 agricultores familiares de seis associações de municípios do Rio de Janeiro: 3 de Magé, 5 de Guapimirim, 2 de Nova Iguaçu, 2 de Seropédica, 1 de Tanguá e 2 de Petrópolis.

- 3 servidoras técnico-administrativas, sendo 1 do RU, 1 representando a Agência UFRJ de Inovação e eu, como pesquisadora e também lotada profissionalmente na Administração Central da UFRJ.

- 3 professores do Instituto de Nutrição envolvidos com o Restaurante Universitário representando o corpo docente.

- 4 estudantes do Instituto de Biologia do Grupo Capim Limão representando o corpo discente.

Cabe ressaltar que após algumas reuniões ficou decidido criar duas representações

por categoria que compunham o Grupo Organizador da Feira visando a paridade no momento da votação. Com a dinâmica de implantação ocorreram alterações na composição do Grupo, o que será relatado oportunamente durante o desenvolvimento do presente estudo.

2.4 HIPÓTESES/INSTRUÇÕES

O caráter social dos assuntos abordados na pesquisa-ação faz com que muitos autores considerem não aplicável a formulação de hipóteses. Dessa forma, apoiando-me em Michel Thiollent (2004) assumo o termo hipótese enquanto uma diretriz para descrever as instruções relativas ao modo de encarar alguns problemas identificados *a priori*.

Entendendo a hipótese “como uma suposição criativa que é capaz de nortear a pesquisa” (THIOLLENT, 2004), considero que seria necessário, por um lado, buscar consolidar tanto a base administrativa quanto acadêmica para a adoção do modelo feira dentro do campus, como também harmonizar as ações de ambas. Dessa forma, esse instrumento se baseia sob procedimento de duas argumentações, como apresentadas a seguir.

Em termos administrativos, a perspectiva mais óbvia seria entender e conformar o comércio de alimentos agroecológicos como uma política da Universidade. Surgem, a partir dessa perspectiva, algumas questões, como por exemplo: em se tratando de movimentos sociais, como construir uma proposta que garantisse a autonomia de ação do grupo envolvido na comercialização, caso esteja formalmente inserido na estrutura organizacional da UFRJ? Esta seria uma questão chave a ser respondida.

Em termos acadêmicos, sua consolidação viria se a forma concebida para o comércio contemplasse também o espaço como de ensino, pesquisa e extensão. A perspectiva implícita aqui é que o tema alimento promove a aproximação de múltiplos conhecimentos e olhares, favorecendo a aproximação das áreas do saber. Mas como despertar o interesse acadêmico sobre o tema e torná-lo objeto de estudo interdisciplinar respeitando a sua dinâmica própria?

2.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO

Conforme relatado no capítulo introdutório da presente tese, a impossibilidade da imediata entrega de alimentos da agricultura familiar para compor a refeição dos estudantes que se alimentavam no RU provocou a reflexão dos envolvidos sobre o redimensionamento do empreendimento desejado.

A urgência de alternativas para o modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos elencavam a alimentação e agricultura familiar como temas centrais nas discussões mundiais. Dessa forma, apesar de a UFRJ não possuir graduação na área da Agronomia, trazer alimentos agroecológicos para o campus se conformou, a princípio, foco de interesse para os Institutos de Nutrição e Biologia, a Agência de Inovação e para a própria administração central da UFRJ (FAO, 2012; KOMATSUZAKI, 2011; SCHUTTER, 2010; SOUZA, 2008; FERDI, 2008, ALTIERI, 2004; CÁCERES, 2003).

A intenção era consolidar o foco na temática da agricultura familiar agroecológica, principalmente, entre as instâncias institucionais internas até então envolvidas. Conforme já descrito anteriormente, em um primeiro momento o grupo interno da UFRJ contou com a parceria de instituições externas, ABIO e AS-PTA, para entender o contexto da agricultura familiar no Rio de Janeiro e posteriormente na indicação de agricultores para compor a Feira. A opção pela implantação desta surgiu em reunião ampliada entre os membros internos e as instituições parceiras externas, estas já com experiências anteriores na implantação de feiras no Rio de Janeiro.

Com as associações de agricultores já selecionadas o Grupo Organizador da Feira foi composto por representações de docentes, discentes, técnicos da UFRJ e pelos agricultores e passou a discutir a concepção e implantação do comércio no campus. Decidiu-se que as entidades externas seriam convidadas para os encontros que envolvessem assuntos que requeriam esclarecimentos específicos.

Na busca do encadeamento das ações em relação à construção da Feira propriamente dita, optamos por dividir o percurso investigativo em duas etapas: a) Iniciativas Experienciadas nos momentos pré e pós-implantação da Feira e b) Outras iniciativas semelhantes.

2.5.1 Etapa A¹ iniciativas experienciadas

Nessa etapa, foram descritas e avaliadas cada iniciativa vivenciada no processo de construção da Feira Agroecológica da UFRJ, mantendo a coerência metodológica de coletivamente planejar, intervir e avaliar as soluções encontradas.

A priori, não tínhamos noção do número e da natureza das intercorrências e variáveis que iriam se apresentar durante o processo de implantação e funcionamento de uma feira no campus. Conforme as hipóteses já descritas, havia a preocupação com a garantia da autonomia do empreendimento, ao mesmo tempo em que se reconhecia a importância da inserção da Feira, tanto administrativamente quanto sua configuração como espaço de ensino, pesquisa e extensão na UFRJ.

Nas primeiras reuniões do Grupo Organizador da Feira, percebi o quão complexo seriam os processos de tomadas de decisões entre pessoas de ideologias, culturas e interesses diversos. O registro desses encontros, além de confirmar a adequação da observação participante como ferramenta de coleta de dados, subsidiou o desenvolvimento da presente tese e poderá subsidiar discussões em outras universidades que se interessem em incentivar esse tipo de empreendimento em seus respectivos campi.

2.5.2 Etapa A² outras iniciativas semelhantes

Buscamos experiências que envolvessem o comércio da produção da agricultura familiar dentro ou fora de campi a fim de conhecer outras dinâmicas de feiras que pudessem subsidiar ações projetuais para esse tipo de comércio curto no campus da UFRJ. Reuniões *in locu* nas unidades produtivas foram realizadas se constituindo também objeto de observação.

2.6 RECURSOS METODOLÓGICOS

O estímulo à participação das pessoas envolvidas nos momentos de concepção, implantação e funcionamento da Feira tem implícito a consideração da importância do saber formal, dos especialistas, e do saber informal, baseado nas experiências dos próprios agricultores. Os recursos metodológicos utilizados, bem como toda a dinâmica de desenvolvimento da pesquisa, foram desenhados tomando os envolvidos como sujeitos ativos e contribuintes para a formulação das soluções (SANTOS, 2002).

Na pesquisa-ação, a captação das informações bem como as definições posteriores são marcadas pelo caráter participativo das ferramentas selecionadas. No presente estudo, a observação participante na Feira, nos fóruns ampliados, nas visitas e nos *workshops* foi definida como principal ferramenta para a coleta de dados. Para a obtenção de informações sobre outras feiras no Rio de Janeiro e em outras universidades foi utilizada a aplicação de questionários, visitas ou pesquisa via *internet*.

No atual estudo, adotou-se a prática de descrição dos acontecimentos de maior relevância em relação à implantação e funcionamento da Feira e, simultaneamente, discutir o impacto das soluções implementadas. A ideia foi de apresentar ao leitor, de uma forma sistematizada, as etapas de aparecimento do problema, solução e a avaliação da mudança implementada, demonstrando o dinamismo das ações interventivas, característica do processo investigativo da pesquisa-ação.

Mesmo correndo o risco de tornar o texto pouco atraente para o leitor, o termo agroecológico será utilizado na narrativa acompanhando o movimento demarcatório desse tipo de nomenclatura, diferenciando-o da produção orgânica, biológica ou ecológica (AQUINO *et al*, 2007).

2.6.1 Observação participante

a) Participação efetiva nos dias de realização da Feira observando agricultores e consumidores (comunidade universitária).

Os consumidores eram observados e abordados para captar sua percepção sobre a feira de alimentos no campus. Pude observar o grande interesse dos consumidores sobre a forma de plantio principalmente de alimentos por eles desconhecidos, como, por exemplo, taioba, banana vinagre, palmito de pupunha, entre outros. Observou-se também a troca de receitas entre os agricultores e os consumidores, fossem eles adultos ou adolescentes. Nessa perspectiva de troca também registramos agricultores tirando dúvidas sobre alguma questão de seu plantio com estudantes e professores de áreas que envolve de alguma forma o alimento.

b) Participação nas reuniões do Grupo Organizador da Feira e trabalhos em projetos de extensão.

Essa ferramenta se constituiu a maior fonte de informações da presente pesquisa, bem como o meu maior desafio enquanto pesquisadora qualitativa. Conforme já explicitado, a composição heterogênea do Grupo Organizador da Feira proporcionou o encontro entre os conhecimentos de natureza científica e conhecimentos tradicionais, exigindo dos membros do Grupo o exercício da convivência pacífica em respeito aos diferentes interesses e percepções.

Em uma das primeiras discussões mais acaloradas do Grupo Organizador ficou clara a minha responsabilidade na mediação dos conflitos, coerente com a postura vigilante de uma pesquisadora que adota a pesquisa-ação como base metodológica.

A princípio, foi adotada a realização de reuniões semanais no intuito de provocar maior entrosamento entre os participantes, como também acelerar as decisões para a consolidação do projeto de implantação da Feira. Após três meses de inauguração da Feira, os encontros passaram a acontecer quinzenalmente, bimestrais, ou são convocadas excepcionalmente para decisões emergenciais.

Quanto aos oito projetos de extensão tendo a Feira como tema, a maioria foi derivada de parcerias com docentes num movimento de interdisciplinaridade: Biologia, Biofísica, Ciência da Computação, Nutrição, Engenharia de Produção, Comunicação e Gastronomia. Nesses encontros, minha atuação, além de extensionista, era a de também observar e garantir o desenvolvimento de ações contextualizadas à realidade dos

agricultores, ou seja, de acordo com os princípios da pesquisa-ação, discutir-intervir e avaliar.

2010 - Projeto Capim Limão - Agroecologia e Permacultura na UFRJ. Parceria com o Instituto de Biologia.

2010 - Feira Agroecológica da UFRJ: Estratégia para divulgação da agricultura familiar orgânica do Rio de Janeiro. Parceria com o Instituto de Nutrição.

2011 - Ecogastronomia funcional: saúde, educação e responsabilidade sócio ambiental. Parceria com curso de Gastronomia e Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

2012 - Olhares múltiplos para um mesmo objeto: agregando valor aos produtos processados da Feira Agroecológica da UFRJ. Parceria com Instituto de Nutrição Josué de Castro.

2012 - Agricultura Conectada: Capacitação dos Jovens e Famílias de Agricultores e Comunidades da Feira Agroecológica da UFRJ. Parceria com o Instituto de Matemática.

2012 e 2013 - Comunicação para Iniciativas de Interesse social: a experiência integrada da Feira Agroecológica da UFRJ e do Projeto Maré de Sabores. Parceria com a Engenharia de Produção, o curso de Gastronomia e a Agência UFRJ de Inovação.

2015 - MUDA - Agroecologia e Permacultura: Centro de Tecnologias Sociais. Uma das linhas de ação do MUDA é o fortalecimento da Feira Agroecológica da UFRJ. Engenharia Ambiental.

2.6.2

Visita a sítios

1 - Visita a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé (COOPAGÉ).

Essa visita derivou-se de convite dos agricultores que compunham a Feira e eram associados à COOPAGÉ e com a reiteração da representante local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O Grupo Organizador da Feira

resolveu eleger o sítio de uma das agricultoras dessa localidade como a primeira visita que contou com alguns representantes do Grupo, bem como com outros interessados que se aproximaram da Feira da UFRJ como objeto de pesquisa, como o caso da professora do curso “Gestão de Iniciativas Sociais”, oferecido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) que é um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ.

A comitiva foi composta por 6 estudantes de Biologia, Nutrição e de Engenharia de Produção todos envolvidos com a Feira da UFRJ propriamente dita ou em projeto de pesquisa envolvendo a temática da produção camponesa. Duas professoras, uma da Nutrição e outra da Engenharia de Produção e duas técnicas administrativas da universidade, uma delas, eu, compúnhamos também a comitiva.

Magé pertence à região metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Está localizada a 50 Km do centro da cidade do Rio de Janeiro.

A visita ocorreu em 21/01/2010, sendo planejada a ida pela manhã e a realização de almoço no sítio de uma das agricultoras e, na parte da tarde, visita à sede da COOPAGÉ e reunião com representante da EMATER.

A visita, além do caráter socializador, teve como objetivo conhecer as instalações da cozinha em que eram preparados os doces levados para a Feira, bem como a plantação agroecológica de uma das agricultoras participantes. Conforme a ata da reunião (ANEXO I), apesar do acolhimento por parte dos agricultores, percebi um clima de apreensão, que se revelou no momento da reunião com o representante da EMATER. Com um tom de voz que parecia transmitir aborrecimento, discorreu por aproximadamente 20 minutos sobre a difícil fase de transição de um modelo de plantio convencional para um de base agroecológica e a responsabilidade da universidade ao “lançar” o projeto da Feira “na vida daqueles agricultores”. Percebi que havia um recado para nós pesquisadores, “você estão entrando numa seara que não conhecem e sem medir as consequências”. Confesso que tal abordagem foi tão inesperada que o

único recurso foi o de conduzir a reunião para o conciliação, agradecendo as contribuições.

Posteriormente, em reunião de avaliação com os pares do Grupo Organizador da Feira e com as entidades parceiras pudemos ser esclarecidos sobre o cuidado que os técnicos da EMATER estavam tendo com o amplo incentivo sobre a transição do modelo de produção numa perspectiva de “modismo” e o impacto disso na renda dos agricultores. Dois outros aspectos também foram citados como possíveis justificativas para o comportamento da representante da EMATER, a ausência de convite para que a entidade participasse nas reuniões de concepção da Feira Agroecológica da UFRJ e a própria montagem da feira de agricultura familiar em Magé com os mesmos agricultores que estavam participando da feira no campus.

Após essa experiência, o Grupo Organizador da Feira identificou a necessidade de maior conhecimento sobre o tema da agroecologia e foi organizado um encontro na UFRJ denominado “Oficina sobre produção agroecológica e orgânica” (ANEXO II), com convite extensivo ao representante da EMATER.

2 - Visita à Associação produtores rurais, artesãos e amigos da micro bacia do Fojo (AFOJO).

A escolha de uma família agricultora pertencente à AFOJO foi devida ao maior número de participantes efetivos dessa associação na Feira da UFRJ. A visita foi realizada no município de Guapimirim (RJ), que integra a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e apresenta um dos mais baixos níveis de renda e escolaridade da baixada fluminense.

O centro de Guapimirim localiza-se a cerca de 80 km do centro da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, além de conhecer as instalações do sítio e o processo produtivo ali desenvolvido, o grupo visitador teria oportunidade de vivenciar as dificuldades de transporte até ao campus, relatadas pelos próprios agricultores.

Nesse mesmo período, o Grupo Organizador da Feira havia sido procurado por professores do curso de Gastronomia interessados no desenvolvimento de projetos em parceria. Uma das professoras coordenava projeto que envolvia o empreendedorismo de

mulheres moradoras do bairro da Maré². Tal aproximação gerou o projeto de extensão: “Comunicação para iniciativas de interesse social: a experiência integrada da Feira Agroecológica da UFRJ e do Projeto Maré de Sabores” que definiu a ida a campo como uma de suas ações. Participaram da visita, eu, como técnico administrativa da UFRJ e pesquisadora, 3 estudantes e 1 professor de gastronomia, além de 1 estudante de biologia. Essa visita foi diferenciada da ocorrida em Magé pois incluiu uma pernoite.

Logo na chegada, visitamos a lavoura e acompanhamos a colheita, almoçamos no próprio sítio e, à tarde, observamos a organização das mercadorias para o transporte até o campus da UFRJ. Acompanhamos também o processamento de alguns alimentos, como por exemplo o corte da cana em fatias e seu ensacamento em porções individuais que, segundo a agricultora, “é o que mais os estudantes gostam, depois de almoçar, compram e saem chupando”. Ao acordarmos, e ainda sem a luz do sol, acompanhamos o acondicionamento das mercadorias no precário veículo do agricultor. A transferência das caixas de alimentos para o veículo da prefeitura local foi realizada pelos próprios agricultores e depois partimos em direção à UFRJ, enfrentando inclusive o já relatado engarrafamento. Cabe ressaltar que foi produzido um vídeo dessa experiência, registrando todas as etapas do percurso do alimento do sítio até a Feira, do campo ao campus, que tem sido utilizado em palestras e encontros.

² A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro e se localiza próximo ao campus da cidade universitária da UFRJ (<http://redesdamare.org.br/?cat=28>).

3 ESTRUTURA DA TESE

O texto principal está organizado em três partes principais. Na Parte I, desenvolvemos a nossa fundamentação teórica para situar e contextualizar as discussões e reflexões que vêm envolvendo o tema agroecologia e a missão da universidade. Em um segundo momento, já na Parte II, elaboramos um testemunho com base na nossa experiência de quatro anos de observação participante na implantação e funcionamento da Feira Agroecológica da UFRJ. Com a intenção de conceder fluência ao texto e transmitir ao leitor a vivacidade dos acontecimentos, optamos por apresentar os fatos e discuti-los simultaneamente.

Na Parte III, denominada Resultados e composta por três seções. Na primeira descrevemos o papel da universitária na promoção da agroecologia de maneira indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Na segunda seção discutimos a valorização do circuito curto no modelo feira para as trocas de saberes em prol da agroecologia no campus. E por último, na III seção, consideramos o papel da universidade pública em relação aos anseios da sociedade e apresentamos proposta conceitual para o comércio agroecológico em no campus da UFRJ.

PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4 ALIMENTOS E AGROECOLOGIA

4.1 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SAN

A consideração do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) é fundamental para a compreensão das mudanças necessárias e urgentes dos sistemas agroalimentares atuais, que inclui a tanto a produção, quanto a distribuição e consumo. Constitui-se como um norteador para a constituição de políticas públicas, que no Brasil conformou-se como Lei em 2006 (LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional). Nesta tese, apresentamos a Agroecologia como um modo específico de realizar o conceito de SAN, de maneira prática, ao opor-se ao modelo hegemônico de produção agrícola, como veremos nas próximas seções. O conceito de SAN ajuda também a revelar todas as dimensões do valor proposto pela Agroecologia, ao fazer um diagnóstico da situação atual.

Na apresentação do SAN, iniciamos com a descrição de sua trajetória histórica, o que ajuda a compreender todos os aspectos de sua constituição.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) registrou-se o uso do termo segurança alimentar ligado o conceito de segurança nacional. Desenvolver a capacidade de produzir sua própria alimentação, blindava o país contra possíveis embargos políticos, militares ou boicotes (BURITY *et al*, 2010).

O primeiro instrumento internacional a perceber a alimentação como direito foi a Convenção de Genebra de 1929³, que tratava da Alimentação e do Vestuário dos Prisioneiros de Guerra. Lê-se no capítulo II, Artigo 11:

A ração alimentar dos prisioneiros de guerra será equivalente em quantidade e qualidade à das tropas de depósito.

³ A primeira Convenção de Genebra (1863) foi uma iniciativa de Henri Dunant que organizou, com um grupo de pessoas, uma convenção não oficial para "estudar os meios de combater a insuficiência do serviço sanitário nos exércitos em campanha". A terceira Convenção de Genebra foi escrita em 1929 e teve como objetivo definir o tratamento de prisioneiros de guerra (http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=810&Itemid=65)

Os prisioneiros receberão, além disso, os meios de prepararem eles próprios os suplementos de que vierem a dispor.

Ser-lhe-á fornecida água potável em quantidade suficiente. O uso do tabaco será autorizado.

Os prisioneiros poderão ser empregados nas cozinhas. Todas as medidas disciplinares coletivas sobre alimentação serão proibidas (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1929).

Após a Segunda Guerra, a segurança alimentar passou a ser relacionada à disponibilidade insuficiente de alimentos. A partir da constituição da ONU, em 1945, esta discussão foi ampliada causando tensão em torno desse conceito. Por um lado, entendia-se a alimentação como direito do povo, por outro, os mecanismos de mercado formais garantiriam a segurança alimentar através de Instituições de Bretton Woods⁴, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BURITY *et al*, 2010).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948, nota-se o aumento do foco na questão alimentar, entretanto, os dispositivos não se caracterizavam como uma obrigação jurídica para os Estados. Já em 1966, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, esse compromisso encontra-se mais explícito no item 2 do Artigo I:

2. Os Estados Partes do presente pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para:

a) melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais;

b) assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios (ONU, 1966).

⁴ Os sons disparados pelo alarme financeiro em consequência da Grande Depressão de 1929, levou as principais potências a sentarem à mesa e rediscutirem a arquitetura financeira mundial. O encontro de Bretton Woods foi um marco que redesenhou o funcionamento do capitalismo (BARRETO, 2009).

No Brasil, com o fomento do tema alimentação numa discussão científica, Josué de Castro promoveu uma comparação entre inquéritos alimentares realizados por ele em Pernambuco e por outros pesquisadores no Rio de Janeiro e em São Paulo comprovando, com os dados encontrados, que a população era acometida de deficiência alimentar grave (ACUÑA; CRUZ, 2003).

Acompanhando toda discussão mundial em relação à produção de alimentos, Josué de Castro tornou a questão da alimentação responsabilidade do Estado, pois, as pessoas estavam muito mal alimentadas, não apenas por desconhecer os princípios de uma alimentação equilibrada, mas sim, por não conseguir adquirir os alimentos para o consumo familiar; o autor ressaltava as implicações dessa má alimentação para o processo produtivo do país (ACUÑA; CRUZ, 2003).

A imprensa nacional reconhecendo o perfil científico dos dados obtidos dá eco às constatações, podendo-se ler no jornal da época, “A Manhã”, as seguintes manchetes: “O brasileiro não só passa fome mas morre de fome”, “O brasileiro precisa comer o que deve e não o que pode comprar” (*apud* LINS, 1990).

Com a intenção de diminuir as tensões sociais, atender aos anseios dos intelectuais e gerar mão de obra hígida para o trabalho, o Estado toma para si a responsabilidade com a alimentação do trabalhador. Institui-se, em 1940, no interior do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Esse serviço teve como primeiro objetivo a instalação de restaurantes populares para os trabalhadores visando o movimento interno de industrialização (CARVALHO, 2005).

Um outro movimento que impulsionou essa organização, de natureza externa, foi o de possibilidade de participação do Brasil na II Guerra Mundial. Dessa forma, o SAPS cuidaria tanto de uma alimentação suficiente para a força de trabalho como se preocuparia com o racionamento e distribuição de alimentos durante o período da guerra (CARVALHO, 2005).

O debate sobre alimentação, agravado pela crise da produção de alimentos no início da década de 70, fez com que a Conferência Mundial de Alimentação, de 1974,

identificasse a necessidade de regularidade do abastecimento de alimentos com foco central na maximização produtiva (BURITY *et al*, 2010; ALVES, 2009).

Neste contexto foi lançada a experiência de se potencializar a produção agrícola associada alta tecnologia e ao uso de insumos químicos, a já citada Revolução Verde⁵ que, inclusive no Brasil, impulsionou a produção de soja. O aumento de produtividade não implicou no aumento da garantia de acesso aos alimentos, persistindo o número de famintos (BURITY *et al*, 2010).

A persistência da fome levou a discussão sobre segurança alimentar para novos horizontes. O foco deslocou-se para “a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos” (BURITY *et al*, 2010).

O conceito de segurança alimentar foi sendo ampliado e, na XII Conferência Mundial, em 1989, a FAO propôs que:

O objetivo final da Segurança Alimentar Mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitam (...) a segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam (MENEZES, 2001, p. 55).

O aumento da ingestão de alimentos industrializados e as mazelas decorrentes desse consumo, ampliou a atenção sobre a qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica) dos alimentos (BURITY, 2010, CARMO, *In* SANTOS *et al*, 2013). As degradações ambientais derivadas do modelo agrícola industrializado aliado aos relatos sobre a perda dos cultivos locais impactaram na incorporação das questões culturais e de sustentabilidade ao tema da produção de alimentos. Todas essas considerações foram

5

insumos externos de origem in animais selecionados (MAZOYER & ROUDART, 2010).

consolidadas nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que agregando tais aspectos passou a denominação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BURITY *et al*, 2010).

Consolida-se, assim, um movimento em direção à reafirmação da alimentação como um direito, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (1966). A partir de então, gradativamente, a SAN passou a ser entendida como uma possível estratégia para garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)⁶.

A evolução conceitual em nível internacional e nacional foi sendo influenciada de acordo com as diferentes necessidades de cada povo e de cada época econômica. No Brasil, o conceito vem sendo debatido há pelo menos 20 anos e da mesma forma sofre alterações contínuas (MALUF, 2007).

O documento, de 1985, intitulado “Segurança Alimentar - proposta de política contra fome” representa o primeiro registro da denominação nas políticas públicas do Brasil, foi elaborado pela Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura derivado de uma proposta de política contra a fome. Apesar dos poucos resultados práticos, destaca-se o legado das proposições para uma política nacional de segurança alimentar e para a criação do Conselho Nacional Segurança Alimentar – CONSEA (MALUF, 2007).

Em 1993, no mesmo ano que a moeda passou a se chamar Real, quando o mapa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicava 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, foi lançada no dia 24 de abril a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que convocava cada brasileiro a fazer o que estivesse ao

⁶ A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em 2002, o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação assim o definiu: “O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.” (BURITY *et al*, 2010)

seu alcance para resolver o problema da fome no país (AÇÃO DA CIDADANIA, 1993).

Nesse mesmo ano foi constituído o primeiro Consea como órgão de assessoramento do Presidente da República e, de uma forma inovadora, foi composto por representantes do poder público e da sociedade civil e presidido por um integrante desse último grupo. Marcado por tensões derivadas do exercício de compartilhamento do poder decisório, ressalta-se o papel dessa assessoria na introdução do tema segurança alimentar na pauta política nacional (MALUF, 2007).

Como também consequência das ações do Consea ocorreu já em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar com o tema: “Fome: uma questão nacional” e tinha dentre os objetivos discutir o conceito de segurança alimentar para formulação de políticas e proposição de instrumentos de intervenção (BURITY *et al*, 2010).

No relatório final da conferência encontra-se a consolidação dos primeiros requisitos para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar em três eixos principais:

a) ampliar as condições de acesso a alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; b) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; c) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (MALUF, 2007, p. 84).

No início de 1995, o Consea foi extinto sendo lançado o programa denominado “Comunidade Solidária” que visava manter e avançar na aproximação Estado-sociedade, entretanto interesses apenas governamentais foram priorizadas significando retrocesso no trato da questão alimentar na perspectiva do direito humano e de construção coletiva (MALUF, 2007).

Apesar da extinção do conselho, destaca-se nesse período a organização brasileira para a participação na Cúpula Mundial de Alimentos. A reunião entre representantes do governo federal, da sociedade civil e da iniciativa privada resultou na

proposição de uma definição mais ampliada de segurança alimentar englobando a equidade, constância, qualidade nutricional, quantidade e acesso aos alimentos (BURITY *et al*, 2010; MALUF, 2007).

Com a assunção do Presidente Lula em 2003, o foco social passou a definir as políticas e programas, em destaque na área da alimentação. Sendo criado em 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que iniciou ações nas áreas de segurança alimentar e nutricional, renda de cidadania e de inclusão produtiva das famílias tendo o Fome Zero o programa norteador dessas ações (Figura 1).



FOME ZERO

Eixos de atuação

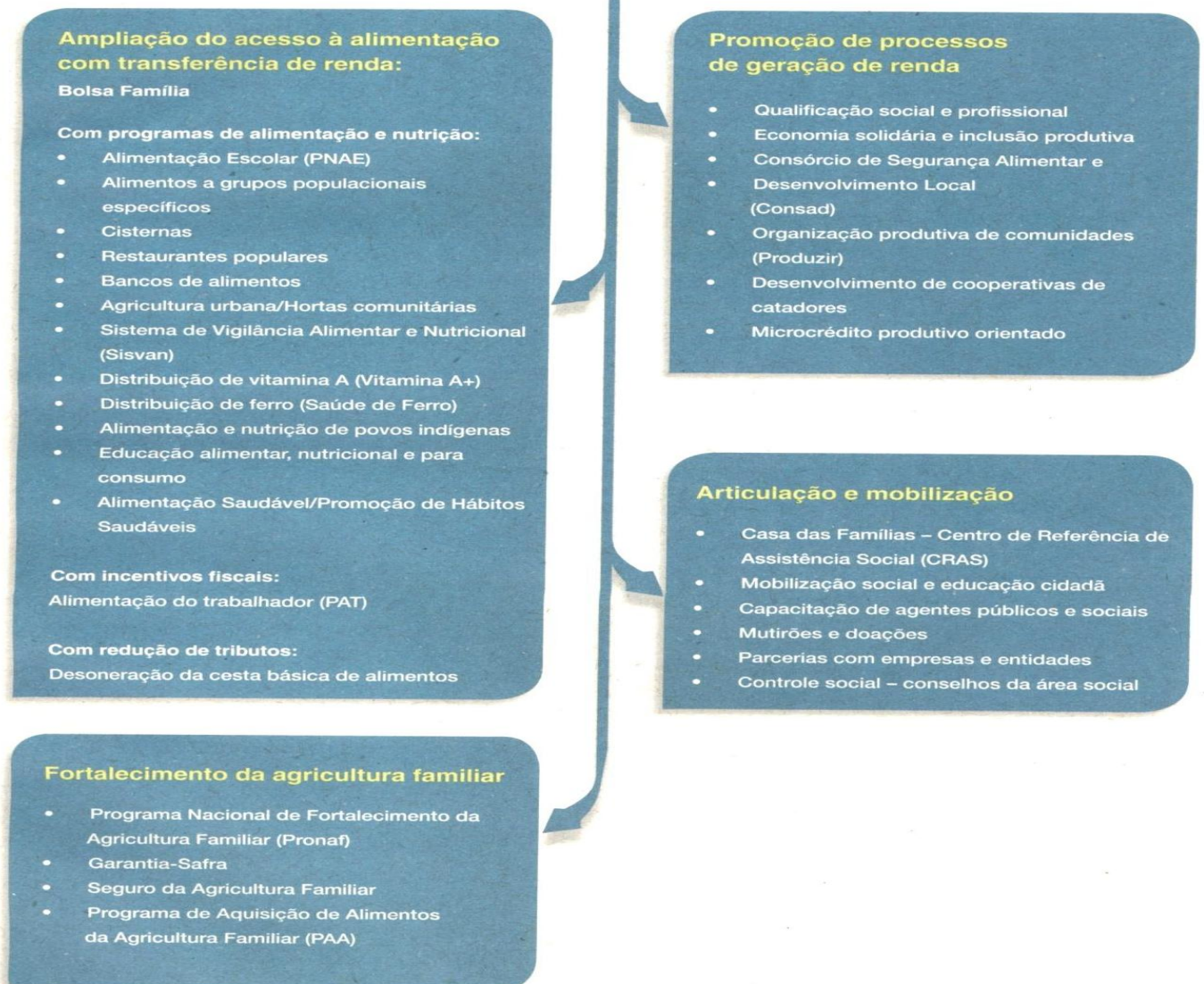


Figura 1 - Guia de políticas e programas do MDS (BRASIL, 2008, p. 13)

As ações de transferência de renda visavam atingir 28% da população total do Brasil e, nesse quantitativo a população rural representava 46%. O Programa Bolsa Família⁷, anteriormente denominado, Cartão Alimentação, reestruturou os critérios e

⁷ É uma ação de transferência direta de renda com condicionalidades. As famílias mais pobres do país recebem um benefício mensal como medida para combater a fome e a pobreza e ao mesmo tempo, promover o acesso dessas famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social

unificou outros programas que envolviam renda, como: Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Vale Gás (MALUF, 2007).

No ano do lançamento do Fome Zero ocorreu a recriação do Consea, a composição diversificada reafirmava o propósito do grupo na aproximação entre sociedade e poder público. Nesse contexto o Consea realizou a II Conferência Nacional de SAN que aconteceu em Olinda-PE, em março de 2004. Reunidos, 1111 delegados e 268 observadores, discutiram o tema “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, estabelecendo o retorno do tema para o cenário de ações políticas (MALUF, 2007).

Dos debates travados na conferência surge o atual conceito de SAN que consta na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 e constitui um avanço por considerar como base a promoção e garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada:

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, aconteceu em julho de 2007 e teve o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” e com o principal objetivo a construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A conferência reafirmou a importância da concepção de um desenvolvimento socioeconômico que dialogasse com ações que abrangessem a segurança alimentar e nutricional do país. No campo da produção, ações importantes de apoio à agricultura familiar, agroextrativismo e pesca foram implementadas a partir das discussões travadas (BRASIL, 2007).

(BRASIL, 2008).

Após um processo que envolveu cerca de 75.000 pessoas em conferências municipais e estaduais que elegeram 1626 delegados e delegadas da sociedade civil e governamentais, ocorreu em 2011 a IV Conferência com o tema, Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos (BRASIL, 2011).

O relatório final da conferência reafirma a importância da Política Nacional de Alimentação e Nutrição⁸ (PNAN) para a incorporação do enfoque de SAN de forma integrada às demais políticas de saúde no escopo da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS)⁹. Interessante observar que ao completar dez anos da PNAN, ocorreu seu processo de atualização, de forma a consolidar a política como uma referência para os novos desafios a serem enfrentados no campo da Alimentação e Nutrição “em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira” (BRASIL, 2012; 2011)

Outro ponto descrito no relatório da IV Conferência, e de interesse do presente estudo, foi a importância da construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia reconhecendo o papel estratégico da agricultura familiar e camponesa para o uso sustentável da agrobiodiversidade e da preservação dos saberes tradicionais e as culturas locais (BRASIL, 2011).

A presidenta Dilma Rousseff assinou, no dia 5 de março, o Decreto 8.416/15 convocando a realização da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada de 3 a 6 de novembro de 2015, em Brasília. Com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, a conferência teve o objetivo de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção alimentar e a garantia do direito à alimentação adequada assegurando a

⁸ Integrante do Ministério da Saúde a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, integra os esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. (BRASIL, 2012).

⁹ O Sistema Único de Saúde (SUS) é a denominação do sistema público de saúde no Brasil. Foi instituído pela Constituição Federal de 1988, como forma de efetivar o mandamento constitucional do direito à saúde como um “direito de todos” e “dever do Estado” e está regulado pela Lei nº. 8.080/1990 a qual operacionaliza o atendimento público da saúde. Fazem parte do Sistema Único de Saúde, os centros e postos de saúde, os hospitais públicos, os hospitais universitários, os laboratórios e hemocentros (bancos de sangue), os serviços de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa acadêmica e científica, como a - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) - e o Instituto Vital Brasil (BRASIL, 2011).

participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com enfoque no respeito as culturas alimentares (BRASIL, 2015).

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Considerando que a Agroecologia tem como premissa o trabalho familiar, local e a preservação das culturas (AMIN, 2011; DANIEL & CRAVO In CANESQUI & GARCIA, 2005), tal como detalharemos na seção seguinte dedicada ao tema, torna-se relevante descrever a trajetória da agricultura familiar no Brasil. Destaca-se que no Brasil, o início escravocrata da agricultura familiar trás características particulares a todo o seu desenvolvimento histórico, como veremos a seguir.

A história dos agricultores brasileiros está vinculada à exploração colonial, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a agro industrialização exportadora. Desde a colonização, os ideais das grandes propriedades vêm impondo certos modos de produção. Imposições descontextualizadas provocaram resistências pautadas na defesa da terra como garantia do acesso à alimentação para a reprodução saudável do trabalhador e dos membros da sua família (SEYFERTH, *In* NEVES, 2009).

Em muitos países da América Latina como forma de sobrevivência, os pequenos produtores se agregaram demonstrando uma capacidade inovadora de adaptação a condições adversas. A adoção de práticas produtivas, as formas de uso da terra e as relações com os recursos naturais foram dando contornos a um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente e busca a autonomia nesse processo produtivo.

O contexto econômico e político brasileiro dos anos de 1950 elegeu a industrialização provocando o avanço das relações capitalistas nas áreas rurais disparando numerosos os conflitos sociais por terra e por direitos trabalhistas nas produções agrícolas. Ocorreram também inúmeros conflitos no campo relacionados com a disputa de terras entre posseiros e grileiros e também pelo direito de plantar culturas de cultivo próprio (RÊGO, 1979).

Os movimentos de resistência foram sendo instaurados como, por exemplo, as Ligas Camponesas no Nordeste e a Guerrilha de Porecatu no Paraná. A intenção era

resistir e direcionar esforços para a instalação da Reforma Agrária Brasileira. Entretanto, com a ditadura militar a preocupação maior era administrar o conflito no campo mantendo o *status quo* na base econômica das oligarquias inclusive com concessão de crédito agrícola subvencionando as grandes propriedades para a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”¹⁰ (MARTINS,1986).

Entretanto, a adoção da agricultura “quimizada”, mecanizada e com sementes geneticamente melhoradas, preconizada pela Revolução Verde dificultavam a adesão dos pequenos camponeses que com poucos recursos financeiros enfrentaram (e enfrentam até hoje) dentre muitas dificuldades, a de produzir para o consumo de suas próprias famílias. O endividamento tendo como garantia as posses das terras representou solução para esses agricultores, o que determinou a multiplicação dos camponeses sem terra no país (Le Goff, 1993).

As dificuldades para, no plano individual, enfrentar sistemas patriarcais, levaram as mulheres a se destacarem na articulação do reconhecimento como trabalhadoras rurais. Nesse clima de reivindicação foram criadas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As mulheres desempenharam um papel fundamental na organização e consolidação do MST, demonstrando coragem nos necessários enfrentamentos a repressão que ainda hoje ocorre nos acampamentos (ESMERALDO, *In* NEVES *et al*, 2013; FURLIN, *In* NEVES, 2009).

O crescimento desses movimentos além de muitos embates vem provocando um olhar diferenciado dos órgãos governamentais para a produção agrícola familiar. Uma série de mudanças vem ocorrendo desde os anos 90 no que tange a políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Importante ressaltar a participação da sociedade civil nessa construção, destacando-se as organizações do

10

animais selecionados (MAZOYER & ROUDART, 2010).

campo agroecológico, organizações sindicais da agricultura familiar, movimentos de reforma agrária e organizações ligadas a segurança alimentar e nutricional do país (ESMERALDO, *In* NEVES *et al*, 2013; NIERDELE *et al*, 2013).

Em termos gerais a agricultura familiar¹¹ engloba poliprodutores¹² cuja especificidade de sua produção fundamenta-se na alocação de mão de obra familiar. Desse modo, nas referências de gestão da produção devem estar incluídos projetos que considerem as questões geracionais (NEVES, 2009).

Na produção familiar a criança tem participação progressiva e determinada pelo crescimento de sua força física e habilidades. Ela começa executando pequenas tarefas e pouco a pouco a criança recebe tarefas mais complexas, adquirindo a responsabilidade de acender o fogo e procurar lenha, por exemplo (FUKUI, *In* NEVES, 2009).

Se do ponto de vista da autoridade a família é patrifocal, na perspectiva da organização das relações no campo ela é matrifocal, ou seja, a mãe é o centro da vida familiar agrícola. A mulher, além do trabalho na roça, na indústria doméstica, nos trabalhos cotidianos da casa, se ocupa também com a educação dos filhos e cuidado de velhos e doentes. Apesar de trabalhar na roça tanto quanto o homem, em muitos casos, o trabalho da mulher é definido como ajuda (NEVES, *In* NEVES, 2009).

¹¹ Lei Federal nº11.320 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

¹² “A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores mais especializados integrados aos mercados modernos, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária” (NEVES, 2009, p. 11).

Gasson e Errington (1993) apontam traços que caracterizam agricultura familiar, que estão sintetizados nos seis itens a seguir.

- A gestão é feita pelos proprietários.
- Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco.
- O trabalho é fundamentalmente familiar.
- O capital pertence à família.
- O patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família.
- Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Outra característica dos agricultores familiares é o agrupamento em associações e cooperativas, alternativa essa que tem se conformado eficaz para o fortalecimento frente ao mercado, já que enfrentam problemas de organização e de escala de produção. Esse modelo associativo os fortalece também na luta por políticas mais adequadas a produção de pequena escala. Entretanto, Ricardo Abramovay *et al* (2010) mesmo considerando a importância do trabalho associado, trazem a discussão sobre a necessidade do enrijecimento na tomada de decisões direcionado as conquistas. Fato esse que exige um exercício de democracia e cidadania que, em particular para a tradição latifundiária e patrimonialista da América Latina, tem-se transformado em conflitos internos e/ou fluidez em direção ao clientelismo.

A exemplo das principais conquistas nesse campo pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação de meios de fortalecimento a comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros (NIERDELE *et al*, 2013).

O PRONAF, criado em 1996, através do Decreto 1.946, teve como princípios valorizar e divulgar a agricultura familiar como atividade econômica essencial para o desenvolvimento no meio rural. Baseia-se na oferta de crédito para financiamento de

projetos individuais ou coletivos, que gerassem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (RIBAS, 2009).

Para acessar o financiamento disponibilizado, os agricultores precisam do documento denominado Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é fornecida pelas entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural, pelas Confederações de Agricultores e pelos sindicatos. O agricultor familiar precisa também, atender algumas condicionalidades como: tamanho da área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 estabelece o total de recursos disponibilizados para o PRONAF em R\$ 24,1 de bilhões (BRASIL, 1996, 2014).

Derivada de reivindicação dos pequenos empreendedores a adequação das exigências sanitárias foi normatizada através da RDC N° 49, de 31 de outubro de 2013I “que vem dispor sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do micro empreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário”. A normatização visou se conformar como instrumento facilitador e orientador para seu público-alvo minimizando a burocracia usualmente utilizada em normas congêneres e buscando a adequação do grau de exigência ao tamanho do empreendimento. Entretanto, o documento intitulado “Carta Aberta à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em favor da Produção Artesanal, Familiar e Comunitária e da Alimentação Saudável” assinado por mais de cinquenta entidades e enviado a ANVISA, reivindica a capacitação, reavaliação de alguns conceitos/definições e instituição de mecanismo participativo de avaliação para registro sanitário das unidades de processo artesanal, demonstra a insatisfação dos movimentos sociais com a redação e atuação a partir da RDC N 49, demonstrando que ainda há muito o que se conquistar e definir.

Em relação à assistência técnica foi criada em 1948, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um serviço gratuito de educação não formal direcionado aos agricultores familiares. Em meados da década 1970, o governo implantou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e

executado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (EMATER) nos estados (SIMÕES, 2010).

O serviço de ATER, em função de sua capilaridade e de sua natureza, é considerado como elemento fundamental na execução e divulgação das ações e programas do Governo que promovem a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável no meio rural (BRASIL, 2014).

Construída em parceria com as organizações governamentais, não governamentais de ATER e a sociedade civil organizada é instituída, em 2009, pelo Governo Federal a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), que seria operacionalizada por meio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

No Art. 2º da lei que instituiu o PNATER lê-se:

I Assistência Técnica e Extensão Rural ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; (BRASIL, 2009).

Em um processo que reuniu em torno de 40 mil participantes em conferências municipais, intermunicipais, territoriais, estaduais, setoriais e temáticas ocorreu, em 2012, a I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O documento final da Conferência, além de destacar a necessidade de estabilidade no repasse dos recursos financeiros, trouxe, em seu item 12, menção sobre atenção a novas práticas agrícolas:

12. Aperfeiçoar os processos de identificação das demandas, de formulação das chamadas de ATER e planejamento de ações a partir das realidades locais, assegurando o protagonismo das entidades representativas do público da PNATER, de modo a viabilizar o uso das metodologias participativas e das práticas da agroecologia, definidas como princípios orientadores da PNATER; (CARTA POLÍTICA In FETRAF, 2012).

Outra política de destaque para o fortalecimento do agricultor familiar no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que teve origem em 1955 na

Campanha de Merenda Escolar sendo institucionalizada em 1979. Dentre as várias mudanças ocorridas desde sua criação destacamos, em 2009, a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e da Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009 quando o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu uma relação entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional (NIERDELE *et al*, 2013; OLIVEIRA 2013)

O PNAE definiu que do repasse financeiro enviado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no mínimo 30% deve ser utilizado obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios, preferencialmente os agroecológicos, provenientes, preferencialmente, da agricultura familiar local. Recomendam-se os assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e de quilombolas. Essa mudança teve como princípios a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como o incentivo ao escoamento, na forma de circuito curto, para mercados institucionais (NIERDELE *et al*, 2013; OLIVEIRA 2013).

O orçamento do PNAE para 2014 foi de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes. Desse valor 30%, ou seja, R\$ 1,05 bilhão, foi investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. As instituições não governamentais tem apoiado os agricultores na organização de sua produção, mas identifica-se ainda dificuldades como por exemplo, a obtenção do DAP e a gestão da produção (BRASIL, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e visava assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos com dispensa de licitação a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Este programa é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero e se constitui em mecanismo complementar ao PRONAF (BRASIL, 2008; NIERDELE *et al*, 2013).

São modalidades operadas pelo PAA: a) Compra Direta - aquisição de alimentos pelo Governo Federal para constituição de reserva estratégica ou a garantia de preços à agricultura familiar, b) Formação de estoques pela agricultura familiar - a organização familiar adquire a produção em forma de estoque para comercialização posterior; c) Compra para doação simultânea e d) Incentivo à produção e consumo do Leite (BRASIL, 2008).

Os indicadores agropecuários da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), demonstram em números a importância do PAA para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil:

A Tabela 2 é uma confecção da própria autora a partir da Tabela 1.2 - Recursos do MDS/MDA Aplicados no PAA (2013) - PAA Conab (BRASIL, 2014, p. 11).

Tabela 1 Recursos aplicados no PAA

Ano base 2013	COMPRA DIRETA	COMPRA COM DOAÇÃO	FORMAÇÃO DE ESTOQUE	TOTAL
Número de Agricultores	341	7451	933	8.725
Recursos	2.446.222	44.315.059	6.920.524	53.681.804

O Brasil vem sendo reconhecido com relevante potencial agrícola pois vem aumentando sua produção a taxas maiores do que as alcançadas em outras regiões do mundo, além de possuir reservas hídricas significantes. A produção de grãos¹³ em 2014 atingiu 200 milhões toneladas e em 2023 tem-se a projeção produtiva de 222,3 milhões de toneladas o que corresponde a um acréscimo de 20,7% sobre a atual safra (BRASIL, 2014).

Esse desempenho brasileiro está relacionado diretamente com a produção de *commodities*¹⁴ para exportação ao invés de produção agrícola para alimentar a

13 Grãos – considerou-se a listagem da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, a saber: algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona e milho (<http://conab.gov.br>).

14 Commodities são produtos ou matérias-primas em estado bruto ou com pequeno grau de processamento, produzidos em grandes quantidades por diferentes produtores, cujos preços são determinados pelo mercado internacional. Entre essas mercadorias estão a soja, o milho e o açúcar. Revista Ideias na Mesa, ver em http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/24072015001628revistaideiasnamesa5_spreads.pdf

população do país. Para a sustentação desse *ranking* o Brasil tornou-se um grande importador de fertilizantes químicos e maior consumidor de agrotóxicos. Nos últimos dez anos o mercado de agrotóxicos no Brasil cresceu 190%, enquanto o mercado mundial cresceu 93% (ANVISA & UFPR, 2012).

Dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da ANVISA indicaram que agrotóxicos que apresentam alto risco para a saúde da população são utilizados no Brasil, sem levar em consideração a existência ou não de autorização do governo federal para o uso em determinado alimento. As substâncias endossulfan, acefato e metamidofós utilizadas nas lavouras brasileiras já foram banidas de vários países europeus por causarem problemas neurológicos, reprodutivos, de desregulação hormonal e até cânceres.¹⁵

Por outro lado, apoiada por uma forte bancada ruralista no Congresso Nacional, a maioria dos estados brasileiros vem obtendo isenção de taxas e aplicação de ínfimos impostos para a utilização dos pesticidas. Soares & Porto (2012) chamam a atenção sobre o impacto econômico e na saúde em relação a utilização de pesticidas por agricultores familiares no Brasil. A menor carga tributária mascara a contabilização do custo final dos alimentos produzidos, repassando os impactos derivados da utilização desses venenos nas lavouras para conta do sistema de saúde e de segurança social do país (SOARES & PORTO, 2012).

Reforçando os interesses corporativos especula-se, desde 2013, a criação de uma nova agência voltada apenas para as avaliações de agrotóxicos. A responsabilidade de análise técnica desses produtos seria repassada dos órgãos como o Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente para a então criada Comissão Técnica Nacional de Agrotóxicos – CTNAGRO. Em entrevista a Revista do Instituto Humanitas Unisinos o professor Fernando Carneiro da Universidade de Brasília chama a atenção para a proposta de subordinação dessa comissão a Casa Civil, o que, segundo o pesquisador, “concentrará poder e o *lobby* ficará ainda mais facilitado”.¹⁶

15 Maiores informações no site da ANVISA <http://www.anvisa.gov.br>.

16 Maiores informações em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527938-a-casa-civil-tem-sido-muito-sensivel-as-demandas-do-agronegocio-entrevista-especial-com-fernando-carneiro>

A maior mecanização agrícola e a utilização de agrotóxicos incidiram nas relações sociais no meio rural. A produção agrícola foi sendo estruturada para abastecer grandes redes agroindustriais ou para exportação. O comércio massivo para grande distribuição e a busca de praticidade na alimentação do dia a dia acabou favorecendo um jeito de produção-distribuição-consumo que prescindia da proximidade campo-cidade (DAROLT, 2013).

Igualmente aos consumidores, os agricultores passaram a se relacionar diferentemente com o alimento já que as novas regras de produção intensiva implementada no campo os afastavam de seus meios de produção – a terra e a enxada. A vida campesina, com o alimento sendo um dos aspectos principais e tendo como base as práticas cotidianas da produção cooperativa, desentoeava dos aspectos individualistas que indicavam a utilizam de sementes transgenicas e maior mecanização no campo (AMIN, 2011; DANIEL *et al*, In CANESQUI & GARCIA, 2005).

O recente relatório denominado “A criminalização das sementes camponesas. Resistência e Luta” emitido pela organização internacional Via Campesina em julho de 2015 foi decorrente da análise de leis e políticas públicas de mais de trinta países em quatro continentes. O documento descreve o trabalho de resistência dos agricultores na defesa do direito de cultivar com suas sementes nativas, enfrentando corporações líderes de mercado como Monsanto, Dupont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow (VIA CAMPESINA, 2015).

Dentre outros países, o relatório apontou o apoio do governo brasileiro à luta campesina, com a adoção das políticas de fortalecimento da agricultura familiar a partir de 2003. Destacou também a ocupação da 36ª Unidade de Pesquisa da Monsanto no Brasil, localizada Pernambuco, que ocorreu em 2013, por cinco mil agricultores. O protesto fazia parte da Jornada Nacional de Lutas por Soberania Alimentar¹⁷ e denunciava os impactos sociais e ambientais derivados da expansão devastadora do agronegócio do país (VIA CAMPESINA, 2015).

¹⁷ O conceito de soberania alimentar foi cunhado pelo movimento internacional de agricultores “Via Campesina” e refere-se ao direito das comunidades, povos e Estados em determinar de forma independente o que comer e como plantar (VIA CAMPESINA, 2008).

Desde a descoberta da agricultura a eliminação da fome sempre fez parte dos discursos de quem detinha o poder, entretanto, tem-se acompanhado a insistência no aumento do número de famintos no campo e na cidade. Com a modernidade, a novidade foi o aumento mundial das chamadas “doenças dos países ricos”: cardiopatia, diabetes, hipertensão, a constatação da finitude dos recursos naturais e a perdas das culturas agrícolas locais. Diante desse quadro o modelo hegemônico de produzir, comercializar, divulgar e consumir alimentos e os instrumentos de sua regulação, tem orientando a reflexão mundial sobre a necessidade urgente de alternativas social e ambientalmente mais justas para a produção de alimentos (FAO, 2012; KOMATSUZAKI, 2011; SCHUTTER, 2010; SOUZA, 2008; FERDI, 2008, ALTIERI, 2004; CÁCERES, 2003).

4.3 AGROECOLOGIA

A constatação da finitude dos recursos não renováveis e os custos sociais e ambientais de um sistema alimentar globalizado tem levado a reflexão mundial sobre os pressupostos básicos sobre cultivo e comercialização de alimentos (NIEDERLE *et al*, 2013; SCOTTO *et al*, 2011; KOMATSUZAKI, 2011; ALTIERI *et al*, 2011).

A busca pela redução tanto do tempo gasto no cultivo quanto da dependência sazonal provocou experiências agrícolas através do plantio variado de espécies mais adaptáveis superando os limites naturais de produção (MONTANARI, 2008).

A comensalidade sempre permeou as relações nas sociedades humanas estando ligada a rotina de comer certos tipos de comida em lugares específicos e cercados de pessoas com crenças e hábitos particulares. Como um ser em situação, o homem, em sua história esteve aberto à mudanças de sua alimentação que emergiram do seu meio circundante. Entretanto, a moldabilidade precisava dialogar com códigos pré estabelecidos socialmente. A mudança de práticas alimentares propôs implicitamente ao homem alteração das suas histórias e rituais criando tensão em um de seus mais forte elos de pertencimento - sua comida (ZAOUAL, 2006; MINTZ, 2001).

Em relação a agricultura, a transferência racional de modelos econômicos de um lugar para outro sem considerar as características locais, tem colecionado fracassos.

Segundo Hassan Zauoal (2006) esses modelos não são capazes de mobilizar os atores, pois não são “postos em relação e em adequação ao contexto”, ressaltando que o que vem de fora precisa dialogar com os códigos já estabelecidos entre o homem e seu sítio de pertencimento.

A transformação do atual modelo de produção e consumo se exprime na redefinição das relações econômicas. Ao invés da produção de *commodities* agrícolas emerge os circuitos de mercados que favoreçam a reinserção econômica de pessoas em situação vulnerabilidade e insegurança alimentar e com valorização dos produtos de forte apelo sociocultural.

Dentre os mercados que têm revelado maior pujança nesse processo de reconfiguração dos territórios, pode-se destacar aqueles associados a produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos (NIEDERLE & ALMEIDA, 2013, p. 28).

Em relação às denominações agroecológico e orgânico mais adotadas para descrever o alimento produzido ecologicamente, Aquino e Assis (2007) identificaram a necessidade de diferenciar essas nomenclaturas. Os autores reconheceram que agricultura orgânica vem se conformando para o atendimento, prioritário a mercados especiais o chamado “mercado de produtos orgânicos” e afirmaram:

A lógica de organização da produção mantém-se a mesma dos sistemas de produção industriais, como verifica-se em alguns casos de produções orgânicas monoculturais, que visam o aumento constante de produtividade, através do aporte de insumos externos à unidade de produção (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 139).

A supremacia da consideração econômica em detrimento das questões agronômicas, ecológicas, sociais e éticas vem evidenciando ao risco a sustentabilidade do sistema. O cultivo de culturas de subsistência foi negligenciado e se expressou em índices de endividamento e de insegurança alimentar dos agricultores e suas famílias (PICOLLOTO & BRANDENBURG, 2013; AQUINO & ASSIS, 2007).

Durante o século XX o relacionamento, muitas vezes tenso, entre a agronomia e a ecologia resultou no enfoque científico da agroecologia. De um lado os agrônomos

procuravam maior autonomia buscando processos cada vez mais desconectados da natureza, de outro, a concentração se dava nos estudos de sistemas naturais. O princípio fundador da agroecologia teve como base a manutenção e o manejo de agroecossistemas¹⁸ biodiversificados, estimulando interações entre variadas espécies (PETERSEN, *In* NIEDERLE & ALMEIDA, 2013).

Através das interações entre as diferentes espécies do agroecossistema surgem qualidades que ao mesmo tempo, potencializam os ciclos naturais e favorecem níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica. A convivência equilibrada entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos co-existentes é capaz de oferecer as plantas a oportunidade de experienciar adversidades e desenvolver resistências naturais as mesmas (PETERSEN, *In* NIEDERLE & ALMEIDA, 2013; AQUINO & ASSIS, 2007).

O agroecossistema pode ser também compreendido numa perspectiva socioeconômica no qual interagem bens e serviços para a venda e para o consumo da própria família agricultora. Nesse sentido, contabiliza-se como monetárias e não monetárias a renda derivada da produção agrícola familiar (PETERSEN, *In* NIEDERLE & ALMEIDA, 2013).

Sendo assim, gerido pela e para a própria família o agroecossistema envolve ao mesmo tempo, práticas socioculturais, ações econômicas e cuidado ecológico. O manejo dos agroecossistemas guarda forte relação com os saberes e culturas locais que tem como centro os agricultores familiares, seu trabalho e seu território (PETERSEN, *In* NIEDERLE & ALMEIDA, 2013; CAPORAL, 2013).

Por suas características muito peculiares a agricultura familiar apresenta uma lógica de empreendimento coerente com essas peculiaridades. A transição de uma agricultura convencional para a de base ecológica tem se revelado uma mudança complexa por requerer alterações em variados aspectos, em particular, na economia familiar. Dessa forma, encontra-se, não raramente, a coexistência em um mesmo

¹⁸ Agroecossistema, na perspectiva ecológica, “é um ecossistema modificado e mantido artificialmente em estádios intermediários na sucessão biológica a fim de explorar a alta produtividade líquida característica da situação de imaturidade ecológica” (PETERSEN, *In* NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 83).

estabelecimento rural, de sistemas agroecológicos e sistemas convencionais de agricultura. Niederle e Almeida (2013), buscam, em Zaoual (2006), a compreensão racional para tal investimento:

Do ponto de vista da compreensão da racionalidade que orienta a organização dos processos produtivos nas unidades de produção, essa coexistência desafia visões que, durante muito tempo, idealizaram a agroecologia como expressão de uma 'racionalidade ambiental' oposta a uma 'racionalidade de mercado'. De outro modo, a noção de 'racionalidade situada' permite explicar mais adequadamente como os agricultores mobilizam diferentes valores e discursos para justificar a coexistência dos diferentes sistemas de produção (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 37).

A Agroecologia é uma ciência que pretende contribuir para o restabelecimento da relação homem-natureza, ou seja, estabelecer uma ética da sustentabilidade. Com sua natureza holística e ao mesmo tempo técnica, a agroecologia tem recebido críticas por não se moldar aos conceitos de exatidão vivenciada no paradigma da modernização agrícola (CAPORAL, 2013; COSTABEBER, 2006).

Alguns equívocos academicistas classificaram a agroecologia com um dado tipo de agricultura, tentando negar a formulação paradigmática que vem sendo construída com participação de especialistas e de agricultores em vários recantos do mundo. A impossibilidade de garantir a potencialidade na produção de alimentos compõe o discurso que desqualifica a agroecologia como modelo capaz de substituir o modelo de cultivo convencional (CAPORAL, 2013; COSTABEBER, 2006).

A capacidade produtiva do sistema agroecológico ou orgânico vem se constituído com objeto de pesquisa e os resultados mostram que esse tipo de produção pode se igualar à convencional, por hectare produtivo, na maioria dos cultivos avaliados (SCHMITT et al, *In* NIEDERLE *et al*, 2013).

Em seu relatório sobre “A Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada”, Olivier Schutter (2012), relator especial da ONU, salientou que é necessário combinar ações na busca de soluções para alimentação das gerações futuras. Ressalta a atenção sobre as condições de vida dos agricultores que produzem em pequena escala de modo a garantir a eles segurança alimentar e preservação dos ecossistemas,

principalmente em países em desenvolvimento. Ele destacou a importância dessas ações na fixação do homem em sua terra e o conseqüente desenvolvimento local com a diminuição do êxodo rural.

Como visto, a agroecologia busca o aperfeiçoamento de sistemas agrícolas imitando os processos naturais. Dentre os princípios básicos da agroecologia pode-se destacar: a substituição dos insumos externos pela reciclagem de nutrientes e energia; integração de atividades agrícolas e de pecuária, diversificação das espécies e dos recursos genéticos do agroecossistema e concentração de produtividade de todo o sistema e não de espécies individuais (ALTIERI, 1995).

O desenvolvimento de sistemas agroecológicos surge como caminho de uma alternativa de produção alimentar com base em métodos ecológicos, na gestão participativa e no comércio justo e solidário¹⁹. A agroecologia privilegia o conhecimento baseado em técnicas com base no conhecimento e vivência dos agricultores, que são experimentadas na lida com a terra e transmitidas de geração para geração. Alcançar a abordagem agroecológica requer uma substituição gradual das práticas agrícolas convencionais apoiadas pela formulação de políticas públicas que promovam a transição sociotécnica necessária (SCHMITT; GRISA, 2013; ALTIERI *et al*, 2011; ALTIERI, 1995).

Em relação às políticas que iniciaram as discussões sobre a agricultura orgânica, o processo de institucionalização se deu a partir de 1972, com a criação da International Federation Organic Agriculture Movements (IFOAM) e a publicação de suas primeiras normas, em 1978. Já no final da década de 90, o *Codex Alimentarius* estabeleceu

¹⁹ Decreto nº 7.358/2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. Art. 2 Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I - comércio justo e solidário: prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários; II - empreendimentos econômicos solidários: organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados; III - organismos de acreditação: organismos que credenciam os organismos de avaliação da conformidade, atestando sua capacidade para realizar tarefas de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços; IV - organismos de avaliação da conformidade: organismos que inspecionam e atestam o cumprimento dos critérios de conformidade de produtos, processos e serviços com as práticas de comércio justo e solidário; e V - preço justo: é a definição de valor do produto ou serviço, construída a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição que resulte em distribuição equânime do ganho na cadeia produtiva (BRASIL, 2010).

diretrizes para a produção orgânica de origem vegetal e, em 2001, editou diretrizes para a produção animal (FONSECA, 2009).

Em Assembleia Geral já em 2005, a IFOAM revisou e publicou documento com os princípios da agricultura orgânica. Dentre as oito áreas temáticas, a publicação chama atenção para quatro princípios, conforme a Tabela 3.

Tabela 2 - Princípios da agricultura orgânica. Criação da autora com base na descrição de Maria Fernanda Fonseca (FONSECA, 2009).

Área Temática	Abordagem
SAÚDE	aumento da saúde do solo, das plantas, dos animais, do homem e, seja por meio do manejo do solo, do processamento dos alimentos, da distribuição ou do consumo.
ECOLOGIA	- manejo orgânico de plantas e animais adaptados às condições locais, à ecologia da região, às tradições e cultura locais. - responsabilidade ambiental pactuada entre todos os envolvidos na cadeia produtiva.
EQUIDADE	assegurar qualidade de vida e justiça a todos os envolvidos numa perspectiva de garantir segurança alimentar e nutricional.
PRECAUÇÃO	aumentar a eficiência e a produtividade sem colocar em risco os agroecossistemas.

Em relação à regulamentação da agricultura orgânica brasileira os marcos são: a Lei 10.831/2003 e o Decreto 6.323/2007. A lei inclui a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos. O decreto cria ainda o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que é composto pelo Ministério da Agricultura, órgãos de fiscalização dos estados e organismos especializados (BRASIL, 2003, 2007).

Em relação aos mecanismos de controle da produção orgânica o decreto nº 6323 de 2007 estabeleceu as regras para o “controle social na venda direta sem certificação”, “Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica” e “Certificação por Auditoria” (BRASIL, 2009).

Os procedimentos realizados por auditoria contam com organismos credenciados junto ao MAPA os quais em sua atuação de acreditação seguem critérios internacionais e requisitos técnicos específicos estabelecidos por leis brasileiras. Nesse caso, um auditor é contratado para fazer a avaliação, orientação e certificação da produção como

orgânica e sendo assim, a Certificação por Auditoria é a preferida pelos grandes produtores, com maior disponibilidade de recursos financeiros (BRASIL, 2009).

Na legislação brasileira, venda direta é aquela que acontece entre o produtor, ou membro da família, e o consumidor final. Entendendo a importância do estabelecimento de relação de confiança entre produtores e consumidores, ocorreu a exceção da certificação para a produção orgânica nesse tipo de comércio. Para essa modalidade é necessário que os agricultores estejam vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS)²⁰, o que visa garantir ao consumidor o esclarecimento das suas dúvidas sobre o produto adquirido (BRASIL, 2009).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) junto com a Certificação compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). A credibilidade do SPG é gerada pelo Controle Social²¹ e Responsabilidade Solidária²² e é composto pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) (BRASIL, 2009).

As OPACs correspondem as certificadoras do sistema por Auditoria, ou seja avaliam, verificam e atestam se os produtos e os estabelecimentos estão conformes e representam legalmente conforme o grupo de SPG que compõem. Os fornecedores (agricultores, distribuidores, transportadores) e os colaboradores (consumidores, técnicos, organizações públicas e privadas e ONGs) compõem os Membros do Sistema.

No SPG cabe aos agricultores a discussão sobre a dinâmica a ser implantada no processo de certificação, principalmente, o fornecimento de informações e dados sobre sua propriedade, geração de ações que deem credibilidade a produção e o atendimento as orientações e regulamentos da produção orgânica. Como função dos colaboradores

²⁰ A Organização de Controle Social pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. A OCS deve ser cadastrada no MAPA e ter seu próprio controle, assegurando o direito de visita pelos consumidores, assim como o órgão fiscalizador, às suas propriedades (BRASIL, 2009).

²¹ Participação direta dos membros em ações coletivas para avaliar a conformidade dos fornecedores aos regulamentos técnicos da produção orgânica (BRASIL, 2009).

²² Comprometimento de todos os participantes com o cumprimento das exigências técnicas e de forma solidária se responsabilizam nos casos de não cumprimento por alguns dos participantes (BRASIL, 2009).

aponta-se a participação ativa no SPG contribuindo para a credibilidade e a responsabilidade solidária pelos produtos avaliados (BRASIL, 2009).

Após serem “certificados”, por SPG ou por Auditoria, os fornecedores recebem o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Este selo tem como objetivo facilitar a identificação dos produtos orgânicos por parte dos consumidores e deve ser colado na parte da frente da embalagem próximo a informações complementares sobre o produto e sobre o produtor (BRASIL, 2009).

Em relação aos ingredientes que compõem um produto orgânico temos as seguintes regras:

- I – para produtos com 95% ou mais de ingredientes orgânicos, deverão ser identificados os ingredientes não orgânicos e poderão utilizar o termo “ORGÂNICO” ou “PRODUTO ORGÂNICO”;
 - II - para produtos com 70% a 95% de ingredientes orgânicos, os rótulos deverão identificar esses ingredientes orgânicos e apresentar os dizeres: “PRODUTO COM INGREDIENTES ORGÂNICOS”; e
 - III – os produtos com menos de 70% de ingredientes orgânicos não poderão ter nenhuma expressão relativa à qualidade orgânica.
- Parágrafo Único. Água e sal adicionados não devem ser incluídos no cálculo do percentual de ingredientes orgânicos. (BRASIL, 2009)

Além dos documentos supracitados, o arcabouço legal engloba instruções normativas e outros decretos, como o Decreto 6.913/2009, que trata do uso dos produtos fitossanitários no manejo e o Decreto 7.048/2009, que ampliou até 31 de dezembro de 2010 o prazo para adequação dos envolvidos nas redes de produção e comercialização de produtos da agricultura orgânica (BRASIL, 2009b, 2009c; FONSECA, 2010).

Uma importante característica na construção dessas políticas públicas refere-se ao envolvimento da sociedade civil nesse processo. Há algum tempo entidades não governamentais vinham atuando junto aos agricultores buscando o fortalecimento de ações alternativas para o modelo agrícola implantado. Como consequência desse movimento ocorreu em 2002, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), sendo criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (ANA, 2014).

A criação da ANA proporcionou a articulação de experiências concretas que se orientavam pelos princípios da agroecologia espalhadas por todo o Brasil. Com o

desenvolvimento desse trabalho a ANA tem animado os processos de reflexão e proposição da sociedade civil e intermediado o diálogo com os representantes governamentais (ANA, 2014).

Em agosto de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)²³ firmando o compromisso do governo federal com ações indutoras da transição agroecológica, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e da qualidade de vida da população.

Em novembro de 2012, no âmbito do MDA foi criada a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)²⁴, a qual competia articular os órgãos e entidades do Poder Executivo para a implantação da PNAPO, além de pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre a gestão e implementação do Plano Nacional (FETAGRO, 2014).

O lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) ocorreu em 2013 durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e é orientado por 4 eixos: I) Produção; II) Uso e Conservação de Recursos Naturais; III) Conhecimento; IV) Comercialização e Consumo. O volume de recursos a ser aplicado pelos ministérios nos três anos de execução do PLANAPO é de R\$ 8,8 bilhões (BRASIL, 2013) e tendo como objetivo:

Articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos

²³ Criação da PNAPO através do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

²⁴ A CIAPO foi formada por representantes governamentais dos ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; da Educação; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Fazenda; da Pesca e Aquicultura; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; e da Secretaria-Geral da Presidência da República. E por representantes da sociedade civil, a saber: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Rede Ecovida de Agroecologia; Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil); Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO); Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg); Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Rede Cerrado; Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio) (BRASIL, 2013).

naturais (BRASIL, 2013, p. 3).

A agroecologia com o enfoque científico vem contribuindo para impulsionar o desenvolvimento de práticas inovadoras e alternativas sintonizadas ao novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Entretanto, segundo Petersen (2013), apesar dos avanços teóricos e práticos, ainda persistem entraves para que as políticas públicas redirecionem as ações para a promoção da agricultura sustentável e, em uma perspectiva mais ampla, dos sistemas agroalimentares.

Com uma conformação holística a agroecologia vincula os sujeitos sociais no processo do seu desenvolvimento científico. Os discursos elaborados por estes sujeitos auxiliam na explicação das relações existentes entre os fenômenos analisados e gerados na realidade, sejam eles naturais ou sociais. Nesse sentido valoriza-se a criação de espaços para a efetiva participação das comunidades e instituições no debate, o que corresponde a redistribuição de poder entre setores e agentes sociais. Em relação a esse compartilhamento de ideias na construção e fortalecimento da agroecologia Eduardo Sevilla Guzmán (2006) ressalta que se trata de um complexo aprendizado que envolve profundos conflitos de poder e é reforçado pela vontade coletiva de experimentar inovações contribuindo para a reconciliação da agricultura e natureza no sentido do enfrentamento dos difíceis tempos que estão por vir.

Nesse sentido de cocriação do processo agroecológico reconhece-se o valor da colaboração e essa perspectiva colaborativa se inicia entre natureza e agricultura, tendo a terra como pilar central na combinação de recursos naturais e sociais endógenos. A dinâmica desse processo de coprodução assegura a autonomia no desenvolvimento da agricultura familiar referenciada localmente, construindo conhecimentos específicos e impactando no progresso da sociedade ali inserida (GUZMÁN, 2006). A prática camponesa tem demonstrado a importância dos saberes tradicionais na construção de alternativas, entretanto requer aliados tecnológicos e científicos que dialoguem e legitimem esses saberes para a efetividade das ações (PETERSEN, *In* NIEDERLE *et al*, 2013).

Considerando o quanto dito acima, Agroecologia é considerada nesta tese como a perspectiva de produzir alimentos, construída a partir da relação entre conhecimentos

tradicionais e científicos, envolvendo relações mais justas de trabalho, considerando a importância da biodiversidade, e o respeito à cultura e saúde de todos os envolvidos.

Quanto à produção de alimentos, a Agroecologia propõe ao agricultor a autonomia de decisão do que plantar e de como plantar, sem submissão a demandas externas. Isto feito preservando a biodiversidade e a qualidade das sementes. A promoção da agroecologia neste sentido visa dar suporte ao agricultor na transição para um modelo agroecológico, quando este está realizando uma agricultura dependente de insumos químicos ou outros fatores que o distanciam desta perspectiva. Isto trás benefícios para a própria saúde do agricultor, tanto pela ausência de agrotóxicos, quanto à promoção de diversidade de plantio na própria terra, o que garante inclusive a possibilidade de subsistência da própria família, que pode incluir os alimentos necessários para seu próprio consumo, baseado inclusive nas características do seu contexto cultural. A Agroecologia, ao trazer e demonstrar o valor da terra, contribui para a fixação das novas gerações em áreas rurais, o que aporta a possível continuidade das tradições camponesas e a continuidade da contribuição destes neste modelo de produção. A mulher na agricultura familiar é geralmente considerada em uma perspectiva secundária, de ajuda, no entanto na agroecologia a mulher cada vez mais revela-se como elemento chave para a preservação e transmissão das tradições, conectando diferentes gerações, ao cuidar da terra, das crianças e dos idosos.

Quanto à distribuição, sendo que a Agroecologia é um aprendizado intenso de uma nova maneira de fazer agricultura, a comercialização deve expressar esta mesma perspectiva renovada, portanto afirma-se na Agroecologia a importância do circuito curto, ou seja, a perspectiva da geração de renda realizada na dimensão do “encontro” direto e relações novas entre produtor e consumidor. Trata-se, portanto, de não reproduzir na comercialização as lógicas inerentes à comercialização tradicional, baseada em metas e contratos aos quais os agricultores encontram dificuldade de adequação ao novo modelo produtivo que estão realizando no modelo agroecológico. Importante salientar a necessidade de integrar no processo de comercialização a questão da sazonalidade, no respeito aos ciclos de plantio e a vocação agrícola local.

Quanto ao consumidor, e complementando o quanto dito no parágrafo acima,

este constitui-se como um colaborador no momento em que adota postura de consumo que respeitem essa sazonalidade e as características de produção agroecológica. O consumidor, pelos seus atos de consumo, torna-se um parceiro indispensável dos produtores ao contribuir com as suas escolhas na definição de questões de produção (o que, quando e como os agricultores devem plantar). Além do consumo com ausência de agrotóxicos, os consumidores recuperam a conexão com o campo e a qualidade dos alimentos, trazendo uma reflexão sobre os limites e danos da ótica industrial de produção e consumo de alimentos. Esta questão, de grande relevância na presente tese, será detalhada na próxima seção.

Considerando a relação produção, distribuição e consumo, observa-se portanto, como descrito acima, a Agroecologia também como um exercício pedagógico de construção coletiva, de aprendizado mútuo, onde a interação entre produtores e consumidores é renovada. No caso da presente tese, esse aspecto torna-se crucial, por tratarmos da promoção da agroecologia em um campus universitário. Neste sentido, surge a questão: O que acontece quando consumidores e produtores se encontram em uma perspectiva agroecológica? Ou melhor, como podemos promover este encontro gerando benefícios mútuos? As primeiras perspectivas de resposta à estas perguntas, seguem na seção seguinte, tendo como referência a questão dos circuitos curtos e a perspectiva do consumidor como coprodutor de alimentos, junto com os agricultores.

4.4 A NECESSIDADE DE MUDANÇA: O CONSUMIDOR COMO COPRODUTOR E OS CIRCUITOS CURTOS

Vive-se hoje alguns paradoxos na questão alimentar. Obesos e famintos passaram a conviver em um ambiente no qual produtividade e escassez de alimentos disputam o mesmo pódio. A transição epidemiológica do perfil nutricional é outro fenômeno que tem se destacado em relação ao consumo alimentar mundial. A diminuição da desnutrição acompanhada pelo aumento da obesidade observada inicialmente nos países desenvolvidos, nas últimas duas décadas, tem se repetido na América Latina, principalmente nas classes menos favorecidas economicamente (TONIAL, 2001).

Por outro lado a necessidade social do maior número de famílias trabalhando fora e as descobertas científicas sobre o processamento dos alimentos revelou-se uma boa forma de se ganhar dinheiro. A sofisticação tecnológica permitiu a reconstrução, em laboratórios, de consistências, aspectos e sabores, fazendo surgir os “alimentos de imitação” propagandeados como mais nutritivos que os de verdade (PETRINI, 2009; POLLAN, 2008).

A manipulação industrial dos alimentos acabou por trazer incertezas em relação ao atributo “qualidade” do alimento que, até então, estava ligado às características organolépticas e nutricionais, ou do alimento artesanal vindo do campo. Episódios de repercussão mundial, como o da “vaca louca”²⁵, deixaram os consumidores em alerta. A indústria, também atenta, tratou de conceder ao alimento processado a garantia do rígido controle higiênico-sanitário como atributo de qualidade (PETRINI, 2009; ARNAIZ, *In* CANESQUI; GARCIA, 2005).

O ritmo industrial aplicado a produção de alimentos inaugurou o padrão fordista de se alimentar na lógica racional do “mais do mesmo por unidade de tempo. O alimento preparado, embalado e posicionado como mais um item ao lado de outros itens de consumo revelava uma diferente forma estética e ética de se relacionar com a comida, simbolizando o desencantamento em preparar a alimentação (NIEDERLE; ALMEIDA, *In* NIEDERLE *et al*, 2013; PETRINI, 2009; CARVALHO, *In* MIRANDA & CORNELLI, 2007).

As mudanças homogeneizantes impostas localmente provocaram a desorganização dos sítios²⁶ de referencia dos atores sociais. Verdades passaram a ser importadas alterando as “verdades locais” o que, gradativamente, influenciou e tem influenciando o sentido de pertencimento do homem a terra e a sua cultura alimentar (NEVES, 2009; ZAOUAL, 2006).

²⁵ Doença “encefalopatia bovina espongiforme” (Bovine Spongiform Encephalopathy, BSE), ocorrida na Inglaterra em 1996, derivada da ração animal fabricada a partir da reciclagem, sem controle de qualidade, de carne, ossos, sangue e vísceras (NERLICH, 2004).

²⁶ Entendido como uma entidade imaterial que impregna o conjunto dos comportamentos e das materialidades visíveis do lugar. Em suma, o sítio é um vínculo cognitivo entre o ator e seu meio circundante, e que por considerar a situação introduz grande plasticidade em seus princípios e conceitos (ZAOUAL, 2006).

A industrialização exarcebou a produção de alimentos influenciando os níveis de saciedade em relação ao consumo, inclusive de alimentos. Cada vez mais pessoas podiam e queriam ter acesso a produtos e serviços que facilitassem a organização da vida citadina e que lhes dessem prazer (CARMO, *In* SANTOS *et al*, 2013; MANZINI, 2008).

As certezas científicas passaram a ser desafiadas pela recompensa fisiológica do sabor, justificando o aumento da ingestão de carne, gordura, açúcar e sal. Práticas alimentares foram sendo modificadas, o chinês por exemplo, num período de quarenta anos, passou de um consumo anual *per capita* de quatro quilos para setenta e cinco quilos de produtos de origem animal (KHATOUNIAN, 2011). Os pacotes consumistas conformaram-se por si só deteriorantes. Segundo Ezio Manzini (2008), o novo estilo de vida adotado acabou por criar a necessidade de compra dos denominados, por “bens remediadores” como forma de compensar os incômodos consequentes dessa adoção. Nesse sentido compensatório o *fast food*, com toda sua praticidade e entretenimento, ainda hoje se constitui um forte componente consolador para as alterações das práticas alimentares tradicionais que vem ocorrendo mundialmente (MANZINI, 2008).

Nos lares a opção foi levar para mesa alimentos que requisitassem pouco preparo. A mulher, aquela que detinha as responsabilidades domésticas, saiu para o mundo do trabalho e entraram outros atores pela porta da cozinha. A indústria ocupou esse espaço oferecendo alimentos práticos e “gostosos”, como por exemplo, lasanhas, pizzas, biscoitos e refrigerantes (GARCIA, 2005, 1999,1997).

A indústria agroalimentar e a evidente dificuldade do homem em estabelecer níveis de saciedade tem conduzido a um consumo calórico crescente. No mundo, em particular nos países desenvolvidos, em que o trabalho e os deslocamentos tornaram-se mecanizados, o excesso calórico consumido tem se traduzido em altos índices de pessoas obesas e no aparecimento de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, em crianças com idade cada vez mais precoce (CARMO, *In* SANTOS, 2013).

Por outro lado, debates sobre modos de consumo foram instaurados sendo identificados com uma vasta gama de designações: consumo verde, ético, consciente,

responsável, sustentável e por fim, de forma mais ampla, consumo político²⁷ (PORTILHO *et al*, 2011; PORTILHO, 2005).

A politização no campo da alimentação é diferenciada de outras iniciativas já que, mais do que qualquer outra escolha, a decisão do que comer é profundamente envolvida por complexas relações. Comer é um ato cotidiano, cercado de simbolismo e capaz de influenciar no estado de saúde. Dessa forma, as conexões entre o alimento e o corpo podem evidenciar conflitos entre diferentes interesses: culturais, políticos, de negócios e da ciência (LIEN, 2004).

Neste sentido, a comida permanece um meio de reciprocidade que, ao constituir relações significantes em diferentes níveis e de diferentes tipos, se transforma em um novo objeto político contemporâneo, já que muitas relações constituídas por e através da sua mediação são também relações de poder, devendo ser analisadas como tal (PORTILHO *et al*, 2011, p.101).

Através dos sistemas de produção e distribuição e dos aspectos nutricionais, a alimentação foi sendo politizada e também decorrendo percepção dos riscos e da possibilidade do uso político das escolhas de consumo. Conforme mencionado na seção anterior, escândalos alimentares, como “doença da vaca louca”, despertaram a atenção dos consumidores em relação à produção de sua comida, abalando assim, a confiança nas instituições públicas e científicas (PORTILHO *et al*, 2011; NERLICH, 2004).

A crise de legitimidade das instituições públicas e a liberalização que passou a afetar a produção agroalimentar, descortinou o vasto leque de conexões existentes entre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. O tema da alimentação, cada vez mais, passou a ocupar o centro dos debates políticos mundiais (PORTILHO *et al*, 2011).

Neste contexto, as ações e escolhas locais das mais triviais, ao mesmo tempo que são influenciadas globalmente, passam a ser percebidas como impactantes nos rumos das decisões em esferas mais ampliadas, ou seja o reconhecimento que “o micro-cosmo

²⁷ Entende-se como consumo político a percepção e o uso das práticas e escolhas de consumo como uma forma de participação na esfera pública. Trata-se de uma tentativa de dar concretude à adesão a valores em prol de melhorias sociais e ambientais, materializando-os e tornando-os públicos. Dessa forma, o termo consumo político, ou politizado, tem sido utilizado para se referir ao uso do consumo como uma arena de tomada de decisão carregada de potenciais conflitos de valores e desejos, de capacidade política e de restrições socioeconômicas (PORTILHO *et al*, 2011, p.101).

das condutas pessoais se inter-relaciona com o macrocosmo dos problemas globais” (PORTILHO *et al*, 2011).

A crise ambiental vem mobilizando novos interesses sociais para a reapropriação da natureza e a descentralização da razão econômica. Contrapondo-se também a forma acelerada e descompromissada de consumo de alimentos surgiu na Itália o Movimento *Slow Food*. Em 1989 delegações de várias partes do mundo reuniram-se em Paris, sendo assinado o “Manifesto do *Slow Food*”, onde se destaca em um dos seus tópicos:

...contra aqueles, e são a maioria, que confundem eficiência com frenesi, propomos a vacina de uma adequada porção de prazeres sensuais garantidos, a ser utilizada em lento e prolongado deleite. Iniciamos justamente à mesa com o *Slow Food*, contra a uniformidade do *Fast Food*, redescobrimos a riqueza e os aromas das cozinhas locais. Se a *Fast Life*, em nome da produtividade, modificou nossa vida e ameaça o meio ambiente e a paisagem, o *Slow Food* é hoje a resposta de vanguarda. (MADER, *In* MIRANDA & CORNELLI, 2007).

Dentre varias ações, o *Slow Food* criou em 2004 a Rede Terra Madre que reúne todos aqueles que fazem parte da cadeia alimentar e querem defender a agricultura, a pesca e a pecuária sustentável, preservando a biodiversidade e o sabor dos alimentos. A rede conta com mais de 100.000 membros em todo o mundo reunindo produtores de alimentos, pescadores, criadores, *chefs*, acadêmicos, jovens, Organizações Não Governamentais (ONGs) e representantes de comunidades locais que estão trabalhando para estabelecer um sistema bom, limpo e justo para comida (SLOW FOOD, 2015).

O movimento cresceu propagando o prazer da degustação, a valorização gastronômica e a convivibilidade no momento da refeição, com resgate das tradições culturais que envolvem a alimentação. Evidenciou a influência do sistema de produção tecnicista no retorno do interesse e curiosidade do consumidor em relação à origem de sua comida (PETRINI, 2009).

Segundo o *Slow Food*, o consumidor foi perdendo de vista seu alimento a partir da mercantilização de cada fase da produção. A outrora proximidade campo-cidade colocava em relação os consumidores com as matérias-primas alimentares e suas histórias favorecendo o aprendizado sobre sua comida. O conhecimento que era passado

de geração para geração ficou cada dia mais reservado a especialistas que passaria a apresentar o produto embalado, pronto para ser consumido (PETRINI, 2009).

O movimento *Slow Food* reconhece que gradativamente o alimento foi sendo despojado de seus valores como comida a partir do distanciamento dos consumidores e das matérias-primas alimentares e conforme assinalado por Carlo Petrini (2009) “havia uma espécie de cordão umbilical garantido pela proximidade entre práticas agrícolas, processamento e consumo. Muitas das atividades dessa “cadeia” eram apanágio do próprio consumidor, que era, portanto, um coprodutor” (p.160).

Ao reconhecer o consumo como parte integrante do processo produtivo, o “velho consumidor”, agora consciente de seu caráter como coprodutor, percebe que suas preferências alimentares influenciam a e na produção dos alimentos. Dessa forma, ser um coprodutor não significa voltar a viver no campo para produzir nosso próprio alimento, e sim, entender que “comer é um ato agrícola” e que as escolhas do que, como e quando comer impactam no trabalho dos nossos parceiros agricultores (p.161).

A reaproximação daquele que planta com aquele que consome, segundo Petrini (2009), favorece a aprendizagem sobre ser um coprodutor, e relembra Petrini que as “relações com os produtores nas feiras ou com os negociantes do bairro, favoreciam o processo natural de aprendizado”, e completa o autor em relação a aprendizagem sobre a alimentação, “a família ensinava sem “aulas” formais: as crianças observavam os pais trabalhar animais para o consumo e recolher produtos da horta enquanto as mães preparavam conservas e cozinhavam” (p. 161)

As trocas diretas entre vendedores e compradores remontam a Grécia antiga. Já no século XV, estabelecidas nas praças centrais, as feiras funcionaram como elemento aglutinador da vida urbana com trocas culturais, criando novas linguagens de política e de aprendizado (BRAUDEL, 2009).

Pela sua natureza rotineira, as feiras representaram a mais volumosa de todas as trocas, se posicionando no centro da vida cidadina. O comércio “mão na mão e olho no olho” aproximava as pessoas da cidade e as do campo proporcionando a negociação

direta dos produtos, inclusive com a possibilidade de apalpá-los para melhor escolha (BRAUDEL, 2009).

Mais que um lugar de atividades econômicas, a proximidade entre as pessoas na Feira incentivava as trocas sociais. Através do contato presencial, discutia-se sobre a qualidade dos produtos, barganhava-se preço, resolviam-se rixas e atualizavam-se as notícias:

É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções de ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e outras (BRAUDEL, 2009, p.16).

Com o passar do tempo diferentes mercados foram se desenhando conforme as mercadorias que abrigavam. Assim, surgiram os mercados do trigo, do vinho, de carnes, de peles, entre outros. Essas especializações levaram os produtores a localizarem seus sítios, cada vez mais distantes das cidades em busca de terras mais extensas. Surgiu então, a figura do mercador, o terceiro homem que auxiliaria os mais modestos do campo a transportarem seus produtos para a cidade (BRAUDEL, 2009).

Tomando como exemplo os mercados ingleses, gradativamente formou-se uma cadeia de intermediários que assumiu o comércio de manteiga, queijo, leite, aves e hortifrúti. Em relação à influência dessa intermediação e o conseqüente distanciamento entre produtores e consumidores Braudel (2009) nos diz “nesse jogo, perdem-se as prescrições, hábitos e tradições, que voam em estilhaços” (BRAUDEL, 2009, p. 27).

Segundo Darolt e Constanty (2008) os circuitos longos de comércio, aqueles com mais de um intermediário, como por exemplo, uma grande rede de supermercados, diminuem a autonomia do agricultor já que exigem elevadas quantidades de específicos alimentos o que acarreta a simplificação da produção para no máximo dois produtos.

Na história humana vimos que de elemento essencial para a sobrevivência e de identidade local, a alimentação, foi se transformando em um negócio economicamente rentável. A comercialização do alimento passou a seguir a lógica de qualquer outra mercadoria tornando cada vez mais impessoais as relações no momento de adquirir o

que comer. Entretanto, essas alterações não se deram de maneira homogênea, ainda hoje, muito das formas de circuitos curtos de comercialização são encontrados e revitalizados (BRAUDEL, 2009; CARVALHO, 2011; DAROLT, 2013).

As propriedades que vendem em circuitos curtos possuem, majoritariamente, mão de obra familiar com simultâneas competências nas ações de produzir, transformar e comercializar visando a diminuição de custos e agregação de valor ao produto.

O termo circuito curto tem sido utilizado na França para caracterizar a comercialização que envolve até no máximo um intermediário, entre quem produz e quem compra. A entrega direta das mãos do produtor e a venda via uma cooperativa, uma associação, uma loja, um restaurante ou até um mercado local são exemplos de circuitos curtos (DAROLT, 2013; CHAFFOTTE; CHIFFOLEAU, 2007). A seguir a Tabela 4 demonstra as principais formas de circuitos curtos de comercialização e foi construída pela autora a partir de Darolt (*In* NIERDERLE, 2013); Darolt & Constanty (2008); Marechal (2008); Chiffolleau (2008) e Delhomeau (2009).

Tabela 3 - Tipo de venda e características dos principais circuitos curtos de comercialização

TIPO DE VENDA	CARACTERÍSTICAS
Vendas na propriedade	Vendas do que é colhido diretamente na propriedade, colheita combinada com o consumidor e colheita integrante do turismo rural.
Vendas em cestas	Vendas na forma de cestas, sacolas ou caixas e com entregas a domicilio prevendo comodidade e praticidade ou envolvendo a coprodução para a distribuição.
Feiras do Produtor	Vendas somente de produtos do agricultor ou de sua rede de contatos de agricultores próximos. Destaca-se a exigência da presença do produtor ou representante familiar.
Pontos de Venda Coletiva	Vendas em pequenas lojas administradas por produtores
Beira de Estrada	Vendas em barracas ao longo de rodovias
Salões, Eventos e Feiras	Vendas em eventos organizados por instituições
Alimentação Escolar	Vendas para instituições de ensinos locais atendendo a leis pertinentes a temática da segurança alimentar e nutricional.
Lojas especializadas	Vendas de alimentos sem agrotóxicos em empreendimentos particulares
Restaurantes	Vendas para restaurantes públicos ou privados que incluem alimentos sem agrotóxicos no cardápio
Lojas Virtuais	Vendas através de site que oferecem facilidade no pagamento e na entrega.
Redes de Consumidores	Vendas através de site e que envolvem o consumidor como coprodutor, em alguma etapa da cadeia, em particular na organização da distribuição.

Entre as variadas modalidades de comercialização de circuito curto, a do tipo feira além de reforçar a situação geográfica da produção, da atividade relacional, promove os preceitos da agroecologia contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional ao contribuir para o restabelecimento do “cordão umbilical” entre o homem e a terra (DAROLT, 2013; PETRINI, 2009).

O conceito legal de feira livre no contexto brasileiro é de uma atividade mercantil de caráter cíclico realizada em logradouro público ou pavilhão previamente autorizado para esse fim, com instalações individuais, provisórias e removíveis (BRASIL, 2012). As feiras da agricultura familiar, como um exemplo de circuito curto, tanto

As discussões sobre o atual sistema alimentar têm sido relacionadas ao afastamento e o conseqüente desinteresse do consumidor pelas tradições e origem dos seus alimentos. Sendo assim, faz-se imprescindível a construção de políticas que apoiem a produção campesina e apostem no “reencantamento” das pessoas com sua alimentação (ALTIERI et AL, 2011; NIEDERLE & ALMEIDA, 2013; SCHMITT & GRISA, 2013; PETERSEN, In NIEDERLE & ALMEIDA, 2013).

As alternativas de comercialização geradas no nível local, ao tornar factível a proximidade, minimizam a dependência das redes convencionais de comercialização e vêm incitando os pesquisadores a uma maior abertura em relação a inclusão das dimensões culturais e sociais nas discussões econômicas envolvendo a temática da produção alimentar (CARMO In NEVES, 2009; ZAUOAL, 2006).

5 A UNIVERSIDADE COMO CONTEXTO

5.1 A UNIVERSIDADE NO E DO BRASIL

Somente com a chegada da família real portuguesa para o exílio no Rio de Janeiro, em 1808, é que foram criadas as primeiras instituições de ensino superior. Surgiu, então: na Bahia o Curso Médico de Cirurgia (1808) e o Curso de Agricultura (1812) anexo ao Real Jardim Botânico; no Rio de Janeiro a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (1808), a Academia Real Militar que deu origem a Escola Politécnica (1810) e em Pernambuco surgiram os Cursos de Matemática (1809) e de Química (1817) (FÁVERO, 2010).

Chegamos à Independência (1822) com espaços acadêmicos que visavam formar profissionais liberais. Por isso, depois da proclamação aumentou o interesse dos brasileiros na criação de instituições universitárias. E, em 1823, o Visconde de São Leopoldo apresentou, na Assembleia Constituinte, proposta para criação de uma universidade em São Paulo, não obtendo sucesso (FÁVERO, 2010).

Em 7 de setembro de 1920 o presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro. A primeira universidade pública federal foi resultado da justaposição

das três instituições já existentes: Escola Politécnica, de Medicina e de Direito (FÁVERO, 2010).

A figura do professor catedrático foi reafirmado na constituição da nova universidade. Já desde o império, aos nomeados para ensinar nos cursos e àqueles que compunham o poder judiciário, eram concedidos alguns privilégios. Segundo Maria de Lourdes Fávero (2010), a associação entre o trabalho de professores e juristas, levou para as instituições universitárias a ideia de poder e vitaliciedade aos professores catedráticos.

O Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública elaborado pelo poder executivo apontava para a necessidade de se criar, manter e dirigir serviços de educação e, dentre outros, estava a institucionalização da Universidade do Brasil²⁸ (UB) na capital. Documentos referentes a UB demonstram que a atividade de pesquisa foi pouco presente durante os anos 30, época do governo desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas que visava a formação de quadros para a vida pública e o preparo de profissionais técnicos. Vai surgindo, a partir de então, uma sociedade de base capitalista e urbana-industrial (FÁVERO, 2010; MELO *et al*, 2006).

A Reforma do Ensino Superior, em 1931, compreendeu três ações: a organização das universidades, a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e a criação do Conselho Nacional de Educação. A ratificação do professor catedrático é revelada na conquista de cargo vitalício a partir de 10 anos em cargo hierárquico destacável (FÁVERO, 2010).

Em 1935, Anísio Teixeira inaugura o programa integrado de educação pública da Universidade do Distrito Federal. Essa era a primeira tentativa de uma universidade construída com a preocupação de ser um centro de estudos, de produção de saber e de cultura sem pensar unicamente na formação profissional. A defesa da autonomia, principalmente perante o Estado, era destacada como fator preponderante e foi esse o principal fator que contribuiu para sua extinção em 1939 (MELO *et al*, 2006).

²⁸ A Lei 452/1937 determinava que a Universidade do Brasil seria constituída por 15 escolas ou faculdades que passariam a ter o adjetivo nacional. Para cooperar nos trabalhos 16 institutos passaram também a integrar a Universidade do Brasil (CAMPOS, 2001).

Com o fim do governo Vargas instalou-se no país um movimento de redemocratização consubstanciada na promulgação de uma nova constituição. Tal documento caracterizava-se pelo caráter liberal de seus enunciados. Seguindo a mesma linha, a UB, em 1945, obteve maior autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar (CAMPOS, 2001).

Através de decreto presidencial²⁹, no ano seguinte, foi aprovado o Estatuto da UB, que organizou a administração universitária criando, dentre outros, o Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo, constituído pelas várias instituições que integravam a universidade, além de um representante de cada congregação, dos antigos alunos e do presidente do Diretório Central dos Estudantes. O Conselho era presidido por um reitor nomeado pelo Presidente da República, escolhido através de lista tríplice indicada pelo próprio Conselho Universitário (UFRJ, 2006).

A nova organização administrativa estruturou as Faculdades e Escolas em departamentos, dirigidos por um chefe, escolhido entre os professores de cátedra vitalícia³⁰. Fragmentada do ponto de vista acadêmico, dispersa do ponto de vista geográfico, elitista, bacharelesca e voltada quase que exclusivamente para a formação profissional, a universidade brasileira ainda desconhecia os institutos de pesquisa (UFRJ, 2006).

Não se pode afirmar que a pesquisa estivesse totalmente ausente, temos como início da institucionalização da pesquisa, tem-se a implantação do Instituto de Biofísica em 1946 sob a direção do Professor Carlos Chagas Filho. A partir daí influiu-se a discussão sobre a necessidade de dedicação de tempo dos professores para conseguirem desenvolver ensino e pesquisa (FÁVERO, 2010).

O documento “Universidade do Brasil – proposta de criação da carreira de pesquisador”, elaborado por Carlos Chagas traz a tona a discussão sobre a institucionalização da pesquisa na universidade. Incentivos financeiros internacionais permitiram que docentes pudessem se dedicar maior tempo a estruturação de suas pesquisas (FÁVERO, 2010).

²⁹ Este mesmo decreto (Decreto nº 21.321, de 18 de julho de 1946) incorpora à Universidade do Brasil o Museu Nacional e os Institutos de Puericultura e de Nutrição.

³⁰ A cátedra havia sido criada pela Reforma de 1931.

Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) -, em 1951, tem-se os recursos e com eles o incentivo para implantação de núcleos de pesquisas. Na mesma época foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - com o objetivo de garantir pessoal especializado em quantidade e qualidade suficiente para atender as demandas dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento do país (FÁVERO, 2010).

Francisco Lobo (1980) discutindo o desenvolvimento da pesquisa científica no país nos diz:

cursos de pós-graduação deve-se registrar a criação das Comissões Coordenadoras dos Cursos de Pós-Graduação, em 1961, Dessa iniciativa decorreu a implantação de cursos de mestrado e doutorado nos Institutos de Biofísica e de Microbiologia, este sob a direção do professor Paulo Góes, e, em 1961, em Ciências Matemáticas e Físicas (LOBO, 1980, p. 89).

Fundada em 1963 pelo engenheiro Alberto Luiz Coimbra, nasceu a Coordenação Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), que contribuiu na criação da pós-graduação no Brasil e ao longo de quatro décadas tornou-se o maior centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina (COPPE, 2014).

O período entre 1930 (revolução industrial) a 1964 (o governo militar assume o poder) foi um dos mais fecundos já que foram criadas mas de vinte universidades federais no Brasil. O surgimento de tantas universidades, como por exemplo a Universidade de São Paulo em 1934 provocou a contratação de muitos professores europeus marcando a expansão do sistema federal de educação.

Acompanhando a ideia desenvolvimentista implantada na educação superior, a ação extensionista no Brasil³¹, surgiu na perspectiva de difundir conhecimentos técnicos gerados pela academia. Antônio Oliveira (2006) discutiu os marcos históricos e conceituais da extensão universitária no intuito de entender as influências na constituição das ações de extensão no país, na Tabela 5 a seguir encontra-se o resumo dessa apresentação:

³¹ Influenciada pelo modelo de extensão norte americano foi criada, em 1926, a Escola Superior de Agricultura em Viçosa sendo responsável pela organização da “Semana do Fazendeiro” contando com a presença de inúmeros pecuaristas.(OLIVEIRA, 2006).

Tabela 4 - Marcos históricos e conceituais da extensão universitária no Brasil

FATOS	ANO	INFLUÊNCIA
Movimento de Córdoba	1918	Inspirou o movimento estudantil brasileiro nas décadas de 1940 e 50 na busca de maior democratização no ensino superior.
Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa	1920	Extensão rural nos moldes norte americanos de mudança de comportamento das populações rurais.
Reforma da Educação e Estatuto das Universidades Brasileiras	1931	No Decreto 19.851 (Art1º) há menção sobre a necessidade de difusão de conhecimentos para a sociedade através de cursos e palestras.
União Nacional dos Estudantes UNE	1937	Início do movimento estudantil organizado que dentre varias reivindicações, apontava para a necessidade de integração da universidade na vida social popular.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB	1961	Apesar de institucionalizada no texto da Lei, a extensão conservou o caráter difusionista de conhecimentos técnicos produzidos por especialistas.
Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC	1965	Criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inciou sua atividade com a reabertura de uma maternidade municipal. Gradativamente incorporou, além da área da saúde, outras áreas do conhecimento. A ideia era preparar os alunos para as necessidades das áreas interioranas.
Projeto Rondon	1967	Criado pelo Ministério do Interior, buscou a colocação de universitários no interior na perspectiva da Segurança Nacional.
Reforma Universitária	1968	A extensão aparece articulada a ação junto a população carente, entretanto percebe-se no texto, a importância da extensão universitária como elemento provocador de mudanças no âmbito interno da universidade e da sociedade de um modo geral. Ainda aqui, a extensão não se constituía como terceira atividade além de ensino e pesquisa.
Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	1987	Diálogo com o Ministério da Educação no que tange a implementação de uma Política de Extensão Universitária por parte do Estado, reconhecendo a função social da universidade.
Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Emenda Constitucional nº11 Art. 207 “As universidades gozam de autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”.
Lei de Diretrizes e Bases da	1996	Nos artigos 43, 44, 53 da Lei 9394 percebe-se a

FATOS	ANO	INFLUÊNCIA
Educação		importância da atividade extensionista para formação discente e divulgação dos conhecimentos gerados pela universidade. Todavia, cabia aos colegiados de ensino e extensão decisão sobre os programas de extensão a serem implantados.
Plano Nacional de Extensão Universitária	1999	Ressalta a ideia da extensão como processo acadêmico indispensável na formação discente, na qualificação docente e no intercâmbio com a sociedade.
Carta de Recife – Fórum de Pro Reitores: Documento sobre Extensão e Reforma	2004	A Extensão concebida como um dimensão acadêmica contribuinte para formação de cidadãos comprometidos com a realidade social, política, tecnológica e cultural do país.
Anteprojeto de Lei da Reforma do Ensino Superior	2005/ 2006	Art 4º VII a promoção da extensão, como processo educativo, cultural e científico, em articulação com o ensino e a pesquisa, a fim de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Como se pode perceber, no Brasil, apesar do reconhecimento da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão ter sido reconhecida na constituição de 1988, apenas com a reforma do ensino superior se reconhece o papel da universidade na transformação social através das ações extensionistas. Para os países em desenvolvimento, como alguns da América Latina, no século XXI, a missão de oferecer ensino, pesquisa e extensão concorre com a necessidade da universidade formar jovens para o trabalho, precisando para isso, vencer uma diversidade de problemas como desigualdades regionais e sociais na busca da imediata expansão de vagas no ensino superior (STALLIVIERI, 2007).

5.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

“A UFRJ chega aos seus 90 anos demonstrando grande vitalidade, assim como enormes disposição e capacidade para renovar, reciclar e reconfigurar. Assim deve ser uma universidade pública que pretende e precisa se manter contemporânea do seu momento histórico, integralmente solidária com o seu povo e fortemente comprometida com os melhores e maiores ideais das tradições universitárias.”

Reitor Aloísio Teixeira

Desde os anos 40 as autoridades governamentais idealizavam a instalação de uma universidade no Rio de Janeiro que agregasse suas atividades em um só lugar. Estudos técnicos sugeriram a construção próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje conhecida referencia turística do Rio de Janeiro ou, na Quinta da Boa Vista, onde fica atualmente o Jardim Zoológico (UFRJ, 2006).

Com a ideia de criar uma cidade alternativa voltada para a educação e a cultura, optou-se por uma ilha que reunisse os variados cursos numa mesma paisagem natural. A Ilha do Fundão é uma ilha artificial na baía de Guanabara derivada da interligação de nove ilhas: Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Baiacu, Fundão, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro e Sapucaia (UFRJ, 2009).

No final dos anos 60 deu-se início a ocupação da Ilha, intensificada nos anos 70 quando ocorreu a transferência de vários cursos. As escolas as localizadas principalmente no centro e na zona sul do Rio, resistem até hoje a sua transferência. Como consequência, temos o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas³² e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas³³ situadas fora da Cidade Universitária.

³² O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas coordena as atividades universitárias da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, do Instituto de Economia, da Faculdade Nacional de Direito, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) e do Instituto de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). A Faculdade de Direito, uma das três unidades que, em setembro de 1920, foram reunidas para criar a atual UFRJ, ocupa um prédio histórico no Centro da Cidade. O IPPUR e a COPPEAD ficam na Cidade Universitária. Restante dos institutos ficam localizados na Cidade Universitária

³³ O centro é composto por cinco unidades acadêmicas – Escola de Comunicação, Escola de Serviço Social, Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e Instituto de Psicologia – e pelo Colégio de Aplicação, órgão suplementar. O IFCS e o CAls situam-se, respectivamente, no

A UFRJ adotou a nova denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas preservou a estrutura original de setores acadêmicos independentes entre si. A fragmentação decorrente da originária junção de várias escolas vem persistindo e aprofundando ao longo da sua história, expressando-se em conhecidas dualidades: graduação x pós-graduação, ensino x pesquisa, pesquisa x extensão, ciência básica x ciência aplicada, humanidades x ciências “duras”, etc. (UFRJ, 2013).

Um elemento importante na trajetória recente da UFRJ foi a definição da Política Nacional de Extensão em 2012, pactuada pelas Instituições Públicas de Educação Superior, reunidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). A UFRJ adota o conceito de extensão universitária, tal como definido pelo Fórum:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010).

Em relação à extensão, ocorreu no Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ a aprovação da Resolução 02/2013 que determinou a atribuição de créditos as atividades extensionistas. Essa exigência revelou o desconhecimento da comunidade universitária em relação a essas atividades de extensão segundo podemos ler o site da Pro Reitoria de Extensão³⁴:

Surgiram várias dúvidas sobre como atribuir créditos às atividades de extensão, entretanto, ainda há membros da comunidade da UFRJ que não sabem bem o que é uma atividade de extensão. Justamente por isso, é preciso compreender que a extensão universitária é concebida como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

O site da UFRJ, fazendo referência ao documento Política Nacional de Extensão

centro do Rio de Janeiro e na Lagoa. As demais unidades localizam-se no bairro Praia Vermelha na zona sul do Rio de Janeiro.

³⁴ Publicação completa em <http://boletim.pr5.ufrj.br/index.php/12-edicoes/junho-agosto-2013/noticias/20-extensao-creditacao-curricular-e-agora-como-fazer>.

Universitária (FORPROEX, 2012) ressalta as diretrizes para a Extensão Universitária:

1. Interação dialógica
2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade
3. Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão
4. Impacto na formação do estudante
5. Impacto na transformação social

Ressaltamos em cada ponto alguns elementos que são fundamentais para o desenvolvimento da presente tese.

A diretriz *Interação Dialógica* “orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo”. Interessante notar como os saberes populares, tradicionais dos atores envolvidos na ação são valorizados, o que é particularmente importante neste estudo: “Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária” (FORPROEX, 2012, p.12) .

Quanto à diretriz seguinte, *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade*, fundamenta-se na afirmação de que, “por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holistas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo” e busca superar esta dicotomia indicando que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento” (FORPROEX, 2012, p.17).

Na diretriz denominada *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão* o suposto é “que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas

ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2012, p.18). e alicerça a extensão universitária como processo acadêmico. Neste aspecto ressalta-se particularmente no presente estudo a afirmação do estudante como protagonista pela sua formação técnica, mas também cidadã, em interação com os mais diversos atores sociais dentro e fora da universidade. Nisso “o estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo” (FORPROEX, 2012, p.18).

A diretriz *Impacto na formação do estudante*, afirma o modo de operação das diretrizes precedentes, indicando como a participação do estudante nas ações de Extensão Universitária “deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012, p.19).

A última diretriz, denominada *Impacto na transformação social*, ressalta como todos os esforços devem estar voltados para uma ação transformadora: “A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político” (FORPROEX, 2012, p.20). Esta diretriz coloca seu foco na efetividade da ação ou de um conjunto de ações. Efetividade na resolução do problema. O impacto almejado, não é considerado apenas na sociedade, mas na própria universidade pública que é nesta interação mútua também transformada. Neste sentido, é considerada que as atividades de extensão, “surtem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham” (FORPROEX, 2012, p.20). A presente tese estrutura sua orientação transformadora na consolidação e difusão dos aspectos e valores ligados à agroecologia, com detalharemos nas próximas seções.

Temos ainda como um elemento contextual importante na trajetória da UFRJ, o Plano Diretor UFRJ 2020 Aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de novembro de

2009. A consideração de seus princípios e valores são importantes para o presente estudo.

Três ideias básicas ou princípios fundamentam o PD UFRJ-2020 e suas diretrizes gerais, dos quais alguns são importantes para a presente tese. A diretriz da *Dupla integração: uma universidade integrada que se integra à cidade*, ressalta como o campus da UFRJ deve estar aberto para a cidade, acolhê-la, ou seja “a integração interna da UFRJ é inseparável da integração da UFRJ à cidade (e também, ao Estado e ao país)” (UFRJ Plano Diretor,, 2011, p.16). Neste sentido e na presente tese, esta relação campus e cidade é particularmente explorada no tema da Feira Agroecológica.

Outra diretriz é o *Plano de longo prazo*, ou seja, o princípio do planejamento de longo prazo, definindo como horizonte o ano 2020. O próprio documento do Plano Diretor, apresenta uma série de visões – na forma de ilustrações - de como seria o campus da UFRJ na perspectiva de determinados valores. Neste sentido o Plano Diretor não nega suas raízes na prática de projeto que se baseia na constituição de cenários futuros para orientar e convergir o interesse dos mais diversos atores (Manzini et al, 2009).

Ressalta o Plano Diretor: “O diagnóstico da configuração atual da Cidade Universitária evidencia a inspiração direta das concepções modernistas prevaletentes nos anos 40 e 50, marcadamente rodoviaristas e funcionalistas, que acabaram produzindo um espaço desintegrado, em que se distribuem edificações em lotes generosos, com pouca ou nenhuma interconexão, separados por grandes espaços com função meramente paisagística” (UFRJ Plano Diretor, 2011, p. 29).

No sentido de superar este contexto, o Plano Diretor apresenta o que é chamado de Partido Urbanístico Ambiental que, baseado em diversos estudos, expressa os diversos valores desejados para o campus.

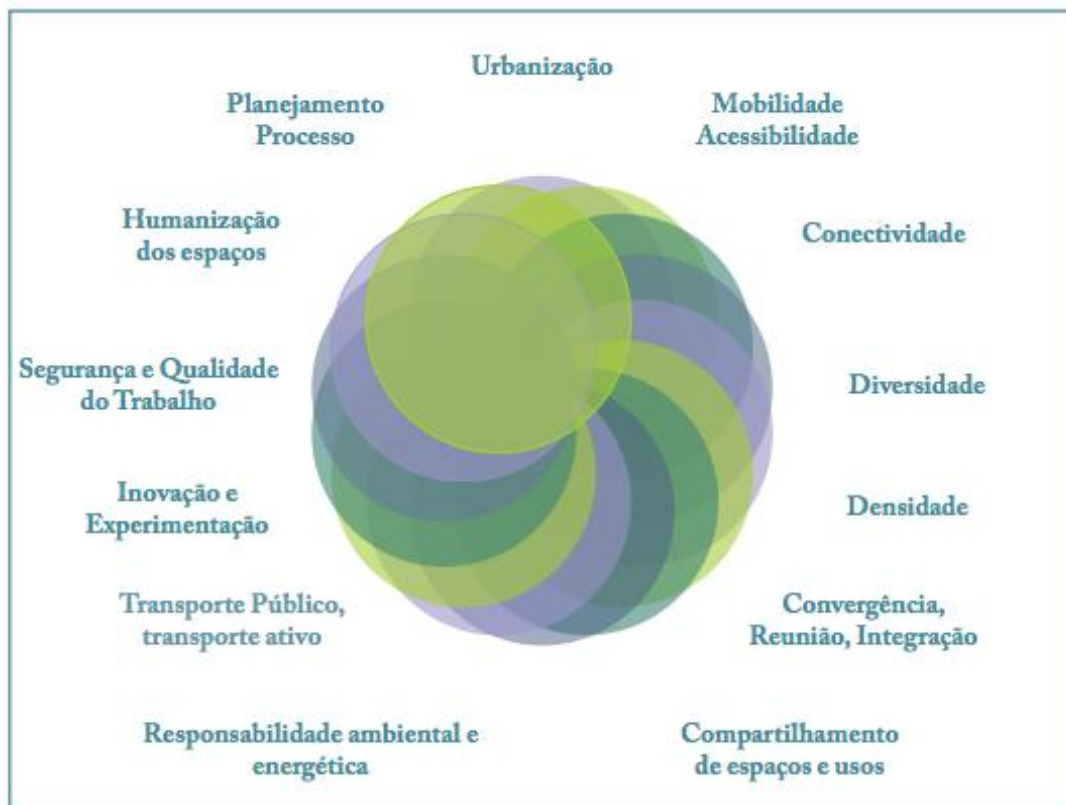


Figura 2 - Valores inerentes ao Plano Diretor da UFRJ (denominado Partido Urbanístico Ambiental). Fonte: UFRJ Plano Diretor, 2011

Não é nossa intenção detalhar todos os aspectos no presente texto, que estão disponíveis em documentação pública, mas sim indicar a existência de um horizonte de valor também para as transformações físicas no campus da UFRJ, que se tornam interação entre as pessoas, os espaços e na perspectiva extensionista, também com a sociedade. Apresenta-se a presente tese, enquanto descreve e estuda uma ação também realizada no espaço físico da UFRJ alinhada com estes valores, no que tange à questão da alimentação e da agroecologia. A sinergia destes valores pode ser considerada caso a caso. No caso do Plano Diretor traduziu-se em um conjunto de políticas.

Reconhecemos na fala do então reitor professor Aloisio Teixeira na apresentação do Plano Diretor 2020 transcrito em parte no início desta seção, a vontade de mudança. O fato da UFRJ estar em uma ilha, isolada da cidade, acabou por também isolar entre si, varias unidades acadêmicas no seu interior. Um dos desafios do plano diretor é justamente promover essa dupla integração da universidade inter e extra muros, como

também rearranjar e/ou conceber as estruturas físicas de forma a provocar espaços que favoreçam o diálogo transdisciplinar (UFRJ, 2013).

5.3 A UNIVERSIDADE PRESENTE E FUTURA

Tendo visto quanto descrito acima, o presente estudo descarta a concepção de interdisciplinaridade como instrumento para a apenas uma integração formal e burocrática das disciplinas. A disciplina, como nos diz Ivani Fazenda (2011), é entendida e norteadada pela consideração do homem enquanto ser no mundo. O espaço universitário conforma-se assim como local para o livre exercício em busca “das verdades”, ultrapassando as barreiras, entre as pessoas e, posteriormente, entre as disciplinas. Abre-se uma nova perspectiva de proposta epistemológica baseada em uma ética da outridade³⁵ fundamentada na diversidade cultural dos saberes locais eliminando a supremacia do conhecimento científico (LEFF, 2010).

A Universidade portanto torna-se um elemento chave para o desenvolvimento de atividades que transcendam barreiras em direção ao diálogo com os conhecimentos não sistematizados. Dessa forma, a transdisciplinaridade se revela um recurso ideal para universidade que se prepara para resoluções de complexos problemas contemporâneos. A ação transdisciplinar não se limita a reunir ou fazer dialogar duas ou mais disciplinas, pelo contrário, as disciplinas convivem numa interação contínua e ininterrupta sem ter a preocupação de limitar as ações conforme a área do conhecimento. (Krausz, 2011)

Roberto Bartholo (In BURSZTYN (org), 2001) discorrendo sobre o pensamento de Wilhelm von Humboldt, reconheceu o quão contemporânea é a discussão travada pelo autor. Segundo Bartholo, Humboldt em 1792, após a Revolução Francesa, inquietou-se com a influência dos ideários iluministas nas universidades. A inquietação maior era a possibilidade da atividade científica ser reconhecida como geradora de “conhecimentos úteis”. As prescrições do Estado sobre condutas as necessárias para a

³⁵ Designa o encontro com o Outro, “absolutamente o outro” (LEFF, 2010).

conformação dos conhecimentos no espaço universitário ameaçavam a construção ética das pessoas. A supressão da liberdade para as escolhas de seus próprios caminhos, tornariam as pessoas, segundo Humboldt “uma multidão de ferramentas animadas e inanimadas, e não uma multidão de forças ativas e sensíveis”.

A contemporaneidade percebida entre a universidade discutida por Humboldt e a Universidade do século XXI, é revelada pela necessidade de libertação do ideário industrialista que transformou a universidade de hoje em uma linha de montagem (currículo) tendo o estudante como matéria prima e o professor convertido em agente/ferramenta na unidade operacional – o departamento. A universidade contemporânea se confronta, como nos diz Marcel Bursztyn (2001), com as questões éticas que envolvem a produção científica e o necessário desenvolvimento sustentável. O autor considera que a eminência da autodestruição da humanidade vem exigindo mudanças de consciência em relação ao papel da ciência e da tecnologia com foco na solidariedade com as gerações futuras e entre grupos sociais.

A homogeneização das situações na formação universitária, segundo Roberto Bartholo (2001), vem desqualificando os conhecimentos das culturas regionais tutelando a produção para uma dimensão de formação especialista para atendimento do mercado globalizado. Dessa forma, a concepção de universidade que norteia a discussão do presente estudo, toma como base o projeto humboldtiano que vincula a atividade científica a uma correspondência ética com a vida e sendo estruturada, conforme Humboldt, para “metamorfosar tanto mundo quanto possível na própria pessoa [...] pela vinculação de nosso eu com o mundo para as mais gerais, provocantes e livres relações” (BARTHOLO In BURSZTYN (org), 2001). O que também requer a percepção do potencial agregador contido em uma visão generalista, atributo essencial ao enfrentamento de problemas complexos que à humanidade vem se apresentando (BURSZTYN, 2001).

PARTE II - CONTEXTUALIZAÇÃO:

A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFRJ: UM TESTEMUNHO

6 PRIMEIRO MOMENTO: CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA FEIRA

6.1 A HISTÓRIA

Quando eu trouxe a taioba ninguém conhecia, eu explicava que era gostosa, ensinava como preparar. Hoje? Hoje eles vêm procurar a taioba. Eu conto para os meus filhos e pros meus amigos que eu ensinei coisa para gente de universidade!

Agricultora Maria

Eu, pesquisadora, formada em Nutrição pela própria UFRJ, ocupava em 2009 a direção do RU, em parceria com professoras do Instituto de Nutrição, éramos responsáveis pelo planejamento das refeições a serem oferecidas aos servidores e estudantes da UFRJ. Alinhando-se ao contexto de segurança alimentar e nutricional que norteavam as políticas de alimentação no país, decidimos pela inserção de alimentos provenientes da agricultura familiar no cardápio do restaurante.

Coincidentemente, nesse mesmo período, o Grupo de Agroecologia e Permacultura Capim Limão, criado em 2006 por estudantes de Biologia, buscou a direção do recém-inaugurado RU para discutir exatamente a possibilidade de aquisição, por parte da UFRJ, da produção agrícola familiar do estado.

Paralelamente a representante da Agência UFRJ de Inovação, procurou o Restaurante Universitário percebendo que a retomada da alimentação no campus se apresentava de forma bastante diferenciada e com forte caráter inovador, reconhecendo princípios do movimento *Slow Food* e do papel de compromisso social de universidade pública.

A ASPTA e a ABIO foram convidadas para contextualizarem a temática da agricultura familiar no Rio de Janeiro e para facilitar o contato e convite aos produtores. A pouca organização dos agricultores familiares e a necessidade diária de consumo no RU conduziram a reflexão sobre outro modo de disponibilizar esses alimentos à

comunidade universitária. A alternativa encontrada foi à implantação de uma feira livre para comercialização direta desses produtos, conforme os seguintes passos.

- Aproximação e diálogo com organizações e entidades civis ligadas ao tema da agricultura familiar, dando ênfase a de base ecológica.
- Constituição do Grupo Organizador da Feira composto por estudantes, professores, técnicos e agricultores.

A princípio, foram elencados três pré requisitos para os candidatos a participarem da Feira. O primeiro foi o de ser vinculado a uma associação ou cooperativa valorizando assim a organização coletiva desses trabalhadores, ter as propriedades situadas em regiões periurbanas a cidade do Rio de Janeiro e estarem presentes nos dias da feira e das reuniões.

Formou-se, então, o Grupo Organizador da Feira, juntamente com representações de docentes do Instituto de Nutrição; servidoras técnicas da administração central da UFRJ; discentes do Instituto de Biologia, e agricultores de seis associações localizadas em seis diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Em uma das reuniões de organização os agricultores apresentaram a preocupação de ser o campus um “lugar diferente” daqueles que estavam acostumados a comercializar sua produção. Solicitaram a realização de um “teste” para conhecer o interesse das pessoas que estudavam e trabalhavam na universidade na aquisição desses tipos de alimentos.

O Grupo Organizador entendendo a apreensão dos agricultores sugeriu um evento em que a Feira estivesse inserida. Surgiu então, o I Encontro de Sabores e Saberes realizado em um dia, reunindo 15 barracas de agricultores e de trabalhos científicos sobre alimentos confirmando o interesse da comunidade universitária em relação à Feira. Mesmo com o resultado positivo das vendas os agricultores ainda demonstravam insegurança e apontaram para a necessidade da realização de um outro evento envolvendo apenas a Feira desassociada de qualquer outra atração.

O Grupo Organizador sensível a questão reconheceu a legitimidade dessa

preocupação considerando os agricultores enquanto trabalhadores. Sendo assim, no dia 03/12/2009, ocorreu o segundo “teste” de aceitação da Feira no campus resultando na decisão coletiva e definitiva de implantação da Feira no campus.

Acertado o dia da inauguração, passou-se a discutir o funcionamento propriamente dito da Feira: aluguel e divisão das barracas, seleção do que vender, transporte e guarda das mercadorias. Nessa etapa, a escolha do nome apareceu e se constituiu como fato revelador da diversidade de opiniões coerente com composição diversificada do Grupo Organizador.

A isenção de taxas pactuou compromissos de ambas as partes, da UFRJ e dos agricultores. A UFRJ cedeu espaço para a realização da Feira na ilha da Cidade Universitária, de modo que o RU assumisse as refeições dos agricultores e, a esses, a responsabilidade do transporte e a comercialização dos alimentos.

Em sua primeira formação a Feira contou com aproximadamente trinta famílias distribuídas em 6 associações de agricultores conforme Tabela 6 a seguir.

Tabela 5 - Composição inicial da Feira Agroecológica da UFRJ/2010

GRUPO	MUNICÍPIO
AFOJO Associação produtores rurais, artesãos e amigos da micro bacia do Fojo	Guapimirim
APFASB Associação dos produtores familiares e amigos da Serra do Barbosão	Tanguá
APOP Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis	Petrópolis
COOPAGÉ Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé	Magé
SerOrgânico Associação de produtores e agricultores orgânicos de Seropédica.	Seropédica
UNIVERDE Cooperativa de Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos	Nova Iguaçu

Apesar de termos em torno de trinta famílias envolvidas no envio de alimentos para a Feira, contávamos efetivamente com 15 pessoas responsáveis pela comercialização no campus. Na Tabela 7 a seguir, apresentamos resumo do perfil desses participantes.

Tabela 6 - Perfil dos participantes presenciais da Feira Agroecológica da UFRJ

SEXO	
Feminino	11
Masculino	4
1 – ESCOLARIDADE	
Fundamental incompleto	5
Fundamental completo	5
2º Grau incompleto	2
2º Grau Completo	2
Não soube informar	1
2 - FAIXA ETÁRIA	
Média etária dos homens	54
Média etária das mulheres	40
3 - POSSE DA TERRA	
Comodato	3
Arrendamento	9
Meeiro	1
Proprietário	1
Assentamento	1
4 - RELAÇÃO COM A FEIRA	
Feirante	2
Agricultor feirante	13

Sobre os dados do item 3 cabe esclarecer que a categorização em comodato, arrendamento e meeiro decorreu a partir das informações dos agricultores, conforme descrito a seguir:

a) comodato - “o dono nem vem aqui, ele não precisa disso aqui não, só falou pra cuidar como se fosse meu”; “eu só tenho que manter tudo limpinho, eu não pago nada”; “o dono é meu amigo e deixa eu e minha família morar de graça”.

b) arrendamento - “pago aluguel”; “pago um valor mensal pra plantar só num pedaço do sítio”.

c) meeiro – “tudo que a gente planta é meio a meio com o dono”.

Como observado na Tabela 7 a maioria que lida com a terra e atua no cultivo, no processamento e na comercialização dos alimentos na Feira é do sexo feminino. Em relação à presença do próprio produtor na Feira, apenas duas mulheres, uma filha e outra sobrinha, não se envolviam com o cultivo mas compareciam no dia da Feira para ajudar “nas vendas” da produção da família.

A partir de 29 de abril de 2010 variedades de frutas, hortaliças e produtos processados passaram a ser comercializados na Feira (Foto 1 e 2) dentro do campus. A dificuldade dos pequenos agricultores no atendimento das normas sanitárias na produção de alimentos de origem animal inviabilizou a sua comercialização.

Foto 1: Primeiro dia da Feira no Restaurante Universitário



Foto 2: Membros da Feira Agroecológica



O grupo de estudantes do Projeto Capim Limão apresentou proposta para a manutenção de uma barraca na Feira para a divulgação dos princípios da agroecologia tanto para os consumidores quanto aos agricultores. Aos estudantes coube então, a organização da barraca com o material por eles produzido e a presença de no mínimo um representante nos dias da Feira (Foto 3).

Foto 3: Barraca do grupo de estudantes do Projeto Capim Limão.



A construção dos processos de decisões coletivas apontou o reconhecimento da importância do diálogo para gerenciamento das ações na implantação e funcionamento da Feira. Inicialmente foram acordados encontros semanais entre os membros do Grupo Organizador logo após o término da Feira. A realização da reunião coincidindo com o dia da Feira foi condição impreterível apresentada pelos agricultores para garantir sua presença.

De antemão o Grupo Organizador já tinha o relato da ABIO e da AS-PTA sobre os entraves em relação ao transporte e a certificação da produção orgânica de pequena escala. Podemos verificar na Tabela 8 a dificuldade dos agricultores da Feira para trazerem seus produtos pra o campus.

Tabela 7 - Situação dos grupos de agricultores em relação ao transporte

ASSOCIAÇÃO	VEÍCULO		
	PRÓPRIO	ALUGADO	SECRETARIA LOCAL DE AGRICULTURA
AFOJO			X
APFASB			X
APOP	X		
COOPAGÉ		X	
SerOrgânico	X		
UNIVERDE			X

A APFASB e a UNIVERDE apresentaram dificuldades na assiduidade e/ou pontualidade por depender de veículo cedido pela prefeitura local. Os estudantes e os agricultores apresentavam ao Grupo Organizador a possibilidade na utilização da frota de veículos da universidade, enquanto técnicos e docentes reconheciam o papel político da UFRJ junto às secretarias de agriculturas municipais (Figura 3), bem com a precariedade do setor de transporte da universidade.

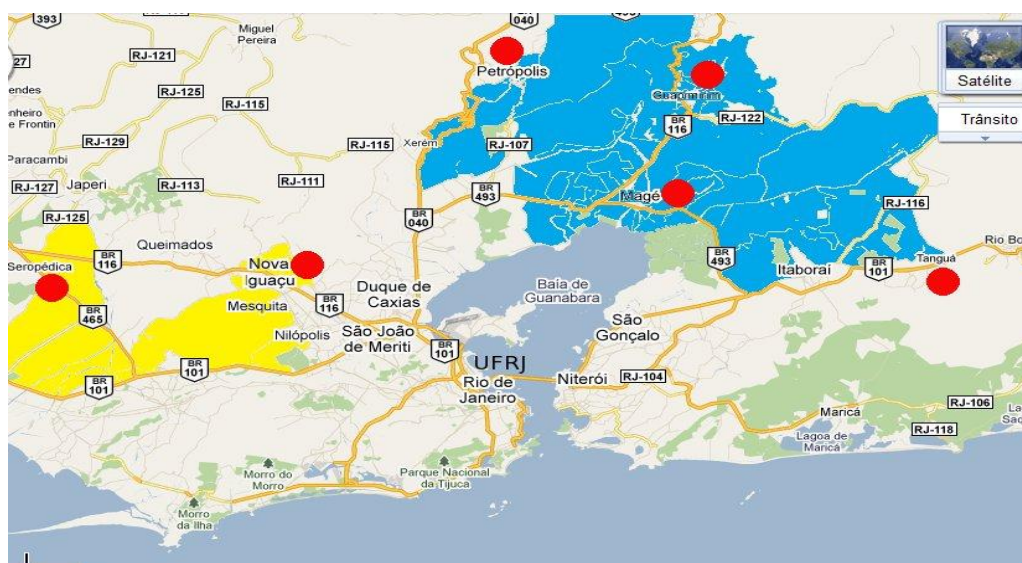


Figura 3: Localização dos municípios componentes da Feira

Após ponderações e esclarecimentos o Grupo Organizador decidiu pela intercessão da UFRJ com o envio e/ou agenda de visita com os respectivos secretários municipais de agricultura. Ocorreram dois contatos, Tanguá e Nova Iguaçu Entretanto, apesar da realização dos contatos (ANEXO III), no mesmo ano, 2010, a APFASB formalizou sua saída da Feira pela descontinuidade do transporte municipal.

A exigência da certificação seguindo as leis da produção orgânica não foi utilizada, *a priori*, como critério de seleção dos integrantes da Feira. As organizações sociais AS-PTA e ABIO esclareceram que a transição para uma agricultura de base ecológica legalizada se constituía em um período desgastante requerendo apoio para que tal mudança se efetivasse. A Tabela 9 demonstra a situação inicial dos agricultores em relação ao processo de certificação:

Tabela 8 - Situação dos grupos de agricultores em relação a certificação da produção.

ASSOCIAÇÃO	Certificado	Em transição	Sem certificação
AFOJO			X
APFASB		X	
APOP	X		
COOPAGÉ			X
SerOrgânico	X		
UNIVERDE		X	

Os agricultores não certificados demonstraram a vontade de adquirir a certificação na perspectiva de ampliar as possibilidades de escoamento da produção para mercados institucionais. A ação conjunta de estudantes, professores e técnicos possibilitou o processo gradual de transição agroecológica com a certificação dos agricultores em um prazo máximo de 12 meses. Tal ação será relatada em capítulo posterior.

Continuando a discorrer sobre a história da Feira, nos seis primeiros meses de funcionamento da Feira foi realizado um levantamento sobre os itens comercializados, conforme listados a seguir:

Alimentos *in natura* – abacate, abóbora, abobrinha, acelga, acelga de folha, acerola, agrião, aipim, alface, alface americana, alface crespa, alface lisa, alface roxa, alfavaca, alho-poró, almeirão, banana d’água, banana figo, banana maçã, banana ouro, banana prata, banana vinagre, batata doce, berinjela, bortalha, beterraba, brócolis, cacau, cajá, capim limão, carambola, cebola, cenoura, cerralha, cheiro verde, chicória frissé, chicória lisa, chuchu, coco, coentro, couve, couve chinesa, couve flor, espinafre, feijão, hortelã, jiló, João-gomes, laranja, limão, mamão, manjericão, maxixe, palmito de pupunha, pepino roxo, pepino verde, pimenta, radicho, rúcula, salsa, salsa crespa, salsa lisa, salsão, taioba, tangerina, tomate perinha e tomate.

Alimentos minimamente processados: aipim ralado, aipim descascado, rolete de cana de açúcar, coloral, erva doce e farinha de inhame.

Alimentos processados: banana passa, bolo de aipim, cocada, cocada abóbora, cocada de mamão, cocada de maracujá, compota de jiló, curau, doce de abóbora, doce de abóbora com coco, doce de amora, doce de banana, doce de cajá, doce de laranja, doce de laranja da terra, doce de limão galego, doce de maracujá em calda, doce de tangerina, geleia de acerola, geleia de amora, geleia de amora, geleia de cajá, geleia de laranja, geleia de maracujá, geleia de pimenta, geleia de pimenta, goiabada cascão, jaca cristalizada, mel, mel com favo, pães, pimenta em conserva, pó de café e própolis.

Plantas ornamentais: avenca, begonha, palmeira, arruda e roseira.

Outros: bio-fertilizante, terra para plantio.

A Feira tornou-se foco de convites para participação em eventos realizados na universidade. A maioria dos eventos permitia a comercialização dos alimentos, entretanto dependendo da temática ou da estrutura do evento havia pouco interesse do público na aquisição de alimentos *in natura*.

Por muitas vezes era solicitada a presença da Feira durante toda a duração do evento, o que dificultava o retorno do agricultor ao seu município de origem. Sem contar que muitas das participações exigiam que os agricultores viessem ao Rio de Janeiro mais de uma vez na semana já que a data não coincidia com o dia de realização da Feira Agroecológica na UFRJ.

A seguir, alguns eventos que a Feira Agroecológica da UFRJ participou nos dois primeiros anos de existência:

Semana Cultural Samira Mesquita

- Data do evento: 24 a 27 de maio de 2010
- Data da participação da Feira: 27 de maio de 2010
- Local: Pátio da Reitoria
- Horário: 10:00 às 16:00 hs
- Descrição do evento: Evento em homenagem à Prof^a Samira Mesquita.

Descrição da participação da Feira: A Feira foi montada no *hall* do prédio da Reitoria para a exposição e venda de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente

- Data do evento: 08 de junho de 2010

- Data da participação da Feira: 08 de junho de 2010

- Local: Hall do Bloco A – Centro de Tecnologia

- Horário: 10:00 às 16:00 hs

- Descrição do evento: Evento em homenagem ao dia Mundial do Meio Ambiente.

- Descrição da participação da Feira: A Feira foi montada no *hall* do Bloco A do Centro de Tecnologia para a exposição e venda de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Semana Carioca de Alimentação:

- Data do evento: 11 a 15 de outubro de 2010.

- Data da participação da Feira: 14 de outubro de 2010

- Local: Cinelândia – Centro do Rio de Janeiro

- Horário: 10:00 hs às 14:00

- Descrição do evento: Evento que integra a Semana Mundial da Alimentação.

- Descrição da participação da Feira: 1 barraca foi montada em uma tenda do evento, onde foram expostos produtos dos diversos agricultores. Estes produtos foram previamente adquiridos e pagos pelo Conselho Regional Nutricionistas Região 4 e levados para o evento apenas para a exposição e degustação dos transeuntes. A participação dos agricultores se deu com a troca de informações sobre os alimentos expostos e seu cultivo.

Nesse evento, o projeto Feira Agroecológica da UFRJ recebeu da Câmara Municipal do Rio de Janeiro uma homenagem em forma de Moção (ANEXO VII), parabenizando a iniciativa da UFRJ, em trabalhar com a questão agrícola e reconhecer a necessidade de gerar alternativas no modelo vigente de produção de alimentos e de escoamento dos alimentos produzidos por agricultores familiares.

II SIPAT Integrado do CT

- Data do evento: 23 a 26 de novembro de 2010.

- Data da participação da Feira: 25 de novembro de 2010

Local: Centro de Tecnologia do Campus da Ilha do Fundão - UFRJ

Horário: 9:00 às 15:00

- Descrição do evento: Este evento fez parte da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho do CT (SIPAT)

Uma barraca da Feira foi levada onde foram expostos para a comercialização, vários produtos dos diversos agricultores. Um agricultor ficou na barraca como representante, juntamente com uma representante do Instituto de Nutrição da UFRJ que orientava os consumidores sobre o risco do consumo de alimentos com agrotóxicos, salientando a importância de adquirir e consumir alimentos orgânicos. Foi feita uma planilha listando todos os produtos levados de cada agricultor, quantidade e preço. Após, o evento foi realizada uma prestação de contas e a avaliação positiva desse modelo de participação.

A partir dessas demandas o Grupo Organizador decidiu nomear um representante da Feira para receber os convites, avaliar previamente a possibilidade de participação a luz do interesse da promoção da agroecologia e da geração de renda para os agricultores. Após essa pré análise a proposta era apresentada ao coletivo para aprovação e adequação do tipo de participação.

Com essa contextualização sobre a história da Feira passo apresentar com maior detalhamento o que denominamos na metodologia de “Etapa A¹ Iniciativas Experienciadas”. Essas iniciativas foram derivadas dos debates e discussões coletivas

utilizando o recurso metodológico da observação participante na Feira propriamente dita e nas reuniões do Grupo Organizador da Feira.

Fizemos a opção de descrever as intercorrências e as estratégias discutidas visando dar ênfase ao esforço coletivo dos atores na busca de intervenções que visassem a sobrevivência do empreendimento “Feira”. Para melhor compreensão do leitor e percebendo sutis diferenças na natureza das discussões decidimos relatar as experiências vividas na Feira tendo como marco a sua inauguração. Questões do período de pré implantação da Feira.

6.1.1 Decisão sobre o nome da Feira

Em uma das primeiras reuniões (ANEXO IV) para definir o funcionamento da Feira, surgiu o ponto sobre a denominação e que ocupou grande parte das discussões. Por um lado, tinha-se o reconhecimento da responsabilidade e credibilidade da universidade com atenção as boas práticas de produção e a veracidade das informações disponibilizadas para o público. Nessa lógica, considerava-se que a adoção do termo “Orgânica” sintonizaria a Feira às ações legais recentes, na área da alimentação como o estabelecimento a criação da própria Lei da Agricultura Orgânica e da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os estudantes traziam a importância da discussão para além da “legalidade”, entendendo como fundamental o papel da universidade na promoção da interdisciplinaridade entre estudos ambientais, culturais e sociais para um campo carente de apoio de políticas específicas para o pequeno produtor. Para eles, a decisão pelo termo orgânica ou agroecológica para designar a Feira implicaria na adoção de parâmetros definidos pelo MAPA, aos quais os agricultores tinham muita dificuldade para a adequação. Como podemos observar na declaração de um dos componentes do Grupo Capim Limão, durante a reunião:

Assumir o nome orgânico ou agroecológico implica em seguir a Lei, o que traz pesos e obrigações aos agricultores, que têm demonstrado dificuldades em atendê-las, principalmente quanto aos produtos de origem animal e beneficiados, pois são muitas exigências para conseguir certificação dos mesmos e custa muito dinheiro (GRUPO CAPIM LIMÃO, setembro 2009).

Convidados a opinarem sobre a questão, representantes da ASPTA e ABIO chamavam a atenção do Grupo Organizador sobre a influência, de um ou de outro nome, para a inserção da temática na pauta interna da universidade. Na visão dessas organizações, a implantação de uma feira estabeleceria outras possibilidades de relação institucional e de pesquisa em torno do tema. Entretanto, também tinham enfoques polarizados entre o cumprimento da questão legal e a oportunidade de reflexão sobre flexibilização dessas normativas. As denominações ‘feira da roça’, ‘feira do pequeno produtor’ e ‘feira da agricultura familiar’ também apareceram como sugestão.

A diversidade dos grupos de agricultores em relação ao processo de certificação, conforme Tabela 10, acabou influenciando esse processo de escolha. O argumento do valor comercial agregado ao alimento denominado orgânico ou agroecológico foi utilizado, no debate, por aqueles agricultores que já possuíam a produção legalmente certificada.

Os outros agricultores, em transição do processo produtivo, reconheceram a contribuição da argumentação apresentada em relação ao aspecto legal. Todavia, resolveram optar pelo termo agroecológica entendendo que essa opção pudesse, além de, provocar discussões sobre as adequações legais, trazer a questão da biodiversidade e do comércio justo. Os estudantes concordaram com a proposta dos agricultores mas ressaltaram a importância da problematização dessas dificuldades com o público da universidade e o estreitamento do diálogo com os pares externos envolvidos com os movimentos sociais que acumulam discussão sobre o tema da agroecologia.

Norteadas pela mediação das “verdades” de cada um e assentadas na perspectiva intervencionista da pesquisa-ação, após dois encontros, com calorosos e/ou tecnicamente embasados debates, o termo agroecológica foi escolhido, por votação, para dar nome a Feira da UFRJ.

6.1.2 Interesse da comunidade universitária na Feira.

Com a denominação de Feira Agroecológica aprovada, os agricultores dos seis diferentes municípios do RJ, levaram uma demanda para os outros membros do Grupo. Os agricultores demonstraram desconfiança sobre o real interesse “das pessoas de universidade” em comprar legumes e frutas *in natura*. A dúvida era se aquelas pessoas que estavam trabalhando e estudando naquele lugar, “iriam ter tempo” de ir até a Feira.

Todo o Grupo discutiu e o que era incerteza dos agricultores encaminhou-se para a realização de um evento que pudesse avaliar o interesse da comunidade universitária. Ainda no ano de 2009, como primeira ação concreta do Grupo Organizador da Feira foi promovido no dia 21 de outubro o denominado I Encontro de Sabores e Saberes

Aproveitando a comemoração do Dia Mundial da Alimentação³⁶ foram elaboradas várias atividades, dentre elas a I Feira de Produtos Agroecológicos da UFRJ. Na área externa do Restaurante Universitário, foram dispostas 15 barracas expondo os produtos oriundos de agricultores familiares e trabalhos acadêmicos na temática da alimentação produzidos por docentes e discentes do Instituto de Nutrição e do Instituto de Biologia. O evento contou também com apresentações culturais em parceria com a Escola de Dança da UFRJ.

Uma feira experimental, descolada de qualquer evento ou comemoração, foi realizada no dia 03 de dezembro do mesmo ano. Esse segundo experimento, também foi derivado de solicitação dos agricultores com o intuito de confirmar a receptividade da universidade a comercialização desses alimentos *in natura* no campus. Acordou-se que durante os dois eventos os agricultores e também os outros membros do Grupo Organizador abordariam informalmente os consumidores buscando identificar o melhor dia e horário para a realização da Feira no campus.

Após os dois eventos o Grupo realizou reunião de avaliação e com o relato dos agricultores sobre as boas vendas ficou decidido a realização semanal da Feira

³⁶ O Dia Mundial da Alimentação é celebrado há 27 anos no dia 16 de outubro. A data marca a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cujo objetivo é elevar os níveis de nutrição e de desenvolvimento rural. O tema definido pela FAO para o ano de 2009 foi “Conseguir a segurança alimentar em época de crise” e para o ano de 2014 é “Preço dos alimentos – da crise à estabilidade” (www.consea.sp.gov.br/noticia.php?id=174).

Agroecológica da UFRJ nos jardins do Restaurante Universitário. Como resultado da enquete sobre melhor horário e data para a realização da feira, definiu-se a quinta-feira no período de 9:00h as 15:00h, contrariando nossa primeira hipótese de realização na sexta-feira a partir das 8:00h, entendendo a facilidade de se efetuar a compra antes de se dirigir para aula ou para o setor de trabalho e pela proximidade do final de semana, segundo observação da agricultora:

“Várias pessoas falaram que sexta a UFRJ fica vazia e que pouca gente chega antes das nove. Ah! Outra coisa, os meninos, olham e perguntam muiiiitooo (rs), mas quem compra mesmo são os adultos.”

Maria

O sucesso do I Encontro de Sabores e Saberes além de propiciar o conhecimento do real interesse da comunidade universitária em relação à Feira despertou a vontade do Grupo Organizador em consolidá-lo na agenda anual da universidade, tendo o Instituto de Nutrição e a Agencia UFRJ de Inovação como parceiros da realização.

A presença de docentes, discentes e técnicos concedeu representatividade ao Grupo Organizador da Feira fazendo crescer sua legitimidade perante a comunidade universitária. Já com quase um ano de existência e explorando as redes de relações das três categorias envolvidas em sua organização, o II Encontro de Sabores e Saberes foi realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2010. As atividades foram ampliadas principalmente na período de duração e nos aspectos de atrações culturais e discussões político científicas.

Por ter ocupado cargos na Creche Universitária, nos antigos “bandejões” e pelo trabalho desenvolvido a frente do novo RU minha rede de relações internas havia sido bastante ampliada. O conhecimento de pessoas em setores estratégicos da UFRJ, como comunicação, licitações, ordenamento e transporte, facilitou toda a estrutura e logística para a realização de um evento de maior dimensão (Foto 4).

Foto 4: Tenda localizada nos jardins do Restaurante Universitário e que abrigou o II Encontro de Sabores e Saberes.



Foto 5: Trabalhos acadêmicos sendo avaliados



Os docentes buscaram a ampliação da exposição e premiação de trabalhos científicos (Foto 5), bem como a organização de mesas redondas envolvendo os debates nacionais em torno do tema da agroecologia e o consumo de agrotóxicos no Brasil (ANEXO VI).

O número de barracas foi aumentado para 30 unidades estendendo convite para que entidades governamentais, como o MAPA e o MDA, e organizações não governamentais envolvidas com a temática da produção orgânica pudessem ocupa-las expondo suas publicações e informativos

O evento teve a duração expandida para dois dias ocorrendo apresentação de grupos culturais da própria universidade (Foto 6) e também ocorreu abertura para que artesãos (Foto 7) indicados pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) do município do Rio de Janeiro comercializassem suas produções.

Foto 6: Companhia Folclórica da UFRJ no II Encontro de Sabores e Saberes



Foto 7: Barracas de artesãos indicados pela SEDES.



A partir desse segundo evento, foram inseridas atividades envolvendo saberes tradicionais variados com convites a pescadores, quilombolas entre outros. O III

Encontro de Sabores e Saberes aconteceu nos dias 19 e 20 de outubro de 2011 sendo elaboradas rodas de conversa (Foto 8) sobre o palmito de pupunha³⁷ na qual o agricultor pode contar a história de sua plantação familiar, a forma de cultivo, colheita e de preparo para um variado público composto por funcionários, estudantes, visitantes e os próprios feirantes (Foto 9).

Foto 8: Roda de Conversa no III Encontro de Sabores e Saberes.



³⁷ *Bactris gasipaes* Kunth, conhecida pelos nomes comuns de pupunha, pupunheira e pupunha-verde-amarela. A pupunheira é uma planta originária da Região Amazônica que produz frutos e palmito para consumo humano. O palmito da Pupunheira, além de saboroso, possui uma característica única entre os demais, ele não escurece após o corte, podendo ser consumido da maneira tradicional em conserva, como também *in natura* ou minimamente processado (<http://tvbrasil.ebc.com.br/sabadosazuis/episodio/palmito-de-pupunha>).

Foto 9: Agricultor demonstrando o processo de descasque do palmito de pupunha no III Encontro de Sabores e Saberes



Por iniciativa do Instituto de Nutrição a partir do IV Encontro de Sabores e Saberes o evento passou a compor o calendário da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) obtendo verbas específicas para sua realização. Ocorreu avaliação do Grupo Organizador e apesar do reconhecimento em relação ao financiamento e da inclusão do Encontro em evento de relevância nacional, os agricultores demonstraram insatisfação quanto as vendas realizadas, já que segundo eles é “um evento de estudantes muito pequenos, nem eles compram e nem as professoras. Elas não tem como cuidar dos meninos e carregar as compras.”

No ano de 2014, derivado das avaliações do Grupo Organizador, o evento recebeu um novo formato, acontecendo em duas etapas. No mês de agosto, no dia 31, em comemoração ao dia do nutricionista, integrando a jornada de pós graduação do Instituto de Nutrição, e em um segundo momento, no mês de outubro, integrando a SNCT, ambos ocorrendo numa quinta-feira. A avaliação do Grupo Organizador foi pela manutenção da Feira nos pontos fixos e montagem de barracas no evento com representantes dos agricultores e artesãos no momento do evento.

6.1.3 Atribuições das partes envolvidas: UFRJ e associações de agricultores.

Definido a denominação e o real interesse da comunidade universitária pela Feira constatada na primeira versão do Encontro de Sabores e Saberes, as questões de logística e de pontos práticos sobre o funcionamento apareceram nas reuniões do Grupo. Conforme já relatado, o transporte dos produtos e a sua comercialização no campus seria de responsabilidade dos agricultores. A universidade se comprometeu em disponibilizar o espaço para a montagem e guarda das barracas e garantir a oferta do café da manhã e almoço no Restaurante Universitário no dia da realização da Feira. Aos agricultores também eram disponibilizada água para beber e banheiros.

A princípio, através de projeto de pesquisa de um dos professores que compunham o Grupo efetivou-se aluguel das barracas sem custo para os agricultores. Em tempo curto, obtivemos recursos financeiros através de projeto encaminhado ao Banco do Brasil e efetuamos a aquisição de 16 barracas. A divisão se deu da seguinte forma: 15 barracas divididas entre os agricultores e 1 para o Grupo Capim Limão.

Os próprios agricultores eram responsáveis por montar, desmontar e guardar as barracas em sala especificamente destinada no próprio RU. O *design* das barracas bem como seu logotipo (Figura 4) foram idealizados pela profissional de design Laura S. Cota, mestranda do programa de pós graduação da COPPE/UFRJ, a qual tinha como objeto de sua dissertação a Feira Agroecológica da UFRJ.



Figura 4 - Logotipo da Feira Agroecológica

Com o intuito de visualizar os sequência dos acontecimentos apresentamos a linha do tempo com o registro dos fatos marcantes.

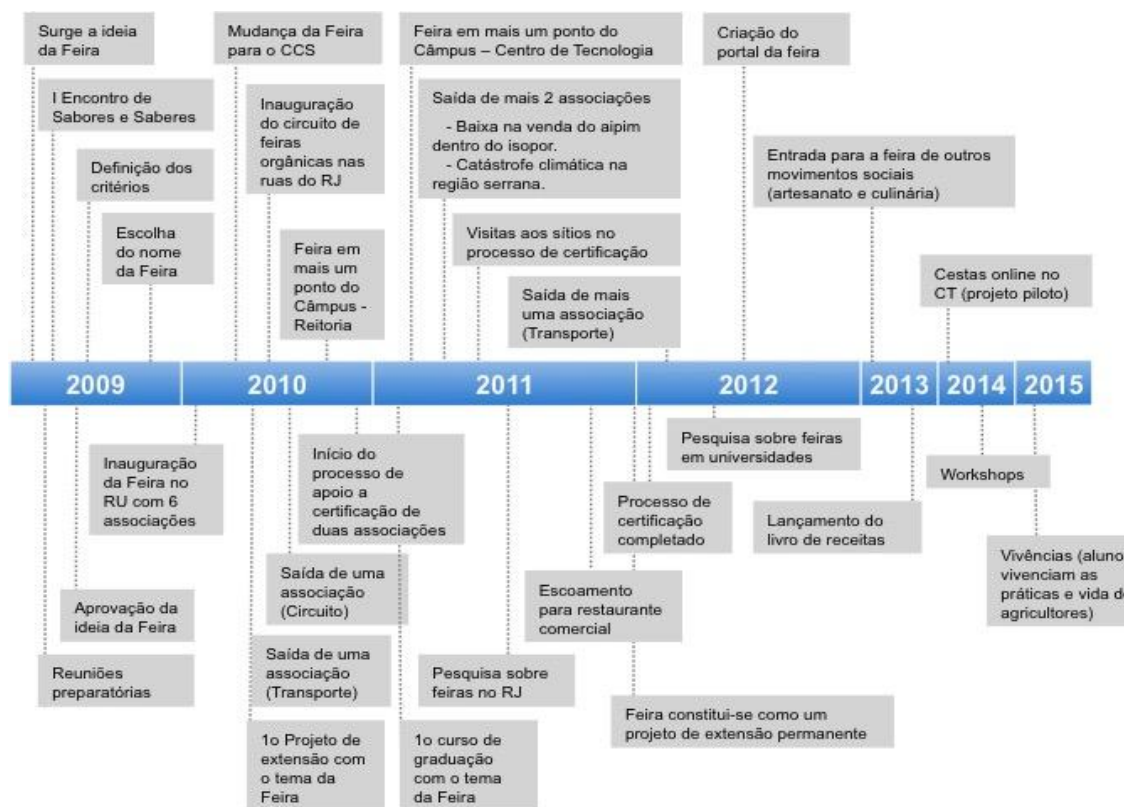


Figura 5 - Linha do Tempo dos Acontecimentos da Implantação da Feira

6.2 QUESTÕES DO PERÍODO DE PÓS-IMPLANTAÇÃO DA FEIRA.

6.2.1 Inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas em seis bairros do RJ.

As políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e as prementes transformações necessárias nos paradigmas de produção e consumo vinham provocando maior organização das ações que envolvam os agricultores familiares, em particular os agroecológicos, evidenciando-se o aumento no aparecimento de feiras livres em todo o país.

No Rio de Janeiro a ABIO em parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura do Rio-SEDES definiram a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas instalando, a partir de maio de 2010, feiras nas ruas da zona sul do RJ, sendo a primeira no bairro Peixoto em Copacabana (Fotos 10 e 11).

Segundo a ABIO, a escolha dos locais se justificou pelo já existente interesse sobre alimentos orgânicos naquela região da cidade, fato que favoreceria o sucesso da ação possibilitando também o acúmulo de experiência para momentos que exigiriam ações mais desbravadoras. A ABIO desde sua fundação, em 1985, procurou apoiar ações que favorecessem a comercialização dos orgânicos inclusive sendo responsável pela fundação da Feira Ecológica da Glória, a primeira de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro (FONSECA, 2009).

Foto 10: Circuito de Feiras Orgânicas – Feira do bairro Peixoto (Copacabana).



Foto 11: Circuito de Feiras Orgânicas – Feira do bairro Peixoto (Copacabana).



Com a rápida expansão do Circuito para outros bairros do RJ como Ipanema, Leblon, Jardim Botânico e Flamengo, ocorreu a chamada de agricultores para atender as vagas disponibilizadas. A notícia sobre essa demanda foi amplamente divulgada entre as associações e cooperativas do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que característico desses tipos de movimentos sociais, os agricultores do Rio de Janeiro estão sempre se encontrando em oficinas, seminários e reuniões. Nesses encontros o comentário positivo sobre as vendas na Feira do Bairro Peixoto foi sendo propagado.

Essas notícias provocaram, durante reunião do Grupo Organizador da Feira da UFRJ, a citação sobre os preços de vendas praticados nas feiras localizadas nas ruas zona sul do RJ e na Feira Agroecológica da UFRJ. Com a argumentação sobre o custo diferenciado da produção orgânica certificada, alguns agricultores sugeriram que na UFRJ fossem adotados os mesmos preços praticados no Circuito de Feiras Orgânicas. Outras observações completavam o argumento como podemos observar na fala de um dos agricultores:

Nas feiras do Circuito, [pausa na fala] a gente tá nas ruas, na rua a gente vende mais e ainda pode cobrar um preço melhor. Os consumidores de lá (zona sul) já sabem que o alimento orgânico é bom para saúde dele e para o ambiente.

Segundo o agricultor apesar dos consumidores do campus pertencer a uma universidade, “a maioria ainda não valorizava alimento produzido sem venenos”.

O assunto se constitui tema em uma das reuniões gerando grande debate entre os componentes do Grupo Organizador, mas a riqueza da discussão se deu entre os próprios agricultores. Os agricultores certificados demonstravam consciência da importância de sua contribuição na transformação das práticas agrícolas dominantes. Com um discurso mais politizado falavam sobre o custo social e ambiental de uma produção convencional paga não por um consumidor, mas por toda a sociedade.

Por outro lado, os agricultores não certificados, apesar de reconhecer o manejo da terra sem utilização química como fator contribuinte para a qualidade e conservação do ambiente, para a sua saúde e dos consumidores, apresentavam a ideia do custo enxuto. Eles afirmavam já que a UFRJ garantia as barracas e oferta de refeições, os gastos diminuía e, em contrapartida dever-se-ia aplicar preços com margens de lucro coerentes.

O debate incluiu os marcos conceituais que definem o que é ser “agricultor orgânico e agricultor agroecológico”, tema esse que foi se inserindo cotidianamente tanto nos encontros da Feira quanto nos organizados por entidades que se ocupavam da temática como nos encontros metropolitanos de Agroecologia do RJ. Os estudantes do Capim Limão propuseram a constituição de um grupo de estudo sobre agroecologia e produção orgânica. A proposta foi aceita e os estudantes se comprometeram a cada início de reunião do Grupo Organizador da Feira apresentar painéis temáticos de aproximadamente 20 minutos de duração.

Outros agricultores contestavam afirmando que a atividade de formação de preços estava diretamente ligada aos custos de produção e não somente a localização da Feira. Dessa forma, uma das associações que ao entrar para o grupo da UFRJ já tinha seu processo de certificação da produção orgânica concluído oficializou sua saída para compor o Circuito.

A saída de um dos grupos que compunha a Feira da UFRJ evidenciou mais uma fragilidade da nossa Feira. Além de não estar na rua, ser regida por calendário

específico, sua localização era considerada área que ainda os consumidores estavam formando o hábito de valorizar e adquirir o alimento agroecológico.

No artigo “Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor”, Eduardo Mazzoleni e Jorge Nogueira (2006) evidenciam a influencia do processo de certificação na adequação do manejo otimizando o trabalho pela utilização de tecnologias mais apropriadas. Segundo os autores o incremento da produtividade é registrado quando se atinge a harmonia do ecossistema correspondendo maior preço de venda com a possibilidade comercializar com o prêmio sobre o preço convencional, por ser certificado como orgânico.

6.2.2 A Feira em outros pontos do campus

Com uma grande área física que comporta em seu interior quatro grandes centros do conhecimento: Centro de Ciências da Saúde, Centro de Letras de Artes, Centro das Ciências da Matemática e da Natureza e Centro de Tecnologia, o campus da UFRJ se conforma como uma verdadeira cidade. Cerca de 80 mil pessoas circulando por dia, a Ilha da Cidade Universitária enfrenta as dificuldades de qualquer outra cidade, dentre elas a mobilidade de seus ocupantes.

A Feira, em maio de 2010, ou seja, um mês após sua inauguração, recebeu convite do Superintendente de Extensão do Centro de Artes e Letras para participar do evento “Semana Cultural Samira Mesquita” que se realizaria no *hall* do prédio da Reitoria. Com o intuito de dar visibilidade a Feira, como também atender a solicitação de parceiros que haviam apoiado a implantação da Feira no campus, levamos para o Grupo Organizador a discussão sobre o aceite do convite.

Efetivada a nossa participação no evento, estabeleceu-se o interesse mútuo de permanência da Feira naquele espaço. Por um lado os agricultores identificaram ali um latente potencial de vendas e, os organizadores do evento relataram os inúmeros contatos recebidos dos servidores que trabalham no prédio evidenciando a importância de se ter mais próximo um comércio de alimentos agroecológicos.

Em reunião do Grupo organizador os estudantes lembraram a importância de conscientizar o consumidor sobre um padrão de consumo mais colaborativo e coerente com os princípios da agroecologia: “ao invés de sairmos multiplicando a Feira pelo campus deveríamos educar o consumidor a se locomover até o alimento”, ressaltou o aluno.

O posicionamento dos estudantes guardava coerência com as discussões sobre o protagonismo dos consumidores na pretendida mudança do atual sistema alimentar, reconhecendo que o ato de consumo mesmo sendo uma ação micro impacta em decisões mais ampliadas, como por exemplo o que e como plantar (PORTILHO *et al*, 2011; PETRINI, 2009; LIEN, 2004)

Adicionei à discussão a perspectiva política de estarmos com a Feira naquele lugar, onde está situado o Gabinete do Reitor, todas as Pro Reitorias e suas instâncias administrativas. No meu entendimento a visibilidade e as possibilidades poderiam se ampliar a partir das novas relações a serem estabelecidas com as pessoas e seus respectivos saberes e conhecimentos.

Após réplicas e trélicas inclusive sobre o tamanho do campus, a real dificuldade de estacionamento e a necessidade real de geração de renda foi aprovada a proposta de realização da Feira em outro espaço. Entretanto, essas discussões perduraram até o mês de julho quando o recesso de férias se mostrou outro fator importante para a mudança de espaço, item que será discutido no próximo tópico.

6.2.3 Calendário escolar (férias, recesso e greve)

Uma das peculiaridades de um campus universitário é a rotina definida a partir do calendário escolar: feriados, recessos e férias. A Feira, ao se instalar na universidade, precisou se adaptar a essa dinâmica própria, ponto que não foi previsto com antecedência, ou seja, não houve a identificação prévia dessa contingência pelo Grupo Organizador.

Apesar de todos da comunidade universitária terem o direito de almoçar no

restaurante, o valor de R\$2,00 (período base 2008-2015) específico para estudantes atraía maior frequência desse segmento ao RU. O valor de R\$ 6,00 e as grandes filas não tornava o RU atrativo para os servidores. Estando a Feira, inicialmente, localizada nos jardins do RU no mês de julho com o recesso escolar a frequência diminuiu e o consequente declínio nas vendas apareceu.

Cada vez mais a Feira por não estar, como a maioria das feiras livres, em um logradouro público da cidade, apresentava seus aspectos diferenciados, e, portanto, requerendo a identificação de suas peculiaridades, item investigativo da presente Tese.

Conforme relatado pelos próprios agricultores, os estudantes não eram seus principais “fregueses”, mas adquiriam alimentos semi processados como a cana de açúcar cortadinha e o suco de frutas. Com três mil alunos/dia almoçando no restaurante, a comercialização desses produtos tinha impacto relevante na renda obtida.

A sugestão, encontrada pelo Grupo Organizador, para solucionar a queda temporária das vendas foi a migração da Feira para local de maior movimento de pessoas já que muitos servidores não gozavam suas férias em mesmo período, como era peculiar do grupo estudantil.

A apreciação da proposta e negociações em torno da definição de um novo local vislumbrou a oportunidade de aproveitar a relação entre a Feira e as áreas da saúde, já que o Instituto de Nutrição e o Instituto de Biologia compunham o Grupo Organizador e se localizavam no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Além disso, a proximidade do CCS ao RU facilitaria tanto a guarda das barracas quanto a ida dos agricultores para realizarem suas refeições no RU e a própria ida aos estudantes para aquisição dos processados.

Entretanto, conforme relatado, a Feira já havia recebido convite para acontecer também no prédio da Reitoria. Pela facilidade de logística dado a proximidade física com o RU, optamos pelo CCS como primeira empreitada de mudança de local. Na posição de diretora do RU busquei a decania do CCS e obtive autorização para a montagem da Feira durante as férias. A receptividade dos servidores e estudantes foi tão grande que resultou no convite da então Decana do CCS Professora Maria Fernanda

para a permanência da Feira por período indeterminado. O sucesso no aumento das vendas relatado pelos próprios agricultores fez com que a proposta para permanecer no CCS fosse aceita por unanimidade pelo Grupo Organizador. A partir de agosto de 2010 a Feira Agroecológica passou a acontecer no CCS (Fotos 12 e 13).

Ao final desse mesmo ano, ocorreu a concretização da Feira na entrada do prédio da Reitoria. Esse fato demandou discussão, principalmente entre os agricultores, já que a Feira iria acontecer simultaneamente nos dois lugares, CCS e Reitoria. Ficou acordado que os agricultores iriam se dividir nos dois locais por associação garantido assim, a presença de produtos de todos os agricultores envolvidos nos dois pontos. Cabe ressaltar que nesse momento a Feira já acusava duas baixas em sua composição, a APFASB de Tanguá com problemas de transporte e a SerOrgânico de Seropédica saindo para compor o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Contava-se então com COOPAGÉ (3 agricultores), AFOJO (5), UNIVERDE (2), APOP (2). A divisão das quinze barracas ocorreu da seguinte forma: 2 para UNIVERDE, 4 para APOP, 4 para AFOJO, 4 para COOPAGÉ e 1 para o Projeto Capim Limão.

Interessante foi observar a discussão sobre os critérios que iriam embasar a divisão das barracas. No início notei a utilização do pronome possessivo, “as minhas barracas”, em um segundo momento atentou-se para a questão do transporte, quem tinha disponível deveria auxiliar quem não tivesse condições de levar as barracas, já sem a possessividade do pronome. Em fim, provocados pelos outros membros do Grupo Organizador, passaram a considerar a produção, favorecendo aquelas associações com maior volume de mercadorias a serem comercializadas. A barraca com informações sobre agroecologia de responsabilidade dos estudantes do Grupo Capim Limão seria itinerante, cada semana em um ponto.

Foto 12: Feira Agroecológica da UFRJ no Centro de Ciências da Saúde - CCS



Foto 13: Feira Agroecológica da UFRJ no Centro de Ciências da Saúde - CCS



Então, a partir de outubro de 2010 a Feira Agroecológica, já consolidada no CCS, passou também a comercializar seus produtos na entrada do prédio da Reitoria (Fotos 14 e 15). Com um mês de funcionamento o Grupo Organizador conseguiu viabilizar um espaço para a guarda das barracas no próprio prédio.

Foto 14: Feira Agroecológica da UFRJ na Reitoria.



Foto 15: Feira Agroecológica da UFRJ na Reitoria.



Em 2011, também como consequência da participação em um evento, a Feira foi convidada a comercializar seus produtos no Centro de Tecnologia (CT). A proposta foi aceita pelo Grupo Organizador sendo a discussão sobre a divisão das barracas um pouco mais complexa. Tínhamos registrados mais duas desistências de associações em permanecer na Feira, UNIVERDE devido a queda de venda do seu principal produto - o aipim e a APOP a qual teve seu município de origem vitimado por um temporal catastrófico, ambos os fatos serão relatados em seções posteriores da presente tese.

Dessa forma contávamos com AFOJO (5 agricultores), COOPAGÉ (3) e o Projeto Maré de Sabores (1 mulher) que havia sido incorporado ao grupo da Feira e que *a posteriori* relataremos também esse episódio. O fato é que apesar de termos cinco pessoas no AFOJO eles pertenciam a três famílias diferentes, ou seja, não daria para as três famílias estarem nos três pontos de venda concomitantemente. Caso que também se identificava na COOPAGÉ.

Após longa discussão e com nossa intervenção na condução dos debates ficou acordado que cada família de agricultores do AFOJO ficaria num dos pontos e que comercializaria os produtos dos outros agricultores e assim cobrir-se-ia os três pontos com as mercadorias de todos os envolvidos.

Muitas discussões decorreram envolvendo principalmente a exposição igualitária das mercadorias. Frases do tipo “a barraca é minha e eu boto as mercadorias do meu jeito”; “eu vou atender os meus fregueses, depois atendo os dos outros”, indicavam características de uma concorrência interna distanciando-se das ações solidárias e justas características de uma relação agroecológica e participativa.

Tal episódio me fez lembrar a marca histórica latifundista e patriarcal na concepção de nossa agricultura e o quanto temos que aprender para nos liberar do ranço do clientelismo que nos aprisionam aos donativos. Como nos dizem Ricardo Abramovay *et al* (2010) precisamos aprender a construir estratégias que inclusive promovam laços entre outros atores sociais (universidades, sindicatos, ONGs) buscando dinamismo e inovação nas relações.

6.2.4 Denúncia interna sobre agricultores da Feira que não produziam agroecologicamente.

Durante reunião do Grupo Organizador, ocorreu a denuncia sobre agricultores não certificados estariam adquirindo alimentos no mercado comum e trazendo-os para comercialização na universidade como se fossem plantados por eles e sem agrotóxicos.

O agricultor denunciante defendeu sua atitude apoiando-se nos princípios da Agroecologia afirmando:

Eu sou um agricultor agroecológico e tenho que ser justo e verdadeiro com meus pares e com os consumidores, trazer alimentos contaminados e vender como se fossem sem química não é uma atitude agroecológica.

O agricultor sugeriu que fossem pensadas regras e formas de punição para infrações desse tipo. Um dos membros não agricultor do Grupo Organizador da Feira sugeriu o imediato desligamento daqueles produtores que não fossem certificados buscando solução prática para a problemática apresentada, o que gerou enorme discussão.

Esse foi um dos mais difíceis momentos no papel de pesquisadora qualitativa, pois atenta aos princípios da pesquisa-ação, tentava ao mesmo tempo observar e participar sem influenciar nos momentos decisórios mas buscando sempre um ambiente que propiciasse participação igualitária dos participantes. Mas a temática era complexa envolvendo avaliação de aspectos morais, como honestidade, justificativas econômicas, adequações legais, respeito a direitos e ameaça ao pacto celebrado.

Os próprios agricultores certificados em atitude solidária aos parceiros não certificados discordaram de tamanha rigidez contida na proposta imediatista de desligamento dos agricultores. A contraproposta construída foi pactuação de responsabilidades para que fossem disparados os processos de certificação da produção de todos os grupos de agricultores da Feira com previsão um ano para que a transição se efetivasse.

Pude observar na fala do agricultor uma perspectiva de comprometimento com o modelo alternativo de se plantar que envolvesse além da não utilização de químicos a premissa de comércio justo e solidário, que dentre outros fatores, embasam a agroecologia (SCHMITT & GRISA In NIERDERLE & ALMEIDA, 2013; ALTIERI *et al*, 2011).

Outro fator acordado foi a constituição de uma comissão de ética composta por representante de cada categoria que compunha o Grupo Organizador. Decidimos também que a primeira missão da Comissão seria a construção do Regimento da Feira. Derivado de inúmeras reuniões e extensos debates, com um detalhamento minucioso o

Regimento da Feira (ANEXO VII) ficou pronto no final de 2012. A complexidade do documento, com itens e subitens, aliado as contingências e imprevistos na implantação da Feira dificultaram a aplicação prática do regimento.

Com esse episódio mais uma vez ficou clara a importância em termos de uma inserção institucional mais formal, para que ao mesmo tempo concedesse a Feira uma perspectiva de perenidade e autonomia nas decisões práticas e políticas. Durante as discussões pude observar, em certos momentos, um tom hierarquizante nas colocações de alguns membros do Grupo Organizador.

A decisão pela certificação levou a um debate interno, com base nas questões trazidas principalmente pelos estudantes. Eles argumentavam sobre a necessidade de discussão sobre os requisitos de qualidade igualmente exigidos para o plantador de larga escala e para um agricultor familiar agroecológico.

Alguns agricultores confirmaram as dificuldades em processar alimentos excedentes devido a necessidade de alto investimento para as adequações de estrutura física exigidas para a certificação. Tal fato, nos fez lembrar Neves & Castro (2008) que levantam a questão sobre um selo de desenvolvimento local que agregasse valor a produção orgânica, ou como nos dizem os integrantes da Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida³⁸, os alimentos produzidos quimicamente deveriam ter uma etiqueta indicando a presença dos agrotóxicos usados no seu manejo agrícola.

Foi então decidida ação em parceria com a ABIO para o processo de certificação da produção dos agricultores através do Sistema Participativo de Garantia com a participação efetiva da UFRJ como membro colaborador compondo o grupo que faria as Visitas de Verificação da Conformidade da Produção (Tabela 10). Esse tipo de certificação é considerado um processo mais aberto que se baseia no controle social e na responsabilidade solidária visando contribuir com a geração de credibilidade para os produtos avaliados (MAPA, 2009).

³⁸ Nos últimos três anos o Brasil, vem ocupando o lugar de maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Diante desta situação, mais de 50 entidades nacionais se juntaram desde 2011 na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil.

Tabela 9 - Visitas de SPG aos sítios dos agricultores.

Agricultores	Agosto 2010	Outubro 2010	Fevereiro 2011	Abril 2011	Julho 2011
Oreni Afojo	P	P	O	P	N
Neuza Afojo	P	P	O	P	N
Willian Afojo	P	N	O	N	O
Clemilda Afojo	P	N	O	N	O
Callado Magé	O	O	O	O	N

P Visitas realizadas pela pesquisadora

O Visitas efetivadas por outros membros do Grupo Organizador da Feira

N Visitas não efetivadas

Os representantes dos técnicos administrativos e dos estudantes que compunham o Grupo Organizador da Feira pactuaram revezamento no comparecimento às reuniões de certificação. Cabe ressaltar que eu também revezava comparecendo a algumas visitas.

– A periodicidade inicial foi mensal passando a bimestral após o segundo mês de visita.

– A UFRJ garantiu transporte dos membros da universidade até aos sítios, mas devido a algumas intercorrências por duas vezes precisamos utilizar carros próprios e tivemos um episódio de cancelamento da visita pela falta de transporte.

Conforme discutido no referencial teórico, no processo do SPG cada grupo de agricultores envolvido discute e decide as regras de procedimento. Como exemplo, iremos apresentar relato de experiência do grupo de SPG da AFOJO do Município de Guapimirim (Fotos 16 e 17). Ficou estabelecido que qualquer candidato a “entrante” (agricultor que deseja certificar sua produção) precisava comparecer em uma primeira reunião de apresentação e participar de duas visitas à sítios dos agricultores envolvidos. Cumprida essas etapas, o candidato compareceria em outra reunião e confirmaria ou não, sua integração naquele grupo de SPG. O candidato a “entrante” não

necessariamente precisava fazer parte da Feira, mas era exigido que fizesse parte da AFOJO.

Foto 16: Visita ao AFOJO



Foto 17: Visita ao AFOJO



Ao ser integrado ao grupo, receberia o regimento, preencheria o termo de compromisso, participaria formalmente das reuniões e seu sítio seria incluído na visita da comissão de verificação. Após três meses, seu sítio seria novamente revisitado para averiguação sobre a implementação das mudanças sugeridas na visita de verificação (Fotos 18 e 19).

Foto 18: Visita do grupo de SPG a Sítio para conhecer a criação de tilápia e fiscalizar a plantação orgânica.



Foto 19: Visita do grupo de SPG a Sítio para fiscalizar a plantação de mudas e de plantas ornamentais.



Cada agricultor que compunha o grupo precisava preencher o “Caderno do Plano de Manejo Orgânico” detalhando todo o manejo agrícola adotado em sua propriedade. Observamos que a maioria dos agricultores envolvidos nesse processo apresentou muitas dificuldades no preenchimento requerendo repetidas instruções e aconselhamentos técnicos.

Com uma rotina de sementeiras, colheitas, participação em reuniões das associações/cooperativas e participação nas feiras, as exigências do processo de SPG se constituiu em um desafio, pois requereu a participação presencial do agricultor em reuniões e rotinas diárias de anotação do manejo empregado (Fotos 20 e 21). Acompanhar as discussões entre o técnico e os agricultores sobre a substituição dos recursos químicos por recursos biológicos, bem como, a cada retorno verificar o empenho dos agricultores para a adequação e progresso das ações confirmou para mim como pesquisadora o que tenho lido sobre agregação de esforços no sentido do resgate das práticas de cooperação para implementar as mudanças pretendidas.

Foto 20: Trabalho de sementeira



Foto 21: Anotações do manejo



Percebi a UFRJ tendo a oportunidade de aprender e contribuir para a construção de novas tecnologias que reconheçam o comando do sujeito sobre as instituições e processos, na perspectiva de uma tecnologia social que se contraponha a hegemonia do saber a serviço do capital e que valorize os saberes e conhecimentos práticos dos produtores (VARANDA; BOCAYUVA, 2009).

Como nos disse Marcel Bursztyn (2001), a universidade precisa estar aberta aos novos atores e às exigências rumo ao desenvolvimento sustentáveis, posicionando-se como aliada ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas.

Impossível não mencionar o acolhimento recebido ao chegarmos aos sítios. Durante o café da manhã, em que o anfitrião oferecia os produtos cultivados e nós outros trazíamos os complementos. Ali aconteciam as conversas, as trocas de informações, as atualizações sobre eventos e as conversas “afiadas” dando um toque de reciprocidade nas relações.

Entretanto, no momento das discussões (Fotos 22 e 23) sobre cumprimento das exigências todos usavam a liberdade para se expressarem no seu contentamento ou descontentamento, com réplicas até a concordância mútua sobre a solução mais adequada e justa para o problema apresentado por cada produtor.

Foto 22: Discussões do grupo de SPG



Foto 23: Discussões do grupo de SPG



No período de aproximadamente um ano todos agricultores da Feira estavam com suas produções vegetais já certificadas, ocorrendo reunião para certificação no Sistema Participativo de Garantia (SPG) do grupo de Guapimirim. O agricultor que também era apicultor não obteve a certificação de seu mel por não atender as normas legais de distanciamento necessário entre as suas criações e a área urbana. A certificação dos alimentos de origem animal como queijos, peixes, galinha e ovos por requerem adequação de instalação física para o abate, armazenamento e transporte ficou para ser efetivada em longo prazo, já que as exigências refletiam um alto investimento financeiro.

Em um ato de surpresa a responsável pela ABIO apareceu um dia na Feira trazendo a certificação (Foto 24) para um dos agricultores provocando um momento de muita emoção e a alegria nos agricultores presentes no ponto do CCS.

Foto 24: Entrega da Certificação da Produção orgânica



6.3 MARCOS SIGNIFICATIVOS DO PROCESSO

Tabela 10 - Questões Pré e pós implantação da Feira Agroecológica da UFRJ

MARCO	DEBATE	DECISÃO COLETIVA
6.2.1 Decisão sobre o nome da Feira	A escolha do nome influenciando a submissão das atividades da Feira às leis vigentes	Escolha da denominação agroecológica e pacto mútuo para adequação legal da produção.
6.2.2 Identificação do real interesse da comunidade universitária em relação à Feira.	Dúvida dos agricultores em relação a demanda por alimentos orgânicos em um campus.	Realização de evento “termômetro” com a participação dos agricultores comercializando seus produtos.
6.2.3 Atribuições das partes envolvidas: UFRJ e associações de agricultores	Real conhecimento sobre o investimento necessário	UFRJ - barracas, espaço para comercialização e refeições (café da manhã e almoço), participação em reuniões. Agricultores – cultivo, transporte, comercialização dos alimentos e participação em reuniões.
6.3.1 Inauguração do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas em seis bairros do RJ	Maior possibilidade de venda e melhores preços praticados na feira de rua.	Organização de painéis temáticos sobre agroecologia durante as reuniões do Grupo organizador. Saída de uma das associações da Feira Agroecológica da UFRJ.
6.3.2 Demanda dos consumidores para a localização da Feira em outros pontos do campus	Possibilidade de aumento nas vendas.	Decisão por localizar a Feira em outros centros do campus.
6.3.3 Calendário escolar (férias, recesso e greve)	Diminuição das vendas.	Transferência da Feira para espaço com maior trânsito de pessoas.
6.3.4 Denúncia interna na Feira.	Responsabilidade coletiva	Elaboração do Regimento Interno da Feira.

Em uma perspectiva de construção coletiva, a Feira em relação ao seu período de pré implantação envolveu muito mais seus atores numa discussão política sobre a

produção agroecológica. No período de pós implantação, ou seja de funcionamento propriamente dito, às definições políticas agregou-se a preocupação em resolver os “gargalos” comuns a qualquer feira da agricultura familiar, como por exemplo escolha do nome e atribuições das partes. Outros fatos porém, foram se conformando específicos de uma feira realizada em campus, como a baixa de venda nos recessos escolares e greves, nos apontando e formando um desenho sobre as lacunas a serem preenchidas pela universidade em seu papel de apoio ao anseios desse segmento social. Na Tabela 12 apresentamos de forma esquematizada os principais marcos da trajetória de concepção e funcionamento da Feira Agroecológica da UFRJ.

Os acontecimentos observados e resumidos na tabela 12 evidenciaram a importância da gestão participativa para a tomada de decisões que refletissem o desejo coletivo. Podemos citar o exemplo da preocupação em relação à venda de alimentos no campus que foi trazida por aqueles que seriam diretamente afetados com o baixo retorno financeiro, os agricultores. Nós da UFRJ queríamos apoiá-los e também fortalecer o movimento da agricultura familiar trazendo-os para o campus. Entretanto, tínhamos valorizado outros fatores não ligados diretamente ao retorno financeiro como, por exemplo, localização, barracas e oferta de refeições aos agricultores.

Conforme verificamos nos marcos significativos do processo de pré e pós implantação da Feira Agroecológica da UFRJ apresentados na Tabela 12, os interesses específicos foram se complementando para compor uma proposta que tanto contemplassem os anseios, da universidade em apoiar-los com suas pesquisas, quanto os agricultores em escoar sua produção e tudo isso rumo a um anseio mútuo de fortalecer a agroecologia.

A escolha do nome da Feira e a própria dificuldade dos agricultores para se adequarem as leis exemplificaram, na prática, fragilidades que circundam a consolidação de um comércio curto de alimentos sem agrotóxicos inclusive no próprio espaço universitário. Evidenciou-se assim a importância da combinação da valiosa experiência dos agricultores, com a presença da Feira no campus, com o melhor que a academia poderia oferecer na construção de soluções para o setor da agricultura de pequena escala.

Em sua simplicidade a agricultora Maria apresentou em sua fala, replicada no início desse capítulo, a riqueza das trocas possibilitada por sua presença no campus através da Feira. Na expressão “eu ensinei coisas para gente de universidade” identificamos o quão para ela foi surpreendente perceber o valor do seu saber para aquelas pessoas. A presença cotidiana da feira no campus propiciou e propicia esse exercício de valorização dos saberes em um aprendizado mútuo e contínuo, entre os agricultores e “gente de universidade”.

Chegamos a esse ponto da tese constatando como verídica a dúvida apresentada por uma agricultora sobre o real interesse da comunidade universitária em adquirir os alimentos trazidos pelos agricultores. Esse fato ocorreu em uma de nossas primeiras reuniões de concepção da Feira Agroecológica e nos fez perceber que para quem comercializava, a feira no campus era diferente daquelas que aconteciam na rua.

A vivência da realização da Feira no campus ao mesmo tempo que revelava particularidades que incidiam mais diretamente na geração de renda, também revelava esse modelo de comercialização como um rico espaço de interação de saberes. O reconhecimento dessas particularidades nos orientou para o conhecimento de outros formatos e localizações de feiras com o intuito de entender a necessidade ou não da concepção de uma via alternativa e/ou complementar para a comercialização de alimentos agroecológicos no campus, visando principalmente a garantia de retorno financeiro aos agricultores.

A pesquisa mais sistematizada, em forma de *workshops*, sobre o interesse da comunidade universitária e os agricultores em relação ao modelo de comercialização no campus também foi incluída em nossos próximos passos investigativos na presente tese.

7 SEGUNDO MOMENTO: AVERIGUAÇÃO, PRÁTICAS E PARCERIAS

Com o processo de implantação efetivado, reconheceu-se oportuno não só o conhecimento de outras feiras e formas de comercialização de alimentos da agricultura familiar, mas também, a partir desses conhecimentos, elaborar propostas promotoras e que potencializassem as vendas e conservassem os encontros.

Na nossa concepção a conformação da Feira como espaço de ensino, pesquisa e extensão se confirmava através da realização de oito projetos de extensão, trabalho de final de graduação, mestrado, doutorado, tema de disciplina na engenharia de produção e na própria dinâmica das trocas no momento da compra na feira. O que nos inquietava enquanto pesquisadores era a constatação da diferença dessa feira em comparação a feira que acontecia nas ruas em termos de vendas, ou seja, perceber a feira como um empreendimento, como indicou a pesquisadora Laura Carvalho (Então, percebendo o item retorno financeiro como elemento crucial para a manutenção da Feira no campus definimos que o papel da universidade nesse momento seria o de identificar possibilidades para que esse empreendimento se desenvolvesse. Assim sendo, foram definidas ações que identificassem em modelos de comercialização semelhantes, iniciativas diferenciadas que pudessem ser apresentadas como complementar ao modelo feira.

Nesta seção da tese, descreveremos algumas feiras visitadas e outros modelos de comércio de alimentos agroecológicos ou orgânicos, discutiremos atividades elaboradas e postas em praticas na própria Feira e apresentaremos as atividades acadêmicas desenvolvidas tendo a Feira como tema.

Por fim o relato sobre o *workshop* realizado com alunos, professores, técnicos administrativos da universidade e também com os agricultores sobre a expectativas desses em relação ao comércio de alimentos agroecológicos na UFRJ.

7.1 OUTRAS FEIRAS

A questão sobre o acesso aos mercados por aqueles que produzem em pequena escala já vinha sendo discutido pelas organizações sociais envolvidas com o tema da agricultura familiar no Rio de Janeiro. Sendo assim, a Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro (AARJ) definiu como uma de suas ações para o ano de 2011 a constituição de um Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Acesso a Mercados, diversas pessoas representando entidades envolvidas com a temática da produção de alimentos foram convidadas, entre elas, eu, por estar pesquisando a temática de feira, representando a UFRJ.

O reconhecido potencial para o escoamento da produção dos pequenos produtores, com ênfase na reaproximação entre a cidade e o campo fez com que o circuito curto de comércio do tipo feira fosse eleito como foco da pesquisa a ser desenvolvida. O grupo envolvendo representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Movimento *Slow Food* Brasil; da ABIO; da AS-PTA, da EMATER de Nova Iguaçu, de diversas associações de agricultores e a UFRJ foi incumbido de elaborar, aplicar e socializar os resultados sobre feiras de pequenos produtores que aconteciam no Rio de Janeiro

A priori, a ideia era conhecer o perfil dos agricultores familiares que comercializavam em feiras, independente se o manejo de produção fosse agroecológico ou convencional. Decidiu-se também pela confecção de questionário que seria enviado via internet recorrendo a rede de contatos dos membros do grupo de trabalho. Dessa forma, a partir da experiência de cada representante que constituía o grupo de trabalho foi elaborado o questionário denominado “Feira - quem somos?” (ANEXO IV). Cabe ressaltar, que a construção coletiva dessa ferramenta investigatória foi uma experiência riquíssima, já que tínhamos representantes do poder público, das organizações não governamentais, da academia e das associações de agricultores.

Concomitante, foram realizadas visitas a algumas feiras nas quais podemos observar *in locu* algumas das informações prestadas. A compilação dos dados obtidos através da aplicação dos questionários ficou sob minha responsabilidade, sendo assim, elenquei os principais dados que apresento e discuto a seguir. Optei por não nomear as quatorze feiras pesquisadas dificultando a identificação preservando os pesquisados perante alguns achados derivados de suas informações.

Verificou-se que o surgimento das feiras pesquisadas no Rio de Janeiro situa-se no período entre 1984 e 2012, tendo uma maior concentração de inaugurações entre 2010 e 2012. Esse fato acompanhou as discussões mundiais em torno de alternativas de produção agrícola e, mas especificamente no Brasil, dos movimentos sociais em prol da promulgação da LOSAN e as leis e os programas que envolveram a agricultura familiar e a produção agroecológica influenciaram diretamente no surgimento desses circuitos curtos em todo o Brasil e em particular no Rio de Janeiro.

Apenas uma das feiras pesquisadas se situava em um campus universitário, a Feira da UFRJ, todas as outras estavam disponíveis nas ruas e em local de maior movimento de pessoas como próximo a estação de trem, mercado, rodoviária ou *shopping* (Fotos 25 e 26). Como vimos no capítulo do referencial teórico, desde a sua criação as feiras eram realizadas próximo aos recém criados povoados, buscando provocar o encontro entre aqueles que queriam adquirir com os que tinham para oferecer algum produto, dentre eles o alimento (BRAUDEL, 2009).

Uma feira por semana foi a periodicidade mais encontrada na pesquisa, o horário de 8:00h as 14:00h o mais adotado e as feiras de “alimentos orgânicos” está, em sua grande maioria, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Foto 25: Feira da Agricultura familiar de Magé próxima ao **Supermercado**.



Foto 26: Feira da Roça de Queimados próximo à estação de trem.



Todas as feiras pesquisadas têm parcerias estabelecidas, sendo identificadas como principais parceiras, as Secretarias Municipais de Agricultura, Cultura e/ou de Desenvolvimento social, a ASPTA e a ABIO. Uma grande variedade de estratégias de comunicação/divulgação foi identificada: cartazes, faixa, filipetas, programa de rádio, participação em eventos, carro de som, *blog*, *site* de parceiros. As atividades em escolas públicas próximas ao local de realização da Feira, tanto foi considerado como recurso comunicacional quanto de educação alimentar e nutricional.

Em relação à organização administrativa, identificamos que 42% das feiras possui um coordenador remunerado. O restante das feiras ou não tem coordenador ou esse não é remunerado. Apenas duas feiras não cobram contribuição de valores aos agricultores. As feiras onde existe a cobrança o valor da taxa varia de R\$ 2,00 a R\$ 30,00 por barraca por dia de feira. O avental é o vestuário mais utilizado pelos agricultores como forma de identificação de sua associação ou de alguma parceira estabelecida.

No que diz respeito à relação com a propriedade da terra, a maioria dos agricultores é constituída de posseiros (47%), seguido pelos assentados, proprietários, meeiros, arrendatários e em comodatos. Quarenta e dois por cento dos agricultores se

declararam orgânicos sem certificação, seguidos pelos de produção orgânica certificada, agroecológicos, pelos que ainda utilizam agrotóxicos e pelo grupo que se encontra em processo de transição para a produção orgânica.

Interessante observar que igualmente encontrado nas características dos agricultores que compunham a Feira Agroecológica da UFRJ, as variadas formas de posse da terra também foram encontradas no grupo de agricultores que compuseram a pesquisa das feiras realizadas nas ruas do Rio de Janeiro. Conforme relatado por muitos autores essa variedade compõe o quadro brasileiro derivado das lutas históricas de disputa injusta entre os latifundiários plantadores de outrora café, cana-de-açúcar e hoje plantadores de soja e milho e de outro lado o campesinato plantador de alimentos de subsistência (IANNI, 1979; RÊGO, 1979; MARTINS, 1986; MST, 2013).

O restaurante comercial, o atravessador e a venda na beira da estrada são estratégias, além da feira, também utilizadas pela maioria dos agricultores para o escoamento da sua produção. O gerenciamento dos resíduos produzidos nas feiras pesquisadas é dependente do recolhimento efetuado por órgão público. Apenas uma feira registrou a utilização destes para compostagem.

Quanto às embalagens, as sacolas plásticas e as bandejas de isopor, são amplamente utilizadas pelos agricultores, uma minoria usa sacos de papel. Foi relatado nas respostas do questionário que os produtos processados apresentam rótulos com as informações preconizadas pela Lei da Produção Orgânica. Entretanto, em algumas das feiras visitadas podemos identificar rótulos incompletos, sem a descrição dos ingredientes, data de validade e identificação do produtor, confirmando a dificuldade no atendimento a legislação.

Em tempo de baixa produção, principalmente devido ao clima ou a sazonalidade, 75,1 % dos agricultores informaram que preferem não comparecer à feira. Os 24,9% restante ou compra ou “pega” alimentos com agricultor vizinho procurando assim sua participação na feira.

A maioria dos feirantes pesquisados declarou que, no dia da realização da feira, leva lanche de casa, outros se alimentam de salgado ou refeição do tipo marmitta

adquirida no comércio vizinho à feira. Uma minoria conta com banheiros químicos a sua disposição, assim muitos dos agricultores dependem da concessão de favores dos comerciantes locais para que possam utilizar os sanitários.

A substituição da refeição por um salgado ou a não utilização dos alimentos produzidos por eles representou contradição com a propagada promoção da alimentação saudável, demonstrando a possibilidade de insegurança alimentar entre os próprios agricultores. Nesse aspecto, talvez pela minha formação em nutrição, ao concebermos a Feira na UFRJ apresentei a proposta de garantirmos o café da manhã e o almoço aos agricultores que a compunham, apesar dos alimentos não serem oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

7.1.1 Feira da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição de ensino superior de direito privado com seu campus localizado na zona sul do Rio e integrando-se a uma densa vegetação tropical. A partir de projetos de impacto social do curso de Desenho Industrial definiu-se a linha de pesquisa Objeto, Meio-ambiente e Sociedade. Posteriormente foi organizado o Laboratório de Investigação em Living Design (LILD), tendo como ação inicial o desenvolvimento de objetos a partir do bambu.

O Grupo Aberto de Estudo, Pesquisa e Desenho com Modelos Vivos e da Feira do Desenho Vivo foi fundado pela professora Ana Branco no LILD. A Feira do Desenho Vivo foi concebida como uma feira didática onde há demonstração gratuita, para alunos de escolas públicas (Fotos 27 e 28) ou consumidores em geral, do processo de produção de pigmentos a partir de técnicas e práticas com sementes germinadas e vegetais orgânicos *in natura*.

Foto 27: Crianças de escola municipal conhecendo hortaliças.



Foto 28: Crianças de escola municipal conhecendo sementes.



Ao mesmo tempo vislumbrou-se a possibilidade de ofertar a comunidade universitária alimentos produzidos organicamente por agricultores familiares do estado. Dessa forma foi estabelecida parceria com a Organização dos Agricultores do Brejal - Petrópolis para o escoamento da produção daqueles que compõem especificamente esse grupo de produtores.

Destacamos aqui o modelo diferenciado adotado para o funcionamento da “Feira” da PUC-Rio. As aspas por mim utilizadas no nome ‘feira’ significam que, como

pesquisadora, tenho o conceito de ‘feira’ como local de encontro entre consumidores e produtores. Na Feira da PUC o consumidor interessado se inscreve no grupo denominado Rede de Comedores de Orgânicos e realiza seu pedido virtualmente, a partir de um rol de alimentos disponibilizados na semana. Para a comercialização dos alimentos no campus a base organizativa se apoia no voluntariado, ou seja, os agricultores não estão presentes no momento da entrega.

Aos voluntários da universidade, em sua maioria estudantes, cabe as seguinte tarefas: o contato prévio com a associação de agricultores para atualização do site sobre os alimentos disponíveis a cada semana, a totalização da quantidade de cada alimento a ser enviada para a PUC a partir dos pedidos efetuados pelos consumidores, a confecção de etiquetas especificando o pedido de cada consumidor (Foto 29 e 30), a conferência do quantitativo enviado pelos agricultores (Foto 31), a separação dos pedidos com base nos quantitativos das etiquetas (Foto 32), a entrega ao consumidor requisitante, o recebimento do dinheiro e o depósito na conta bancária dos produtores.

Foto 29: Confecção de etiquetas de cada pedido.

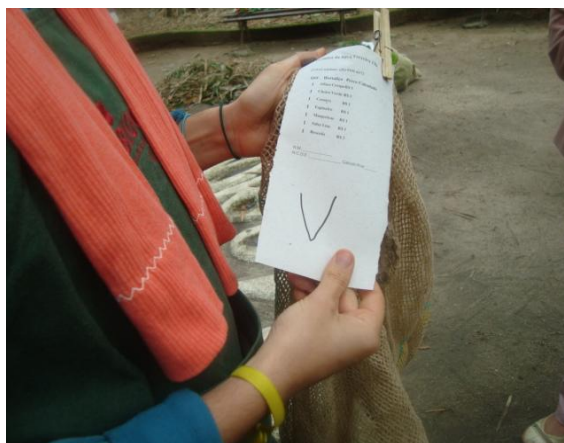


Foto 30: Separação do pedido com base nas etiquetas confeccionadas.



Foto 31: Conferência da entrega dos alimentos no campus.



Foto 32: Separação dos alimentos recebidos.



Aos agricultores, cabe a organização do pedido e o transporte dos alimentos até ao campus da PUC. Consultar o site, fazer o pedido no prazo, comparecer ao local no dia e horário pré-estabelecidos e trazer valores monetários que facilite o troco são as obrigações dos consumidores.

A dispensa da presença dos agricultores na Feira da PUC se configurou ao mesmo tempo ponto positivo e negativo nas minhas observações dessa visita. O transporte é um reconhecido gargalo para o escoamento da produção agrícola familiar como o próprio caso da Feira Agroecológica da UFRJ constatou. Os organizadores da Feira da PUC buscaram mitigar esse gargalo projetando a entrega de sua encomenda no dia em que os agricultores do município de Petrópolis viriam ao município do Rio de Janeiro participar de feira do Circuito de Feiras Orgânicas.

Entretanto, a ausência na feira daqueles que plantam esvazia a possibilidade de aproximação e trocas com aqueles que consomem característica marcante desse tipo de comercialização, em especial atenção a universidade como espaço de ensino, pesquisa e extensão. Longe de ser uma crítica essa observação valoriza a contribuição da aproximação dos saberes populares e acadêmicos na formação cidadã, de hábitos alimentares e de novas possibilidades tecnológicas para assuntos que dizem respeito ao bem estar da sociedade (CARMO; *In* NEVES, 2009; DOMINGUES, 2013;

NIEDERLE & ALMEIDA, 2013).

Em conversa com Ana Branco, professora responsável pelo projeto da Feira da PUC, ela demonstrou reconhecer a importância do saber dos agricultores na seguinte fala:

“Gostaríamos de poder ter aqui o que vocês tem na UFRJ. Imagina ter os agricultores conversando com essas pessoas que compram seus alimentos e explicando a forma de plantar, de colher e até trocando receitas e contando “causos”. Imagina nossos alunos e essas crianças de escola pública interagindo com isso [pausa]. É, mas é o que temos. É a forma que hoje podemos contribuir com a agricultura orgânica do estado.”

Ana Branco

Podemos observar na fala da professora a percepção da importância do encontro dos agricultores com os alunos não só pelos saberes das técnicas tradicionais de manejo com a terra, mas também esse contato direto proporcionando relações afetivas. Percebemos também a contextualização da situação as condições da PUC e a consequente adequação à melhor forma de apoiar o trabalho dos agricultores (BRAUDEL, 2009; ALTIERI *et al*, 2011; PETERSEN, *In* NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

7.1.2 Feiras em Instituições Federais de Ensino Superior

O reconhecimento do papel do ensino superior como um instrumento de transformação social e de desenvolvimento sustentável destaca essa instituição nos debates sobre as alternativas para a produção de alimentos a nível mundial. Temos acompanhado desde 2003 o processo de expansão e interiorização das universidades federais como política do governo brasileiro para garantir maior democratização do acesso ao ensino superior (UFRJ, 2006)

O Brasil, um país de medidas continentais, guarda em suas cinco regiões geográficas características peculiares aos seus aspectos ambientais, culturais, político-econômicos e de relações sociais. Optou-se por trazer exemplos de feiras que envolvam pequenos agricultores realizadas em Instituição Federais de Ensino Superior –(IFES) de algumas regiões brasileiras.

Procurei identificar alguns itens do ponto de vista administrativo funcional e a relação acadêmica e/ou administrativa estabelecida entre a feira e a universidade. Os dados foram coletados através de consulta aos respectivos sites ou via contato por *email*.

Como podemos verificar na Tabela 13 a maioria das feiras observadas está ligada a unidade e/ou projeto acadêmico, apenas a Feira Agroecológica Ecovárzea se relaciona administrativamente com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A dupla ligação administrativa e acadêmica pretendida para a Feira Agroecológica da UFRJ não foi identificada nas feiras realizadas em outras IFES. A relação administrativa que ocorre se limita a autorização concedida para a realização da feira no campus.

Nas feiras que acontecem nos campi federais pesquisados nota-se fortes parcerias com movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Sem Terra e da Economia Solidária, bem como a articulação acadêmica em forma de projetos de extensão ou de pesquisa de variadas áreas do conhecimento. Diferente da Feira da UFRJ, algumas feiras das respectivas IFES guardam proximidade com a cidade inclusive com a frequência de moradores da vizinhança.

Outro fator que nos parece merecer destaque é a utilização dos termos orgânico e agroecológico para denominar a feira demonstrando o crescimento da discussão sobre agroecologia como alternativa de plantio.

Tabela 11 - Feiras de alimentos encontradas em IFES

IFES	DENOMINAÇÃO	SETOR BASE	DIA/ HORÁRIO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
UFC Ceará	Feira de Produtos Orgânicos	Curso de Agronomia Dep. de Fitotecnia	Quarta feira 8h as 11h	Hortaliças comercializadas são oriundas da horta didática localizada no próprio campus
UFPE Pernambuco	Feira de Produtos Orgânicos	Grupo Agricultura Orgânica (Agrorga), projeto de extensão do Departamento de Zoologia	Quarta feira 7h às 12h	Agricultores comercializam seus alimentos no estacionamento do Centro de Ciências Biológicas.
UFAL	Feira Agroecológica	Projeto de extensão: e Projeto Arquitetônico de	Quarta feira	Agricultores comercializam seus

IFES	DENOMINAÇÃO	SETOR BASE	DIA/ HORÁRIO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Alagoas		Centro de Produção Artesanal para o assentamento Zumbi dos Palmares - Branquinha/AL		alimentos na praça de conveniência do campus, contato com a vizinhança.
UFRGS Rio Grande do Sul	Feira de Produtos orgânicos do Projeto Mulheres da Terra	A Feira é uma realização do Núcleo de Economia Alternativa -NEA, do Dep. de Design e Expressão Gráfica (DEG) e conta com apoio da Economia Solidária	Terças Quartas 15:30h as 18:30h	Comercialização de orgânicos e artesanatos do Grupo de assentamento Mulheres da Terra, no campus.
UFSC Santa Catarina	Ecofeira Solidária	Iniciativa do NESOL (Núcleo de Estudos e Práticas de Economia Solidária) da UFSC e do Grupo Design Integral, UDESC	Quarta feira 7h as 14:30h	Espaço comercial e cultural dentro do Campus da UFSC em frente a Reitoria, aberto a comunidade local.
UFPB Paraíba	Feira Agroecológica Ecovárzea	Setor Administrativo de controle do Campus	Sexta feira 5h as 11:30h	Campus I da UFPB

Com base nas observações derivadas da pesquisa realizada na Feira da PUC, feiras de rua do Rio de Janeiro e as feiras realizadas em IFES apresentei algumas propostas, o que denominamos de “iniciativas práticas”, para ao Grupo Organizador da Feira da UFRJ na busca de conceber maior solidez ao comércio de alimentos agroecológicos em nosso campus.

7.2 INICIATIVAS PRÁTICAS

7.2.1 Outra forma de escoamento

A greve dos servidores da UFRJ foi outra intercorrência, além das férias estudantis, que interferiu na quantidade de alimentos comercializados na Feira. Com base nas pesquisas realizadas sobre feiras na seção anterior, como também a experiência acumulada de uma das associações de agricultores que já fazia entregas em restaurante na zona sul do Rio de Janeiro, surgiu a ideia de se buscar um restaurante comercial no

campus conformando-se como outra possibilidade para o escoamento da produção dos agricultores.

O grupo de agricultores aprovou a ideia, mas demonstrou insegurança na organização do seu plantio para atender ao mesmo tempo a Feira e ao restaurante. A maior preocupação deles era o de não honrar o compromisso de trazer os alimentos para a sua conquistada e fiel “freguesia”. Todos concordaram que haveria necessidade da viabilização de apoio técnico para efetivação da proposta.

Propus ao grupo um levantamento sobre possíveis estabelecimentos dentro do campus, principalmente devido à necessidade de encontrarmos um comerciante paciente e sensível a causa da agroecologia. A escolha foi facilitada pela relação já estabelecida com a participação do referido restaurante no nosso evento Sabores e Saberes. Ao realizar contato com o proprietário, este, demonstrou simpatia a temática dos denominados por ele alimentos orgânicos e reconheceu agregação de valor que essa conduta traria para o seu negócio, principalmente por estar o seu estabelecimento situado em uma universidade.

Contato efetivado com o restaurante o Grupo Organizador da Feira passou a discutir e elencar os princípios que iriam nortear essa parceria. Para melhor interlocução com o proprietário do restaurante decidimos adotar a denominação orgânicos, já que ele assim os identificava. Com acúmulo de um ano de funcionamento da Feira, com a prática de uma das associações nesse tipo de comércio e com a experiência obtida sobre outras feiras descrita na seção anterior, foram definidos os seguintes critérios: a) fornecimento dos alimentos orgânicos apenas uma vez por semana, no próprio dia da Feira; b) preço estabelecido pelos agricultores; c) adequação do cardápio a partir do tipo de gênero e quantidade disponível na semana.

Os princípios definidos pareciam compor uma utopia comercial e no final dessa definição, nós membros do Grupo Organizador, nos entreolhamos e começamos a sorrir de nossa pretensão e um dos estudantes falou “fazer agroecologia é fazer parcerias e pactos e não negócios apenas”. Se reconhecer contribuinte para a redefinição das relações econômicas foi um instante de emoção para todos nós do Grupo que vínhamos acumulando momentos de fortes embates. Darolt e Constancy (2008) chamaram a

atenção que para se inovar nesse tipo de relação é preciso construir parcerias que se tornem aliadas no processo de retorno do poder decisório para as mãos do agricultor no sentido de decidir o que, quando e como produzir e comercializar sua produção.

A elaboração de um projeto de extensão envolvendo a ação do escoamento para o restaurante nos pareceu estratégia adequada para ampliar a atuação dos envolvidos numa perspectiva de atender os diferentes interesses de agricultores e consumidores e contribuir para a missão universitária. O Projeto de Extensão intitulado Ecogastronomia Funcional: saúde, educação e responsabilidade social, envolveu duas professoras do Instituto de Biofísica e do Curso de Gastronomia e duas bolsistas dos respectivos cursos e eu como coordenadora do projeto.

Para auxiliar os agricultores no planejamento de plantio foi estabelecida contato e posterior parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE. No primeiro dia da reunião com o técnico do SEBRAE para a definição do cronograma das visitas aos sítios que compunham a Feira: AFOJO, APOP, COOPAGÉ e UNIVERDE, apenas dois agricultores da AFOJO e um da COOPAGÉ demonstraram interesse em recebê-lo. A agricultora da APOP já tinha seu plantio organizado para esse tipo de comércio e sendo assim, considerou dispensável tal ação nas propriedades de seu grupo. A representante da UNIVERDE considerou não ter potencial produtivo já que sua associação estava iniciando a organização para entrega institucional em uma escola pública de seu município.

Os agricultores da AFOJO e COOPAGÉ que não aderiram a proposta alegaram preferir a venda na Feira por permitir o contato direto com os fregueses, outros demonstraram insegurança em relação à sua capacidade de produzir para a Feira e para o restaurante concomitantemente. Membros não agricultores do Grupo Organizador ficaram bastante apreensivos com atitude de recuo dos agricultores aquela altura do processo, visto que o assunto vinha sendo debatido em reuniões periódicas. Eu como pesquisadora e mediadora das discussões considerei a falta de segurança um elemento perfeitamente cabível visto que somente uma associação tinha esse tipo de experiência.

Os estudantes compreenderam que a entrega encomendada era uma novidade para a maioria dos agricultores que compunha a Feira e por isso requisitava maior

tempo para sua compreensão, crença e assimilação. Apesar da vulnerabilidade percebida, o Grupo Organizador decidiu que o processo continuaria com os de agricultores interessados.

Ocorreu reunião com a equipe gerencial do restaurante (Fotos 33 e 34) quando foi apresentado e discutido a viabilização do projeto. A ideia era compor o cardápio do restaurante com preparações do tipo entrada (salada) e guarnição (acompanhamento do prato principal). A nutricionista gerente do restaurante sugeriu que iniciássemos o processo com apenas uma preparação de cada tipo, ou seja, uma salada e uma guarnição. Ficou acordado o envio prévio de listagem das hortaliças disponíveis na semana e o retorno do pedido *on line* por parte do restaurante. A organização dos pedidos e a entrega dos alimentos ficou sob responsabilidade de um dos membros não agricultor do Grupo Organizador.

Foto 33: Reunião com a gerência do Restaurante comercial.



Foto 34: Reunião com a gerência do Restaurante comercial.



Ainda compondo as ações de planejamento, e por sugestão da nutricionista do restaurante, ocorreu encontro com as chefias dos setores responsáveis pela preparação das refeições. Alguns trabalhadores desse segmento consideravam que a inserção do alimento orgânico no cardápio do restaurante significava mais trabalho, como registrado na fala do estoquista: “eu já ouvi falar que esses alimentos são diferentes dos normais, que precisam ser armazenados em lugar diferente e fico pensando que trabalhadeira que vai me dar!”

Apesar de não se constituir uma atividade prevista no projeto de extensão que envolvia o restaurante, nós, os componentes do projeto, percebemos a necessidade de uma ação sensibilizadora envolvendo a temática da produção orgânica a ser oferecida a todos os trabalhadores do restaurante. Sendo assim, considerando o trabalho exaustivo realizado dentro de uma cozinha resolvemos elaborar e executar uma atividade lúdica utilizando o recurso da dramatização denominada “Alimento orgânico é caro pra chuchu!” (ANEXO VIII). O texto da peça foi escrito por mim e continha informações tanto sobre esclarecimentos sobre esse tipo de agricultura como também discutia algumas polêmicas que envolviam o tema, do tipo, a incerteza de conseguir alimentar o

mundo com esse tipo de cultivo. Durante a concepção da peça teatral podemos contar com o apoio do diretor e ator Dudu Pererê, que também preparou e atuou junto com as bolsistas do projeto (Fotos 35 e 36).

Alguns dias após a encenação da peça, recebemos o retorno positivo da nutricionista responsável pelo restaurante em relação a boa receptividade causada pela encenação bem humorada. Segundo ela, durante os dias subsequentes a equipe de trabalho brincava entre si utilizando jargões dos personagens, tipo “deixa de ser biodesagradável”, quebrando assim a resistência da equipe além de divulgar variadas informações sobre os alimentos orgânicos.

Foto 35: Dramatização: “Alimento orgânico é caro pra chuchu!”



Foto 36: Dramatização: “Alimento orgânico é caro pra chuchu!”



Na reunião do Grupo Organizador da Feira que antecedeu a primeira entrega de alimentos ao restaurante comercial, a maioria dos agricultores que havia se comprometido anunciou sua desistência. A notícia foi tão impactante que corroeu a preconizada vigilância metodológica e, eu pesquisadora, envolvida pela emoção utilizei um timbre de voz firme para lembrá-los sobre a quebra de acordo, já que tudo tinha sido discutido e estabelecido coletivamente.

Os agricultores assustados se justificavam pelo temor “de não conseguir dar conta” e que “só ficar na Feira já tava bom”. Um enorme silêncio se instaurou e rompendo a mudez paralisante a agricultora da APOP (Petrópolis) anunciou: “para não deixar vocês na mão [apontando para nós da UFRJ] a nossa associação se compromete com essa entrega”. O Grupo Organizador decidiu discutir a quebra do acordo interno em outro momento visando tanto acalmar os ânimos quanto para maior dedicação na consolidação da parceria com o restaurante. As quatro primeiras entregas foram então, compostas por somente produtos da APOP.

Como estratégia de divulgação do projeto da Feira Agroecológica e também de informação aos usuários do restaurante sobre a inserção desses alimentos no cardápio foi montada uma barraca da Feira na porta do restaurante (Fotos 37 e 38). Além de boas vendas para os agricultores a iniciativa foi um grande sucesso entre os clientes deixando inclusive o proprietário do restaurante bastante satisfeito com a repercussão da novidade. Outra forma de divulgação foi a colocação de *banner* dentro do restaurante com informações, em português e inglês, sobre o projeto. Essa estratégia baseou-se na frequência do restaurante de uma clientela com poder aquisitivo elevado e constante presença de visitantes internacionais.

Foto 37: Divulgação do projeto com montagem de barraca em frente ao restaurante comercial.



Foto 38: Divulgação do projeto com montagem de barraca em frente ao restaurante comercial.



Os alimentos adquiridos pelo restaurante eram disponibilizados no balcão climatizado com a identificação do agricultor responsável pelo plantio (Foto 39). A professora e a aluna bolsista do Curso de Gastronomia sugeriam a nutricionista chefe do restaurante outras formas de preparação e apresentação para os alimentos adquiridos.

Foto 39: Identificação do agricultor no balcão de distribuição do restaurante.



Após o primeiro mês de entrega no restaurante comercial, ocorreu reunião de avaliação do Grupo Organizador. Os agricultores que não estavam participando da entrega, a maioria, surpreendentemente verbalizaram o interesse em participar. Fiquei imaginando que o acompanhamento da quantidade semanal fornecida e o efetivo pagamento mensal recebido pela única associação envolvida na entrega tivesse despertado tal interesse. Entretanto, uma das agricultoras percebendo meu estranhamento falou, acanhadamente, pelo grupo:

Nádia, quando vocês falaram para entregar para um restaurante nós pensamos que fosse para entregar para esse restaurante aqui [o RU]. E aí a gente sabia que não ia conseguir. Eu fiquei até sem dormir pensando como ia plantar para esse mundão de gente que come aqui.

Percebi aqui mais um ponto para nossa lista de fragilidades na nossa construção coletiva, a adequação da comunicação entre grupo tão heterôgeneo, o que parecia óbvio para alguns membros do Grupo Organizador não se compunha com tal clareza para alguns agricultores. Outra lógica de raciocínio, outro tempo. Esse fato fez lembrar um episódio que ocorreu comigo em um dos primeiros episódios do evento Sabores e Saberes logo no início do projeto de implantação da Feira, em que um grupo de agricultores tinha se atrasado para a chegada no evento.

Eu ao avistar o veículo estacionando percebi um agricultor saindo dele e caminhando vagarosamente com mudas de plantas nas mãos. Com minha pressa citadina falei em voz alta e acenando: “Bora! Bora! Temos que montar rápido essa barraca!”. O agricultor manteve a cadência do seu caminhar e ao chegar perto de mim, me olhou e falou: “a planta já veio estressada em um engarrafamento horroroso! Você ainda quer que eu corra com ela?”. Outra lógica de raciocínio, outro tempo.

Voltando a questão das entregas para o restaurante comercial, gradativamente os outros agricultores da Feira foram sendo integrados ao projeto do restaurante comercial. Essa integração foi providencial já que no final de 2011 o município de Petrópolis sofreu uma das maiores catástrofes do país envolvendo grande inundação. A APOP, localizada no referido município, teve a lavoura de associados devastada inclusive com o falecimento de alguns agricultores amigos. Este fato dificultou bastante a continuidade da participação da APOP tanto referente as entregas ao restaurante comercial quanto a sua participação na própria Feira.

A queda na produção derivada da calamidade direcionou a APOP priorizar compromissos que unissem maior retorno financeiro com menor esforço logístico. Dessa forma, poucos meses depois a associação anunciou sua retirada do grupo que compunha a Feira Agroecológica da UFRJ.

Os agricultores das duas associações que ainda continuavam na Feira tentaram suprir as entregas da APOP, entretanto, enfrentaram diversas dificuldades. Esses agricultores haviam certificado sua produção recentemente e a maioria nunca tinha realizado entrega institucional. Enfrentamos assim alguns percalços para continuar a entrega ao restaurante comercial. Citando alguns exemplos dessas dificuldades, tivemos: erros no preenchimento da nota fiscal, horário de entrega, pesagens equivocadas e inadequação das embalagens (utilização de jornais e caixotes de madeira). Ações que visavam suprimir os equívocos foram implementadas sem sucesso, sendo assim, após avaliação conjunta optamos pelo encerramento das entregas de alimentos ao restaurante comercial.

O insucesso da ação junto ao restaurante se deu, segundo avaliação coletiva, pelo pouco tempo de preparação para sua estruturação. Os membros não agricultores

reconheceram que para a implantação de ação que altere a rotina dos agricultores, ou seja, que represente uma novidade há de se prevê maior tempo para assimilação e organização dos agricultores. Esse episódio evidenciou a fragilidade das associações/cooperativas agrícolas em termos de estruturação para novos empreendimentos, principalmente entregas institucionais e a comprovação sobre a importância da maior aproximação da universidade com as especificidades dos variados grupos que compõem a sociedade.

Na perspectiva da pesquisa-ação, nós pesquisadores devemos estar atentos para que a promoção de ações intervencionistas seja derivada de discussões democráticas. Seguindo o objetivo da presente do papel da universidade na promoção da agroecologia, optamos por um projeto de extensão em que um restaurante disponibilizasse alimentos saudáveis derivados da produção de agricultores agroecológicos da Feira. A nossa certeza que uma nova modalidade de escoamento ampliaria os ganhos dos agricultores fez com que descuidássemos das específicas e já relatadas características da produção agrícola em pequena escala. Dessa forma, o episódio confirmou a questão da necessidade de vigilância constante exigida por uma metodologia qualitativa que ao invés de dados observa fatos contextualizados no processo vivido.

7.2.2 Atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da Feira

“Há dez anos que vendo aipim descascado assim [no saco com água], nunca nenhum freguês reclamou de nada. Botar no isopor pra gelar, esconde a mercadoria e sem vê o freguês não compra.”

Agricultora Gerli

Desde sua criação, em 2010, a Feira vem despertando interesse tanto da área da graduação quanto da pós graduação. O próprio evento Saberes e Sabores aproximou muitos professores interessados na Feira como temática de estudo. Os oito trabalhos de extensão já descritos no capítulo de metodologia, demonstrou, junto com os trabalhos em congressos, e os de graduação e pós evidenciaram a potencialidade da Feira na geração de conhecimento, descrevemos a seguir, os trabalhos, bem como alguns prêmios recebidos pela Feira Agroecológica da UFRJ em congressos:

- 3º Congresso Latino-americano de Agroecologia/2011 - Feira Agroecológica da UFRJ: Promovendo circuitos curtos de comercialização e troca de saberes no espaço universitário (Instituto de Biologia e a pesquisadora/autora).
- VII Congresso Brasileiro de Agroecologia/2011 - Implantação da Feira Agroecológica da UFRJ (Instituto de Nutrição e a pesquisadora/autora).
- XI Congresso Luso Africano de Ciências Sociais/2011 - Sabores e Saberes na Feira Agroecológica da UFRJ (Agencia de Inovação e a pesquisadora/autora).
- World Nutrition Rio 2012: Feira Agroecológica da UFRJ: troca de sabores e saberes – Prêmio de Melhor Trabalho em vídeo apresentado no Congresso (inscrito pela pesquisadora em parceria com o Projeto Maré de Sabores). Nesse trabalho ocorreu a ação inovadora de também inserir um agricultor como autor e apresentador do trabalho no evento.
- Oito Projetos de Extensão (com a participação da pesquisadora e com o envolvimento do Instituto de Biologia, Ciências da Computação, Gastronomia, Engenharia de Produção, Instituto de Nutrição e Instituto de Biofísica) Menção honrosa na área temática Meio Ambiente no 7º Congresso de Extensão da UFRJ – 2011.
- Quatro trabalhos desenvolvidos em disciplinas de Graduação (Engenharia de Produção, Ciências da Computação, Solidariedade Técnica /SOLTEC e Instituto de Estudos em Saúde Coletiva).
- Dissertação de mestrado Feira Agroecológica da UFRJ: uma metamorfose dos sentidos ou um caleidoscópio de imaginações? Por que não *design*? Programa de Pós Graduação da Engenharia de Produção COPPE – autora Laura Cota Carvalho.

Como podemos observar, a Feira apresentou potencial tanto para agregar variadas áreas do conhecimento quanto para abranger a missão de ensino, pesquisa e extensão. Os projetos de extensão foram descritos no capítulo da metodologia e exemplificaram o quanto o tema alimento, em particular a agroecologia, é capaz de

agregar áreas do conhecimento e fazer dialogar os saberes tradicionais e técnicos em direção às ações práticas. Nesse mesmo sentido, a dissertação de mestrado desenvolvida na COPPE da UFRJ trouxe a discussão sobre os diversos olhares daqueles que estavam envolvidos com a implantação e funcionamento da Feira numa perspectiva dos interesses acadêmicos e comerciais.

Tabela 12 - Resumo dos projetos de extensão

Título do projeto e ano (ano início e fim)	Resumo	Resultados
<p>A Feira Agroecológica da UFRJ: estratégia para divulgação da agricultura familiar orgânica do Rio de Janeiro.</p> <p>2010-2011</p>	<p>Acompanhamento através de observação e pesagem dos alimentos comercializados na Feira.</p> <p>Restaurante Universitário e Instituto de Nutrição.</p>	<p>Divulgação dos dados em apresentação oral no Congresso de Extensão da UFRJ.</p>
<p>Projeto Capim Limão - Agroecologia e Permacultura na UFRJ</p> <p>2010-2011</p>	<p>O projeto promoveu a difusão de práticas mais sustentáveis sócio-ambientalmente, através de atividades como compostagem, manejo de um sistema agroflorestal, bioconstrução, produção de mudas e feiras livres envolvendo a venda de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar.</p> <p>Restaurante Universitário e Instituto de Biologia</p>	<p>- Fortalecimento na implantação da Feira com a presença dos estudantes oferecendo aos consumidores esclarecimentos sobre agroecologia.</p> <p>Instalação de local de compostagem no Centro de Ciências da Saúde.</p> <p>Mutirões nos sítios dos agricultores da Feira.</p>
<p>Ecogastromia funcional: saúde, educação e responsabilidade sócio ambiental.</p> <p>2011-2012</p>	<p>O projeto visa promover práticas alimentares mais sustentáveis e saudáveis para o público do restaurante de um estabelecimento comercial que fornece refeições dentro do campus da UFRJ. Objetiva-se a aquisição direta de gêneros dos agricultores familiares da Feira Agroecológica da UFRJ e a educação ao sabor na perspectiva do alimento bom, limpo e justo.</p>	<p>Oferta de alimentos agroecológicos no restaurante comercial.</p> <p>- Evidência de dificuldades na comunicação entre os organizadores do projeto e os agricultores.</p> <p>- Evidência da necessidade de maior período de adaptação para mudanças que impactam a rotina de trabalho dos</p>

Título do projeto e ano (ano início e fim)	Resumo	Resultados
	Instituto de Biofísica, Curso de Gastronomia, Agência UFRJ de Inovação.	agricultores
Olhares Múltiplos para um mesmo objeto: agregando valor aos produtos processados da Feira Agroecológica da UFRJ. 2012 - 2013	Observação dos alimentos comercializados na Feira, principalmente os semi processados e os processados. Instituto de Nutrição e Restaurante Universitário.	Elaboração de oficina sobre confecção de rótulos para os agricultores da Feira.
Agricultura Conectada: Capacitação dos Jovens e Famílias de Agricultores e Comunidades da Feira Agroecológica da UFRJ 2012-2013	O projeto tem por objetivo estabelecer um processo de inclusão sócio-digital de jovens e familiares das comunidades dos agricultores participantes da Feira Agroecológica da UFRJ. Inicialmente, o público alvo será os filhos dos agricultores e outros membros das famílias participantes da Feira, que funcionarão como articuladores dos contatos com outros jovens de suas comunidades, motivando-os para as ações de capacitação digital a serem oferecidas pela Universidade. A capacitação se dará em torno da construção de um portal da feira agroecológica. Ao final do projeto, este portal deverá ser gerido pelos agricultores e seus familiares, que terão autonomia para publicação de notícias, e gerenciamento dos produtos oferecidos.	Criação do site da feira hospedado na Pro Reitoria de Extensão. Que por falta de sistematização das informações acabou sendo subutilizado. Tentativa sem sucesso de vendas <i>on line</i> dos alimentos dos agricultores.
Comunicação para iniciativas de interesse social: a experiência integrada da Feira Agroecológica da UFRJ e do Projeto Maré de Sabores 2012-2013 2013 -2014	A elaboração de um caderno com as receitas selecionadas elucidando os conceitos e a importância da agroecologia foi a estratégia definida para a comunicação e divulgação da Feira. O Caderno de Receitas da Feira Agroecológica da UFRJ, além de contribuir com a maior visibilidade da própria Feira, e com isso possibilitar o aumento das vendas, também tem como objetivo a (re) construção, resgate, valorização e disseminação da sabedoria popular e científica em um	Trabalho no 9 Congresso de Extensão - Caderno de Receitas da Feira Agroecológica da UFRJ – estratégia de divulgação da Feira, instrumento de valorização da cultura alimentar do RJ e espaço de diálogo entre os saberes populares e científicos. Lançamento do Caderno de Receitas em evento durante no 10 Congresso de Extensão.

Título do projeto e ano (ano início e fim)	Resumo	Resultados
	diálogo entre os agricultores, o projeto Maré de Sabores, os consumidores e a academia. Em uma perspectiva de geração de renda, esta iniciativa poderá se consolidar como fomento ao interesse pelos produtos da Feira.	
MUDA - Agroecologia e Permacultura: Centro de Tecnologias Sociais. 2015-2016	Dentre vários objetivos o projeto apresenta o de fortalecer a Feira através de ações que potencializem a venda.	Projeto piloto de venda <i>on line</i> de cestas de alimentos no ponto de venda do CT.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos por alunos de graduação destacamos o produzido no Curso de Férias sob responsabilidade do SOLTEC³⁹ na disciplina de Gestão de Projetos Sociais e o trabalho derivado da disciplina de Projeto de Produto da Engenharia de Produção. O trabalho desenvolvido no Curso de Férias recebeu nosso destaque por ter ocorrido em 2009, ou seja quando estávamos no momento de concepção da Feira no campus. Com o título “Agricultura familiar orgânica no estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso sob a ótica da economia solidária”, o trabalho visou “conhecer a percepção e interesses declarados pelos agricultores familiares sobre o manejo agrícola isento de substâncias químicas” e para isso visitou sítios e entrevistou agricultores que ainda cultivavam utilizando agrotóxicos de duas associações: COOPAGÉ e AFOJO.

Os alunos das engenharias, elétrica, industrial e de produção, sob orientação de uma professora do SOLTEC, concluíram que não se devia “basear a feira apenas em produtos orgânicos ou agroecológicos”, e percebendo a importância do apoio para a consolidação desse processo, complementaram ressaltando o papel da universidade em

³⁹ O Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) é um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental. Ele é um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e nasceu em 2003 a partir da mobilização de estudantes e professores da Escola Politécnica, tendo sido aprovado pelo Departamento de Engenharia Industrial. Ver mais em <http://www.soltec.ufrj.br/>

“fomentar a transição dos agricultores, sem segregá-los ou desmotivá-los por não inclusão no evento feira”. Esse resultado corroborava com as discussões travadas nas reuniões de concepção da feira trazidas pelas instituições não governamentais que indicavam as dificuldades da transição para o cultivo agroecológico.

Já na disciplina de Projeto de Produto ministrada na Engenharia de Produção sob orientação da Professora Carla Cipolla em 2011, os alunos tiveram como temas os inúmeros desafios da Feira, tal como definidos pela coordenadora da Feira e autora da presente tese, se conformando na seguinte divisão temática:

- Grupo 1 – Educação: Desafio estratégico – elaborar um canal de comunicação de mão dupla entre o público e os produtores que seja interessante e acessível.
- Grupo 2 – Exposição de alimentos *in natura*: Desafio estratégico: Como elaborar métodos e produtos que melhorem a exposição dos alimentos *in natura* e garantam sua conservação, antes, durante e após a feira?
- Grupo 3 - Transporte – Desafio Estratégico: como fazer com que a questão do transporte não seja um empecilho para a manutenção e expansão do número de agricultores na Feira Agroecológica da UFRJ?
- Grupo 4 – Feira itinerante: Desafio estratégico: Como projetar uma feira agroecológica interativa e itinerante que atenda a outros campi da UFRJ?
- Grupo 5 - Precificação: Desafio Estratégico: como criar um modelo que facilite a ilustração dos gastos de produção para os Feirantes?
- Grupo 6 – Certificação - Desafio Estratégico: Gerar através de um processo de certificação, o diferencial de agricultura familiar para que esta seja reconhecida e valorizada perante o mercado por possuir um processo produtivo de qualidade.
- Grupo 7 - Embalagens - Desafio Estratégico: Elaborar embalagens para Alimentos da feira Agroecológica da UFRJ que sejam coerentes com o contexto na qual ela está inserida e que contribuam para que seus objetivos sejam alcançados.
- Grupo 8 - Barraca dos Saberes - Desafio estratégico: Como projetar uma barraca dos ‘saberes’ e torna-la um meio eficiente na conscientização da importância da agroecologia?

No período de desenvolvimento dos projetos descritos acima, 2011, dois grandes acontecimentos ocorriam envolvendo a Feira da UFRJ: o processo de transição para o cultivo agroecológico e a discussão sobre as leis sanitárias impactando nas vendas daqueles que produzem em pequena escala. Dessa forma, o foco não foi implementação dos resultados obtidos nesses projetos e sim, descrevermos aqui a riqueza da trajetória da pesquisa. Considerando que: a) estamos falando de alunos que para estar no quarto período de engenharia de produção da maior universidade federal do Brasil seguiram (e ainda seguem), em sua maioria, uma rotina rigorosa de dedicação aos estudos, b) as

universidades, principalmente nas áreas *hard*, tem direcionado a formação para o atendimento ao mercado de trabalho e suas questões e c) o afastamento dos jovens da cidade em relação ao que é comida de verdade. O encontro dos alunos com os agricultores durante a pesquisa de campo permitiu a interação rural e urbano, num encontro de surpresas para ambos, agricultores e alunos como podemos perceber na fala de um agricultor:

“O menino segurou a fruta, cheirou e falou ‘isso não é tomate’. Eu disse, você não sabe o que é isso? Isso é uma fruta cara, caqui. ‘Caqui? É doce?’ perguntou ele. É uma delícia, só é ruim quando tem cica. Cica o que é cica ?????”

A discussão sobre composição do preço justo numa perspectiva de respeito ao consumidor foi outro elemento que podemos destacar em relação ao aprendizado nessa aproximação de saberes. A visão capitalista de se almejar a maximização produtiva visando o maior retorno financeiro foi revelador sobre a pouca habilidade dos alunos em lidarem com problemas que envolvem os produção pequena escala, em particular em um empreendimento agroecológicos com suas perspectivas holísticas e de preservação das relações humanas e das culturas alimentares.

O movimento de professores e estudantes na Feira buscando dados para suas respectivas pesquisas reforçou a discussão interna sobre a importância de se ancorar a Feira administrativa e academicamente na estrutura da UFRJ, item inclusive que baseia nossa hipótese de pesquisa. Além disso, surgiu a ideia de se nomear, entre os membros do Grupo Organizador, um “articulador acadêmico” que teria o principal papel de conversar com o interessado em desenvolver trabalhos acadêmicos com a Feira. A ideia foi derivada da observação dos agricultores que relataram a presença cotidiana de pessoas a procura de dados sobre eles e seu modo de plantar, e como observado na fala do agricultor, “as vezes estamos vendendo e nem podemos dar muita atenção as perguntas deles”, observamos que a indagação nem era bem atendida e ainda atrapalhava a dinâmica do trabalho. Dessa forma, os agricultores foram orientados a fornecer o contato do articulador para que pudesse ocorrer uma primeira conversa sobre os objetivos da pesquisa e a discussão conjunta sobre a melhor maneira de executá-la. Os agricultores vinham também relatando a dificuldade deles em atender, ao mesmo

tempo, aos “fregueses” e alunos que compareciam à Feira em busca de dados.

Como narrado anteriormente por ter surgido como proposta do restaurante universitário e por este setor estar ligado ao Instituto de Nutrição, o envolvimento de professores desse Instituto “apadrinou” ou melhor dizendo “amadrinhou”, considerando a questão de gênero no referido curso, academicamente o projeto da Feira Agroecológica na UFRJ. Certamente, coerente com o propósito de ganhos mútuos entre os envolvidos, a representação dos professores no Grupo Organizador trouxe contribuições específicas as discussões no processo de implantação da Feira.

Com as ações cotidianas estabelecidas podemos observar que a Feira estar ligada a uma área das Ciências da Saúde sugeria o cumprimento legal de regras sanitárias definidas para a produção de larga escala que entrava em choque com as formas de preparo e de produção tradicionais daqueles agricultores.

A fala da agricultora Gerli transcrita no início dessa seção define bem nossas observações. Em uma das minhas muitas idas a Feira deparei com estudantes de jaleco branco e luvas. A atividade prática era derivada dos conceitos aprendidos na disciplina sobre padrões legais no controle higiênico sanitário da produção e comercialização de alimentos e assim legitimada academicamente. Um termômetro espetado ao saco de aipim descascado e imerso em água constatou temperatura inadequada para aquele tipo de alimento.

A adequação legal da refrigeração do aipim descascado foi item de pauta na reunião do Grupo Organizador. Depois de muitos debates, com defesas ora dos tópicos legais, ora da manutenção de renda dos trabalhadores ficou definida a utilização de caixa térmica de isopor com gelo para a comercialização desse produto na Feira. A adoção de tal prática acabou impactando na redução das vendas do aipim de uma das associações que compunham a Feira. Segundo os agricultores dessa associação a venda do aipim, seu principal produto junto com as verduras, foi reduzida a metade “não compensando mais vir pra universidade”. Dessa forma, mesmo com tentativas do Grupo Organizador na busca de outras soluções, a Feira registrou a quarta baixa com a saída de mais uma associação.

Interessante ressaltar, que o Grupo Organizador, semelhante as associações que compunham a Feira, também registrou algumas baixas e/ou alterações no número de componentes. Duas professoras do Instituto de Nutrição solicitaram afastamento, uma licenciou-se para doutoramento e, a outra professora por motivo pessoal. Por um trabalho de extensão desenvolvido em parceria com a Feira, uma professora do Curso de Gastronomia, também ligada ao Instituto de Nutrição, se candidatou e foi incorporado ao Grupo Organizador.

Após o episódio do aipim, questão da autonomia das ações da Feira foi posto em discussão a luz da garantia dos ganhos financeiros dos agricultores, e também por ser conformar como espaço de experimentação de novas possibilidades para o comércio de alimentos agroecológicos em campi. Com esse direcionamento, o Grupo Organizador, definiu-se pela busca, nas redes de contatos disponíveis, de setores que pudessem dialogar e contribuir com maior liberdade. Comparativamente como discutido por Larissa Lomnitz (2009) para o setor de economia informal, o comércio desses alimentos, de um modo geral, e, em particular no campus, ainda é tema que depende de intercâmbios baseados nos princípios da confiança e da solidariedade para sua sobrevivência do negócio.

Por sua postura dialógica com as organizações sociais e de efetivas ações interdisciplinares a Divisão de Integração Universidade Comunidade (DIUC) ligada a Pro Reitoria de Extensão foi identificada como local institucional para a base administrativa da Feira. Após decisão coletiva, as representações do Grupo Organizador da Feira reuniram-se com a diretora da DIUC, Eliana Sousa Silva, em que ficou selada a parceria e a institucionalidade.

Para a sustentação acadêmica definiu-se o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE) identificando em suas linhas de pesquisa a preocupação sobre a aplicação de critérios ético-valorativos à criação, gerenciamento e avaliação de modelos inovadores de intervenção e desenvolvimento. Cabe ressaltar que o fato da professora de gastronomia e eu, a pesquisadora, sermos pós-graduandas do referido laboratório facilitou as negociações.

7.2.3 Parceria entre a Feira e outros movimentos sociais

Com a já relatada saída de várias associações de agricultores da Feira da UFRJ, o Grupo Organizador vinha preocupando-se com a diversificação da oferta de alimentos aos consumidores do campus. Entretanto, com o sucesso do Circuito de Feiras Orgânicas persistia o recrutamento de agricultores para compor feiras a serem inauguradas. Estar nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e se constituir um projeto municipal bem articulado, fez com que o Circuito passasse a liderar a preferência dos agricultores para o escoamento de sua produção no modelo feira.

Discutimos no Grupo a possibilidade da Feira da UFRJ integrar o Circuito na intenção de unir esforços para o fortalecimento da agricultura orgânica no Rio de Janeiro e em consequência propiciar a entrada de novas associações de agricultores. Nos objetivos do documento denominado “Acordo de Funcionamento” do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, lê-se:

III – OBJETIVOS DO CIRCUITO

1 – O CIRCUITO tem como objetivos:

1.1 - Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;

1.2 – Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos;

1.3 - Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro.

O debate foi norteadado pela localização da Feira no campus como gerador de especificidades. O peculiar processo de constituição da Feira Agroecológica da UFRJ, como já visto em capítulo anterior, reafirmava os interesses das várias instâncias envolvidas. O Grupo concluiu que a localização em um campus, concedia um potencial gerador de conhecimento, um laboratório de possibilidades. O desafio era garantir a venda dos alimentos, segundo uma das agricultoras: “sendo ou não sendo do Circuito, a feira {da UFRJ} vai continuar aqui nesse mesmo lugar, com nossos mesmos fregueses”.

O contínuo interesse do Grupo Organizador no fortalecimento da Feira, me fez

lembrar alguns dados derivados do levantamento sobre feiras em IFES. Observei que além da maioria estar ligada a uma unidade acadêmica, também ocorriam parcerias dessas feiras com variados movimentos sociais. Surgiu então a ideia de convidar o Projeto Maré de Sabores para compor a Feira Agroecológica da UFRJ.

Como vimos, com a entrada da professora do Curso de Gastronomia para o Grupo Organizador da Feira ocorreu também a aproximação com o projeto Maré de Sabores, o qual era coordenado por ela. O projeto faz parte da organização não governamental Redes de Desenvolvimento da Maré fundada pelo movimento comunitário no conjunto de favelas da Maré. A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, onde vivem cerca de 130 mil pessoas e é vizinha ao campus da cidade universitária da UFRJ. O projeto Maré de Sabores tem o objetivo de capacitar mulheres da comunidade na área de Gastronomia, com especial atenção para a realização de trabalhos pela equidade das relações sociais entre homens e mulheres.

O Grupo Organizador agora composto por professores da Gastronomia, Nutrição e Engenharia de Produção, estudantes de Biologia, os agricultores da Associação do Fojo e da cooperativa COOPAGÉ, aprovou a iniciativa e decidiu que os produtos a serem comercializados pelas “mulheres da Maré” deveriam ser orgânicos, coerente com as premissas da Feira. A coordenação do projeto Maré de Sabores mostrou interesse e apresentou a proposta de comercialização de pães, bolos e massas confeccionados com alimentos orgânicos alguns adquiridos dos agricultores da própria Feira.

A aceitação dos consumidores em relação à oferta dos produtos das mulheres da Maré foi evidenciado nas boas vendas. Pude observar, em visita a Feira, elogios sobre a qualidade do produto bem como o interesse dos consumidores no projeto que envolvia mulheres de uma comunidade na produção de alimentos “tão sofisticados”.

Com o sucesso da ação apresentei a proposta de também convidarmos grupos envolvidos com a produção de artesanato. O Grupo Organizador aceitou a ideia e definiu que os produtos a serem comercializados deveriam ser confeccionados em um trabalho associativo na perspectiva da economia solidária. Houve a sugestão de convidar preferencialmente ações coletivas que estivessem sendo desenvolvidas em lugares que guardassem proximidade ao campus, coadunando nossa proposta à premissa

do Plano Diretor da UFRJ de integrar a universidade à cidade (UFRJ, 2011).

Com o conhecimento já estabelecido com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário do município do Rio de Janeiro solicitamos indicação de alguma associação que contemplasse nossos pré-requisitos. Recebemos a indicação do grupo “Meninas Prendadas” constituído por senhoras idosas moradoras da comunidade do Complexo do Alemão e bairros vizinhos.

O Complexo do Alemão é um bairro da Zona norte do município do Rio de Janeiro e também circunvizinho ao campus. Concentra mais de setenta mil habitantes em uma área de reconhecido grau de violência e pobreza. O projeto Meninas Prendadas instalou-se no bairro na casa de uma das fundadoras desde 2010 e reúne um grupo de doze artesãs, de 45 a 75 anos, que, utiliza retalhos, revistas e jornais em suas criações.

Aceito o convite, o Grupo Organizador passou a discutir o arranjo das barracas da Feira para a venda de produtos de variadas naturezas. A ideia foi dividir a mesma barraca com espaço para os alimentos e os artesanatos. A princípio os agricultores relutaram considerando a diminuição para exposição de seus produtos. Com o decorrer do tempo, a experiência foi aprovada com relatos de um convívio que facilitava inclusive o revezamento dos feirantes no momento do almoço e o aumento da frequência já que pessoas interessadas nas peças do artesanato acabavam por averiguar também as mercadorias trazidas pelos agricultores e vice-versa (Fotos 40 e 41).

Foto 40: Associação das Meninas Prendadas.



Foto 41: Projeto Maré de Sabores.



7.2.4 Site - Divulgação e vendas *on line*

Entramos em 2012 contabilizando quatro baixas nas associações de agricultores que compunham a Feira Agroecológica da UFRJ, contávamos então com AFOJO e COOPAGÉ. A inauguração da primeira unidade de feira do Circuito na zona norte do Rio de Janeiro, confirmava a oferta de vagas para agricultores/feirantes comporem feiras de rua e em consequência, prosseguia nossa dificuldade em conseguir novos entrantes para a Feira da UFRJ.

Nas visitas a Feira além de conversar com os agricultores eu também buscava o diálogo com os consumidores. Aliás, na Feira localizada no CCS identifiquei uma freguesa que não pertencia a nenhum segmento da comunidade universitária, moradora de bairro próximo ao campus. Ela conheceu a Feira devido a necessidade de adquirir remédios manipulados na “farmácia da UFRJ”⁴⁰.

⁴⁰ Esse estabelecimento faz parte de um projeto da Faculdade de Farmácia e envolve professores, estudantes de graduação e pós graduação do referido curso. Os preços “muito mais em conta” em comparação com outras farmácias atraem o publico de variados locais do Rio de Janeiro a procura de remédios e cosméticos.

Ela se tornou freguesa assídua e frequentando a Feira semanalmente porque acredita que “alimentos sem química são mais saudáveis” e também criou um vínculo de amizade com os agricultores, inclusive ocorrendo visita ao sítio de uma das agricultoras. Nas visitas a Feira, ouvi também comentários de alguns consumidores integrantes da comunidade universitária, que não sabiam da existência da Feira no campus.

Em reunião do Grupo Organizador apresentei a questão da invisibilidade da Feira no campus e os agricultores corroboraram com a observação de que toda semana ouviam mais de um consumidor falando: “vocês estão aqui desde quando?”; “nunca tinha ouvido falar de feira aqui no Fundão”, “vocês tem que fazer propaganda disso, gente”, “eu trabalho nesse prédio e só descobri essa feira porque precisei vir ao banco”. Estávamos caminhando para o terceiro ano de existência da Feira na Cidade Universitária da UFRJ, participamos de vários eventos, estávamos em três pontos e a Feira ainda era desconhecida por muitos que transitavam no campus.

Lembrei ao Grupo Organizador que na pesquisa com as feiras de rua observamos a utilização de variadas formas de divulgação demonstrando claramente a necessidade da adoção dessa prática na Feira da UFRJ, considerando a particularidade de sua localização em um campus de dimensões avantajadas. A representante da Agência de Inovação, Isis Guardatti, informou que havia sido procurada por um aluno do Programa de Pós-Graduação em Informática do Instituto de Matemática da UFRJ que solicitava indicação de grupo social, ligado a UFRJ, para participar de um projeto de desenvolvimento de *site*.

O Grupo Organizador considerou a criação de um *site* uma boa estratégia de comunicação, como também um recurso para se implementar, no futuro, o sistema de vendas *on line* semelhante a experiência observada na PUC-RJ. Os agricultores demonstraram preocupação sobre o pouco domínio deles em relação “as coisas de computador”. A maioria informava ter internet, mas quem manuseava os equipamentos eram os filhos ou os netos.

Essa situação em relação à tecnologia me fez lembrar uma passagem com os agricultores. Estávamos em reunião e o telefone de um dos agricultores tocou em um

volume altíssimo, distraíndo a atenção. Ele atendeu, falou e quando desligou, eu o interpelei um tanto incomodada: “será que dava para você baixar o volume do seu celular?” Ele olhou para mim e rindo respondeu: “ah Nádia desculpa é que celular de agricultor é assim mesmo. Pra pegar sinal a gente coloca ele bem lá cima da árvore e, aí, tem que ficar no maior volume pra quando eu tiver na plantação escutar ele tocar”. Também rindo, só me restou comentar: “tá bom! Melhor assim, aprendi mais uma coisa sobre agricultores”, todos rimos.

Voltando a estratégia de divulgação da Feira, ocorreu reunião com a professora Maria Luiza Campos e o doutorando Alan Tygel do Instituto de Matemática que apresentaram um diagnóstico prévio realizado na Feira e explicaram para o Grupo Organizador da Feira a proposta de trabalho sobre o *site*. Eles constataram que algumas famílias agricultoras da Feira tinham acesso a equipamentos próprios ou em locais próximos a suas moradias (*lan-houses*, igrejas, escolas e centros comunitários). Entretanto, apesar da maioria, que acessava os equipamentos, ser jovem, verificou-se que as competências em informática ainda eram bastante deficientes limitando-se a acesso a *email* e mecanismos básicos na *Web*. Constatou-se também que nenhum agricultor fazia uso de ferramentas computacionais para gestão ou comercialização de sua produção, mas demonstraram reconhecer a importância desse recurso na melhoria do seu processo produtivo.

Com esse diagnóstico apresentaram a proposta de promover curso de iniciação à informática aos filhos dos agricultores ou outros jovens membros da família a partir da construção de um Portal para a Feira. A ideia era de que as aulas ocorressem nos respectivos municípios para melhor adequação do conteúdo a realidade local. A princípio o Portal se estabeleceria como canal de comunicação com os consumidores e simpatizantes da causa agroecológica, e também pudesse capacitá-los para o apoio ao processo produtivo, em particular no escoamento.

O Grupo Organizador acatou a proposta, com a ressalva que fosse também aberta aos agricultores interessados a oportunidade de capacitação. Um dos representantes docente do Grupo Organizador solicitou informações sobre a origem dos recursos para implantação do projeto. Foi informado que iria se constituir um projeto de

extensão para efetivação de quatro alunos bolsistas de graduação. O transporte e a estadia dos estudantes para ministrarem as aulas nos municípios seria pago por um projeto de pesquisa do próprio Instituto de Matemática.

Dessa forma, foi instituído o Projeto de Extensão - PIBEX: Agricultura Conectada: Capacitação dos Jovens e Famílias de Agricultores e Comunidades da Feira Agroecológica da UFRJ em abril de 2012 com duração de um ano. Ao Grupo Organizador da Feira cabia fazer contatos com os com os secretários de agricultura locais para viabilização do espaço para as aulas e conseguir junto a administração da UFRJ um local de hospedagem para o Portal da Feira. Ocorreu então mais uma reunião para apresentação dos bolsistas (Foto 42).

Foto 42: Reunião com agricultores sobre o projeto do site



Entretanto, o projeto do Portal enfrentou algumas intercorrências. A suplementação financeira para locomoção dos estudantes até os municípios não se efetivou interferindo no planejamento inicial. As aulas que seriam ministradas nos respectivos municípios foram transferidas para o próprio campus no Instituto de Matemática. A aula era quinzenal e no dia da Feira, facilitando a vinda dos jovens e a participação dos agricultores sendo realizada no período de 14:00h as 17:00h. O tempo de duração previsto para a conclusão do curso era de cinco meses.

Nas três primeiras aulas contava-se com dez jovens e três agricultores, com o decorrer do tempo as ocorreram dificuldades, dentre essas a de transporte e o curso findou com três jovens e uma agricultora. O Portal da Feira foi construído e hospedado na Pro Reitoria de Extensão-PR5 e continha informações sobre a Feira, sobre agroecologia e eventos de temáticas similares e era atualizado por um bolsista do projeto. A ideia de utilizá-lo como ferramenta para vendas não foi posta em prática, já que os agricultores não se sentiram capacitados para a nova proposta de modalidade de vendas. Com a já prevista finalização do projeto de extensão, os alunos bolsistas se retiraram e o Grupo Organizador não conseguiu alocar uma pessoa para a atualização do Portal.

Com a dificuldade de manutenção, o Portal se tornou obsoleto não se conformando nem como ferramenta para divulgação e muito menos como apoio ao sistema de escoamento dos agricultores. Similar ao projeto que envolveu a venda de alimentos para um restaurante comercial, esse insucesso encontra-se referido ao processo de assimilação para incorporação das novidades pelos agricultores. O tempo determinado por um projeto de extensão, por muitas vezes é incompatível como tempo necessário para que as ações planejadas de fato se consolidem e sejam assimiladas pelo público específico. Por mais que se tenha considerado o contexto da ação, tanto nós pesquisadores como os bolsistas precisamos relativizar ainda mais a nossa acelerada forma de pensar na lógica industrial na qual fomos e continuamos a sermos formados.

Em ambos os casos, o escoamento para o restaurante comercial e a construção do *site*, tinha-se a premissa da contextualização das ações a realidade dos agricultores. Em ambos os casos também, os agricultores deram sinais de suas preocupações, ora demonstrando insegurança para o aumento da escala produtiva ora verbalizando o desconhecimento das tecnologias mínimas de informática.

Considero os dois casos exemplares em relação ao caminho de aprendizado que nós, agricultores e pesquisadores, ainda temos a percorrer em relação aos diálogos entre saberes. Optei por relatar os casos adversos na íntegra, primeiro por concebê-los resultados da pesquisa e, por outro lado, por considerar a experiência de relevante contribuição para aqueles que pretenderem percorrer caminho metodológico similar.

Niederle e Almeida (2013) ao discutirem os impactos das mudanças em empreendimentos que envolvem a agricultura familiar, em particular os de base ecológica, trazem o conceito de Zaoul (2006) sobre “racionalidade situada” demonstrando a possibilidade de diferentes respostas a inserções semelhantes em variados contextos. Segundo os autores essas mudanças requerem negociações entre os membros da família já que alteram a rotina e principalmente a economia de toda família envolvida. Qualquer proposta de mudança precisa estar situada, ou seja, precisa, primeiramente, de tempo para as negociações com as “verdades locais”.

No decorrer de 2012 os agricultores da COOPAGÉ apresentaram dificuldades em manter presença na Feira. Nessa altura alguns agricultores dessa cooperativa que compunham a Feira haviam saído com a avaliação de que a Feira da UFRJ “não estava compensando pagar o frete” para o transporte das mercadorias. As duas agricultoras que continuaram na Feira, passaram a trazer de ônibus suas mercadorias, o que se constituía numa verdadeira empreitada como podemos perceber na fala de uma delas:

Eu boto tudo no carrinho de feira e numa bolsa, aí meu filho me deixa na estrada. Pego uma condução até o centro de Magé, depois um ônibus até o centro do Rio e mais um ônibus até aqui na universidade. É uma luta, mas tem gente boa pra ajudar. No centro do Rio tem um passageiro que já me conhece e desce pra me ajudar e quando chego aqui no Fundão, ou alguém da Feira ou os seguranças me ajudam a carregar.

Pode-se perceber na fala da agricultora o seu protagonismo nessa ação que requer empenho e determinação, tal fato me fez lembrar o representativo e fundamental papel da mulher na luta no campo no Brasil e no mundo (FURLIN, *In* NEVES, 2009; ESMERALDO, *In* NEVES; MEDEIROS, 2013).

É de fácil conclusão que, com todo esse desgaste, após alguns meses não tivéssemos nenhum agricultor da COOPAGÉ em nossa Feira, permanecendo apenas AFOJO. Eu, como pesquisadora, reconhecendo no modelo feira o potencial integrador de pessoas e ideias, a partir dos fatos observados na experiência da Feira da UFRJ, vinha refletindo sobre as características específicas de uma feira realizada no campus e identificadas durante o percurso da Feira. Entender melhor essas características poderia ajudar a evidenciar o papel da universidade na promoção da agroecologia, objetivo da presente tese. Mas como tornar o campus atraente aos agricultores que precisam

comercializar seus produtos?

A pesquisadora Laura Carvalho (2011) em sua dissertação de mestrado recorreu a metáfora de um caleidoscópio para dirigir seu olhar e compreender a construção da Feira Agroecológica da UFRJ. Devo confessar que a princípio a discussão trazida por Laura provocou em mim uma sensação de intrusão de alguém de fora, a qual não havia vivenciado os marcos significativos do processo de pré e pós implantação da Feira no campus. O Grupo Organizador encontrava-se em um momento de construção intensa e aquele olhar de fora, se revelou para mim um tanto invasor. Tempos depois, passei a perceber o quão interessante era poder ter a percepção de um observador sem vínculos com o projeto da Feira.

Laura reconheceu pontos positivos e negativos na composição diversificada do Grupo Organizador. Através dos depoimentos dos membros pôde comprovar o quanto a experiência estava sendo rica para todos os envolvidos. Entretanto, a gestão participativa por envolver variados saberes e instâncias hierárquicas requeria um exercício de tolerância e uma dinâmica de discussão diferenciada que concedia morosidade ao andamento das resoluções e segundo Laura:

A experiência foi (e tem sido) rica para os envolvidos. É forte a convergência de seus depoimentos sobre isso. Mas o processo em curso evidenciou que construir junto é uma iniciativa arriscada, que exige disponibilidade de rever opiniões e re-fundar discursos estabelecidos. A diversidade de opiniões e percepções enriquecem o encontro, mas também o tornam mais complexo, pois em todo diálogo autêntico os ritmos dos interlocutores são diferentes, seus tempos são outros (CARVALHO, 2011, p. 77).

Nesse sentido, apesar da autora evidenciar na Feira um potencial integrador para a vida no campus, reconheceu também a necessidade de ações que incrementassem a obtenção de renda para os agricultores. Em seu estudo Laura sugeriu um *design* de comércio em que a Feira também se tornasse um polo de entrega de encomendas realizadas *on line*.

A partir de toda a trajetória da feira, bem como as experiências pesquisadas e, reconhecendo modelo de comercialização do tipo Feira como estratégico para a promoção da agroecologia no campus da UFRJ, apresentamos proposta ao Grupo

Organizador para realização de *workshops* com consumidores da comunidade universitária (membros do Grupo Organizador ou não) e agricultores. Usando o raciocínio de marketing, adequado ao nosso interesse, queríamos ouvir ao cliente. Essa ação visava entender a partir da opinião desses segmentos como eles se sentiriam atraídos a se locomover até ao ponto de comércio de alimentos agroecológicos.

7.3 WORKSHOPS

A Feira foi capaz de agregar olhares de conhecimentos variados registrados nos trabalhos conjuntos entre Engenharia de Produção/Gastronomia, Biofísica/Nutrição, Tecnologia da Informação/Comunicação e Biologia/Nutrição/Engenharia de Produção. Pode-se constatar o quanto o tema alimento é disparador de ações relativas ao ensino, pesquisa e extensão. Na contemporaneidade o desenvolvimento de enfoques transdisciplinares passou a ser atributo essencial para a universidade que almeja realinhar o seu modo de pensar e formar, tanto para atender aos novos perfis de educandos quanto para o enfrentamento de problemas complexos que vem se apresentando à humanidade (BURSZTYN, 2001; READINGS, 2002).

A saída de cinco das seis associações de agricultores que compunham inicialmente a Feira e a necessidade de instalação da Feira em três diferentes pontos do campus trouxeram revelações sobre a especificidade do campus da UFRJ. A enorme extensão territorial, a não utilização de bicicletas, a falta de estacionamento incidem na mobilidade das pessoas no referido campus. Assim como, qualquer alteração na rotina de trabalho ou estudo podia atrapalhar o horário reservado para que os consumidores se dirigissem a Feira.

Essa reflexão nos fez revisitar o objetivo do presente estudo em evidenciar o papel da universidade na promoção da agroecologia. Trago mais uma vez aqui as observações de Laura Carvalho (2011) que teve como objeto de estudo de mestrado a Feira da UFRJ, ela nos diz que é preciso reconhecer a venda de alimentos na Feira como um empreendimento, enxergando que é um tipo de negócio diferenciado, pois precisa se manter fértil para vínculos interpessoais sem perder a dimensão da necessidade do

retorno financeiro para os agricultores.

As hipóteses em relação à necessidade de inserção acadêmica e institucional da Feira se confirmaram legítimas. Como acontece em algumas IFES (Tabela 13), a partir da criação do vínculo com a Pró-Reitoria de Extensão - PR5, a Feira se estabeleceu institucionalmente na estrutura da UFRJ concedendo um caráter de ação extensionista ao projeto. A carência de definições legais mais específicas para o controle sanitário da produção em pequena escala provocou nossa reflexão sobre o quão o vínculo acadêmico da Feira na UFRJ poderia impulsionar ou não essa discussão interna. O Grupo Organizador da Feira percebeu a importância da continuidade do comércio de alimentos no modelo Feira para servir de observatório para, na prática, entendermos as especificidades desses tipos de produtores e de comércio. A Feira então passou a ser vinculada academicamente a Engenharia de Produção, mas especificamente na COPPE/UFRJ no LTDS.

Essa reflexão foi marcante para mim como pesquisadora e nutricionista com formação que valorizava os nutrientes e os cuidados na perspectiva higienista. Já durante o mestrado em educação iniciei uma abertura das ponderações dialógicas de Paulo Freire. Durante meu percurso investigativo me senti novamente desafiada a fazer dialogar conhecimentos técnicos e conhecimentos práticos. Por exemplo, a formação do Grupo Organizador da Feira, com tamanha heterogeneidade em sua representatividade, reunindo pessoas de variadas formações e interesses provocaram debates enriquecedores ao mesmo tempo que se fundamentava como meio de aprendizagem para almejada interação entre saberes. Desafiador o exercício do pesquisador na pesquisa-ação que na busca de ações interventivas em um determinado contexto, precisa ao mesmo tempo provocar e fazer fluir democraticamente as discussões.

A essa altura da pesquisa, eu precisava admitir para mim, e depois para minha orientadora, que o circuito curto no modelo feira, tal qual havia sido implantado no campus, atendia o objetivo proposto na tese de delineamento do papel de apoio da universidade a esse setor agrícola, ao mesmo tempo, o modelo Feira revelava uma tensão entre a potencialidade dos encontros e potencialidade das vendas. Percebemos então, que a universidade (no caso nós) encontrava-se desafiada no seu papel

investigativo. A questão instigadora era como tornar atraente para os agricultores, a comercialização de alimentos agroecológicos no campus, preservando a riqueza das interações produtor / coprodutor proporcionada pelo modelo feira? Concluímos que conhecer a opinião da comunidade universitária e dos agricultores seria uma ação norteadora para a desafiadora investigação.

Decidimos então por encontros categorizados de agricultores, técnicos administrativos, estudantes, professores componentes ou não do Grupo Organizador. A cronologia dos *workshops* ficou assim definida: o primeiro encontro aconteceria com alunos, em seguida os professores, técnicos administrativos e finalizando com os agricultores. Já pondo em prática alguns aprendizados derivados da observação do percurso da Feira, decidimos finalizar com os agricultores para que acumulássemos ideias para traçarmos a maneira mais adequada para apresentação da dinâmica.

Os *workshops* foram realizados em uma sala de aula da Divisão de Integração Universidade e Comunidade, local institucional ao qual a Feira estava ligada. O recurso metodológico utilizado foi a “cachoeira de ideias”. Com o reconhecimento da importância da presença do agricultor no campus para os encontros com os consumidores, decidimos que a pergunta disparadora deveria esclarecer essa prévia condição. Essa definição de requisito prévio teve como base a valorização dos saberes técnicos e práticos para a construção do conhecimento na área de comercialização daquele que produz em pequena escala, em particular em uma universidade pública urbana (CARMO, *In* Neves, 2009; BRAUDEL, 2009). E como nos diz Olivier Schutter (2012):

É preciso combinar a valiosa experiência dos agricultores que praticam agricultura de pequena escala como o melhor que os cientistas podem oferecer a fim de desenvolver modos de aprendizagem participativos (...) As organizações e redes de agricultores tem acumulado experiência na disseminação de práticas agroecológicas na última década, com resultados comprovados. Esses movimentos já estão funcionando como organizações de aprendizagem; eles devem ser atualmente apoiados nesta função (SCHUTTER, 2012, p. 29).

Cabe esclarecer que a resolução de se investigar a opinião dos consumidores do campus ocorreu já próximo ao prazo para finalização da escritura da presente Tese, e por isso se

conformando como um esforço para contribuir na maior compreensão sobre perspectiva que se revelou especificamente nesse campus nas baixas vendas realizadas. Esse fato poderia ter sido por nós interpretado, como a inadequação do modelo feira para a comercialização de alimentos agroecológicos no campus. Entretanto, como nos esclarece João Pinto (2014):

Conceber que o objeto social se diferencia de outros objetos naturais, por exemplo, pelo fato de ser constituído por sujeitos, os quais não podem ser transformados em meros objetos de pesquisa, não nos leva a esquecer de que os fatos sociais não são transparentes, nem necessariamente conscientes. Estas peculiaridades levam a pesquisa social a uma necessária ruptura com as pré-noções do senso comum e da percepção imediata, precisamente porque estas escondem, camuflam o real (PINTO In DUQUE-ARRAZOLA & THIOLENT (orgs), p. 133, 2014)

Então porque não ouvir os sujeitos envolvidos, comunidade universitária e agricultores, sobre a comercialização de alimentos agroecológicos no campus da UFRJ? Dessa forma, definimos a utilização da estratégia de ouvir os consumidores e produtores iniciando pelos alunos.

7.4 *Workshop* com os alunos

Em nosso contato cotidiano nas feiras e nas reuniões, os alunos sempre demonstraram apoio as opiniões dos agricultores. Suas falas e posições firmes revelavam a insatisfação a cada percepção de decisões verticalizadas dentro do Grupo Organizador. A decisão por iniciar os encontros por eles se baseou apenas na possibilidade de se ouvir em primeiro lugar aqueles “apaixonados pela causa”. Entretanto, como já relatado, ouvir os agricultores por ultimo foi uma definida estratégia pedagógica.

Considerando o dinamismo característico do recurso de pesquisa selecionado, além da minha presença orientando o desenvolvimento dos trabalhos, contávamos com a presença de uma segunda pessoa, integrante do Grupo Organizador, como apoio técnico e de observação.

Foram convidados 15 estudantes envolvidos com a Feira e outros aleatoriamente. Ocorreu orientação para que os agricultores, nos dias de feiras

convidassem alunos para participarem do encontro.

Presenças: 8 alunos - nutrição (1), biologia (2), gastronomia (2), engenharia de produção (1), comunicação (1) e arquitetura (1). Apenas o aluno de arquitetura não havia participado de algum projeto envolvendo a Feira como tema, por ser freguês da Feira que acontecia na Reitoria foi convidado por um dos agricultores que ali comercializava.

Nossa pergunta provocadora foi: “Que estruturas ou serviços vocês gostariam de encontrar num lugar onde agricultores estivessem vendendo seus alimentos agroecológicos aqui no campus?”

Em sua maioria, o aluno ao iniciar sua fala, reconhecia a necessidade de se ouvir os agricultores, reconhecendo-os como maiores interessados na questão posta. Nesse sentido, um dos primeiros estudantes a se pronunciar, aluno de Biologia, o qual referendou a Feira e solicitou a oferta de sanduíches e sucos, acrescentou:

A universidade tem mania de querer saber o que o outro quer, muito mais para fazer valer seu querer acadêmico do que construir junto um outro querer que contemple a todos. Os caras {os agricultores} gostam de vender na Feira, então a feira tem que ser o jeito deles venderem aqui e pronto. O que eu quero ou deixo de querer tem que ser secundário, eu penso assim. (Estudante da UFRJ)

Percebendo os gestuais de apoio do restante do grupo logo após essa fala, antes que tal depoimento impregnasse o grupo num tom de defesa e de militância a favor da Feira, inseri a explicação sobre a nossa perspectiva de reconhecimento prévio sobre a importância do modelo feira no campus. Apesar dessa nossa iniciativa, todos (as) os subsequentes depoentes defenderam a Feira como primeira possibilidade de venda para os agricultores no campus. Por outro lado, se sentiram a vontade de elencar suas prioridades, como podemos ler a seguir:

- “Seria interessante poder ter uma horta em que as pessoas aprendessem com os agricultores por exemplo, a cultivar suas próprias hortaliças aprendendo a diferença da produção agroecológica daquela que utiliza agrotóxicos. Seria bem legal!
- “Um lugar em que pudéssemos preparar o alimento adquirido na Feira, tipo uma cozinha e um refeitório para os alunos usarem” (2 alunos).
- “A gente vai a feira na hora do almoço ou no final da tarde então

era interessante que tivesse sanduiches e sucos maneiros para gente comprar”.

- “Era interessante se encontrássemos perto da feira uma rede pra se conectar, ah! e para deitar também” (risos de todos).
- “Os agricultores sempre reclamam da dificuldade de transportar os alimentos de cá pra lá, prevê um lugar fixo só para eles, seria um grande adianto”.
- “Trazer apresentações culturais no dia da feira poderia atrair pessoas, uma dança, um teatro, música, sei lá.”
- “Pensar na possibilidade de tornar o local como expositor de sementes e vegetais da região ensinaria sobre nossa biodiversidade para aqueles que não conhecem.”

As alunos demonstraram ao mesmo tempo preocupação com sua rotina dentro do campus, revelado na expectativa de encontrar uma preparação para compor sua refeição, quanto também preocupados com as expectativas do agricultor, contida na possibilidade de um mercado fixo. Nos chamou a atenção que dois alunos priorizaram a existência de uma cozinha para que eles próprio preparassem sua alimentação, o que relava para nós um desaceleramento no jeito *fast* de se alimentar, hegemônico no campus.

Ao final da dinâmica o estudante de arquitetura solicitou nossa permissão para que pudesse participar dos demais *workshops*. Reconhecendo a justificativa pertinente em relação ao seu interesse na temática para elaboração de sua monografia, depois de conversar com a orientadora, e sua presença foi autorizada para os próximos encontros com docentes, técnicos e agricultores.

Já que o aluno de arquitetura estaria presente nos próximos encontros, sugeri que ele pudesse me auxiliar na dinâmica. Acatada a sugestão o orientei sobre as técnicas de acompanhamento durante um *workshop*, ou seja, a atenção as falas, aos gestos e inclusive aos silêncios durante a dinâmica com os componentes do grupo em questão.

7.5 *Workshop* com os professores

Estávamos presentes eu como orientadora do encontro e o estudante de arquitetura Bruno, como observador. Foram convidadas 10 professoras de diversas áreas mas a conciliação das agendas se conformou um entrave.

Presença: 5 professores - nutrição (1), artes plásticas (1), gastronomia (1), biofísica (1), biologia (1). A professora de artes plásticas era a única que não havia participado de projeto envolvendo a Feira, sendo convidada por frequentar a Feira da Reitoria.

Nossa pergunta provocadora foi a mesma apresentada aos estudantes, entretanto após o encontro com os alunos resolvemos explicitar mais claramente a inserção da feira na pergunta: “Que estruturas ou serviços vocês gostariam de encontrar num lugar onde agricultores estivessem vendendo seus alimentos agroecológicos em uma feira aqui no campus?”

A primeira professora a se manifestar, a qual acompanhou a feira desde sua criação, reconheceu as dificuldades que a Feira da UFRJ vem enfrentando para manter-se um polo de comercialização no campus. E complementou: “muitas vezes fico pensando se realmente esses agricultores tem algum tipo de lucro vendendo aqui no campus”.

Um outro professor se posicionou na conversa e respondeu a dúvida sobre a vantagem lucrativa dizendo, “você acha que se eles estivessem tendo prejuízos estariam vindo há (olha para mim e faz um sinal de interrogação com as mãos e olhos). Eu respondo, 5 anos. E ele continua, “há cinco anos? Esses agricultores, trabalhadores que são, vem ao campus para fazer caridade pra UFRJ? Eu não acredito”.

A professora responde: “não acho que chegue a se tornar uma caridade, o que eu quero trazer para a discussão é a trajetória desses agricultores no campus. Tínhamos mais de quatro associações representando seus respectivos municípios”. Exatamente 6 e agora temos apenas uma associação, eu complemento. “Então? Para 5 associações desistirem de estar vendendo aqui, considerando os problemas que podem ter ocorrido, vender no campus talvez não seja tão interessante, é isso que queria registrar”.

“Mas por que pessoas que estão no campus não seriam potenciais compradores de alimentos sem agrotóxicos?”, retrucou o outro professor.

Uma terceira professora entra na discussão e diz o que eu estava me contendo para não interferir em tão interessante debate, “talvez seja esse o motivo de estarmos

participando desse encontro aqui, não é Nádia?” {todos rimos}

Depois desse momento de descontração, ouvimos os professores:

- “Poderíamos contar com um espaço para a preparação de receitas novas, ou até a realização de oficinas culinárias, uma cozinha experimental”.
- “Em torno da feira poderiam existir espaços de convivência que propiciasse as conversas depois das compras”.
- “Seria interessante podermos contar com salas em que pudéssemos marcar uma aula pós feira”.
- “Ir a feira e poder apreciar exposições ou apresentações artísticas, seria fantástico, o campus precisa dessa interação”.
- “Que tal hortas colaborativas, em que o consumidor ajuda a cuidar?”.

Cabe também registrar que quando uma dos professores apresentou a proposta de cuidar das hortas, ocorreu a observação de um outro entrevistado sobre o tempo disponível das pessoas para assumir tal compromisso. Essa indagação nos confirmou o quão estamos impregnados na nossa ótica de valorização do tempo para fazer as coisas. Do mesmo modo, temos também a valorização da presença da arte junto a feira e o reconhecimento do seu potencial pedagógico, revelado nas salas de aula e na cozinha experimental.

Após o encontro conversei com Bruno (estudante de arquitetura) sobre as respostas e identificamos que duas respostas precisariam de um esclarecimento nosso a partir da fala do pesquisado: a) cozinha experimental seria um espaço que poderia ser usado para aulas práticas ou oficinas oferecidas à comunidade num trabalho de extensão, utilizando os alimentos comercializados pelos agricultores e b) hortas colaborativas são espaços em que o plantio, o cuidado e a colheita requer a colaboração do consumidor, o tornando também responsável pela produção.

7.6 *Workshop* com os técnicos administrativos

A particularidade aqui nessa categoria é que esse componente da comunidade universitária, em sua maioria, tem o objetivo prático de fazer a engrenagem

administrativa da universidade funcionar. As atividades desempenhadas por esse segmento na universidade garantem a fluidez das atividades acadêmicas. Entretanto, se constitui como um grupo com especificidades no seu modo de interagir com as novidades apresentadas no campus e, segundo observação dos agricultores nessa categoria está concentrada o maior numero de fregueses da Feira. Podemos perceber nas respostas a seguir, o vínculo em relação prioritária de seu entretenimento.

Presença: 6 técnicos administrativos - Reitoria (1), DIUC (1), RU (1), Agência de Inovação (1), CCS (1), Moradora de bairro próximo (1), este convidado por um agricultor que atuava no Centro de Ciências da Saúde.

Cabe esclarecer, que uma das entrevistadas não pertencia ao quadro de servidores da universidade, e só soubemos desse fato no momento que estávamos na rodada de apresentações. Em uma decisão que me parecia mais sensata, resolvi, como coordenadora, mantê-la na da dinâmica, sem expressar qualquer tipo de comentário.

Antes de falar sobre suas preferências, os técnicos que já conheciam a feira, fizeram questão de parabenizar a iniciativa no campus. Uma das entrevistas inclusive relatou o prazer do reencontro com uma das agricultoras que já há muito tempo adquiria suas mercadorias numa barraca na beira da estrada que leva a região serrana do Rio de Janeiro. As respostas ao mesmo tempo que visaram contemplar vontades mais individuais de lazer, demonstraram o quão é insuficiente os espaços de lazer nesse campus específico:

- “Eu trabalho fora dos três centros aonde a feira acontece e eu preciso estacionar, eu até gosto de ir a feirinha, mas como?”.
- “Bacana seria que quando fossemos comprar na feira a gente pudesse almoçar lá, sabe assim? Que tivesse um restaurante, para gente aproveitar a hora do almoço”.
- “Adoraria encontrar um mercadinho com arroz, feijão, material de limpeza, tudo ali junto, adoraria mesmo, evitava de ir a feira, ir ao mercado...”.
- “Nossa imagina sair de uma pressão e ouvir uma música relaxante enquanto você compra, tudo de bom”.
- “Eu sinto dificuldades de estacionar e vir sempre no mesmo horário, as vezes uma reunião se estende ou você pega um engarrafamento”.

- “Nossa! Imagina sair do setor mais tarde e encontrar no campus um lugar que oferecesse petiscos e cerveja orgânica? Nunca bebi essa{risos}mas seria tudo de bom”.

Com a dinâmica encerrada, lembrei que já conhecia solicitei a entrevistada não servidora e pedi que ela nos relatasse como havia conhecido a Feira. Ela nos disse que frequentava o Hospital Universitário devido ao acometimento de uma doença crônica. Certo dia, ela precisou adquirir um remédio e se dirigiu a Farmácia da UFRJ localizada no CCS e então se deparou com a Feira que ali funcionava, e detalhou:

“Foi muito interessante, eu moro em Bonsucesso {bairro circunvizinho ao campus} e depois da minha doença vinha pensando em não comer mais alimentos contaminados com químicas, mas não sabia aonde adquirir, perto de casa não tinha. De repente a Feira apareceu ali na minha frente. O tratamento no hospital acabou, mas eu venho ao Fundão só para comprar aqui na feira. Nos tornamos amigos aqui, já fui no sítio de vários deles {agricultores}. Sinto falta dos outros{agricultores} que saíram.”

Antes de descrevermos o encontro com os agricultores apresentaremos algumas considerações em relação aos *workshops* realizados com os alunos, professores e técnicos. Considerando o circuito curto no modelo feira como eixo para comercialização de alimentos agroecológicos, ou seja, com a premissa do reconhecimento sobre a importância da interação agricultores/consumidores para a promoção da agroecologia no campus, ouvimos as categorias que compõem a comunidade universitária.

A partir de nossa percepção da necessidade de incrementação das vendas na feira, buscamos saber dos participantes sobre outras possibilidades de serviços ou atividades em torno da feira. Independente da categoria a qual pertencesse o informante podemos identificar três linhas de raciocínio norteadoras das escolhas. A ideia de otimização do tempo, como observada nas falas: “*quando fossemos comprar na feira a gente podia almoçar*”, “*salas em que pudéssemos marcar uma aula pós feira*”, “*espaços de convivência que propiciasse as conversa depois das compras*”, “*perto da feira uma rede pra se conectar*”. Outra ideia norteadora é a de espaço pedagógico, identificada nas afirmações: “*horta em que as pessoas aprendessem com os agricultores*”, “*local como expositor de sementes e vegetais da região*”, “*salas em que*

podéssemos marcar uma aula”, “hortas colaborativas em que o consumidor ajuda a cuidar”, “espaço para realização de oficinas culinárias, uma cozinha experimental”. E por último, identificamos uma linha de entretenimento e envolvimento com expressões artísticas: “apresentações culturais no dia da feira poderia atrair pessoas”, “ir a feira e poder apreciar exposições ou apresentações artísticas”, “encontrar no campus um lugar que oferecesse petiscos e cerveja orgânica”.

Observamos também, em duas falas, o registro em relação a um lugar em que se pudesse contar com os produtos agroecológicos processados e que apresentasse um horário mais flexível de funcionamento. A seguir ouviremos aqueles que produzem, transportam os alimentos agroecológicos no campus da UFRJ.

7.7 *Workshop* com os agricultores

Com nossa experiência acumulada durante os quatro anos de vivência na Feira, concluímos que precisávamos desenvolver outro tipo de abordagem para os agricultores. Cabe informar, que os artesãos e a representante do projeto Mulheres da Maré pertencentes aos movimentos sociais parceiras da Feira, também foram convidados a participar do *workshop*.

De posse das considerações de estudantes, professores e técnicos em seus respectivos encontros, criamos as opções a serem apresentadas aos agricultores. Essa ação visou também ouvir as considerações daqueles que produzem os alimentos em relação a algumas propostas apresentadas pelos consumidores da universidade.

Entendíamos que conhecer a realidade dos agricultores traria um olhar complementar para a construção de um desenho para a comercialização de alimentos agroecológicos no campus. Conversamos, eu e a orientadora, e, considerando a habilidade do estudante Bruno, elegemos o desenho como recurso didático para apresentarmos a questão aos agricultores e artesãos.

Optamos por elencar situações no sentido de dar concretude as possibilidades imaginadas de comercialização no campus, inclusive apresentando a feira como uma dessas possibilidades, a saber:

- 1) Situação atual – três pontos da Feira no campus;
- 2) Uma única grande barraca no campus;
- 3) Feiras em outros campi da UFRJ;
- 4) Mercado fixo no campus;
- 5) Feira volante sobre um caminhão;
- 6) Vendas *on line*
- 7) Feira próximo a um Restaurante Agroecológico no campus;
- 8) Mercado e espaço cultural juntos;
- 9) Feira próximo de cozinha escola para desenvolvimento de receitas com ingredientes agroecológicos;
- 10) Feira próximo a cozinha comunitária.

Descrição da atividade: Os desenhos representando os dez itens sugeridos iriam ser confeccionados no momento da atividade. Essa prática teve intuito de proporcionar um ambiente mais descontraído propício as manifestações, como também conceder um dinamismo considerando o dia cansativo na jornada de trabalho dos agricultores, já que o workshop aconteceu após o dia de funcionamento da Feira. A cada figura desenhada no quadro seguia uma breve explicação sobre a importância de liberarem a imaginação e pensar outras formas de comércio de alimentos acontecerem. Eles no começo estavam um tanto tímidos e desconfiados, depois passaram a opinar sobre os desenhos de Bruno com ideias do tipo “ah se estamos numa ilha bota uma sereia aí”, e, complementando a outra agricultora falou, “só tem que ter cuidado pra não ir atrás do canto dela”, provocando o riso de todos.

A seguir exemplos de alguns desenhos (Fotos 43 e 44) construídos coletivamente:

Foto 43: Exemplo de desenho utilizado no workshop.



Foto 44: Exemplo de desenho utilizado no workshop.



Após os desenhos ficarem prontos, os agricultores foram orientados a escolherem três desenhos dentro das dez situações apresentadas (Fotos 45 e 46). Os desenhos escolhidos deveriam representar o que eles imaginavam ser a melhor forma de comércio de seus produtos no campus da UFRJ.

Foto 45: Desenhos apresentados no workshop.

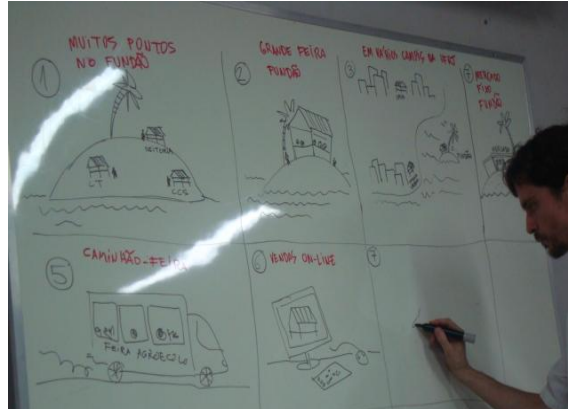


Foto 46: Orientação sobre a dinâmica.



Antes de iniciar a atividade propriamente dita, um dos agricultores (Fotos 47 e 48) perguntou: “no caso de alguma das situações ser escolhida por muita gente, a Feira acabaria?”. Outro agricultor também quis saber se a universidade tinha “dinheiro” para fazer alguma das ideias apresentadas. Foi novamente esclarecido por mim que a atividade era um exercício de imaginação para nós pensarmos juntos, outras maneiras de venda da produção deles. Chamei mais uma vez a atenção sobre a gestão participativa construída ao longo da história da Feira e que, nessa lógica, nada seria alterado em relação à Feira sem a aprovação do coletivo.

Foto 47: Questionamento inicial do agricultor.



Foto 48: Grupo com atenção à dúvida do agricultor.



Toda a atividade foi coordenada apoiada pelo estudante Bruno, com atenção também voltada para o “não dito”, ou seja, os silêncios e os gestos também foram observados (MINAYO,1999). Para a totalização, consideramos a opção que foi elencada como primeira opção. A Tabela 13 demonstra numericamente o resultado obtido:

Tabela 13- Resultado das escolhas dos agricultores

ITEM	Escolhas
Situação atual – três pontos da feira no campus	8
Uma única grande barraca no campus	0
Feiras em outros campi da UFRJ	6
Mercado fixo no campus;	3
Feira volante sobre um caminhão	0
Vendas <i>on line</i>	1
Feira próximo a Restaurante orgânico no campus	2
Mercado e horta juntos	2
Feira próximo de cozinha escola para desenvolvimento de receitas com ingredientes orgânicos	0
Feira próximo a cozinha comunitária.	0

Destacamos algumas falas dos participantes que foram registradas durante o desenvolvimento da dinâmica, que acabam por revelar alguns significados que contextualizam a quantificação da Tabela 13. O primeiro agricultor que votou disse:

Vou escolher logo de primeiro, o jeito que tá a feira agora {a feira em três pontos do campus} que é para garantir que eu vou continuar encontrando meus freguesinhos e freguesinhas todas as quintas-feiras (rindo).

Os participantes, agricultores ou não, que o sucederam na votação definiram, como primeira opção o modelo da Feira atual. Muitos justificaram essa escolha ressaltando a importância dessa forma de comercialização para as suas vendas, o encontro direto com o consumidor e a rede de contatos já estabelecida e a possibilidade de estabelecimento de outros contatos, justificavam a permanência da feira nos moldes atuais. Uma agricultora inclusive se recusou a escolher outras duas opções conforme o combinado na condução da dinâmica alegando que só sabia vender na Feira e que não sabia “trabalhar naquelas outras coisas que estavam desenhadas”, questionada sobre sua decisão completou: “pra que mexer no que tá quieto?”.

Se observarmos a Tabela 13 das dez situações apresentadas somente quatro não envolveram o modelo feira, as “outras coisas” tem alguma nova ideia acoplada a Feira. Ficou nítida a vontade de manutenção do modelo feira, não descartando o possível temor de um modelo desconhecido e suas consequências, porém reconhecemos que na agricultura familiar o agricultor atua como feirante e aprecia esse papel. Neste sentido, os agricultores manifestaram no *workshop* o interesse em aprender e ensinar, a valorizando o encontro interpessoal com os compradores e em particular estando a Feira em uma universidade.

O modelo feira em outros campi da UFRJ também teve um numero relevante de votos confirmando assim a preferência da maioria pela manutenção desse tipo de comercialização, mas vislumbrando a perspectiva do outro campus estar situado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Mercado fixo e hortas receberam juntos cinco votos, entretanto o comentário de um dos votantes recebeu apoio do grupo:

Nesse mercado tem que ter lugar com geladeira e armários pra gente deixar nossos produtos aqui. Era bom ter um mercado, mas tem que ter alguém todo o dia pra cuidar da horta e para abrir o mercado. A gente não pode tá todo o dia aqui, a gente tem que cuidar da nossa roça.

Outra agricultora complementou:

Ter uma horta é bom porque as pessoas podiam ver de perto a gente plantar, elas podiam ajudar, elas adoram ajudar e a gente gosta de ensinar. Seria tipo um turismo rural que tem gente fazendo, só que seria aqui bem pertinho do trabalho delas.

A questão do veículo representa um real gargalo para o transporte das mercadorias, como já discutido em seção anterior, o que acaba interferindo na capacidade de escoamento da produção e aqui ficou explícito na votação nula e reforçada pela seguinte afirmação:

Nada de caminhão, Deus me livre! A gente já sofre pra trazer as mercadorias pra cá. Como vai ser quando quebrar o caminhão? Não vende? Até consertar...{uma expressão facial que transmitia demora}

O participante que escolheu o modelo de vendas *on line* recebeu a seguinte crítica:

“Já tentamos isso aqui, lembra das aulas? Ninguém conseguiu vender desse jeito, aliás, nenhum de nós nem tentou. O bicho ruim de mexer esse tal de computador. Agricultor sabe mexer é com a terra, né com essas máquinas não. Agora, uma coisa é certa, quem consegue ganha dinheiro.”

Como avaliação final dos *workshops* realizados com os variados segmentos, podemos concluir que quaisquer ações que fossem imaginadas para a comercialização de alimentos agroecológicos no campo da UFRJ precisava ser capaz de integrar os variados interesses numa proposta que inovasse nas relações colaborativas de serviços e de lazer, tendo como eixo o modelo feira. As ações projetuais deveriam ser delineadas pelos preceitos que definem o Plano Diretor da Cidade Universitária se conformando harmônica as premissas institucionais e seguindo o objetivo de promoção da agroecologia defendido na presente Tese.

No final da discussão, Bruno estudante de arquitetura, solicitou autorização para compor seu trabalho de final de curso com uma visão arquitetônica em relação ao local fixo para a comercialização de alimentos agroecológicos na Cidade Universitária, a partir dos dados obtidos durante os *workshops*. Conversei com a orientadora e percebemos o quão oportuno apreciar a percepção de um estudante em relação a dinâmica aplicada para a investigação.

7.8 PROJETO FOLIA(S).

Além de utilizar os dados obtidos nos *workshops*, Bruno buscou construir sua concepção arquitetônica com base na análise do urbanismo e da arquitetura adotada na Cidade Universitária. O estudante balizou suas ações a partir da proposta de integração da universidade intra e extramuros apresentada pelo Plano Diretor da UFRJ.

Sua concepção se conformou na ideia de Fóruns Livres de Integração Acadêmica (FOLIA(s)), criado por ele, e que se tornaria um polo de integração e

informação dentro dos seis Centros de Convergência apresentados no Plano Diretor, compondo-se então da seguinte forma:

Tabela 14 - Proposta de distribuição do FOLIA(s) pelo campus da UFRJ (própria autora)

CENTRO DE CONVERGÊNCIA	FOLIA(s)
Centro de Ciências da Saúde	FOLIA da Saúde
Futuro canal da Reitoria	FOLIA do Canal
Centro de Tecnologia	FOLIA da Tecnologia
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza	FOLIA da Natureza
Faculdade de Letras e Humanidades	FOLIA da Vila
Faculdade de Letras e Belas Artes	FOLIA da Praia dos Coqueiros

Na FOLIA da Praia dos Coqueiros o estudante Bruno trouxe a ideia da interação com a Feira Agroecológica da UFRJ, e exprime sua percepção:

Mais do que o comércio a Feira tem como objetivo a troca de saberes entre a universidade e os produtores. Mais do que feirantes, os produtores são representantes de suas comunidades na universidade.
Bruno Lopes.

Os materiais sustentáveis e os ambientes multiusos compuseram sua ideia para a instalação do FOLIA que comportaria os seguintes setores.

- Restaurante e Mercado Agroecológico.
- Cozinhas Vivenciais.
- Laboratório de Mudanças e Horto.
- Horta Modelo.
- Alojamentos.
- Auditório.
- Ateliers de projetos de convergência entre arte e tecnologias.
- Espaço para aulas de artes marciais, *yoga*, *tai-shi*.
- Cais para pedalinhos.

O Plano Diretor prevê a transferência do Colégio de Aplicação da UFRJ e a

Escola de Educação Infantil exatamente ao lado da projetada FOLIA Praia dos Coqueiros que envolve a Feira. Essa projeção antecipa a valoração de um projeto de alimentos saudáveis nesse local para esse tipo de público.

O projeto do aluno Bruno, além de se constituir como monografia de final de curso, foi apresentado para componentes da equipe do Plano Diretor que demonstraram interesse em discuti-lo avaliando alternativas para sua efetiva implantação no campus.

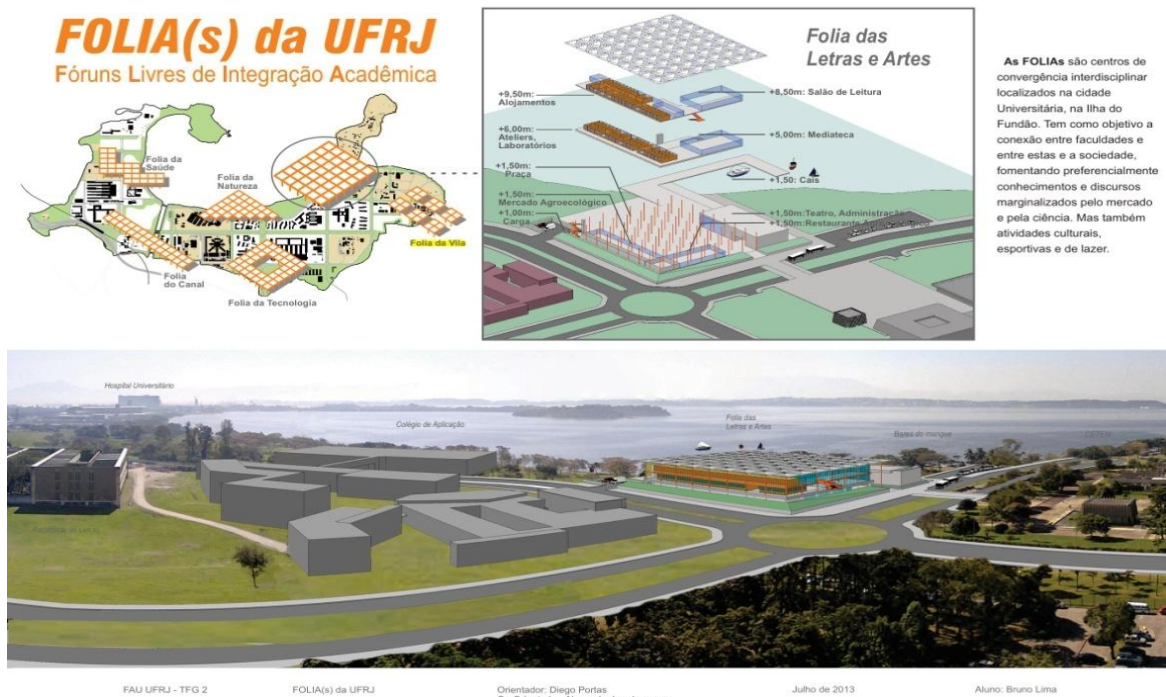


Figura 6 - Projeto do Espaço Permanente da Feira Agroecológica.

Fonte: Bruno Lopes

7.9 O ARRANJO ATUAL DA FEIRA

Se queremos uma agricultura agroecológica, temos de produzir e socializar conhecimento científico e rigoroso sobre ecologia, sobre solos, o uso cuidadoso das reservas aquíferas, trabalhar em prol da soberania alimentar, conhecer as sementes crioulas, e isso exige conhecimentos produzidos em conjunto com os camponeses, os povos originários, são desafios epistemológicos e epistêmicos (LEHER, 2015, p. 9).

Durante aproximadamente cinco anos de permanência da Feira no campus, a comunidade universitária pode conviver e trocar experiências com agricultores e artesãos que compuseram a Feira. O dinamismo que caracteriza esse tipo de comércio neste local, ocasionou a rotatividade de agricultores e dos membros do Grupo Organizador, fato preponderante no arranjo atual da Feira Agroecológica da UFRJ.

Das seis associações que inicialmente compunham a Feira permaneceu apenas a Associação de produtores rurais, artesãos e amigos da micro bacia do Fojo – AFOJO, em consequência de catástrofe climática, inauguração de feiras de rua e exigências legais. Com a intenção de aumentar a variedade de oferta de alimentos na Feira, foram feitas tentativas de captação de novas cooperativas, entretanto todas inertes, devido ao sucesso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas nos bairros do Rio de Janeiro.

Atualmente, trabalham na Feira quatro mulheres, sendo duas agricultoras e dois homens, todos pertencentes à três famílias associadas à AFOJO. A Feira acontece as quintas-feiras das 9:30h as 15:30h em três centros do campus: Centro de Ciências da Saúde - CCS, Centro de Tecnologia - CT e Centro de Letras e Arte - CLA (prédio da Reitoria), sendo que cada localidade comporta quatro barracas, duas de alimentos e duas de artesanatos/pães.

O grupo Capim Limão participa desde a criação da Feira, porém ocorre a troca sistemática de alunos em função da formatura e de outros interesses acadêmicos. No ano de 2014, estudantes do Projeto Mutirão de Agroecologia – Grupo MUDA da Engenharia Ambiental da UFRJ - buscaram o Grupo Organizador, com a intenção de construir um projeto de extensão com a Feira Agroecológica da UFRJ. Com a proposta de validar a venda dos produtos em forma de cestas, o grupo avaliou a comercialização, no CT, através de pedidos via *email*. A aceitação positiva dos agricultores envolvidos, majorou a comercialização no sentido incentivador de ampliar a oferta envolvendo as famílias que atuam no CCS e CLA/ Reitoria.

Já o projeto Maré de Sabores, da comunidade da Maré, Meninas Prendadas, da comunidade do Complexo do Alemão e uma representante de comunidade indígena compõem a Feira ofertando pães e artesanatos, representando a parceria com outros movimentos sociais que visam o bem estar coletivo.

A presença da Feira em um campus universitário fortalece o Grupo Organizador enquanto o transforma de modo dinâmico e objetivo, nesse sentido foi agregado em sua composição três técnicas administrativas da UFRJ, Professores do Instituto de Nutrição, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Gastronomia, alunos dos projetos Capim Limão e Grupo MUDA, seis feirantes, três artesãs e uma representante do Maré de Sabores.

Como alternativa para diversificar a oferta, foram inseridos alimentos produzidos na cidade de Petrópolis através de duas agricultoras que compõem a Feira Agroecológica da UFRJ e a feira localizada neste município. Iniciativa positiva na ótica do Grupo Organizador, com ressalva para não descuidar de sua própria produção de modo a valorizar seu vínculo associativo a AFOJO. Devido a depreciação dos toldos e das saias das barracas, o Grupo Organizador resolveu instituir uma taxa de manutenção no valor mensal de R\$ 10,00 por participante, a partir de 2014.

A agroecologia traz a necessidade de incorporação do conhecimento tradicional na sua própria construção enquanto ciência. Para que essa construção se dê numa perspectiva holística retém características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências. Reconhecendo essas características, no percurso da Feira Agroecológica ousamos algumas iniciativas envolvendo variadas áreas do conhecimento, experimentando possibilidades sempre no sentido de promoção da agroecologia e manutenção da renda dos agricultores.

A ocorrência de algumas iniciativas não exitosas, como o escoamento para o restaurante comercial e vendas on line, e a expressiva desistência de cinco associações de continuarem a comercializar no campus, revelaram que ainda temos muito a conhecer sobre a promoção da agroecologia no campus. Dessa forma, ter os agricultores agroecológicos no espaço universitário facilitaria nossa aproximação com esses pontos desconhecidos. Dessa forma, o campus teria que se tornar atrativo para os agricultores que queiram comercializar a sua produção. Estamos falando do estabelecimento de um acordo em que, mantendo o ideal na promoção da agroecologia, possamos admitir a existência de interesses particulares dos agricultores sem que isso possa parecer uma atitude individualista

Com a experiência da Feira Agroecológica da UFRJ uma pergunta ficou como desafio: Como empreender num ritmo slow, promovendo a agroecologia, garantindo o retorno em renda e educando a comunidade universitária para a colaboração e o coprodutivismo?

No próximo capítulo apresentaremos os resultados alinhando-os aos objetivos propostos e a partir de toda experiência narrada em toda tese aliada aos resultados será apresentada uma proposta conceitual para a comercialização de alimentos agroecológicos no campus da UFRJ.

PARTE III - RESULTADOS

Apresenta-se abaixo a síntese dos resultados da pesquisa de campo descrita nos capítulos anteriores. Considerando o objetivo principal da presente tese, ou seja, analisar a experiência da Feira Agroecológica da UFRJ de forma a delinear o papel da universidade na promoção da agroecologia através deste modelo específico de comercialização, a descrição dos resultados abaixo é organizada em três partes.

A primeira seção desta parte da tese (resultados) trata de descrever o que foi observado sobre o papel da universidade no percurso de implantação e desenvolvimento da Feira, extraindo aprendizados gerais e específicos, divididos nas áreas de atuação da universidade em ensino, pesquisa e extensão. Apesar da Feira, como atividade de extensão integrar de maneira indissociável ensino, pesquisa e extensão, estas são descritas separadamente, de modo a ressaltar as características específicas de cada atividade universitária.

A segunda seção descreve o que foi observado neste percurso em termos de promoção dos valores agroecológicos neste circuito curto de comercialização. Esta parte é apresentada em síntese, pois a primeira seção traz a descrição detalhada dos elementos elencados e visa somente salientar os aspectos agroecológicos.

A terceira seção, apresenta a interpretação dos resultados obtidos, descrevendo o potencial latente e ainda inexplorado na universidade para a promoção da agroecologia na forma de uma visão, ou proposta conceitual, para o comércio agroecológico em um campus universitário.

Para facilitar a compreensão do leitor, optamos por iniciar a seção expondo a linha do tempo dos principais resultados.



Figura 7 - Linha do Tempo dos Principais Resultados da Experiência da Feira Agroecológica.

8 Papel da universidade no percurso de implantação e desenvolvimento da Feira

8.1 A necessidade de definição de um vínculo institucional e acadêmico

Uma Feira universitária precisa se posicionar institucionalmente e academicamente visando a perenidade da ação.

Institucionalmente é necessário consolidar a Feira, vinculando-a como uma instância permanente na universidade, pois percebeu-se no percurso da Feira Agroecológica da UFRJ que a cada quatro anos existe uma renovação do quadro da Reitoria e dos seus Pró-Reitores, o que pode significar o emergir de outras prioridades políticas, que podem significar o fim da iniciativa. Pode ocorrer também, sendo a Feira desenvolvida como um projeto de um professor ou departamento específico, que este decida pela não renovação do pedido de financiamento e fim da iniciativa. Observou-se que as Feiras existentes em outros campi universitários pelo Brasil, constituem-se como

projetos de extensão específicos sobre a responsabilidade de departamentos acadêmicos da universidade.

No caso da UFRJ, a Feira Agroecológica tornou-se um projeto permanente vinculado à uma divisão pertencente à Pró-Reitoria de Extensão (Divisão de Integração Universidade Comunidade).

Academicamente é necessário que a Feira esteja apoiada em uma instância transdisciplinar, ou seja, considerando seu objeto, o alimento, nas suas múltiplas dimensões, não está restrito à nenhuma área disciplinar específica. Inclusive, a restrição em uma área específica torna-se limitadora. Como observado no percurso da Feira Agroecológica da UFRJ, se considerarmos o alimento sob uma só percepção, por exemplo, os cuidados higiênicos em senso estrito, confinaremos o alimento a um único aspecto (legal), sem considerar que as normas sanitárias podem estar em conflito com práticas e tradições culturais, e até mesmo com a possibilidade de comercialização. A Universidade portanto torna-se um elemento chave para o desenvolvimento de uma atividade transdisciplinar que possa dar conta da resolução de questões tão cruciais para a promoção da agroecologia.

Relembrando o que se compreende aqui com o termo transdisciplinaridade: "o prefixo trans quer dizer aquilo que está entre, através e além. Nesse sentido, um ensino transdisciplinar não se restringe nem à simples reunião das disciplinas nem à possibilidade de haver diálogo entre duas ou mais disciplinas porque ultrapassa sua dimensão. Faz com que o tema pesquisado passe pelas disciplinas, porém sem ter como objetivo final o conhecimento específico dessa mesma disciplina ou a preocupação de delimitar o que é o seu objeto ou o que é de outra área inter-relacionada. A transdisciplinaridade se preocupa com a interação contínua e ininterrupta de todas as disciplinas num momento e lugar" (Krausz, 2011)

Percebe-se que a transdisciplinaridade é um aspecto chave para a promoção da agroecologia e o aprisionamento da Feira em uma específica área acadêmica, torna-se restritiva para a exploração do potencial pleno da universidade na promoção da agroecologia e também o exercício criativo de soluções. A Feira torna-se portanto, um exemplo claro, da necessidade de renovação e novas interações entre as áreas disciplinares da universidade.

Temos portanto, em síntese, que no caso da Feira Agroecológica da UFRJ, esta se constitui como um projeto permanente da Pró-Reitoria de Extensão, e enraizada academicamente no Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social - LTDS do Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ que foi identificado na época como um dos espaços favoráveis para ações transdisciplinares, dentre tantos outros possíveis na UFRJ com esta característica.

Em termos práticos, esta vinculação acadêmica facilita a interação transdisciplinar, pois os interlocutores interessados estritamente em desenvolver pesquisas podem interagir com esta instância específica para colaborações, evitando que os próprios agricultores sejam interpelados diretamente por questões desta ordem durante o período de vendas. Na Feira Agroecológica da UFRJ esta necessidade de intermediação acadêmica foi requisitada pelos próprios agricultores e foi também realizada, como veremos mais detalhadamente a seguir, pela constituição também de um articulador acadêmico.

8.2 Características específicas da feira no campus em relação a feiras de rua: perspectivas, limites e desafios

A Feira em si, como um modelo de comercialização, estabeleceu-se desde sempre, também, como um lugar de encontros. É um modelo baseado no "olho no olho", na negociação, no contar histórias. No contexto universitário, o estabelecimento de uma Feira é um elemento chave para promover o encontro entre os saberes tradicionais, populares e o saber dos especialistas, mas também dos saberes especializados entre si, em torno da questão do alimento e mais especificamente, da promoção da agroecologia.

Percebeu-se que isso ocorreu no percurso da Feira Agroecológica da UFRJ, principalmente na observação dos projetos de extensão realizados em associação com o projeto da Feira.

Por exemplo, no projeto "Ecogastronomia Funcional: saúde, educação e responsabilidade socioambiental", o objetivo deste projeto era, por um lado, organizar a produção dos agricultores familiares da Feira para venda a um restaurante comercial no campus, e simultaneamente, divulgar a produção de alimentos frutos da biodiversidade local dos municípios fornecedores que compunham a Feira. Houve a valorização do olho no olho com os agricultores, quando uma barraca da Feira Agroecológica foi montada na frente do restaurante, permitindo o contato direto dos consumidores com os produtores, houve o conhecimento da produção através da informação ao consumidor do restaurante sobre a origem do alimento, identificando o nome do produtor e seu sítio. Todo o processo de desenvolvimento do projeto envolveu diálogo contínuo entre os agricultores e os pesquisadores, onde os conhecimentos tradicionais e especialistas dialogaram, não sem tensão e dificuldades, mas com aprendizado recíproco. Observou-se o desencontro entre as expectativas dos agricultores e dos pesquisadores, a dificuldade de comunicação, a dinâmica de organização do tempo, percebida como diferenciada entre os agricultores e os especialistas. Observou-se porém, que o desalinhamento atual entre os saberes tradicionais dos agricultores e os especialistas foi de tal dimensão que o projeto tornou-se insustentável. Há ainda uma longa estrada a percorrer na articulação entre esses dois saberes. No entanto, a proposta de comercialização de alimentos agroecológicos no campus, foi um passo nesta direção. Outro aspecto positivo, é que este projeto de extensão envolveu uma interação nova entre diversas instâncias da UFRJ, houve uma parceria entre o curso de Gastronomia, o instituto de Biofísica, o instituto de Nutrição e a Agência UFRJ de Inovação, entidades que nunca haviam colaborado anteriormente entre si, para desenvolver a perspectiva agroecológica, e trazendo institutos mais técnicos (como a Biofísica) para o enfrentamento direto de uma questão social tal qual a promoção a agricultura familiar.

A articulação de um processo de comercialização como a Feira com o contexto universitário trás elementos distintivos, como descritos acima. Como descrito no corpo teórico, a Feira de rua, por outro lado, caracteriza-se pela troca de saberes entre consumidores e produtores de maneira informal e não acadêmica, o que também não deixa de ocorrer na feira no campus. Tal fato foi observado na declaração de uma das agricultoras em sua experiência na Feira da UFRJ: "Quando eu trouxe a taioba ninguém

conhecia, eu explicava que era gostosa, ensinava como preparar. Hoje? Hoje eles vêm procurar a taioba. Eu conto para os meus filhos e pros meus amigos que eu ensinei coisa para gente de universidade!" Observa-se também aqui a valorização do saber dela mesma, como agricultora, em relação ao saber formal acadêmico, o que expressa também como as trocas de saberes no contexto universitário empoderam de maneira significativa os próprios agricultores que se reconhecem como portadores de um saber importante ao qual os membros da universidade podem não ter tido acesso. A Feira em um campus universitário portanto trás um *empoderamento* ainda maior para os agricultores na afirmação de seus saberes diante de uma instituição totalmente dedicada ao conhecimento.

A troca de saberes na Feira, envolve também conhecimentos entre agricultores e seus consumidores em relação às especificidades de se plantar agroecologicamente, por exemplo, conhecimentos sobre a forma de plantar uma muda, fazer um biofertilizante, etc. No caso de uma Feira de rua, tais trocas podem expressar uma aplicação doméstica por parte de um consumidor urbano. No caso da Feira em um campus universitário, tais trocas podem ocorrer no âmbito de um projeto específico, e gerar conhecimentos que podem ser aprendidos e replicados como práticas de pesquisa e ensino.

Isso foi exemplificado no projeto MUDA (Mutirão de Agroecologia) desenvolvido pela Engenharia Ambiental da UFRJ, que há muito ocupa-se de questões de Agroecologia, inclusive possuindo uma área experimental denominada Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura (LaVAPer) no Centro Tecnológico da UFRJ. Os agricultores da Feira foram convidados pelos membros do projeto para visitarem esta área para uma troca de conhecimentos recíproca sobre o processo de compostagem.

As trocas foram tão ricas que se desdobraram na constituição de um projeto de extensão com a Feira (envolvendo comercialização em cestas). Posteriormente também, em visitas aos sítios dos agricultores pelos alunos envolvidos no projeto MUDA. Esta última iniciativa, foi chamada de "vivência agroecológica", que expressa um recente desenvolvimento na relação consumidores e produtores no âmbito da Feira da UFRJ. Ambas as iniciativas são de desenvolvimento recente (2015) e portanto não aprofundadas no âmbito presente tese, mas porém citadas aqui por expressar todo o

potencial da Feira da UFRJ em aproximar produtores e consumidores no âmbito universitário.

Em termos operacionais, a diferença entre uma feira de rua e uma feira em um campus são evidentes e trazem desafios específicos para este processo de comercialização no âmbito universitário.

Considerando as especificidades de instituição de ensino público, o recesso escolar e a greve se constituíram como gargalo que não foram previstos pelo grupo responsável pela implantação da feira. A solução, inclusive apresentada pelos agricultores, era o de localizar a feira em centros com maior concentração de pessoas que não poderiam interromper seus trabalhos e com maior trânsito de servidores, no caso das férias escolares.

Uma outra importante distinção, é que uma feira de rua foi concebida como modelo de comercialização para operar perto da moradia dos consumidores. No caso da Feira da UFRJ, ela é realizada em um contexto de trabalho e estudo, em que seus consumidores estão longe de suas residências e ao mesmo tempo, realizada em um campus que no caso da UFRJ, mas também de outras universidades é de grande extensão. Estas duas características, trazem duas questões importantes:

1) a questão da localização da feira no campus, e a mobilidade do consumidor até os pontos de realização da Feira quando o campus é de grande dimensões (que no caso da UFRJ, mesmo sendo 3, ainda assim não permite a todos os consumidores acesso à pé);

2) a questão da aquisição, guarda e transporte dos produtos adquiridos pelo consumidor, que deve ser feito antes ou após sua jornada de trabalho e estudo (e isto inclui, onde armazená-los, se adquiridos antes).

Esses aspectos tornam-se elementos chave de uma série de desafios encontrados no percurso da Feira da UFRJ e de suas tentativas de resolução.

No caso destes dois desafios, como relatado no percurso da Feira, um aprendizado importante foi que o consumidor universitário está ainda em processo de

formação como coprodutor e portanto não é possível esperar do mesmo um papel proativo, no sentido de ultrapassar barreiras para a aquisição dos produtos agroecológicos. Foi realizado todo um esforço para que a Feira fosse situada geograficamente perto dos consumidores, o que gerou uma série reposicionamentos dos lugares de realização da Feira no campus nesta perspectiva, ainda assim, sem atender o conforto de todos os consumidores.

Esse ponto foi, como relatado no percurso da Feira, uma questão crucial, e foi possível observar posicionamentos a favor e contra estas iniciativas pelos membros do Grupo Organizador da Feira. Em uma polarização, os alunos advogavam a necessidade de formação do consumidor e portanto sua habilidade de sobrepor possíveis inconvenientes para a aquisição dos produtos, e os representantes dos agricultores trazendo seu foco, ou seja, a urgência na geração de renda, o que significava diversificar os locais de realização da Feira (e posteriormente os canais de comercialização dos seus produtos).

A questão da geração de renda para os agricultores se sobrepôs à questão educacional para os consumidores e até mesmo ao encontro interpessoal entre consumidores e produtores e a própria promoção da agroecologia. Isso é claro, visto que a geração de renda é uma questão emergencial para os agricultores familiares, parte mais sensível do elo de comercialização.

A grande questão da Feira Agroecológica da UFRJ, como uma feira em um campus universitário e da presente tese, torna-se portanto, como fazer a Feira ser um modelo pedagógico de formação para o consumidor (e a universidade realizando sua vocação educacional) e ao mesmo tempo, garantir ao agricultor a manutenção de suas vendas. A resposta a esta pergunta é o eixo chave das atividades de pesquisa, a universidade que se propõe como agente ativo na resolução das questões contemporâneas. Essa questão é crucial para o desenvolvimento da perspectiva agroecológica que visa garantir ganhos mútuos para consumidores e produtores.

Por outro lado, apesar do reconhecimento dos limites de uma feira no campus e da imaturidade do consumidor universitário como coprodutor, a universidade como instituição, ao acolher a feira, foi capaz de garantir benefícios para os agricultores que

são inexistentes nas feiras de rua, tais como a garantia da segurança alimentar e nutricional dos agricultores através do fornecimento de duas refeições nos dias de realização da Feira, e a ausência de taxas para a participação na Feira da UFRJ, fato distintivo desta feira em relação a outras feiras agroecológicas da cidade, tal como as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. A partir de 2014 a UFRJ começou a requisitar apenas uma pequena taxa mensal para a manutenção das barracas, que iniciaram a degradar com o uso contínuo.

Ao mesmo tempo, a universidade forneceu aos agricultores a possibilidade de inserção dos mesmos em novas redes de contatos e possibilidades de vendas, através da participação de eventos dentro e fora do Campus.

Outro aspecto positivo da realização da Feira no campus em relação à feira de rua é quando o agricultor e sua produção estão envolvidos na produção do conhecimento em articulação com atividades da universidade. Neste caso, existe o retorno daquela pesquisa em termos de agregação de valor ao seu trabalho, durante (na interação deles com os pesquisadores) e depois (com o resultado do trabalho realizado). Por exemplo, o projeto que levou a elaboração de livro com receitas dos agricultores a partir da interpretação e organização de seus relatos orais por alunos do curso de Gastronomia.

8.3 Interesse da comunidade universitária: os desafios da comercialização e a necessária educação do consumidor

O evento Sabores e Saberes foi realizado no intuito de obter um “termômetro” para medir o interesse das pessoas sobre a instalação de uma feira no campus e nasceu como fruto da interpelação de uma agricultora durante a fase de preparação para a realização da Feira. A agricultora desejava compreender o interesse dos consumidores do campus na aquisição de seus alimentos. Durante a realização do evento no qual a feira estava inclusa, os agricultores foram convidados a interagir com os consumidores no sentido de compreender o interesse destes na aquisição dos alimentos neste formato de comercialização e os melhores dias para realização da Feira.

Os agricultores relataram bastante interesse da comunidade universitária, no entanto, como o evento contou com a realização de uma feira com os agricultores, mas incluindo também a venda de artesanato e a apresentação de trabalhos científicos, estes consideraram que o interesse maior era nos aspectos culturais gerais do evento e não na comercialização dos alimentos em si. Fez-se então um outro evento termômetro, uma feira apenas com a presença dos agricultores e seus produtos, divulgada adequadamente e extensivamente pelo setor de comunicação da UFRJ, onde o interesse da comunidade universitária foi então confirmado. A Feira foi realizada no jardim do restaurante universitário e os agricultores obtiveram uma venda significativa.

Entretanto, apesar do interesse manifestado por este evento, a instalação regular de uma feira no campus mostrou-se um desafio, como ressaltado nos parágrafos anteriores. Os agricultores tornaram-se a linha de frente, na interação com o consumidor, compreendendo os problemas encontrados por estes e relatando-os ao Grupo Organizador nos momentos de reunião. Os consumidores confirmavam o interesse em consumir os alimentos trazidos pelos agricultores na Feira, mas tornou-se claro que este não se dispunha a superar obstáculos para esta aquisição, principalmente no deslocamento até os pontos de venda no campus.

Encontrar canais de distribuição para este tipo de agricultura constituiu-se como um desafio para o escoamento da produção. Na Feira Agroecológica na UFRJ esta dificuldade se multiplica pois no campus o potencial de venda é menor em comparação as feiras de rua. Com base na pesquisa realizada com as feiras da agricultura familiar que aconteciam nas ruas do Rio de Janeiro e outras soluções, foi implementada a venda para restaurante comercial situado também no campus e a venda *on-line*, como processos complementares à própria Feira em si. Estas iniciativas não apresentaram sucesso. Esse fato demonstrou o quão desafiador é a presença de um ponto de comercialização de alimentos sem agrotóxicos no campus.

O consumidor universitário espera o modelo de comercialização prático e acessível. Não está disposto a armazenar os alimentos durante a jornada de trabalho. Confirmou-se o fato de que o consumidor, no contexto universitário, apesar de ter ciência do valor do produto agroecológico e da agricultura familiar, espera um modelo

de comercialização usual, não estando ainda consciente sobre a real contribuição das mudanças de suas práticas para a obtenção destes alimentos.

Ressalta-se a necessidade de educação do consumidor universitário, como um aspecto indissociável das práticas de comercialização. No âmbito da Feira da UFRJ, foi instaurada uma barraca para o ensino dos consumidores sobre a agroecologia. O evento Sabores e Saberes, dedicado ao tema da alimentação entrou para o calendário permanente da UFRJ.

No entanto, percebe-se por todos os desafios enfrentados para a comercialização dos produtos no campus, que há muito ainda por fazer, para que o consumidor universitário seja agente ativo na produção agroecológica, como coprodutor. O fato não é surpreendente, mas entretanto ressalta o papel da universidade nos seus processos educacionais para a promoção da educação crítica em relação à produção e consumo de alimentos.

8.4 A Feira como projeto de extensão

8.4.1 A Feira como objeto de estudos e pesquisas: a necessidade de um mediador (o articulador acadêmico)

No sentido de incrementar o dinamismo das trocas de saberes e conceber feira como disparadora de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão definiu-se a que a Feira estaria aberta àqueles que a buscassem com esse intuito. Esta abertura é também o elemento distintivo de uma feira em um campus universitário, que permite o acesso direto aos agricultores e aos seus contextos locais.

Entretanto, observou-se muitas vezes que a interação com a comunidade universitária, fora das relações e encontros interpessoais próprios da comercialização, tornava-se difícil para os agricultores pela repetição incessante de solicitações para pesquisa ou estudos.

Foi necessário portanto criar uma figura responsável pela interação com a comunidade universitária, especificamente para que os professores, técnicos

administrativos ou estudantes pudessem se aproximar da Feira como objeto de estudo mas mantendo o reconhecimento do agricultor como trabalhador e a Feira um espaço também gerador de renda para os agricultores envolvidos. Tal figura atuou como intermediador das demandas, coordenando-as de modo a não sobrecarregar os agricultores.

Esta figura, denominada articulador acadêmico, animou o interesse dos pesquisadores em torno da temática da Agroecologia, como também auxiliou o diálogo dos vários interesses acadêmicos em direção a ações transdisciplinares peculiar aos temas que envolvem a agroecologia. O articulador acadêmico atuou junto com a instância de vinculação acadêmica (no caso específico da Feira o LTDS- Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social) neste processo de intermediação, onde a Feira torna-se tema ou eixo de pesquisas ou projetos.

8.4.2 Questões específicas de implantação e gestão operacional da Feira

A Feira realizando-se como um projeto de extensão, gerou uma série de aprendizados sobre a implantação e gestão deste tipo de iniciativa em um campus universitário.

8.4.2.1 A importância da constituição de um Grupo Organizador composto de representantes da universidade e agricultores

Reconheceu-se de antemão a importância de um modelo de gestão inclusiva, visto que, como já descrito no referencial teórico, deve envolver o conjunto dos participantes incluindo-os como responsáveis pelo desenho final do processo. Esse aspecto constitui a base de processos agroecológicos, que pressupõem a interação entre os diversos saberes.

A percepção da necessidade de apoio a agricultura – os variados componentes da comunidade universitária (professores, alunos e técnicos), juntamente com os

agricultores, decidem se unir no que foi denominado de Grupo Organizador da Feira para juntos conceberem e implantarem a feira como forma de apoio a organização e escoamento desse setor agrícola.

Dessa forma, a gestão participativa foi definida como norteadora das decisões que envolvessem a Feira Agroecológica da UFRJ. Foi criado o denominado Grupo Organizador da Feira que decidia através do voto paritário as questões insurgentes que incidiam na implantação e funcionamento da Feira.

Como um empreendimento de pequena escala a organização associativa compõem uma das características da agricultura familiar. Dessa forma, o exercício das decisões democráticas foi contemplado na criação de grupo organizador representativo das partes envolvidas (docentes, discentes e técnicos administrativos e agricultores). A ideia inicial era proporcionar o empoderamento dos agricultores com a valorização de seus conhecimentos. Os embates ocorridos entre os membros do grupo na definição de algumas ações revelou também a ocorrência do exercício de “desempoderamento” daqueles acostumados a prática do conhecimento sistematizado. Fato extremamente norteador para uma universidade preocupada com o papel da ciência na formação ética e cidadã de seus graduandos e pós-graduandos.

A composição do Grupo Organizador da Feira teve uma característica peculiar. Considerada uma universidade de relevante produção científica, a UFRJ ainda guarda alguns resquícios de sua fundação elitista e departamental o que em alguns espaços, se revela na valorização da hierarquia. Composto por representantes dos técnicos administrativos, dos professores, dos estudantes e dos agricultores, o processo de participação nas reuniões se tornou um aprendizado mútuo em relação ao rompimento do controle hegemônico das decisões. O exercício do compartilhamento das ações decisórias serviu como meio para o próprio aprendizado sobre a Gestão Participativa pretendida para esse tipo de comércio em campus.

8.4.2.2 Composição do grupo de agricultores da Feira: o papel da universidade na transição agroecológica

A UFRJ, representada pelo Grupo Organizador da Feira, ao invés de segregar os agricultores que não eram agroecológicos, buscou as entidades e instituições que encabeçavam a discussão agroecológica no estado e, juntos com os agricultores desenvolveram as estratégias de apoio em seus processos de conversão para um agricultura não quimizada.

Como forma de diminuir o impacto econômico na vida dos agricultores, o Grupo Organizador da Feira da UFRJ resolveu manter a venda na Feira dos alimentos oriundos da produção convencional, desde que os consumidores fossem informados sobre o fato. Dessa forma, apenas três itens se constituíram como requisitos para que um agricultor se candidatasse a comercializar na Feira, ser agricultor familiar, pertencer a uma associação e pudesse estar presente no dia da realização da Feira e nas reuniões.

Observa-se que outras feiras orgânicas e agroecológicas possuem critérios rígidos de admissão dos agricultores, incluindo apenas os agricultores com a produção certificada. Neste sentido, a universidade ao acolher agricultores não certificados, mas porém fornecendo suporte para sua transição rumo à uma agricultura agroecológica, exerceu seu papel como parceira dos agricultores e como instituição comprometida com o desenvolvimento social. Isso porém sem prejudicar os consumidores, os quais eram informados e educados neste processo sobre a diferença entre as modalidades de práticas agrícolas e sensibilizados para a necessidade de apoio para o processo de conversão para um cultivo isento de insumos químicos.

Importante ressaltar que na legislação brasileira não há a exigência de certificação para a venda direta produtor-consumidor, entretanto os agricultores demonstraram interesse em certificar sua produção tanto para agregar valor quanto visando o escoamento para outros mercados.

Outro aspecto distintivo da Feira no campus da UFRJ, foi a ausência de pagamento de taxas para participação dos agricultores, como descrito anteriormente (flexibilizada apenas agora com o pagamento de uma pequena taxa para manutenção das

barracas no seu desgaste de uso).

8.4.2.3 O apoio da universidade na certificação da produção como representante dos consumidores

Como antecipado acima, considerando que das seis associações que inicialmente compunham a Feira, duas já eram certificadas, duas estavam em processo de conversão da produção convencional para a produção agroecológica e, duas associações ainda usavam agrotóxicos em seu plantio, o Grupo Organizador decidiu apoiar o processo de transição das 2 associações e desencadear o processo das outras duas.

Adotando o Sistema Participativo de Garantia (SPG) em que a credibilidade do processo de certificação da produção se insere na credibilidade e responsabilidade solidária dos membros que constituem o grupo do SPG (agricultores, técnicos, organizações públicas e consumidores) a UFRJ se conformou (através de variadas visitas aos sítios) como um dos membros do SPG colaborando como representante dos consumidores, visto que a Feira era realizada no campus, envolvendo consumidores da comunidade universitária, não como representação técnica.

Este aspecto torna-se digno de nota, ao termos universidade como representante de seus próprios consumidores (na Feira) e ao mesmo tempo, dando suporte aos agricultores na transição agroecológica.

A distância dos sítios dos agricultores participantes no grupo de SPG apontou a importância do serviço de transporte da universidade para garantir a presença do representante da UFRJ nas visitas de verificação em relação as mudanças solicitadas no modo de cultivo e para a participação em reuniões periódicas realizadas nos sítios.

Adotamos a estratégia de eleger substituto caso a representante da universidade no grupo certificador apresentasse empecilho para efetivar sua participação, evitando assim o atraso no processo de certificação.

8.4.2.4 Transporte: uma questão crucial

A presença da feira no campus evidenciou alguns gargalos já relatados sobre o escoamento da produção da agricultura familiar. Percebemos que a dificuldade de transporte tinha seu início nos tortuosos e danificados caminhos até aos sítios e se encerrava na ida até os canais de distribuição. A aproximação com as secretarias de agricultura locais demonstrou força da reputação de uma universidade pública revelada no compromisso da disponibilização de veículo para os agricultores participarem da Feira.

8.4.2.5 Transporte e distribuição: questões cruciais para a ação da universidade em um processo contínuo de aprendizado

Seria fundamental o apoio da universidade para o transporte dos alimentos e dos agricultores até os locais de comercialização, questão crucial da agricultura familiar. No caso da Feira Agroecológica, não foi possível obter na UFRJ a solução para esta questão, tanto pela deficiência da própria Divisão de Transporte, quanto pelo cuidado, por parte do Grupo Organizador da Feira, de não caracterizar essa uma ação puramente assistencialista.

Apesar do compromisso selado com algumas secretarias municipais, esta dificuldade derivou a saída de agricultores, principalmente no período inicial de constituição da Feira.

Encontrar canais de distribuição para este tipo de agricultura também se constituiu como um desafio para o escoamento da produção como mencionado anteriormente. A busca de soluções para esta questão, que envolveu a venda para restaurante comercial situado também no campus e a venda *on line* de cestas, que não constituíram-se ainda como sucesso para o escoamento, demonstrou o teor do desafio envolvido na concepção de pontos de comercialização de alimentos sem agrotóxicos no campus. Entretanto foi possível observar que o processo de resolução foi também um processo de promoção da agroecologia. As soluções foram derivadas da observação *in locu* e a promoção da agroecologia ocorreu e vai ocorrendo na construção conjunta

dessas soluções, as quais envolvem diversos setores da universidade junto com os agricultores.

8.4.2.6 Localização espacial: exemplo da necessidade de um articulador administrativo

Na compreensão da baixa disposição dos consumidores de se locomoverem até o único ponto onde estava instalada Feira foi aceita a proposta dos agricultores para a criação de outros pontos de vendas. Essa ação exigiu uma reorganização dos recursos humanos, redistribuindo os agricultores nos três pontos de venda.

A necessidade de constantes contatos com diversas áreas e unidades acadêmicas, ora para obter autorização para instalação da Feira em outros centros, ora para obtenção de serviços, como por exemplo, de divulgação ou de transporte, demonstrou a importância da articulação de uma rede de contatos já estabelecida no interior da universidade, o que ensejou a figura de um articulador administrativo com esse perfil. Esta figura, vem a ser complementar a do articulador acadêmico, mencionada anteriormente, o qual articula o diálogo dos vários interesses acadêmicos quando a Feira é considerada objeto de estudos e pesquisas.

8.4.2.7 Legislação sanitária

O episódio ocorrido na Feira em relação a inadequação da temperatura do alimento semi processado (aipim descascado em saco com água) evidenciou a já discutida necessidade de adequação das exigências sanitárias à produção de menor escala inclusive demonstrando a necessidade da inserção da discussão na própria universidade.

A universidade no momento não encontra-se preparada para oferecer resposta imediata a esta questão. Porém, como veremos abaixo, a mesma situa-se em posição privilegiada para tal.

A recém-criada RDC 49/2013 visou atender os anseios da sociedade civil e dos movimentos sociais buscando a regularização do "exercício de atividade de interesse

sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário".

Apesar do avanço normativo, as entidades envolvidas com a temática da alimentação manifestaram insatisfação com alguns pontos e lançaram, em 2014, a “Carta Aberta à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em favor da Produção Artesanal, Familiar e Comunitária e da Alimentação Saudável” onde chamam a atenção, dentre outros pontos, para a necessidade da criação de mecanismo participativo de avaliação para a obtenção de registro sanitário das unidades de processo artesanal.

Este fato realça e confirma o potencial do real papel da universidade aos agricultores da Feira. Similar ao papel que a universidade teve na transição agroecológica dos agricultores, quando se inseriu como membro do grupo de avaliação da certificação, a universidade também pode se posicionar em relação a essa questão e auxiliar no desenho de uma forma de acompanhamento que desenvolva as etapas dos cuidados higiênicos a partir do processo produtivo das receitas tradicionais.

8.4.2.8 Regimento Interno

Alguns meses após a inauguração da Feira da UFRJ, por volta de maio de 2010, ocorreu o episódio que denominamos “Denúncia interna sobre agricultores da Feira que não produziam agroecologicamente” o qual encontra-se relatado na Parte II da presente Tese. Em reunião do Grupo Organizador da Feira, um agricultor informou que existiam agricultores adquirindo alimentos em uma central de abastecimento comum e trazendo para a venda na Feira da UFRJ. Destacando a responsabilidade de um agricultor agroecológico com seu consumidor, o denunciante apontava a necessidade de criação de regras para o funcionamento da Feira. Entretanto, durante a reunião, ocorreu a sugestão do desligamento imediato das associações que não possuíam sua produção certificada. Instalou-se intenso debate entre os membros do Grupo Organizador que reconheciam a quebra de um pacto de confiança, mas a proposta de banimento dos agricultores soava demasiadamente rígida por se tratar de uma relação recém estabelecida.

A manutenção dos agricultores na Feira foi aceita após apresentação da contraproposta de apoio ao processo de transição para o modelo de cultivo agroecológico daqueles que ainda se encontravam produzindo com a utilização de agrotóxicos. Uma sugestão complementar apresentada foi a criação de um “Comitê de Ética” com a definição da elaboração do Regimento da Feira como sua primeira atividade de trabalho. Definiu-se que cada categoria que compunha o Grupo Organizador teria direito a representação no Comitê de Ética, sendo assim, professores, alunos, agricultores e técnicos elegeram seus representantes. Eu, como técnica administrativa, representei minha categoria, compondo o Comitê.

O processo de elaboração do Regimento iniciou seus trabalhos no começo de 2011. Foram consultados Regimentos de algumas associações de agricultores, já que por participarem de feiras da agricultura familiar de seus bairros utilizavam, o próprio regimento das associações as quais eram vinculados. O documento que regimentava o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas denominado Acordo de Convivência também foi consultado. Cabe ressaltar que um dos membros do Grupo Organizador que defendeu a exclusão dos agricultores infratores estava compondo o Comitê de Ética, o que concedeu um tom legalista as discussões no momento da elaboração do Regimento. Em 2012, o documento denominado “Regimento Interno da Feira Agroecológica da UFRJ” (Anexo VII) contendo sete páginas, dezessete capítulos, cinquenta artigos e sessenta e dois parágrafos ficou pronto. Podemos observar pela quantidade de itens que o documento se conformou detalhista tornando sua aplicação pouca prática. O excesso de detalhes visou o esforço de não se deixar lacunas para que atos infratores pudessem novamente acontecer na Feira da UFRJ. O fato da Feira acontecer em um campus embasava os discursos sobre a maior responsabilidade que uma universidade tinha ao disponibilizar produtos ou informações. Segundo um dos membros do Comitê, “as pessoas fazem a leitura de que se a venda está ocorrendo aqui é porque a universidade, com seu saber, aprovou e mais que isso, recomenda”.

O documento cita duas leis, dois decretos e uma instrução normativa que envolvem a certificação da produção, rotulagem e controle higiênico sanitário na produção e comercialização. É composto por sanções, advertências, suspensões, obrigações demonstrando a preocupação na normatização de condutas através de

punições como podemos ler no parágrafo 2º, Art. 33 do Capítulo XIII que discute as penalidades e exclusões dos participantes:

Parágrafo 2º - Será imediatamente desligado da Feira da UFRJ todo aquele ou aquela agricultor ou agricultora que vier a comercializar alimentos com uso de agrotóxicos ou que não se enquadrarem nos princípios estabelecidos por este regimento interno.

Apesar do tom legalista e punitivo do documento, no Art 4º do Capítulo III - dos princípios, temos a apresentação dos pilares no qual o Regimento encontra-se embasado, sendo citadas: produção agroecológica, gestão participativa, comércio direto, preço justo, encontro de sabores e saberes e modelo de relações colaborativas, refletindo igualmente a permanência da preocupação de se manter a possibilidade de outros patamares de discussão no sentido da orientação ao invés da punição exemplar.

Podemos elencar três fatores que incidiram no “engavetamento” do documento ora discutido. Primeiro, a Feira encontrava-se no início de seu funcionamento, os envolvidos ainda estavam se conhecendo, o comércio de alimentos agroecológicos no campus era novidade para todos, comunidade universitária e para os próprios agricultores. A novidade acontecendo no campus provocou outras prioridades, como por exemplo, a necessidade de mudança da Feira para outros pontos no campus. Essas mudanças requereram atenção, ação e tempo do Grupo Organizador. Como segundo item, temos o desenvolvimento do processo de certificação dos agricultores da Feira criando maiores vínculos e conseqüente fortalecendo a relação de confiança entre os membros do Grupo Organizador. E como último e terceiro fator, a pouca praticidade do documento burocratizava a consulta e o próprio entendimento das normativas, principalmente pelos agricultores. Dessa forma, com a experiência relatada, acordamos a elaboração de um Acordo de Convivência que pactue compromissos e oriente as questões de funcionamento, pagamentos de taxas, padronização da identificação e uniformes, processo de certificação de uma maneira direta e sucinta de forma que se torne compreensível por todos e alinhado a relações mais democráticas que regimentais, coerentes com os princípios da agroecologia.

8.4.2.9 Agregar movimientos sociais

Como relatado no Capítulo 7 – Segundo Momento: averiguação, práticas e parcerias, efetuamos pesquisa em outras universidades federais do Brasil buscando identificar itens que envolviam os aspectos administrativos e as ligações acadêmicas e institucionais em relação as feiras da agricultura familiar que acontecem nessas universidades. Dentre algumas características observadas destacamos aqui o envolvimento de outros movimentos sociais com as feiras nesses locais, como por exemplo economia solidária, artesãos e movimentos negros.

Dessa forma, no momento de diminuição das vendas ocorrido na trajetória da Feira Agroecológica da UFRJ optamos por adotar algumas estratégias para buscar a viabilidade do empreendimento. Um exemplo das iniciativas práticas implementadas foi a abertura de vagas para representantes de outros movimentos sociais comercializarem seus produtos na Feira. Nossa hipótese era que a presença de produtos diferenciados na Feira atrairia a atenção de consumidores ao mesmo tempo que representaria apoio a diferentes iniciativas sociais. Segundo Kraychete & Aguiar (2006) em empreendimentos solidários “os grupos se ressentem exatamente da ausência do apoio de diferentes instituições e de assessores educadores que contribuam para superar questões difíceis de serem enfrentadas pelo grupo sozinho.”

Após discussão do Grupo Organizador da Feira ficou decidido os seguintes critérios para novos entrantes não agricultores na Feira. O candidato deveria: a) ser afiliado a um coletivo preconizando o arranjo associativo, b) a associação deveria estar localizada em bairros circunvizinhos, fomentando a interação e dialogo da universidade com as comunidades próximas ao campus e, c) os produtos serem derivados de produção própria e de material reciclado, buscando assim coerência com o principio agroecológico sobre modos sustentáveis de produção.

A venda de pães, bolos e massas orgânicas do grupo Mulheres da Maré e artesanatos de retalhos do grupo Meninas Prendadas aconteceu na mesma barraca dos agricultores. Esse não foi uma ação desenhada e sim decorrente da divisão do numero de barracas devido a necessária diversificação dos pontos de vendas da Feira pelo campus em um processo de trabalho peculiar desse grupo em questão (KRAYCHETE

& AGUIAR, 2006).

No início ocorreu um estranhamento em relação ao compartilhamento das barracas entre os próprios vendedores. Em observação direta na Feira pude acompanhar, mais de uma vez, a discussão tensa sobre posicionamento das mercadorias e sobre espaço maior ou menor no tabuleiro disponibilizado para cada um expor suas mercadorias nas barracas compartilhadas. Em uma reunião do Grupo Organizador provoquei a questão sobre o compartilhamento do espaço do tabuleiro e ouvimos a seguinte frase de uma agricultora “eu já tenho o jeito de arrumar a minha barraca”, o pronome possessivo soou incoerente com as praticas solidárias pretendidas. Passamos então a discutir as relações de trabalho na perspectiva de sua transformação para o cooperativismo. O episódio evidenciou o que Kraychete & Aguiar (2006) salientou sobre serem associativismo e auto gestão temas carentes de produção conjunta de conhecimentos novos para impulsionar os empreendimentos solidários, ressaltando assim o papel das intuições, no nosso caso a universidade, nessa trajetória. Com o tempo a estratégia de compartilhamento se conformou positiva e segundo a fala de um outro agricultor “as pessoas vão olhar as coisas delas e aproveitam e olham, perguntam sobre nossa mercadoria e muitas acabam comprando”. A positividade nas vendas das entrantes consolidou sua participação permanente na Feira.

Por outro lado, ampliou-se assim no âmbito da Feira a possibilidade de interação da comunidade universitária com outras realidades produtivas, tornando-se cada vez mais a Feira uma interface entre a universidade e a sociedade. Por este motivo, este elemento deve ser valorizado cada vez mais no percurso deste tipo de Feira, especificamente em campus universitário.

8.4.3 Projetos de extensão como eixo para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como dito na Parte II do presente estudo, por um anseio dos responsáveis pela alimentação institucional no campus surgiu a ideia de aquisição de alimentos derivado da produção agrícola familiar. Essa vontade foi reforçada pela demanda dos estudantes

de Biologia que compunham Grupo Capim Limão, os quais reivindicavam opção vegetariana no cardápio do Restaurante Universitário, destacando a importância do fortalecimento da agricultura familiar. Sendo assim, o projeto da Feira da UFRJ não teve início como um projeto de extensão mas como uma demanda de consumidores em apoiar esse setor social.

No próprio ano de inauguração da Feira (2010) aconteceram dois projetos de extensão. Um deles teve a autora da presente tese como coordenadora com a temática principal, as atividades do Grupo Capim Limão. Dentre os objetivos desse projeto encontrava-se o fortalecimento da Feira Agroecológica da UFRJ, através de atividades de divulgação em relação a agroecologia. Essa atividade foi iniciada posteriormente projeto de extensão, e por seu sucesso, foi reforçada com a conquista de duas bolsas de extensão para os alunos participantes. Os alunos bolsistas, se revezavam na elaboração de cartazes, exposição de sementes e na própria presença em uma barraca montada na Feira. O Instituto de Biologia, na pessoa da professora Maria Cristina (*in memoriam*) compôs o projeto, estabelecendo dessa forma, a primeira parceria em projeto de extensão na Feira. O Instituto de Nutrição ficou responsável pelo segundo projeto que discutia a presença da Feira no campus como “estratégia de divulgação da agricultura familiar orgânica do Rio de Janeiro” e contava com três bolsistas de nutrição.

A presença dos agricultores no campus se conformou uma novidade tanto para os alunos de biologia quanto para os de nutrição envolvidos nesses projetos. Entretanto, o assunto agricultura se constituiu maior novidade para os alunos de nutrição, apesar desses terem o alimento como principal objeto de sua formação. A novidade de lidar com o alimento muito antes dele estar no prato e ser transformado em percentuais nutritivos foi um aprendizado para estudantes, professores, agricultores e a própria pesquisadora, enquanto também nutricionista. As alunas desconheciam muitos dos alimentos oferecidos na Feira, os agricultores passaram então a ensinar os nomes dos alimentos, sua forma de preparo e inclusive a composição nutritiva, segundo a sabedoria popular. Fato esse que ressalta a fertilidade do modelo Feira para troca de saberes considerando em especial esse tipo de comércio acontecendo em um campus.

Os próprios estudantes que constituíam o Grupo Capim Limão e que desde 2006

estavam envolvidos com a temática da permacultura e agroecologia, usufruíam dessa maior proximidade com o campo, através dos agricultores presente no campus. Com nossa presença na Feira podemos observar que além das experiências trocadas oralmente, entre alunos/agricultores, alunos/consumidores, ocorriam também as trocas físicas envolvendo, principalmente, mudas, sementes e receitas. Importante também ressaltar, a satisfação dos agricultores em relação as trocas e a valorização de seus saberes por “gente de universidade”. Essas duas experiências iniciais já demonstravam o quão fértil era a feira para interação dialógica entre a universidade a sociedade, diretriz preconizada à projeto que se quer extensionista.

Como podemos observar, os dois primeiros projetos de extensão sobre a Feira envolveram unidades acadêmicas que mantinham vínculo com a temática do alimento, Instituto de Biologia e Instituto de Nutrição. Cabe destacar, que ambos os Institutos já possuíam vínculos com a Feira, pois participaram do seu processo de concepção e implantação. Sendo assim, tínhamos a hipótese que a ausência de parceiros de outras áreas do conhecimento era consequência do recém aparecimento do assunto Feira no campus, o que se confirmou com o interesse de uma professora do Instituto de Biofísica em compor posteriormente um projeto de extensão.

Na constituição do projeto envolvendo o Instituto de Biofísica evidenciamos a importância de um responsável por receber as demandas em relação a realização de projetos, trabalhos de graduação e de pesquisa envolvendo a Feira. A proposta apresentada pela professora tinha como principal objetivo “evidenciar os componentes funcionais dos alimentos, em particular os orgânicos”, ou seja, identificar as funções dos nutrientes dos principais alimentos oferecidos na Feira. Eu como pesquisadora e também componente do Grupo Organizador da Feira, considerei a proposta interessante cientificamente, mas seria também interessante para os agricultores? Cabe ressaltar, que estávamos em um momento delicado da Feira com a saída de algumas associações e a constatação que deveríamos aumentar o volume de vendas para as associações que permaneciam no campus. Foi então que surgiu a ideia de convidarmos uma professora do Curso de Gastronomia e montarmos todas juntas o denominado projeto de extensão “Ecogastronomia funcional: saúde, educação e responsabilidade sócio ambiental”. Além de inaugurar a parcerias entre diferentes unidades acadêmicas o projeto se conformou

um outro canal de escoamento para os agricultores, já que foi desenvolvido em restaurante comercial localizado no campus. Os agricultores vendiam seus alimentos para compor o cardápio do restaurante e os clientes recebiam informações sobre os componentes funcionais dos alimentos agroecológicos e também sua procedência. As inúmeras dificuldades para execução do projeto as quais envolveram principalmente a organização dos agricultores para essa nova modalidade de venda e a inadequação comunicacional dos coordenadores foi um rico aprendizado para agricultores, professores e alunos envolvidos. Esse fato evidenciou o quanto a universidade pode aprender e contribuir para o desenvolvimento da agroecologia enquanto um movimento social. Identificamos ser essa ação um exercício de alteração de postura em relação a hegemonia acadêmica no sentido de uma abertura para alianças com outros saberes na construção de um conhecimento novo e situado.

Visando a garantir a perenidade da Feira Agroecológica resolvemos torna-la um projeto de extensão permanente (sem alunos bolsistas) e estabelecido na Divisão Integração Universidade Comunidade da Pro Reitoria de Extensão. Essa definição ocorreu principalmente por reconhecer a natureza extensionista do projeto e com isso buscar a diretriz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão vinculando também a Feira ações de formação e de geração de conhecimentos.

A partir de 2012 a nossa previsão em relação a possibilidades de outras áreas do conhecimento elegerem a Feira como tema de projetos se confirmou com o envolvimento do Instituto de Matemática, Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental. Outra característica dos projetos decorrentes foi o estabelecimento de parcerias entre unidades acadêmicas compondo um mesmo projeto. Como pesquisadora e envolvida na maioria dos projetos de extensão desenvolvidos na Feira pude observar o contato direto dos estudantes com assuntos que desafiavam seus conhecimentos técnicos adquiridos em sala de aula. Por exemplo, no projeto Agricultura Conectada, que visava a capacitação dos agricultores em recursos computacionais básicos, os estudantes precisaram entender e dialogar com os valores e saberes dos agricultores a fim de adequar a técnica a capacidade desse publico específico, em um exercício dialógico na busca da solução. Outro exemplo da integração dos conhecimentos técnicos e os saberes tradicionais foi a experiência do projeto que teve como objetivo

coletar oralmente as receitas das agricultoras e transforma-las em receitas sistematizadas, o que segundo uma aluna do curso de gastronomia “elas [as agricultoras] tem várias maneiras de medidas, ‘punhado’, ‘um tanto assim’, ‘uma mão cheia’, ‘um galhinho’, “um tantinho miúdo”, caramba como vamos transformar isso em medidas caseiras?” Esses fatos relatados contribuem diretamente para a formação do estudante ampliando o universo de assuntos referências que encontrarão perante as grandes questões contemporâneas.

A feira constitui-se no campus como local de trocas de saberes. Sendo no campus, como qualquer outra local, a feira é um tipo de comercialização que pressupõe o encontro, o “olho no olho”. Esse contato provoca o diálogo e sendo uma feira da agricultura familiar tem-se a oportunidade de vivenciar a relação dialógica entre aquele que planta e aquele que compra expandida para a possibilidade de troca de conhecimentos entre aquele que pesquisa e aquele que pratica. Como indica a agroecologia é esse intercâmbio de saberes que possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas e tecnologias mais apropriadas e soluções mais adequadas localmente. O projeto de extensão dessa forma se desdobra na possibilidade de pesquisas com esse tema que envolve um movimento social requerendo a aproximação dos pesquisadores aos valores e princípios que orientam as comunidades pesquisadas e definem metodologias que priorizem a participação de todos os atores. Dessa forma, as unidades que se interessarem em pesquisar o tema precisam estar predispostas a adoção de métodos de pesquisas inclusivos, o que a nosso ver pode se tornar um fator limitante para áreas denominadas de conhecimentos “*hard*”. O envolvimento da pós-graduação se mostrou pouco fértil em relação a produção de conhecimentos a partir do projeto de extensão envolvendo a Feira. A produção de uma dissertação e essa própria tese, ambas desenvolvidas na COPPE/UFRJ, reflete a necessidade de se construir estratégias no campus que despertem o interesse das unidades acadêmicas para a eleição do tema em questão como objeto de pesquisa.

A feira em si é um elemento profundamente pedagógico, em se tratando de um campus universitário essa perspectiva se amplia na possibilidade de envolver pesquisadores e jovens em formação. Ao comercializar no campus alimentos desconhecidos demonstrou seu potencial para educação ao gosto, o resgate das culturas

alimentares locais e a fortuita reaproximação campo-cidade. Ao conhecer mais de perto o alimento e sua produção limpa, a comunidade universitária, em particular o jovem em formação, pode entender por exemplo, a influência do ato de consumo no modelo de cultivo a ser adotado, ou seja a importância da colaboração do consumidor como coprodutor.

8.4.4 Perspectivas de aprendizado e ensino para os agricultores

Os agricultores, por sua vez, também receberam a influência por estarem realizando suas vendas em um campus. Muito além da formação sistematizada através de oficinas ou os aprendizados derivados da realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão, outras conformações de aprendizado ocorreram nas visitas aos sítios e na própria comercialização cotidiana na Feira.

O episódio de transição do cultivo com a participação da UFRJ como membro do grupo de certificação, foi um aprendizado não convencional ou seja, fora da sala de aula e fora do próprio campus. Os agricultores percebendo a disponibilidade dos membros da UFRJ empenharam-se no aprendizado das atividades a serem desenvolvidas por eles celebrando um pacto de confiança, no cumprimento das exigências das adequações.

Entender a dinâmica de uma feira realizada em um campus foi igualmente um aprendizado já que o escoamento de sua produção ocorria em feiras de rua ou na beira de estrada. Ao se deparar com problemas específicos no campus o agricultor foi desafiado e respondeu apresentando ao Grupo Organizador alternativas, como por exemplo: a ampliação dos pontos de venda no campus. Esse processo de empoderamento dos agricultores foi acompanhando o processo histórico da Feira, no sentido de adquirir mais autonomia em suas decisões durante as reuniões. Estar em um campus, para os agricultores representa um outro ganho como podemos perceber na fala do agricultor durante a discussão sobre preço praticado na Feira da UFRJ em relação ao preço as feiras de rua, afirmou o agricultor: “vender aqui [UFRJ] realmente não é tão lucrativo, mas a gente estando aqui, tá com um problema no plantio, conversa com um,

conversa com outro e acaba encontrando uma solução, eu não troco essa feira por nenhuma outra”

8.4.5 Aprendizado mútuo in loco

Nas visitas e projetos envolvendo os sítios e os familiares, observamos que os desdobramentos das visitas de pesquisadores e estudantes a região e aos sítios, tinham um interessante impacto local.

A presença de “pessoas de universidade” interessadas em estudar aquele tipo de produção de alguma forma valorizava, perante sua comunidade, os agricultores envolvidos e sua terra. As fotos estampadas nos jornais locais, a curiosidade de outros agricultores e o interesse dos familiares refletiam a importância do papel da universidade como agregador de interesses múltiplos. Por se tratar de visita de uma universidade muitos jovens das comunidades visitadas nos procuravam para conversar e muitos aceitavam o convite e visitavam o campus, passando a inclusive a acompanhar os pais à Feira nas férias escolares.

A agroecologia, valorizada como promotora de saúde através da produção de alimentos sem agrotóxicos desperta o interesse da juventude na apropriação dos conhecimentos sobre o manejo das culturas locais, e despertar e envolver essa faixa etária na produção agrícola, não só contribui para a diminuição do êxodo rural quanto garante a transmissão desses saberes de geração para geração. Ao mesmo tempo os jovens estudantes de graduação tinham a oportunidade de exercitar seus conhecimentos técnicos numa realidade diferenciada do hegemônico modelo de gestão, criando a possibilidade de desenvolver aptidões apropriadas a este tipo de organização social.

Ao adotarmos a gestão participativa para a condução da implantação e funcionamento da Feira no campus desconhecíamos o vasto campo de aprendizado que iríamos percorrer. Decidir coletivamente assuntos de variadas naturezas que envolviam desde viabilidade econômica do empreendimento social até a conformação do espaço como promotor da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão requereu do grupo envolvido um intenso exercício dialógico. O tempo requerido para que todos os

envolvidos na discussão obtivesse informações e esclarecimentos que subsidiassem suas decisões tensionava os debates na perspectiva da existência de saberes diferenciados. Entretanto, essa diferença era claramente embasada na hierarquia da natureza dos saberes e não em sua complementariedade. Em um rico processo de aprendizagem para professores, estudantes, técnicos e agricultores. Esse exercício de convivência e a definição das “regras do jogo”, ou seja das responsabilidades de cada um, residiram os maiores entraves para o êxito do empreendimento coletivo. Entretanto, para a universidade revelou-se a oportunidade de vivenciar um “negócio” com base no estabelecimento de relações de trabalho mais justas e éticas em uma perspectiva de ganhos mútuos, comunidade universitária e sociedade (KRAYCHETE & AGUIAR, 2006).

Esse espaço de encontro que é a feira de alimentos agroecológicos também demonstrou seu potencial transdisciplinar ao despertar interesse de variadas áreas de conhecimento. O desenvolvimento de projetos integrados proporcionou o convívio de estudantes de cursos diferenciados, o que provocou outros tipos de relações e olhares contribuindo para a percepção generalista dos jovens aprendizes preconizada por uma universidade preocupada com a produção de soluções para os problemas contemporâneos.

9 AGROECOLOGIA: aprendizados sobre uma feira agroecológica em um contexto universitário

Esta seção é complementar a anterior e visa sintetizar os achados sobre como a Feira Agroecológica da UFRJ promoveu a perspectiva agroecológica e é descrita em três eixos: produção, distribuição e consumo.

9.1 Produção

Apresentamos os pontos abordados quanto à produção agroecológica na Feira da UFRJ nos tópicos abaixo:

- Autonomia de decisão: voz e voto paritário de produtores e consumidores
- A composição do denominado Grupo Organizador da Feira – docentes, discentes, técnicos e agricultores tendo o direito a voz e voto num aprendizado mútuo de decisão coletiva foi elemento fundamental nesta perspectiva. O respeito às escolhas dos agricultores gerou confiança nestes para a organização da sua produção visando o cultivo sem agrotóxicos.
- Autonomia de decisão:
- Na Feira Agroecológica foi garantida autonomia de plantio aos agricultores, do que plantar e de como plantar, sem submissão a demandas externas, Isto feito preservando a biodiversidade e a qualidade das sementes.
- Suporte à transição ao modelo agroecológico
- Não houve segregação dos agricultores que não eram agroecológicos, mas a universidade desenvolveu estratégias de apoio para processos de conversão para uma agricultura sem a utilização de agrotóxicos. Na perspectiva de diminuir o impacto econômico na vida dos agricultores, o Grupo Organizador da Feira da UFRJ resolveu manter a venda na Feira dos alimentos produzidos convencionalmente, desde que os consumidores fossem informados sobre o fato.
- Combate ao êxodo rural e fixação em áreas rurais
- A presença de pessoas de uma universidade nos sítios, no caso a UFRJ, despertava a curiosidade dos moradores e das autoridades locais durante os projetos e visitas. A imagem de alunos e pesquisadores interessados

na produção dos alimentos da região se traduziu como valorização da terra despertando também o interesse de jovens o que comunga com os princípios agroecológicos de fixação das novas gerações evitando o crescente êxodo rural e a perda do saber das práticas tradicionais transmitida de pais para filhos.

- Impacto na saúde humana e ambiental
- O processo de transição agroecológica é longo e o impacto no caso da Feira foi obtido no processo de certificação e na vinda dos agricultores certificados para o campus. Neste sentido, tanto os consumidores quanto os agricultores obtiveram êxito na eliminação de veneno de seus alimentos e, na perspectiva de preservação dos agrossistemas, este processo, conjuntamente com autonomia na escolha do plantio, iniciou a reativar e valorizar a biodiversidade local.

Ressaltamos abaixo os elementos específicos de gestão que realizaram estes valores agroecológicos no percurso da Feira da UFRJ:

- Sistema Participativo de Garantia - A UFRJ, representada pelo Grupo Organizador da Feira, ao invés de segregar os agricultores que não eram agroecológicos, buscou as entidades e instituições que encabeçavam a discussão agroecológica no estado e, juntos com os agricultores desenvolveram as estratégias de apoio em seus processos de conversão para um agricultura não quimizada. Em forma de diminuir o impacto econômico na vida dos agricultores, o Grupo Organizador da Feira da UFRJ resolveu manter a venda na Feira dos alimentos produzidos convencionalmente, desde que os consumidores fossem informados sobre o fato.

- Composição do denominado Grupo Organizador da Feira – docentes, discentes, técnicos e agricultores tendo o direito a voz e voto num aprendizado mútuo de decisão coletiva. O respeito as escolhas dos agricultores repercutiu na confiança a esses para a organização da sua produção visando o cultivo sem agrotóxicos.
- Atribuições de ambas as partes UFRJ-Agricultores – a disponibilização da barracas sem a cobrança de taxas e a oferta de 2 refeições no dia da realização da Feira impactou na redução de custos, considerando o custo de transporte ser um fator de impacto relevante e que ficou sob responsabilidade dos agricultores.
- A implantação da feira/evento Sabores e Saberes – pesquisa sobre a real vontade da comunidade em adquirir alimentos agroecológicos visando a garantia do escoamento da produção.

9.2 Distribuição e consumo

Apresentamos em tópicos os aspectos ligados à distribuição e consumo agroecológicos, e como a Feira da UFRJ os realizou.

- Um processo de comercialização renovado
- A definição da necessidade da presença dos agricultores na Feira – constituiu-se elemento fundamental do encontro e aproximação daqueles que plantam e compram, do campo-cidade e das tradições e culturas alimentares.
- Diversidade de escoamento da produção

- A estratégia de distribuição dos alimentos acompanhando a diretriz da agroecologia que aponta para a diversidade de escoamento da produção foi realizada, através da elaboração de um site para vendas *on-line* e de um restaurante comercial. Apesar dos esforços, a iniciativa não resultou um sucesso de ação distributiva, entretanto confirmou o cuidado que temos que ter ao propor alterações na lógica de trabalho dos agricultores seja na produção ou distribuição.

- Educação ao consumidor como coprodutor

- Antenada aos princípios da agroecologia a Feira passou a oferecer os alimentos da vocação agrícola local, apresentando a comunidade universitária muitos alimentos esquecidos e/ou desconhecidos, num processo educação ao gosto. Esta educação foi realizada também através do estabelecimento de uma barraca para difusão dos princípios agroecológicos junto aos consumidores da Feira e a realização de um livro de receitas, onde os consumidores aprendem como preparar receitas utilizando produtos da biodiversidade local. Incluiu também a realização do evento Sabores e Saberes que ensina a cada ano a comunidade universitária sobre uma nova cultura alimentar.

- Respeito a sazonalidade

- Ensinando que a oferta dos mesmos alimentos o ano todo depende de alteração da genética do solo e dos próprios alimentos ditada pela agricultura quimizada e a transgenia. Destacando a influencia do ato de consumo no modelo de cultivo a ser adotado e no respeito à sazonalidade, ou seja, ressaltando a importância da colaboração do consumidor como coprodutor.

Ressaltamos abaixo os elementos específicos de gestão que realizaram estes

valores agroecológicos no percurso da Feira da UFRJ:

- Contato com os Secretários Municipais de Agricultura – visando garantir a chegada dos alimentos até o campus, influência da universidade sensibilizando as autoridades locais e cumprindo seu papel de apoio para esse momento relatadamente complexo para os agricultores.

- Definição do requisito de presença dos agricultores na Feira – preconizando o encontro e apostando na aproximação daqueles que produzem e consomem, como um elemento distintivo de uma Feira no campus, não composta de feirantes e intermediários, mas fomentando o encontro direto, agricultores e consumidores, o campus no campo.

- Distribuição em três pontos do campus – divisão das barracas e dos agricultores nos três maiores centros de conhecimento no campus atingindo um maior número de consumidores, o que além do aumento da venda, aumenta a possibilidade de divulgação dos princípios agroecológicos.

- Elaboração de um site e Restaurante Comercial – estratégia de distribuição dos alimentos acompanhando a diretriz da agroecologia com a diversidade de escoamento da produção. Apesar dos esforços, a iniciativa não resultou um sucesso de ação distributiva, entretanto revelou alguns quesitos específicos a serem observados ao planejar e implantar alterações na rotina de trabalho, como também realizou a busca de promoção dos valores agroecológicos em termos de escoamento diversificado da produção.

9.3 Perspectivas para a comercialização agroecológica: uma proposta de cenário futuro para um campus

Reunindo todos os aprendizados realizados anteriormente, expressos na análise dos resultados obtidos do percurso da Feira, sobre o papel da universidade na transição agroecológica, especificamente realizada neste tipo de comércio, decidiu-se no percurso desta tese realizar uma contribuição visionária sobre como poderia ser realizado este tipo de comércio no campus, como uma contribuição específica baseada em todo o estudo realizado.

Esta iniciativa de desenvolvimento conceitual futuro, alinha-se com a perspectiva do Plano Diretor UFRJ 2020, descrito na fundamentação teórica da presente tese. O próprio documento do Plano Diretor, apresenta uma série de visões – na forma de ilustrações - de como seria o campus da UFRJ na perspectiva de determinados valores. Neste sentido o Plano Diretor possui suas raízes na prática de projeto que se baseia na constituição de cenários futuros para orientar e convergir o interesse dos mais diversos atores (Manzini et al, 2009). Esta tese visa, portanto, contribuir para a realização de uma destas visões, especificamente, sobre como poderia ser o comércio de alimentos agroecológicos no Campus da UFRJ em uma perspectiva futura.

Esta contribuição objetiva gerar um elemento de conversação entre os mais diversos atores, nesta universidade (UFRJ) e além, na forma de uma visão, ou como dizem os autores, um “*design oriented scenario*”. Estes cenários assumem a forma de uma proposição específica, que não precisam se constituir como um projeto em si, mas como uma ideia, ou melhor, uma visão, que ativa a possibilidade de conversação estratégica dos atores para realizá-la, em todo, ou em parte.

Alinha-se, portanto, com uma das diretrizes do Plano Diretor que é o *Plano de longo prazo*, ou seja, o princípio do planejamento de longo prazo, definindo como horizonte o ano 2020.

Claro está que, considerando as dificuldades já observadas até mesmo na realização de uma Feira no campus, tal cenário parece digno de uma fantasia. Entretanto, os autores (Manzini *et al*, 2009) ressaltam a importância desta visão de

futuro para o processo de transição para a sustentabilidade (no caso destes autores específicos), aqui transposto no tema desta tese, para a transição agroecológica em um processo de aprendizado social, onde é possível visualizar futuros alternativos ao corrente estado.

Além dos aprendizados obtidos na descrição dos resultados, a proposta conceitual baseia-se nos *workshops* realizados durante o percurso da presente tese.

Denominou-se a proposta conceitual de **FeiraLab**. São apresentados abaixo seus pressupostos em termos dos aprendizados obtidos no percurso da Feira, os resultados dos *workshops* e como estes se traduzem na visão, ou proposta conceitual, apresentada a seguir.

9.3.1 O conceito geral

Este projeto conceitual foi denominado de “FeiraLab” e seu conceito é a constituição de todo um campus universitário (particularmente considerando como referência a UFRJ) como um laboratório de inovação em que a comunidade universitária, junto com os agricultores possa experimentar novas relações com o alimento, sua produção e com os agricultores (para a comunidade universitária) e novas modalidades de comércio e interação com os consumidores (para os agricultores). Como descreveremos a seguir, para ambos o FeiraLab constitui-se como oportunidade de formação, tanto formal e direta (através de oficinas e etc...) quanto indireta, através das interações novas entre produtores e consumidores (através dos encontros informais das estações e serviços planejados) que a FeiraLab propicia.

O centro do FeiraLab é o conceito de Feira (e inclui também um mercado de alimentos processados) como o próprio nome diz, não somente por este ser um modelo de comércio curto e venda direta de alimentos, mas também por esta prezar o encontro direto entre aquele que vende e aquele que compra e consome. Um encontro *face-a-face* que é aquele que caracterizou todo o percurso e aprendizados da Feira da UFRJ tal como descrito na presente tese. A partir deste eixo de comercialização, desdobram-se muitos outros serviços estações e seus serviços correlatos, realizados na Feira em si,

mas também nos mais diferentes lugares físicos no campus (por exemplo, as estações horta, restaurante, cozinha experimental) e que manifestam diferentes tipos de práticas a serem realizadas pela comunidade universitária e pelos agricultores. As diferentes estações e seus respectivos serviços foram concebidos a partir dos aprendizados obtidos na realização da Feira Agroecológica da UFRJ, bem como dos *workshops* realizados com representantes da comunidade universitária e agricultores.

É evidente que a FeiraLab trás benefícios diretos para a comunidade universitária por se desenvolver no próprio campus, porém possui como orientação de projeto o desdobramento do campus para além de si mesmo, tanto para a cidade do Rio de Janeiro (como preconizado pelo Plano Diretor UFRJ 2020) tanto quanto para as áreas de produção rurais, propiciando o acesso da comunidade universitária a estas áreas, tanto quanto os agricultores estão presentes no campus, em uma ótica de reciprocidade. Isso é representado pela estação “agência de experiências” que promove o serviço de turismo rural.

Importante ressaltar que para os agricultores, cada estação e seus respectivos serviços leva à possibilidade de integração dos saberes tradicionais do agricultor com o acadêmico da comunidade universitária. Como observado no percurso da Feira, a possibilidade de contato direto entre agricultores e comunidade universitária, em si, já é um elemento que enseja os mais diferentes projetos de extensão, que agregam valor aos produtos e produção rural, gerando uma resposta também da universidade às necessidades dos agricultores. Além disso, o FeiraLab também promove a formação dos agricultores, nas estações que promovem oficinas e demais percursos formativos para eles. Ressalta-se também que o FeiraLab promove a interação dos mais diversos saberes da comunidade universitária entre si, pois cada estação e serviço está aberto a todos os membros, sem distinção de área disciplinar específica, o que abre a perspectiva de uma interação transdisciplinar de saberes na promoção do alimento agroecológico.

Segue abaixo figura que representa as estações e serviços da FeiraLab e suas interações. As estações e dos serviços a elas correlatos serão detalhados nas próximas seções. Antes descreveremos as origens dos elementos do FeiraLab, através dos aprendizados obtidos na Feira Agroecológica e nos *workshops* com agricultores e

comunidade universitária.

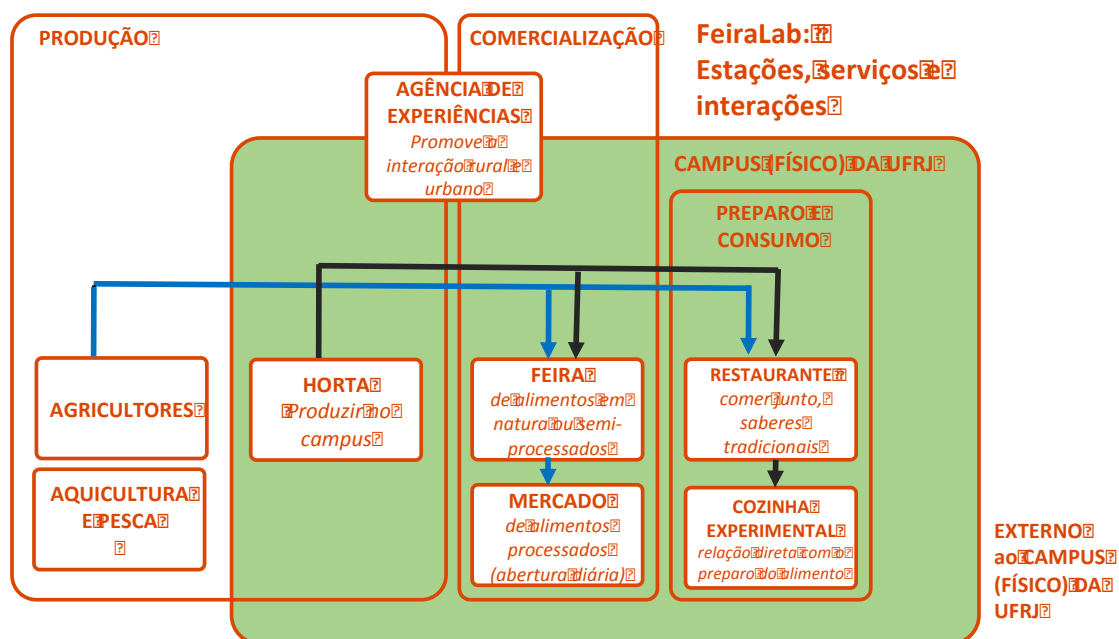


Figura 8 - FeiraLab: Estações, Serviços e Interações.

9.3.2 Gênese do Projeto FeiraLab

9.3.2.1 Aprendizados da Feira Agroecológica

A presença dos agricultores e sua produção no campus confirmou a importância do modelo de comercialização do tipo Feira para o campus universitário. O agricultor demonstrou ter uma lógica própria para assimilar propostas empreendedoras que alteravam o *status quo* de seu negócio e essa lógica era cadenciada pelo ritmo do viver no campo. Como exemplo temos o episódio da iniciativa de venda para o restaurante comercial situado no campus demonstrando que qualquer ação inovadora deveria reforçar a ação comercial que já estava estabelecida, ou seja, a Feira. O agricultor gosta de comercializar seu produto diretamente ao “freguês”, na feira da UFRJ ele demonstrou, igualmente, o gostar de estar presente no campus dialogando seus saberes com “gente de universidade. O contato com o saber camponês evidenciou o quanto o saber técnico pode aprender e contribuir para a produção de um conhecimento “situado”, ou seja, adequar o desenvolvimento de ações e tecnologias as demandas locais e específicas. A

ideia do Projeto FeiraLab é reproduzir a dinâmica do campo no campus, ou seja demonstrar para a comunidade universitária, de uma forma sistemática, a produção, distribuição e consumo dos alimentos de forma que além da aproximação rural-urbano e assim, promover a agroecologia.

A dinâmica de implantação da Feira no campus numa perspectiva de gestão participativa evidenciou a Feira como um modelo de comércio que exercitava uma outra forma de gerenciamento de negócio ao mesmo tempo que se constituía como rico espaço para a missão universitária de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a gestão proposta para a FeiraLab preconiza as decisões coletivas e a relação de confiança, princípios coerentes com os preceitos da agroecologia numa proposta de mudança epistemológica das relações comerciais e pessoais.

Os serviços propostos para compor a FeiraLab como por exemplo o serviço “pendurá” a ser realizado na estação Feira, em que o consumidor deixa suas compras sem qualquer tipo de vigilância. Outra proposta é a do freguês ir ao mercado se responsabilizar por pesar os alimentos, somar o valor total, efetuar pagamento e fazer seu próprio troco em um espaço denominado “caixote”. Esses são exemplos de exercício de confiança mútua nesse novo empreendimento.

A tensão vivenciada pelo Grupo Organizador da Feira durante o processo de concepção e implantação nas experiências em relação a escolha do nome Feira e sobre a exigência sanitária para comercialização de alimentos demonstrou a importância do diálogo entre os variados interesses. Desse modo, a proposta do “conselho culinável” previsto para as ações administrativas da estação restaurante agroecológico da FeiraLab teve como base a ideia de compartilhamento das decisões envolvendo o tema alimento nas dimensões e interesses variados adequando-os para uma refeição na perspectiva de uma alimentação boa, limpa e justa.

A Feira se constituiu uma oportunidade para que professores e estudantes de engenharia, biologia, nutrição, ciências da computação, gastronomia, entre outros, no desenvolvimento de trabalhos de extensão ou em suas disciplinas pudessem olhar a Feira sob variados aspectos aproximando-se do alimento e mais especificamente da produção agroecológica. Podemos perceber que o tema da agroecologia não só

provocou interesses de variadas áreas do conhecimento como também propiciou o diálogo entre elas, demonstrando o potencial do trabalho transdisciplinar preconizado como necessário perante a complexidade dos problemas que se apresentam à humanidade.

Por estarem presentes, os agricultores são fontes latentes de informações sobre suas dificuldades, manejos adaptados, vocação agrícola local, receitas, enfim os saberes que envolvem sua produção agroecológica. Os episódios sobre a condição higiênica inadequada do aipim no saco com água e a situação relacionada a certificação da produção só foram discutidas e efetivadas como ações devido a presença dos agricultores na Feira, revelando a importância desse tipo de comércio no campus para evidenciar o papel da universidade na promoção da agroecologia. Sendo assim, criamos a ideia de serviço da barraca denominada “parideira” que se destinará especificamente para agricultores e artesãos que estejam necessitando de apoio inicial para seu empreendimento.

Outro fator sobre o destaque que damos ao modelo feira é a aproximação campo-cidade. Além dos aspectos acima relatados sobre o reconhecimento da necessidade de apoio e a troca de saberes, essa aproximação nos trouxe também a possibilidade do reencontro com o que denominamos comida de verdade. Os componentes da comunidade universitária, principalmente os jovens estudantes, com o ritmo de vida acelerado tem optado por alimentação industrializada traduzida na sua maior praticidade. Tomando os exemplos ocorridos na Feira envolvendo os alimentos taioba e caqui identificamos a potencialidade do modelo Feira para a reeducação ao gosto e o conhecimento dos “alimentos esquecidos”. O fato de um servidor que aprendeu com agricultor da Feira os detalhes sobre o plantio, nutrientes e inclusive modo de preparo da taioba, e do estudante de engenharia que ao visitar a Feira confundiu caqui com tomate sendo incentivado pelo agricultor a experimentar a fruta evidencia o papel pedagógico da Feira na formação do consumidor que se deseja um coprodutor. Como exemplo, criamos na estação do Restaurante Agroecológico o serviço denominado “trilha” que se constitui um recurso tecnológico capaz de rastrear a procedência do alimento informando o agricultor e o sítio em que foi produzido.

Constatamos durante a trajetória da Feira da UFRJ que a aproximação, no momento da compra, entre aquele que planta e aquele que come colabora para a formação de vínculos afetivos e de confiança. Além dos estudantes que participam de mutirões e vivências nos sítios, outros consumidores visitam os sítios como amigos, para conhecer de perto o local em que são plantados os alimentos da Feira. Podemos lembrar aqui o caso da senhora que não pertencia a comunidade universitária e conheceu a Feira devido a um tratamento médico no hospital universitário e que, encerrado o tratamento médico continuou a frequentar a Feira e visitar os sítios das agricultoras. No sentido de possibilitar as pessoas frequentadoras da FeiraLab visitarem os sítios propomos a criação da denominada estação “Agencia de Experiências” que se ocupará com a organização de idas do campus ao campo.

Dessa forma, uma proposição de cenário futuro que envolva o comércio de alimentos agroecológicos em campi, em particular na UFRJ, deve eleger como eixo a comercialização em circuito curto do tipo feira com a presença dos agricultores possibilitando assim, o exercício laboratorial no desenvolvimento de conhecimento envolvendo a agroecologia e, ao mesmo tempo, provocando a universidade a se relacionar transdisciplinarmente. O modelo feira no cenário futuro precisa estar aliada a utilização das tecnologias adequadas e a favor da agroecologia em um aprendizado mútuo em relação a soberania e segurança alimentar e nutricional. O equipamento simulador de capina, serviço instalado na estação Horta e denominado “de leve”, visa demonstrar com ludicidade e um tom de humor a adequação dos recursos tecnológicos, já que ao mesmo tempo que o operador brinca de campinar é ensinado sobre o real esforço físico de um agricultor no momento de seu trabalho na terra. Esse é um equipamento que ainda não existe no mercado se conformando uma proposta que desafia os conhecimentos universitários para inovar na concepção do mesmo.

Derivado da pesquisa de outras feiras realizadas em universidades observamos a experiência da participação de outros movimentos sociais comercializando seus produtos na feira. Essa ação foi incorporada a Feira da UFRJ traduzida na presença das mulheres do projeto Maré de Sabores e das Idosas do projeto Meninas Prendadas. Com o resultando positivo dessa integração na dinâmica da Feira da UFRJ e com o conhecimento prévio em relação a necessidade de apoio a produção de alimentos em

pequena escala, propomos o apoio ao movimento dos pescadores artesanais do Rio de Janeiro. Dessa forma, apresentamos a proposta de inserção da estação aquicultura e pesca na FeiraLab demonstrando a sensibilidade de uma universidade pública para os anseios sociais.

Um outro aprendizado que serviu de embasamento para as ações futuras na FeiraLab foi a constatação do reduzido potencial de vendas da Feira no campus em comparação as feiras situadas nas ruas. A saída de cinco associações de agricultores que compunham a Feira e a necessidade de divisão da Feira em três pontos de vendas no campus demonstraram características peculiares desse tipo de comércio de alimentos agroecológicos no campus da UFRJ. Considerando nossa pretendida ação *projetual* na concepção da FeiraLab reconhecemos a importância da criação conjunta das soluções em oposição a simples replicação de ideias de sucesso aplicadas em outros contextos. Dessa forma, e de acordo com Ezio Manzini, reconhecendo como “aprendizagem social” as atividades que envolvam a transição rumo à sustentabilidade, em particular modos de vida sustentável, realizamos *workshops* com os atores envolvidos, agricultores e consumidores, para aprender as especificidades que norteariam as ideias de estações e serviços a serem prestados no projeto FeiraLab.

9.3.2.2 Aprendizados dos *Workshops*

Considerando a importância do modelo feira para o encontro de saberes e culturas envolvendo a agroecologia, reconhecemos esse circuito curto de comércio como eixo para a estruturação da comercialização de alimentos no campus. Como vimos no item anterior, os aprendizados com a história da Feira, bem como as observações derivadas de outras iniciativas semelhantes (feira de rua e as realizadas em universidades) definiram o conceito de algumas das estações e serviços da FeiraLab. Considerando a proposição de um futuro cenário para o comércio de alimentos em um campus definimos que as ações requeriam diretrizes pedagógicas para a promoção da agroecologia e para formação do consumidor como coprodutor. Entretanto, o baixo volume de vendas da Feira da UFRJ em relação as feiras realizadas nas ruas do Rio de Janeiro, se conformava um gargalo a superar. Resolvemos então, ouvir a comunidade

universitária, os agricultores da única associação que permanecia comercializando na Feira e os representantes dos movimentos sociais que vendiam seus artesanatos e alimentos processados na Feira (incluiremos também esses na denominação agricultores para facilitar a fluidez desse relato). Os *workshops* foram realizados em um sentido *bottom-up*, ou seja, resolvemos entender a visão daqueles diretamente envolvidos no comércio de alimentos na Feira. A ideia era buscar soluções que auxiliassem a potencialização das vendas agregada aos valores pedagógicos definidos como diretriz para o projeto de comercialização de alimentos agroecológicos evidenciando assim, o papel de apoio de uma universidade pública para a produção de alimentos saudáveis.

Conforme descrito na metodologia e discutido na Parte II da presente tese, realizamos os *workshops* com cada categoria separadamente. Como um dos resultados identificou-se três linhas de interesse dos participantes: otimização do tempo; entretenimento e aprendizado. Cabe ressaltar que essas três linhas de interesses por muitas vezes se entrelaçavam, como por exemplo na fala de uma professora: “em torno da feira poderiam existir espaços de convivência que propiciasse as conversa depois das compras”, demonstrando tanto o interesse pedagógico, o de aproveitamento do momento de ida a Feira e ainda de entretenimento, definido no encontro com seus pares. A sugestão de um “mercadinho com arroz, feijão, material de limpeza...” aliada a existência de “espaços de convivência” norteou a ideia de uma estação de Mercado Agroecológico com o serviço denominado “contação de causos” destinado a conversas e/ou palestras. A composição do mobiliário do Mercado contendo sofás e redes de dormir, contemplou o interesse de estudante em ter “rede pra se conectar e para deitar também”. A ideia de se ter produtos de variadas regiões do Brasil visou não só promover a produção agroecológica do país, seu escoamento, quanto a ampliação da oferta aos consumidores numa perspectiva de complementação da produção não encontrada no estado do Rio de Janeiro. Em respeito a argumentação dos agricultores de que “era bom ter um mercado” mas também a preocupação em relação a sua presença diária já que ele “não pode tá todo o dia” pois “precisa cuidar da roça” prevemos a presença de estudantes bolsistas e a pró-atividade dos próprios consumidores em se servirem no momento da aquisição de alimentos no Mercado Agroecológico.

A existência de uma horta em um sentido pedagógico foi citada por três das

categorias ouvidas: agricultores, professores e estudantes. Com base no predomínio de interesse em conceber a estação Horta como um local de aprendizado foram previstas no Projeto FeiraLab quatro serviços: “cultivares”, “com-postagem”, “de leve” e “D. Vivência”. Essas ações visam a aproximação campo-cidade nos atos de cultivar durante o tempo necessário o alimento que seria colhido e consumido na estação Restaurante Agroecológico da FeiraLab; acompanhar a produção de resíduos bem como seu aproveitamento como adubo; propiciar através de recurso tecnológico e de modo lúdico, principalmente aos mais jovens, a prática do trabalho de capina da terra e por fim o serviço denominado D. Vivência que possibilitará a crianças de escolas da cidade pernovernarem próximo a estação Horta acompanhando a colheita, o transporte e a comercialização dos alimentos no dia de realização da Feira, em um processo educativo do sistema de produção dos alimentos.

A ideia da estação Restaurante Agroecológico se conforma um espaço de otimização do tempo para aquele que “aproveita a hora do almoço” para realizar suas compras na Feira como também “um refeitório para os alunos usarem” trazendo sua refeição já pronta ou preparada na estação Cozinha Experimental. A ideia do entretenimento revela-se no serviço planejado para manter um horário noturno oferecendo “petiscos e cerveja orgânica”, conforme solicitação de um técnico administrativo. O Restaurante tanto se conforma um lugar de conviviabilidade no sentido de propiciar o comer junto, quanto de educação ao gosto já que os cardápios oferecidos no café da manhã, almoço e lanches envolverão preparações com alimento da vocação agrícola local. Tanto o Restaurante como o Mercado também se conformarão como possibilidades de escoamento da produção agroecológica seguindo a ideia de potencialização das vendas.

A ideia da proposta da estação Cozinha Experimental foi derivada da indicação de professores que consideraram importante um “espaço para a preparação de receitas novas” como também para “realização de oficinas culinárias”. A concepção da Cozinha Experimental também visou atender a solicitação dos estudantes em relação a “um lugar em que pudessem preparar o alimento adquirido na Feira, tipo uma cozinha”. Dessa forma esse espaço tanto servirá para a realização de aulas práticas para agricultores, pescadores, alunos ou comunidade externa envolvendo a temática da alimentação, tanto

para educação alimentar quanto para o aprimoramento ou desenvolvimento de novas receitas a partir dos alimentos de produção local.

A participação de um estudante de arquitetura nos *workshops* resultou na concepção arquitetônica do denominado por ele Fóruns Livres de Integração Acadêmica – FOLIA compondo seu trabalho de final de curso e que continha as principais estações mencionadas pelos participantes dos variados *workshops*. Esse fato inspirou a proposta de um concurso entre estudantes de universidades para a concepção do modelo de arquitetura para a FeiraLab.

Ao imaginarmos um novo cenário para a realização do comércio de alimentos produzidos agroecologicamente no campus buscamos também entender os projetos futuros da própria universidade a fim de harmonizar ambas as ações projetuais. Essa ação também visou a identificação de um espaço físico real para a instalação da FeiraLab.

9.3.2.3 Aprendizados com o Plano Diretor UFRJ 2020

Com o propósito de acompanhar uma das diretrizes do Plano Diretor UFRJ 2020 que preconiza o diálogo entre universidade e sociedade, ou seja entre o campus e a cidade no qual a universidade está inserida, propomos a criação da estação Cais para barcos e pedalinhos. A ideia é tornar essa estação como ação de entretenimento capaz de se tornar atrativa para o comparecimento da população externa ao campus nos finais de semana. Em um processo educativo complementar os visitantes também encontrarão para visita e em funcionamento as estações Horta, o Mercado e o Restaurante Agroecológicos.

Como dito sobre a FeiraLab, a ideia era compor uma proposta de vendas de alimentos agroecológicos concebida pelos diversos atores, oferecendo um espaço laboratorial e que se conformasse um empreendimento de gestão participativa e comercialmente interessante para os trabalhadores envolvidos e também se revelasse um espaço para o aprendizado sobre novas relações com o alimento, com o ambiente, entre pessoas e entre saberes.

9.4 O Projeto FeiraLab

9.4.1 Diretrizes Gerais

Vivenciar, na FeiraLab, uma relação econômica colaborativa, requer a substituição da noção de rentabilidade pela de participação, a de privilégios pela de direitos e a de competitividade pela cooperação.” A gestão participativa, além de coerente com os princípios da agroecologia, foi definida como alternativa de gerenciamento para a FeiraLab entendendo sua relevância para a formação dos futuros profissionais, quiçá definidores de políticas públicas.

Seguindo o nosso percurso de tradutores projetuais das observações acumuladas na experiência da Feira da UFRJ, nos *workshops* e na observação de feiras realizadas em universidades e na rua, descrevemos abaixo um projeto conceitual que visa uma mudança nas relações pessoais e comerciais tendo como eixo o elemento “feira”, de modo a promover a reaproximação das pessoas com sua alimentação.

A ideia do projeto FeiraLab derivou de uma proposta de promoção da agroecologia a partir da história da implantação da Feira Agroecológica na UFRJ. Vivenciar a concepção e implantação da Feira revelou características específicas desse modelo de comércio sendo realizado em um campus, bem como a presença cotidiana dos agricultores elencou o tema da agricultura familiar na pauta dos interesses acadêmicos da UFRJ. Assim sendo, o conceito eixo da FeiraLab teve sua gênese a partir do constatado potencial da feira para troca de saberes e estabelecimento de vínculos. As estações e os serviços projetados para acontecerem na FeiraLab visam traduzir no campus, a dinâmica que envolve a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. A proposta de uma gestão participativa foi concebida como oportunidade, em particular, dos jovens formandos, experimentarem soluções para um modelo econômico alternativo. O potencial pedagógico evidencia-se na integração das estações e serviços propostos contando com a presença dos agricultores e provocando a integração e a pró atividade dos consumidores e pesquisadores. Ao mesmo tempo, o dinamismo das estações e as propostas inovadoras na concepção dos serviços provocam o aumento do fluxo de pessoas interessadas em uma possível aquisição. Importante

ressaltar, que por não possuir curso de graduação em Agronomia, a UFRJ contribuirá em outros variados aspectos que envolvem a promoção de uma produção de alimentos saudáveis. Em resumo, o Projeto FeiraLab traz o campo para o campus num exercício coletivo e criativo de soluções rumo a atitudes de vida sustentável e solidária envolvendo a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos.

9.4.2 A concepção arquitetônica

Nosso entendimento é que o ambiente da FeiraLab deva visualmente comunicar e espacialmente favorecer os encontros e instigar a curiosidade. A conformação do seu espaço físico e de sua decoração deve não só proporcionar o lazer, a disseminação cultural, a geração de renda, mas também se conformar como polo de discussões e ensaios sobre a cadeia produtiva de alimentos. Os pactos e os acordos de convivência serão construídos coletivamente considerando cada serviço oferecido preservando a autonomia dos espaços locais. Suas atividades estarão ancoradas nas políticas que envolvem a Saúde, Agroecologia e Produção Orgânica, Segurança Alimentar e Nutricional e orientadas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada.

A criação de um ambiente que permita replicar de uma forma micro a cadeia produtiva deverá trazer inovações em arquitetura, serviços, projetos e ações sustentáveis envolvendo a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. Dessa forma, questões sobre controle de resíduos, mobilidade, consumo sustentável dos recursos naturais serão preconizadas em conformidade com os princípios da agroecologia.

Propomos que o modelo arquitetônico seja derivado de concurso entre jovens arquitetos e com a diretriz da sustentabilidade em todos os aspectos que envolvem sua concepção, com especial atenção a projetos nessa linha desenvolvidos na própria universidade agregando os professores responsáveis, como por exemplo tijolo ecológico e painel de energia solar, entre outros.

A FeiraLab afinada com as diretrizes do Plano Diretor UFRJ 2020 se constitui um aparelho de ligação do campo com o campus e desse com a cidade que o rodeia

tendo como elo os agricultores e o alimento saudável por eles produzido. O conhecimento compartilhado entre as variadas áreas do saber e as ações colaborativas embasam as propostas de concepção física, pedagógica, política e administrativa do projeto FeiraLab na UFRJ.

9.4.3 Parcerias internas e externas

Por mover-se em rota de colisão ao atual sistema de produção de alimentos, a proposta de promoção da agroecologia se depara com fortes interesses econômicos. Sendo assim, estabelecer parcerias internas e externas a universidade é de fundamental importância para fortalecer esse movimento contra hegemônico. A princípio, as parcerias internas devem ser construídas a partir da rede de relações que cada envolvido na proposta da FeiraLab já tenha estabelecido na universidade. A experiência da Feira Agroecológica da UFRJ exemplificou a importância das relações sociais pré estabelecidas para conformação das intervenções necessárias durante a trajetória de sua implantação. Como nos disse Larissa Lomnitz (2009) comentando sobre a influencia da rede de relações nos trabalhos informais no México, “as relações sociais constituem um verdadeiro ‘capital social’”. Ações que envolvem os movimentos sociais, dentre esses a agricultura familiar, não podem prescindir desses apoios. Ao contrario o que se tem observado é o fortalecimento desses movimentos através da constituição de micro redes compartilhando as ideias e capilarizando as experiências para os mais distantes lugares. Oportuno citar a iniciativa Agroecologia em Rede⁴¹ que envolvendo três entidades, a Articulação Nacional de Agroecologia -ANA, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA e a Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia – SOCLA, disponibiliza informações sobre contatos, experiências e pesquisas realizadas no Brasil e em toda América Latina.

Em relação as parcerias externas deverão ocorrer convites para que outros movimentos sociais se integrem ao FeiraLab devem acontecer numa ação do preconizado fortalecimento mútuo. Artesãos, artistas, pescadores artesanais, movimento

⁴¹ Ver mais em <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>

de mulheres, entre outros, podem integrar o projeto desde que pertençam a associações e cooperativas procurando assim incentivar esses trabalhadores a se organizarem coletivamente. As alianças com ONGs e entidades representativas são imprescindíveis para a indicação de associações e cooperativas comprometidas com a questão da agroecologia e da economia solidaria, bem como no apoio a estruturação da FeiraLab.

9.4.4 Localização física, administrativa e acadêmica

A área espacial denominada Praia dos Coqueiros situada no campus da Cidade Universitária, após negociação, foi autorizada pela Prefeitura da UFRJ para a localização da FeiraLab. Por estar numa faixa litorânea e ter o prognóstico de construção das novas sedes da Escola de Educação Infantil e do Colégio de Aplicação da UFRJ a localização se conformou estratégica para as ações educativas, atividade de lazer e discussão em torno da promoção da agroecologia.

A vertente de entretenimento agregada a proposta da FeiraLab e as variadas estações e serviços acoplados ao eixo feira ampliou as demandas de apoio ao funcionamento do empreendimento. Dessa forma, indicamos que o vínculo administrativo aconteça com a Prefeitura Universitária visando o apoio nas questões de mobilidade, segurança e limpeza, por exemplo.

Quanto ao vínculo acadêmico chamamos a atenção para o especial momento que se encontra a discussão mundial sobre a produção de alimentos. Com o discurso da necessária produção intensiva são estabelecidas regras e leis criadas com base na produção de larga escala. Ao estabelecer o debate sobre alternativas sustentáveis essas mesmas regras são impostas a produção agrícola de menor porte, dificultando e, em muitos casos, impedindo a adequação dos produtores agroecológicos.

A disponibilidade ao experimento precisa estar contida nos objetivos da unidade acadêmica proponente sede do Projeto FeiraLab. Abrigar academicamente um projeto no qual se insere uma temática que envolve ao mesmo tempo sobrevivência planetária e interesses econômicos requer uma postura vanguardista e de profundo reconhecimento do papel laboratorial de uma universidade pública.

Na nossa experiência na Feira da UFRJ percebemos que a discussão que envolve

a produção e consumo de alimentos pode ser mais ou menos tensionada dependendo da área do conhecimento em que ela esteja inserida. A responsabilidade com a manutenção da saúde física das pessoas, por muitas vezes, sobrecarrega de cautela as ações de quem ensina e pesquisa na área da saúde influenciando o grau de ousadia pretendida pelos profissionais, nesse tipo de ação específica. Nesse sentido, academicamente o projeto estará ancorado no núcleo de Design de Serviços e Inovação Social – DESIS, do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social - LTDS do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ, devido à coerência com as ações inovadoras pretendidas na FeiraLab.

9.4.5 Recursos financeiros

A conformação da FeiraLab como espaço de experimentações requer tempo para a construção coletiva almejada. Investimentos científicos em longo prazo na construção de respostas mais atualizadas e situadas é uma das barreiras a serem vencidas na obtenção de recursos financeiros. A universidade deve se empenhar para demonstrar empiricamente a necessidade de alteração nas atuais métricas imediatistas aplicadas para a escolha dos projetos a serem financiados pelos órgãos investidores.

Para os gastos com as instalações físicas e infraestrutura devem ser buscadas parcerias com a própria universidade, como também buscar editais governamentais nacionais e internacionais relativos ao tema. O transporte de mercadorias, reconhecido gargalo para os agricultores, deve ser incluído como objeto de preocupação na busca de soluções. A necessidade de contribuição monetária dos agricultores, bem como sua periodicidade, valor e aplicação é compreendida como elementar ou não, a partir da discussão interna do grupo envolvido na gestão da FeiraLab.

A parceria público-privada pode ser estabelecida desde que o investimento guarde conformidade com os objetivos da agroecologia. Deverão ser selecionadas fundações e empresas que acreditem e apostem na construção de um conhecimento futuro e reconheçam que suas aplicações financeiras darão retorno social no prazo adequado a natureza solidária do empreendimento. Tais premissas visam garantir a

autonomia universitária na busca do conhecimento pelo conhecimento e não pela utilidade ou lucratividade.

9.4.6 Estruturação dos serviços

Por ser a feira um empreendimento de intenso dinamismo, os acontecimentos que ocorrem diariamente subsidiam o “fazer” feira em campi. Entretanto, fatos semelhantes ocorrem em feiras agroecológicas estando estas localizadas ou não na rua. Porém, percebemos que mesmo com as dificuldades de vendas, por estar a feira em um campus os vínculos travados entre consumidores e produtores podem se desdobrar numa construção conjunta de soluções técnicas.

Na questão alimentar, o direito soberano de nós definirmos o que deve compor a “comida de verdade”.⁴² representa a reapropriação social da natureza. Dos elementos que ligam o homem a sua cultura, a comida é o elo mais selado, afrouxá-lo é desprover de força a sensação de pertencimento estabelecido pelos vínculos das tradições alimentares. Ao definir as estações e os serviços que comporão a FeiraLab exercitamos o fazer uma agricultura que respeite o meio ambiente e a biodiversidade.

Ao nos aventurarmos na concepção das estações e serviços que irão compor a FeiraLab admitimos nossa predisposição a mudança, e as desestabilidades consequentes das ações inovadoras. Partimos do princípio que nossa estada no mundo e nossas relações precisam ser reinventadas com base na cooperação e a compaixão pessoal e ambiental.

A ideia norteadora na concepção das estações e serviços é a de demonstrar o caminho do alimento da produção até a mesa do consumidor com enfoque nas relações cooperativas e no diálogo entre a tecnologia de ponta e o saber popular. A estação Horta se conformará como o local de produção, a Feira e o Mercado como distribuidores e o

⁴² “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar” é o lema adotado para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a ser realizada nos dias 3 a 6 de novembro de 2015, em Brasília. <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/marco/publicado-decreto-de-convocacao-da-5a-conferencia-nacional-de-san>

Restaurante Agroecológico representando o consumo do alimento preparado.

Sendo assim, o conceito mais ampliado da FeiraLab envolve a feira de alimentos como eixo e outros serviços que interagem entre si a partir das atividades econômicas, culturais, pedagógicas e de lazer preconizando ações colaborativas nas estações do Mercado, Restaurante, Horta, Cozinha Experimental, Aquicultura e Pesca, Cais e Agência de experiências, resumidos na tabela 15 a seguir:

Tabela 15 - Resumo das estações e serviços da FeiraLab.

Estação	Horário e periodicidade	Serviços	Especificidade
Feira Agroecológica	Semanal 9:00h as 16:00h	-Apresentações artísticas -Barraca Parideira -Penduraí -Clube fruta Pão	Sem uso de cartão eletrônico para pagamento das compras
Mercado Agroecológico	Diário 9:00h as 20:00h	-Trilha -Caixote	Uso de cartão eletrônico
Restaurante Agroecológico	Diário 7:00h as 22:00h	-Conselho Culinável	Uso de cartão eletrônico
Horta	Diário 6:00h as 11:00h 13:00h as 17:00h	-Visitas -Cultivares -Compostagem -D. Vivência -De leve	
Cais	Finais de semana 9:00h as 16:00h	-Passeio de Pedalinhos de barcos -Ancaradouro de barcos	Atividade de Lazer
Agencia de Experiências	Com base em agenda previa	-Visitas a sítios	Estrutura móvel

A proposta é a criação de ambiente pedagógico que una interesses e saberes passa pela adoção de uma postura genuinamente dialógica entre aqueles que possuem conhecimentos derivados do fazer, do estudar, do praticar, do ser e do pesquisar.

A partir daqui descreveremos as estações e os principais serviços acoplados a Feira inicialmente propostas para constituírem a FeiraLab: a Feira Agroecológica, Mercado Agroecológico, Restaurante Agroecológico, Horta, Cozinha Experimental,

Aquicultura e Pesca, Cais para Barcos e Pedalinhos, e Agencia de Experiências.

1 – **ESTAÇÃO FEIRA AGROECOLÓGICA**- a importância do encontro dos agricultores e consumidores (comunidade universitária e outros visitantes) no momento da aquisição dos alimentos é elemento chave para o preponderante e pretendido “reencantamento” das pessoas com sua comida. A Feira ocorrerá semanalmente em espaço coberto onde serão armados tabuleiros para os expositores. Alguns tabuleiros serão reservados e revezados entre estudantes, professores ou instituições interessadas em partilhar informações sobre agroecologia e temas transversais. Cada agricultor é responsável por suas vendas contando com a presença de alunos de graduação ou pós-graduação em relação à organização administrativa do seu empreendimento, dentre outras questões.

Uma barraca denominada “parideira” será destinada a incubar⁴³ iniciativas de agricultores ou artesãos dando-lhes apoio técnico e solidário para o seu desenvolvimento. Por exemplo, agricultores convencionais que desejam não mais utilizar agrotóxicos em seu cultivo e temem perder renda no período de conversão para o modelo agroecológico.

O serviço denominado “olho no olho” constitui o exercício de lidar com a moeda em espécie, sendo assim, reconhecemos que o ato de encerrar a compra e pagar em espécie recupera e estimula o encontro de olhares durante a negociação. Antes de somar, fechar, fazer a conta, quem vende e quem compra conversaram sobre sítios, preços, política, receitas, etc passando para a finalização do negócio. O preço pago em dinheiro é representativo como valor de moeda e a aceitação dos argumentos que o justifica torna o troco a materialização do valor compreendido, do justo preço.

A localização da estação Feira Agroecológica será no corredor entre as portas de entrada das estações, Restaurante, do Mercado e da Cozinha Experimental buscando local de maior circulação assemelhando-se as primeiras feiras medievais que se posicionavam no centro dos povoados. Outro elemento que elencamos dos primórdios

⁴³ Incubação “é uma metodologia de ensino , aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia” (BOCAYUVA; VARANDA, 2009, p.28).

tempos das feiras foi o de diversificar a oferta, buscando produtos diferenciados de artesãos e artistas. Uma vez ao mês, na hora do almoço ocorrerá momento de entretenimento em parceria com os cursos de dança, música e teatro.

O serviço denominado “Penduraí” provoca as pessoas a pousarem suas sacolas de compras em local não vigiado. Essa ferramenta pedagógica visa estimular a convivência pacífica e de credibilidade com base no restabelecimento da confiança mútua entre os frequentadores.

Deverão ser disponibilizados equipamentos tabletes aos agricultores com vídeos e fotos de sua propriedade, de sua família e de seus produtos informando aos interessados a origem dos alimentos ali adquiridos por eles. Essa iniciativa visa não só o respeito a informação ao consumidor, mas também aproximação dos agricultores a ferramentas tecnológicas, e com a mesma lógica, respeitando seu querer e vontade de se apropriar desse recurso.. Poltronas devem ser espalhadas para que agricultores e consumidores possam sentar e conversar, ou merecidamente descansar. Alimentos podem ser adquiridos na Feira, higienizados e preparados na Cozinha Experimental pelos próprios consumidores.

A Feira também agregará o serviço chamado “Clube Fruta Pão” delineado pela lógica da encomenda prévia do alimento com entrega do tipo cestas. Os consumidores tornam-se coprodutores ao assumir o pagamento de um valor fixo e se comprometendo a receber determinada quantidade de itens variáveis produzidos sazonalmente. Ou seja, dentre outros compromissos, terá o privilégio de receber alimentos da época, produzidos de acordo com a vocação local e sem agrotóxicos.

A totalização dos gêneros e a montagem das cestas que são entregues através do “Clube Fruta Pão” deverão ser efetuadas por alunos bolsistas, voluntários ou pelos próprios compradores em local específico dentro do Mercado Agroecológico. Aos agricultores caberá entregar o quantitativo total solicitado por cada alimento. Indicamos que a Feira deva funcionar semanalmente no horário de 9:00h as 16:00h.

Na Figura 6 representamos as interações das estações que compõem a Feira e suas interações com outros componentes da Feira Lab.

2 – ESTAÇÃO MERCADO AGROECOLÓGICO - Mercado de alimentos processados e semi processados dos variados municípios do Rio de Janeiro e do Brasil, com ênfase naqueles com característica de alimentos de tradição local.

Nessa estação ocorrerá a utilização de cartão eletrônico para pagamento dos alimentos adquiridos. O serviço denominado “Trilha” é constituído por máquinas que através da leitura de códigos de barra rastreia todo o trajeto do alimento até aquele ponto de comercialização. Compõem a rastreabilidade a indicação da região, sítio e produtor o aproximando do consumidor e no caso da feira em universidade provoca a aproximação do campus ao campo.

Isento de intermediação, e estimulado a uma atitude colaborativa o consumidor entra no Mercado, escolhe seus produtos, pesa em balanças eletrônicas caso necessário, se dirige ao local denominado e com formato de “caixote” passa o código afixado no alimento. O somatório é realizado automaticamente e o próprio consumidor efetua o pagamento e retira seu troco no caixote, ou passa o cartão magnético. O serviço “caixote” possibilita assim ao frequentador do mercado uma outra lógica comercial baseada na confiança mútua.

O interior do Mercado deve conter um cantinho para livre “contação de causos”, conversas “afiadas” com os agricultores e para “tirar som” de viola. Esse espaço deve prever isolamento acústico para também ser utilizado como ambiente para palestras e reuniões. Redes e sofás devem compor o mobiliário local. As mercadorias devem ser agrupadas por regiões do Rio de Janeiro ou pelos estados do Brasil conforme sua procedência. Peças maiores de artesanatos devem ser expostas junto com os produtos artesanais comercializados na Feira semanalmente, favorecendo assim o escoamento diário dos artesanatos.

O gerenciamento local do Mercado será revezado entre as associações de agricultores visando o funcionamento diários, inclusive nos finais de semana de 9:00h as 20:00h. Para o gerenciamento geral do Mercado será constituído um grupo tendo o apoio de estudantes da UFRJ na orientação sobre gestão do negócio e outras demandas.

O exercício sobre o pagamento do preço justo deverá ser exercitado, sendo

assim, será exposto o preço mínimo e o máximo em relação ao ganho dos produtores. Ao consumidor será oferecida a oportunidade de escolher, dentro da faixa de preço estabelecida, qual valor se dispõe a pagar considerando sua disponibilização orçamentaria e conscientização em relação ao apoio que esse modelo alternativo de produção requer.

3 – ESTAÇÃO RESTAURANTE AGROECOLÓGICO - A responsabilidade da preparação da alimentação deve ficar sob a responsabilidade de uma associação ou cooperativa que estejam envolvidas com o tema da gastronomia e culinária. Numa perspectiva de ação sistemática sobre as estações, os alimentos deverão ser oriundos dos produtores agroecológicos, preferencialmente do Rio de Janeiro. Os consumidores poderão adquirir hortifruti na estação Horta, na Feira ou no Mercado e prepará-los na Cozinha Experimental e comê-los no Restaurante. O funcionamento do Restaurante deve prever os serviços de café da manhã, almoço e lanches noturnos. A iluminação e ventilação natural deve ser preconizada.

O café da manhã será composto por chás, café e tubérculos cozidos (inhame, aipim, batata doce, banana cozida etc) e pães caseiros reproduzindo um café de nossa cultura e estimulando a introdução desses vegetais no cardápio matutino dos frequentadores. O salão estará disponível, a partir das 7:00h para aqueles que quiserem preparar seu café na Cozinha Experimental e comê-lo no Restaurante.

No almoço será oferecido um cardápio com um tipo de carne e opção vegetariana, um refresco e uma sobremesa. Em um processo educacional o frequentador tem a opção de adquirir outras porções⁴⁴ desde que efetue pagamento extra. Os próprios frequentadores trazem seus copos, se servem a partir da orientação sobre as porções referentes a cada preparação, destinam seletivamente o resíduo por ele produzido, higienizam as mesas e entregam seu prato e talheres separadamente. No momento do pagamento o próprio consumidor se dirige ao caixa, relata o que consumiu e efetua o pagamento com dinheiro ou cartão magnético.

O Restaurante contará com o denominado serviço conselho “culinável”

⁴⁴ Porção é a quantidade de alimento pronto para o consumo por pessoa (ORNELLAS, 2006).

composto por estudantes, nutricionistas, gastrônomos, agricultores, frequentadores, dentre outros, que define o cardápio e discute as mudanças administrativas necessárias ao empreendimento. O termo culinável foi por mim cunhado para ressaltar a preocupação de garantir os aspectos cultural, gastronômico e saudável no momento da elaboração dos cardápios, numa perspectiva do bom, limpo e justo proposto pelo Movimento *Slow Food*. O Restaurante também conta com um gerente local, um comprador/estoquista, um repositor de preparações, pessoas responsáveis pela limpeza dos utensílios e das instalações e a equipe responsável pela preparação da comida. Essa equipe será selecionada a partir de associações e cooperativas indicadas por instituições não governamentais parceiras do projeto.

A partir das 17:00h às 22:00h, o Restaurante passa oferecer petiscos e a servir cervejas, cachaças artesanais e vinhos fruto da produção de pequena escala. Nesse período surge a figura da garçonete ou garçom para além de servir, oferecer aos frequentadores informações sobre o projeto e sobre a procedência dos alimentos agroecológicos e do processo artesanal das bebidas. Os cargos profissionais citados poderão ser ocupados por estudantes e/ou pessoas associadas as cooperativas.

A arquitetura do Restaurante Agroecológico deve permitir visão para o mar e para os pedalinhos e uma vista panorâmica da estação Horta permitindo aos consumidores uma visão do trajeto do veículo transportando os alimentos da área de produção para a distribuição e consumo. Podemos visualizar o esboço da interação das estações do Restaurante com os agricultores.

4 - ESTAÇÃO HORTA - Numa visão de aproximação rural-urbano os serviços na Horta serão construídos colaborativamente. O agricultor será responsável pelo cuidado da Horta juntamente com estudantes de graduação e voluntários. As pessoas que se dirijam a área e os estudantes da Escola de Educação Infantil, do Colégio de Aplicação e os próprios graduandos podem visitar a Horta ouvindo explicações sobre o plantio e cuidados de um alimento agroecológico. Na Horta, além das visitas poderemos encontrar quatro tipos de serviços: “cultivares”, “com-postagem”, “D. Vivência e “de leve”.

O “cultivares”, consiste em proporcionar a oportunidade de plantar o próprio

alimento ou presentear alguém com essa atividade. Por exemplo, uma verdura será plantada e cultivada pelo presenteado com a ajuda daquele que esta presenteando e do agricultor. Se for um presente de aniversário, o plantio deve ser calculado de forma que sua colheita esteja cronologicamente próxima da data prevista. A verdura será colhida, higienizada e preparada na Cozinha Experimental e saboreada por eles no Restaurante Agroecológico em comemoração as bodas. Todo esse processo pode ter suas imagens captadas, registrando em vídeo o acompanhamento desse cuidado e finalizando com a celebração do comer junto.

O serviço denominado “D.Vivência” consiste em proporcionar a crianças, adolescentes e adultos a experiência de vivenciar o trajeto do alimento da terra até a mesa. Indicamos que a Horta fique situada próximo aos fundos da Escola de Educação Infantil e distante do Mercado e do Restaurante. “D.Vivência” consiste na ideia, de por exemplo, as crianças pernitem na escola, acordar bem cedo, ir a Horta colher os alimentos, armazená-los e acompanhar o transporte até a Feira.

Visitas programadas a Horta proporcionará a oportunidade de cultivar, colher, transportar o alimento até a Cozinha Experimental, preparar e comê-lo. O transporte dos alimentos colhidos se dará através de veículo não poluente ainda a ser definido, MagLeve? Carro elétrico? O veículo definido deverá ter espaço específico para alimentos. As crianças devem ser incentivadas a adquirir (comprar) os alimentos na Feira e leva-los para serem preparados na escola, fechando assim a vivência em relação ao ciclo da cadeia alimentar.

Outras escolas públicas ou privadas podem requisitar a atividade “D. Vivência”. As escolas privadas deverão efetuar pagamento de taxa que tem como finalidade cobrir os custos das visitas realizadas pelas escolas públicas.

O serviço de “com-postagem” envolve a captação diária de resíduos orgânicos do Mercado e do Restaurante transformando em subsídio fertilizante para a Horta. O quantitativo dos resíduos orgânicos e não orgânicos deverá ser monitorado identificando a oscilação mensal do quantitativo. Essa dinâmica consiste em atividade didática diária com o recolhimento e tratamento e/ou destinação dos resíduos, podendo ser agendada visitas de acompanhamento e atividade de oficina de capacitação para compostagem

doméstica. Atividade em parceria com os projetos MUDA e Capim Limão.

No espaço construído da Horta deverá ser instalado o serviço “de leve”, que nada mais é que um equipamento simulador de capina, poda e preparação da terra para o cultivo. A partir do esforço físico do candidato ocorrerá a geração de energia que proporcionará a injeção de água para a rega dos vegetais da horta. O equipamento procederá um cálculo entre a área capinada por unidade de tempo aliada a quantidade de área regada derivada do esforço do candidato. No final de cada mês ocorrerá um *ranking* com os 8 melhores desempenhos, os quais serão premiados com a oportunidade de ir ao sítio de um agricultor e capinar ao vivo. Essa é uma tecnologia que ainda precisa encontrar parceiros para seu desenvolvimento, apresenta em seu escopo a ludicidade trazendo o debate sobre os recursos tecnológicos a serviço da sociedade.

5 – ESTAÇÃO COZINHA EXPERIMENTAL - estrutura com instalações para higienização de hortifruti e com equipamentos mínimos para a cocção de alimentos trazidos ou adquiridos no Mercado e na Feira. Esse espaço também será utilizado para aulas práticas de cursos oferecidos para a comunidade externa ou por professores e alunos da universidade. Será incentivada a utilização desse espaço para o desenvolvimento de atividades que estimulem a agregação de valor aos produtos brutos no que diz respeito a embalagem, processamento e comercialização desses produtos.

6 – ESTAÇÃO AQUICULTURA e PESCA – Em parceria com a PAPESCA45 desenvolver estruturas que propiciem oficinas de aprimoramento aos pescadores artesanais da região bem como aos interessados no tema. Inclusive com a previsão de oficinas de processamento de pescado na cozinha experimental. O mercado agroecológico e a cozinha experimental poderão ser utilizados para os encontros e discussões. A inserção desse segmento visa trazer a discussão e o escoamento desse tipo de alimento no que tange, principalmente, a organização dos trabalhadores e as exigências sanitárias para o setor.

7 – ESTAÇÃO AGÊNCIA DE EXPERIÊNCIAS - Em uma camioneta será

⁴⁵ Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral Fluminense - é um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC - do Centro de Tecnologia da UFRJ. Seu foco é a pesca artesanal tal como é praticada pelas comunidades tradicionais, interessando-se pela totalidade das situações produzidas nas interações entre os contextos socioculturais e os ecossistemas. <http://www.soltec.ufrj.br/papesca/>

alojada a agência de experiências, que se ocupará com a organização das visitas aos sítios dos agricultores, o turismo rural. Além de se constituir ação pedagógica e de interação rural-urbano, essa atividade visa gerar aumento de renda para outros membros da família dos agricultores que não estão diretamente ligados ao cultivo do alimento. Por ser móvel, essa ação poderá acontecer em outros locais fora da estrutura da FeiraLab, se conformando também meio de divulgação do empreendimento.

8 – ESTAÇÃO CAIS PARA BARCOS E PEDALINHOS - O plano diretor da UFRJ indica que a ocupação do campus preconize empreendimentos que se abram para a Cidade Universitária e dessa com a cidade do Rio de Janeiro, com especial foco para o lazer, a cultura e o entretenimento. A área a ser ocupada pela FeiraLab foi escolhida e negociada com as autoridades universitárias por estar em um ponto estratégico tanto para a universidade quanto o grupo envolvido com o projeto.

As futuras sedes da escola de educação infantil e do Colégio de Aplicação da UFRJ estão planejadas para ocuparem áreas circunvizinhas a área da FeiraLab. Poder contar com privilegiados vizinhos de diferentes faixas etárias amplia a ação pedagógica pretendida no empreendimento. Além disso, estar em uma faixa litorânea aproxima os frequentadores da FeiraLab aos elementos da natureza, como as pessoas, mar, árvores, dando a oportunidade de incluir as discussões mais ampliadas sobre outros tipos de relação. Dessa forma, deverá ser construído um cais que servirá como ancoradouro para pedalinhos que serão alugados aos frequentadores inclusive nos finais de semana. A administração dos alugueis das embarcações ficará a cargo de uma associação de pescadores indicados pelos integrantes da PAPESCA. A concepção dessas embarcações deverá compor um concurso entre estudantes, delineado pela premissa da dialogicidade entre tecnologia e sustentabilidade. O serviço Cais também deverá servir de ancoradouro para pescadores que participarão de reuniões e oficinas no FeiraLab e que estejam usando o barco como meio de transporte. Esses encontros visam promover a discussão sobre as atividades artesanais e de economia solidária no Rio de Janeiro em relação a pesca artesanal refletindo a união de forças entre os variados movimentos sociais.

10 CONCLUSÃO

Em 2008 a nova concepção de um Sistema de Alimentação estava se instalando no campus. A proposta da administração central da UFRJ para o Restaurante Universitário compunha a oferta de alimentação saudável em uma perspectiva sustentável. O gerenciamento do RU ficou sob responsabilidade do Instituto de Nutrição Josué de Castro.

Alunos que pertenciam ao Capim Limão, grupo que, desde 2006, discutia a agroecologia no campus, solicitaram a inserção de opção vegetariana no cardápio do RU. Esse fato desencadeou a discussão sobre o interesse e a possibilidade administrativa da universidade comprar alimentos da agricultura familiar, acompanhando dessa forma, as políticas nacionais de alimentação.

Entidades não governamentais atuantes na área da produção em pequena escala - ABIO e AS-PTA - informaram a estudantes, técnicos e professores sobre a impossibilidade da produção familiar do Rio de Janeiro, atender a variedade e ao enorme quantitativo de alimentos para compor de imediato, as duas mil e quinhentas refeições distribuídas diariamente no RU.

A ideia da feira surgiu de forma colaborativa na Cidade Universitária da UFRJ. A disponibilização de espaço para o escoamento da produção agroecológica possibilitaria o desenvolvimento de uma cultura alimentar tradicional e saudável no campus. Mas “será que as pessoas querem comprar na feira aqui dentro da universidade?” A pergunta da agricultora revelou o reconhecimento daquele espaço como diferenciado do local em que eles costumam “fazer feira”. Uma feira de rua propicia a oferta de alimentos próximo à moradia do consumidor, enquanto que na feira realizada no campus, o usuário da cidade universitária torna-se o consumidor.

Para um olhar de maior abrangência sobre o objeto proposto ampliamos nosso referencial teórico para as perspectivas do fortalecimento da cultura local, gastronomia, agricultura, políticas públicas, pertencimento, saúde e economia demonstrando desse modo, o leque de olhares para o tema alimento/alimentação. Considerando o diferencial do local em que a feira acontece, reconhecemos ser apropriado refletir sobre o papel da

universidade na concepção de projetos e ações para resolução de problemas da atualidade, em particular a produção de alimentos.

O recurso metodológico da observação participante aproximou o nosso olhar às características particulares da feira e as intercorrências durante seu funcionamento. As opiniões do grupo heterogêneo exigiram atenção duplicada durante a mediação dos conflitos. As conversas na feira, as visitas aos sítios e as discussões nas reuniões aproximou nosso olhar ao cotidiano da feira.

Tivemos a oportunidade de observar que, comparada a feira convencional, a feira de alimentos agroecológicos é silenciosa. Os agricultores, apesar de bem humorados, apreciam brincadeiras mais sutis e adoram uma boa conversa. São trabalhadores incansáveis e às mulheres, além da lavoura, cabe o trabalho doméstico e o processamento de alimentos. Por guardarem algum grau de parentesco entre si, volta e meia aparecem rixas e rusgas familiares. O empreendedorismo segue o ritmo da capacidade de compreensão para adequação as mudanças, sendo necessário situar as ideias novas ao já estabelecido formato de trabalho rural cadenciado por elementos outros, diferentes da velocidade conclusiva.

Assim sendo, percebemos que ao analisar a feira de alimentos sem agrotóxicos sob a perspectiva de um negócio em campus, contribuíamos para ampliação das discussões políticas, sociais, ambientais e da saúde já estabelecidas por outras universidades envolvendo esse tipo de comercialização fora e em seus campi.

Considerando a natureza familiar e de empreendimento associativo foi adotada para a organização da feira, a gestão participativa incluindo representantes dos agricultores e das categorias que constituem a comunidade universitária, formando o “Grupo Organizador da Feira”, responsável pelas ações de planejamento e implantação desse comércio na UFRJ.

O interesse da comunidade universitária em adquirir alimentos agroecológicos próximo ao seu local de trabalho/estudo foi confirmado na realização de um evento denominado Sabores e Saberes. Sob nossa ótica de análise, ter em uma feira no campus em que os próprios agricultores vendem sua produção se conformou a força do negócio.

As informações trocadas durante a comercialização objetivaram a rentabilidade mas também proporcionaram ações de ensino, pesquisa e extensão revelando o potencial pedagógico desse modelo de negocio instalado no campus. Ter alimentos sem químicos proporcionaram melhor qualidade de vida aos agricultores e consumidores, como promoveu a agroecologia para a comunidade universitária.

Identificamos que em outras universidades brasileiras a institucionalização das feiras se dá ou por projeto extensionista ou de pesquisa nas áreas da Biologia e da Agronomia, principalmente. Ao observar esse objeto sob a ótica da Engenharia de Produção olhávamos a feira a partir de seu potencial de agregação de valores e de geração de renda. Sendo assim, indicamos o estabelecimento da institucionalização administrativa e acadêmica, buscando estabilidade do projeto perante possíveis mudanças políticas que ocorrem a cada quatro anos nas universidades federais derivadas da eleição de um novo reitor.

Contudo, considerando que a feira é realizada em um local inovador para esse tipo de atividade, ela sofre a influência da rotina desse ambiente. Identificado como ponto fraco, a queda de vendas durante o recesso escolar exigiu a adoção da estratégia de redução do volume de alimentos ofertados durante esse período e a avaliação sobre a necessidade de escoamentos alternativos.

Entre as características da cidade universitária da UFRJ incluem-se área extensa, ausência de arborização e altas temperaturas climáticas o que acabam por incidir na decisão de caminhar pouco pelo campus. A locomoção até a feira em veículo próprio é descartada pela dificuldade para o estacionamento. Por sugestão dos próprios agricultores a Feira passou a acontecer simultaneamente em três locais do campus.

A realização de oito projetos de extensão, uma dissertação de mestrado, uma monografia de final de curso, tema de disciplinas de graduação e vencedor de melhor trabalho em vídeo no Congresso Internacional *World Nutrition/2012*, demonstrou a fertilidade da Feira no campus para futuras pesquisas sobre produção alimentar agregando variadas áreas do conhecimento.

A existência de um espaço na Cidade Universitária para a comercialização de

produtos agroecológicos caracterizou um ambiente propício para formação de vínculos entre a comunidade universitária e o produtor rural, contudo o volume comercializado é fator preponderante na abrangência deste vínculo. Sendo assim, como apoio institucional, oferecemos café da manhã, almoço e acesso aos sanitários e não cobramos taxas de permanência das barracas, entretanto tais ações não foram suficientes para alguns agricultores.

Durante os dois primeiros anos, a logística de transporte e a “concorrência” de outras feiras agroecológicas em bairros na cidade do Rio de Janeiro, foram decisivos no afastamento da maioria das associações que compunham a Feira. A obtenção do apoio da secretaria de agricultura municipal de Guapimirim, na disponibilização de transporte dos alimentos semanalmente para o campus da Ilha do Fundão, evitou o colapso do projeto, já que apenas as famílias dessa associação permaneceram na Feira.

Por outro lado, os gastos com transporte das outras associações, incidiam diretamente na formação dos preços dos alimentos comercializados, estabelecendo valores diferenciados para a mesma mercadoria. Após varias reuniões, o Grupo Organizador decidiu pelo livre arbítrio na composição do preço do alimento delineada pela ideia de cobrança do preço justo ao consumidor. Foi constituída parceira com o SEBRAE para orientações sobre formação de preços, entretanto, a ação tornou-se inviável perante ao detalhamento exigido sobre os dados dos agricultores e seu processo produtivo. Após avaliação coletiva, indicamos a retomada futura dessa atividade, adequando a estratégia para a referida capacitação.

Como forma de “ampliar o negocio” foram implementadas duas estratégias de escoamento e divulgação, ambas abortadas precocemente. A venda para restaurante comercial situado no campus revelou a lógica de diferente empreendedorismo dos agricultores que abominavam a ideia de um dia “faltar alimento na feira para os fregueses certos”. Outro argumento apresentado por eles para justificar a venda na feira, foi o “dinheiro na hora” e o prazer de encontrar e conversar com “gente de universidade”. A divulgação através de um site autogerido, proposto e desenvolvido como projeto de extensão, não se concretizou mesmo com a oferta de curso de capacitação em informática para os agricultores.

Os dois episódios de insucessos, a luz de nossa análise, representaram a confirmação sobre a necessidade de identificação das forcas e fraquezas desse tipo de comercio contextualizado ao campus da UFRJ. Para a universidade a experiência de desenvolver apoio técnico específico a esses trabalhadores se compõe chance dos formandos aprenderem e criarem formas diferenciadas de empreendimentos. Por sua vez, sem a possibilidade de boas vendas, a Feira tornava-se pouco atraente para agricultores que queriam empreender na universidade.

Conforme visto no referencial teórico e reconhecido nas feiras realizadas em universidades, as parcerias estabelecidas com outros movimentos sociais constituíam estratégias de fortalecimento para as feiras de alimentos. Dessa forma, grupo de mulheres envolvidas com gastronomia e associação de artesãs foram convidadas a compor o coletivo da Feira. A avaliação positiva do potencial atrativo desses grupos se revelou no aumento de vendas relatado pelos agricultores.

Vivenciada toda essa experiência, concluímos que o comercio de alimentos agroecologicos no campus, evidenciou um vasto campo investigativo tendo a universidade como contexto e a decorrente variedade de interesses envolvidos. A Feira, em nossa observação, não se conformou como melhor modelo para a comercialização de alimentos no campus da UFRJ e, sendo assim, definimos a realização de *workshops* com a comunidade universitária e agricultores na tentativa de obtenção de um desenho mais aproximado para o comercio de alimentos agroecológicos. O resultado desses encontros apontou para um *design* de comercio que aglomerasse serviços, possibilitasse soluções novas, proporcionasse experiências em torno do alimento e sua produção e promovesse relações interpessoais mais próximas – a FeiraLab.

A importância da FeiraLab para os agricultores é representada no maior escoamento e aproximação com sua “freguesia”, já que propõe representar no campus as etapas da cadeia produtiva: produção (horta), distribuição (mercado e feira) e consumo (restaurante). No mesmo sentido, o campo no campus atende o anseio da comunidade universitária em integrar a ação de compra de alimentos saudáveis às suas atividades de pesquisa, estudo ou lazer.

Como pesquisadora, a identificação da universidade como local para encenar

futuros possíveis, imaginamos que a FeiraLab, nesse ambiente, deveria refletir a criatividade em experiências com o alimento e com as pessoas. Comungamos para a concepção da FeiraLab com o sentido requerido por Leonardo Boff (2015) sobre a integração entre a intelectualidade e a inteligência cordial reposicionando o homem em suas relações entre semelhantes e com os outros seres da natureza.

Entendemos que com o nosso “estar no mundo” reposicionado, a nossa relação com as coisas também acolherá transformações. Neste sentido, Ezio Manzini (2008) discute a ideia do “bem estar”, consolidada, particularmente, no último século. Na perspectiva da promoção da sustentabilidade, a noção difusa de bem estar, baseada na passividade, ociosidade e satisfação de ser servido, através da propagação ilimitada e globalizada de produtos e serviços para o consumo, deveria ser substituída pelo bem-estar ativo e relacionado ao contexto. Especificamente, isto significa que cada vez mais os atores deveriam atuar ativamente em seus contextos locais de vida cotidiana, para regenerá-los e para que seu bem estar seja construído baseado em novas interações entre os envolvidos e na redescoberta da dimensão local. Esse é um processo de aprendizado em curso, realizado com os mais diversos conflitos e dificuldades, alguns deles descritos nesta tese. A FeiraLab, desenvolvida com base na vivência e análise da Feira Agroecológica da UFRJ, é imaginada como uma iniciativa que visa contribuir neste processo, promovendo relações novas entre os agricultores e os atores do contexto universitário (discentes, docentes e funcionários) em um processo de aprendizado e entendimento mútuo e colaborativo. Neste sentido, esta mesma tese, do ponto de vista de uma discente e funcionária da universidade, apresenta-se como parte deste esforço.

Em trabalhos futuros deveremos discutir a concepção do projeto FeiraLab como um espaço agregador de variados interesses sobre o alimento agroecológico. Semelhante aos Parques Tecnológicos que visam a geração de conhecimentos inovadores através da interação entre a Universidade e as empresas. A ideia é construir um conceito de um “Parque Tecnológico Social” que estabeleça a aproximação entre a Universidade e os Movimentos Sociais envolvidos na produção agroecológica prevendo financiamento das empresas instaladas no Parque Tecnológico Industrial e garantindo a autonomia na aplicação dos recursos obtidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. p.268-306, 2010.

ACUÑA, K; CRUZ, T. Surgimento da Ciência da Nutrição e breve histórico das Políticas de Alimentação no Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.27,nº, (1/2), jan/jul, 2003.

AÇÃO DA CIDADANIA. **Cronologia do Movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida**, 1993. Disponível em: <http://www.acaodacidadania.com.br/?page=cronologia>. Acesso em: 01 de Julho de 2014.

ALTIERI, M. **The Science of Sustainable Agriculture**. 2.ed. Colorado, Westview Press, 1995.

_____. Linking ecologists and farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v.2, n.1, p.35-42, 2004.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

_____; FUNES-MONZETE, FR; PETERSEN, P. **Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty**. Agronomy for Sustainable Development. INRA and Springer-Verlag, France, 2011.

ALVES, AL. **Direito Humano a Alimentação Adequada e o Parlamento Brasileiro**. Monografia apresentada para aprovação no curso de Especialização em Processo Legislativo. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados. Curso de Especialização. Brasília, 2009.

AMIN, S. **Food sovereignty: A struggle for convergence in diversity**. In: Food movements unite! Strategies to transform our food systems, ed. E. Holt-Giménez, xi-xviii. Oakland, CA: Food First Books, 2011.

ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia**. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/>. Acesso em 07 de Julho de 2014.

ANEMIYA, H. **Du Teikei aux AMAP: le renouveau de la vente directe de produits fermiers locaux**. Collection Économie et Societé. Rennes: Presses universitaires, 2011.

ANVISA & UFPR. **Seminário de mercado de agrotóxico e regulação**. ANVISA, Brasília, 11 abril de 2012.

AQUINO, AM; ASSIS, RL. Agricultura orgânica em áreas urbanas com base na agroecologia, **Revista Ambiente e Sociedade**, v. X, n. 1, pp.137-150. Campinas, jan.-jun., 2007.

ARNAIZ, MG. Em direção a uma nova ordem alimentar. In: CANESQUI, AM; GARCIA, RWD. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

ASSIS, RL. **Agroecologia no Brasil: Análise do processo de difusão e perspectivas**. Tese de D.Sc., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

_____. ROMEIRO, AR. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. **Rev. Adm. Pública** [online], vol. 41, n. 5, pp. 863-885, 2007.

AUDY, JLN; MOROSINI, MC.(orgs) **Inovação e Empreendedorismo na Universidade**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006.

BARRETO, PH. Historia de Bretton Woods. **Rev. Desafios do Desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ano 6. Edição 50, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

BARTHOLO Jr., R. O território da universidade: a contemporaneidade de Wilhelm Von Humbolt. In: **A dor de Fausto**, Rio de Janeiro, Revan, 1992, pp.27-40.

BURITY, V; FRANCESCHINI T; VALENTE F; RECINE E; LEÃO M; CARVALHO MF. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. ABRANDH, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.redsanclp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/manual_direito_humano__alimentao_adequada.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/objetivo>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura familiar. **Programa Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/nossos-programas/pronaf>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. **Instrução normativa n. 007, de 17 de maio de 1999**. Estabelece as normas de produção, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Disponível em: <www.ufpel.tche.br/pif/portaria.doc>. Acesso em: 19 de março de 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de**

2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 de dez. 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.dooperacao=visualisar&id=5114>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 27 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/APA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/PRODUTOS_ORGANICOS/AO_LEGISLACAO/DECRETO%206323.PDF>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Os Princípios do Sistema Único de Saúde**. Texto de apoio, elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde da Bahia, 2011. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/pdf/OS_PRINCIPIOS_DO_SUS.pdf. Acesso em: 07/05/13.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição/Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>. Acesso em 07/07/14.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agronegócio tem superávit no primeiro trimestre de 2012**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/internacional/noticias/2012/04/agronegocio-tem-superavit-no-primeiro-trimestre-de-2012>. Acesso em: 24/04/12.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Projeções 2012/13 a 2022/23**. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf. Acesso em: 17/03/14.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Alimento Direito Sagrado: Pesquisa Socioeconômica e Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatorio_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf. Acesso em: 06 de julho de 2014.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar

e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 07/05/13.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em 07 de julho de 2014.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 7.358 de 17 de Novembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm. Acesso em 07/05/13.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Brasília, 2008.

_____. Casa Civil da Presidência da República. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar. **Relatório Final**, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf>. Acessado em: 07/05/13.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 07/07/14.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820 Acesso em: 07/07/14.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Saúde. **Instrução Normativa Conjunta n. 18 de 28 de maio de 2009**. Aprova o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.101, 29 maio 2009b. Seção 1, p. 15-16. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2009/DOU_MAIO_2009/DO1_2009_05_29-MAPA_0.PDF> . Acesso em: 20 de Julho 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa n. 19 de 28 de maio de 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica e aprova os formulários oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.101, 29 maio 2009c. Seção 1, p. 16-26. Disponível em:<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2009/DOU_MAIO_2009/DO1_2009_05_2

9-MAPA_0.PDF>. Acesso em: 20 julho de 2010.

_____. Casa Civil da Presidência da Republica. **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em 7 de julho de 2014.

_____. Ministério do Abastecimento, Pecuária e Agricultura. Companhia Nacional de Abastecimento. Observatório Agrícola. **Indicadores da Agropecuária**. Ano XXI, nº 6, junho, 2014. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_06_27_15_40_27_revista_jun_2014.pdf. Acesso em 05 de julho de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2013/2014**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/Plano_Safra_2014_2015_0.png. Acesso em 07 de Julho de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2013/2015**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/cartilhalt_PLANO_NACIONAL_DE_AGR-379811.pdf. Acesso em 07 de Julho de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>. Acesso em 05 de julho de 2013.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – os jogos das trocas**. 1ª ed., 1996. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BURSZTYN, M (org). **Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios do novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNESCO, 2001.

CÁCERES, D. Agricultura orgánica versus Agricultura Industrial. Su relación com la Diversificación Productiva y la Seguridad Alimentaria. **Revista AgroAlimentaria**. Nº 16. Enero-Junio, p. 29-39, 2003.

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques. **Identidade e diferença no nascimento da Universidade**. Rio de janeiro: E-papers, 2001.

CANESQUI, AM; GARCIA, RWD (orgs). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CAPORAL, FR ; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p. ; p.6-7.

_____. Aprendendo, fazendo, conhecendo. In **Construção do Conhecimento Agroecológico. Revista Agriculturas**, nº 3, vol 10, p. 4-6, set. 2013.

CARMO, I. Alimentação Humana: saúde, ambiente e igualdade In SANTOS, JL; CARMO, I; GRAÇA, P et RIBEIRO, I. **O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CARMO, MJ. De “Produtor” a “Consumidor”: Mudanças Sociais e Hábitos Alimentares In NEVES, DP. **Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2009.

CARNEIRO, H. Texto de apresentação In MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CARNEIRO, F F; PIGNATI, W; RIGOTTO, R M; AUGUSTO, L G S; RIZOLLO, A; MULLER, N M; ALEXANDRE, V P; FRIEDRICH, K; MELLO, M S C. **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

CARVALHO, LSC. **Feira Agroecológica da UFRJ: uma metamorfose dos sentidos ou um caleidoscópio de imaginações? por que não design?** Dissertação (mestrado) – UFRJ/COPPE/ Programa de Engenharia de Produção. / Laura de Souza Cota Carvalho. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011.

CARVALHO, M. O Alimento: do Espaço Privado à Mercadoria, In MIRANDA, DS; CORNELLI, G. (org). **Cultura e Alimentação: Saberes Alimentares e Sabores Culturais**. São Paulo: SESC, 2007.

CARVALHO, NP. **O Entendimento do Nutricionista de Instituição em Educação Infantil sobre a Criança e a Relação Criança/Alimento**. Dissertação (mestrado) – UFRJ/NUTES/ Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Educacional em Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, R. Desafios para a produção orgânica do ERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.

CHAFFOTTE, L; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1 et 2, février/mars, 2007.

CHIFFOLEAU, Y. Les Circuits courts de commercialisation em agriculture: diversité et enjeu pour le développement durable. In MARECHAL, G (Org). **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Educagri éditions, 2008.pp.21-30.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. **Codex guidelines for the production, processing, labelling and marketing of organically produced foods: CAC/GL.32 - 1999, Rev. 1 - 2001**. Rome: FAO, WHO, 2001. 73 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/codex/standard/en/CGX032e.pdf>>. Acesso em: nov. 2004.

COPPE. **Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia** (apresentação). Disponível em: <http://www.coppe.ufrj.br/coppe/apresentacao.htm>. Acesso em: 26 /07/2014.

COSTABEBER. José Antônio. Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 3, n. 3, out, 2006.

DAROLT, MR. Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores. In NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L; VEZZANI, FM (org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DAROLT, MR; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In **ORGÂNICA 2008 – Fórum Internacional do Complexo agroindustrial Orgânico e Biotecnologias**. Anais. Curitiba-PR:Orgânica, 2008.

DELATE, K; DEWITT, J. Building a farmer-centered land grant university organic agriculture program: A Midwestern partnership *Renewable Agriculture and Food Systems*, 2004, Vol.19(2), pp.80-91

DELHOMMEAU, T. Circuits courts et circuits de proximité. **Les cahiers de la Solidarité**, n. 20, p. 57-61, 2009.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. Tradução de Silvia de Souza Costa, 13ªed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

DOMINGUES, I. O melhor modelo de universidade é o que aposta na diversidade. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 12 - nº 20 – abril, 2013.

FAO. **Conference on food standards, chemicals in food and food trade, 1991**. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/u5900t/u5900t09.htm>. Acesso em: 20/04/2012

_____. **Thirty-second FAO Regional Conference for Latin America and the Caribbean – Buenos Aires, 2012**. Food and Nutritional Security: impact, implications and opportunities for Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/meeting/024/md124e.pdf>. Acesso em: 20/04/2012.

_____. **WFP e IFAD**. The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic Growth is Necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Roma: FAO. Disponível em: www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e00.htm. Acesso em: 21/09/13.

_____. **International Symposium on Food Safety and Quality: Applications of Nuclear and Related Techniques**, Vienna, Austria, 10 – 13 November 2014. Disponível em <http://www.fao.org/ag/portal/age/age-news/detail/en/c/215115/>. Acesso em: 23/03/2014.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v.1 e 2, 7

.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FÁVERO, MLA. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERDI. Consumer Preference and Potential Demand for Organic Products: A Case Study in Makassar, South Sulawesi, Indonesia. **Journal of Developments in Sustainable Agriculture**, P.160-171, 2008.

FERRAZ, JMG. (2015) Agroecologia. AGEITEC – Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Acessado em Nov. 2015 em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CO NTAG01_8_299200692526.html

FETRAF. Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. **Carta final da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.fetra.org.br/agencia-de-noticias/433/carta-final-da1-conferencia-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia. **Governo aprova Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Disponível em: <http://fetagro.org.br/governo-aprova-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo/>. Acesso em 7 de julho de 2014.

FLANDRIN, JL; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. SP: Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, M. F. e ASSIS, I. B. Panorama da produção, do mercado e do consumo nacional de produtos orgânicos. In: BUAINAIN, A. C. e BATALHA, M. (orgs). **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: MAPA, 2007. Volume 5. (Série Agronegócios)

FONSECA, MFAC. **Agricultura orgânica**: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil in Souza et al. – Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

FONSECA, MFAC; COLNAGO, NF; ILVA, GRR; FONSECA, PT. **Agricultura Orgânica**: regulamentos técnicos da produção animal e vegetal. Programa Rio Rural. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento Superintendência de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2010.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Acessado em Nov. 2014 em <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>

FREITAS, MCS. **Agonia da Fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, RWD. Alimentação e Saúde nas Representações e Práticas Alimentares do Comensal Urbano In CANESQUI, AM; GARCIA, RWD. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. **A Comida, A Dieta, O Gosto**: mudanças na cultura alimentar urbana. Tese de Doutorado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. **Caderno de Saúde Pública**, RJ, 13(3): 455-67, jul.-set., 1997.

GASSON, R; ERRINGTON, A. **The Family Business**. Wallingford. Cab International, 1993.

GUPTA. A. K. Origin of agriculture and domestication of plants and animals linked to early Holocene climate amelioration. **Current Science**, Indian Academy of Sciences, v. 87, n.1, p. 54, 59, 2004.

GUZMÁN, ES. Agroecologia como Estratégia Metodológica de Transformación Social. Revista Reforma Agrária e Meio Ambiente. Ano 1-nº 2, out, pp 5-11, 2006.

HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. **Journal of Environmental Policy and Planning**; vol. 1, n. 1, pp. 25-41, 1999.

HALKIER, B, HOLM, L. Food consumption and political agency: on concerns and practices among Dan-ish consumers. **International Journal of Consumer Studies** 2008; vol. 32, n. 6, pp. 667-674.

HOLT-GIMÉNEZ, E; ALTIERI, MA. Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, vol. 37, n.1, pp. 90-102, 2013.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:
www.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/default. Acesso em 23 de março de 2014.

KEMMIS, S; MCTAGGART, R. Como planificar la investigación acción. Barcelona: Laertes, 1988.

KHATOUNIAN, CA. O Campo Revelado. **Revista Página 22.**, n.58. p. 16-21, nov. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

KOMATSUZAKI, M. Agro-ecological Approach for Developing a Sustainable

Farming and Food System. **Journal of Developments in Sustainable Agriculture**, 6: p.54-63, 2011.

KRAUSZ, M.(2011) Onde as disciplinas se encontram. Revista Educação. Disponível em <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/132/artigo234363-1.asp> Acesso em 22de Março de 2014.

LANG, T. Alimentos Sustentáveis para Dietas Sustentáveis? O Desafio da Saúde Pública Ecológica. In SANTOS, JL; CARMO, I; GRAÇA, P et RIBEIRO, I. **O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LE GOFF, J. **Os intelectuais da Idade Média**. Tradução Maria Julia Goldwasser). 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEHER, R. Reforma universitária de Córdoba, 90 anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. In: SADER, Emir. (Org.). **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008, v. 2, p. 133-144.

LIEN, ME. The politics of food: an introduction. In: LIEN ME, NERLICH B, organizadores. **The politics of food**. Oxford, New York: Berg; 2004. p. 1-17.

LINS, MEPL. **Educadores Nutricionistas: Quem somos e a que viemos?** Contribuições para analisar e repensar a disciplina Educação Nutricional como elemento formador e objeto de trabalho do nutricionista. Dissertação de Mestrado do Instituto de Nutrição da UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

LIPKA, S. University Programs Raise Crop of New Farmers. *The Chronicle of Higher Education*. 58.10 Oct. 28, 2011.

LOBO, FB. UFRJ. **Subsídios a sua história**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

LOMNITZ, LA. Redes Sociais, Cultura e Poder. Rio de Janeiro. E – papers, 2009.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**, 2ª ed. Rio de Janeiro: AS-PTA - Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2012.

MALUF, RS. **Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos fundamentais**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

MALUF, RS. A política de abastecimento e a soberania segurança alimentar e nutricional. In: **CONAB**. Companhia Nacional de Abastecimento. (Org.). Agricultura e Abastecimento Alimentar - políticas públicas e mercado agrícola. Brasília, p. 109-120. CONAB, 2009.

MARKHART, A. (2006, July-September). Organic educational opportunities at the university of minnesota: the role of a student-run organic farm. HortTechnology, 16(3), 443-445. Acesso em Nov. 2014 em <http://horttech.ashspublications.org/content/16/3/418.full.pdf>

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les terroires**. Ed. Educagri, 2008.

MARTINS, JS. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZOLENI, EM; NOGUEIRA, JM. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 02, p. 263-293, abr/jun 2006.

MELO, CRM; ARAUJO, RGO; SANTOS, RC. A Trajetória do Ensino Superior no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **Reforma do Ensino Superior e Extensão universitária**. OLIVEIRA, AJB (org). Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saude da UFRJ, 2006.

MÉNDEZ, E; BACON, CM; COHEN, R. **Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach**. Agroecology and Sustainable Food Systems, 2013.

MENEZES, F. **Segurança alimentar: um conceito em disputa e construção**. Rio de Janeiro, IBASE, 2001.

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, nº 47, out., 2001.

MINAYO, MCS. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde> Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MOONEY, P. **O discurso para a Rio+20 vende a ideia de que a solução de todos os problemas está na tecnologia, e não está**. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=36>. Acesso em: 24/04/12.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem somos?** Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 11/12/2013.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Margarida Alves**, símbolo da luta da mulher no campo. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/10399>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

NERLICH, B. Risk, blame and culture: foot and mouth disease and the debate about

cheap food. In: Lien ME, Nerlich B. **The politics of food**. Oxford, New York: Berg; 2004. p. 39-57.

NEVES, M.F.; CASTRO, L.T. Agronegocio y desarrollosustentable. Revista Agroalimentaria: Asociación Internacional de Economía Alimentaria y Agroindustrial, Universidad de los Andes, Venezuela, v.14, n.27, p.43-53, jul./dic. 2008.

NEVES, DP (org). **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**: Formas dirigidas de constituição do campesinato. vol. II. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NEVES, DP; MEDEIROS, LS (org). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L; VEZZANI, FM (org). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

OLIVEIRA MFA. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em:

http://www.google.com.br/urlsa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fn.de.gov.br%2Farquivos%2Fcategory%2F181-encontros-tecnicos%3Fdownload%3D8108%3Aregional-2013-norte-pnae-e-agricultura-familiar-fnde-marceloliveira&ei=gRiSU_PDHYLhsAS8vYLQAQ&usg=AFQjCNE3odYitrN6iHbxjcx2ru7mBik77A&bvm=bv.68445247,d.cWc Acesso em: 18/05/2014.

PETERSEN, P. A Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L; VEZZANI, FM (org). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PETRINI, C. **Slow Food**: princípios da nova gastronomia. Tradução Renata Lucia Botini, São Paulo: Editora Senac, 2009.

PICCOLLOTO, EL; BRANDENBURG. A. Sindicalismo da Agricultura Familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L; VEZZANI, FM (org). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013..

PINTO, JBG. Pesquisa-ação como prática social. In DUQUE-ARRAZOLA & THIOLENT (orgs). Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-ação. Belém: ICSA, 2014.

POLLAN, M. **O Dilema do Onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Tradução: Claudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

_____. **Em Defesa da Comida**. Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2008.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, IRR. **A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade.** Ciência & Saúde Coletiva, 2011; vol. 16, n. 1, pp. 99-106.

_____. LIMA, GFC. **Consumo verde e cidadania: possibilidades de diálogo?** Methodus, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 131-149, 1999.

_____. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Ed.Cortez, 2005.

_____. **Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo.** Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. III, p. 1-12, 2005.

READINGS, B. **Universidade sem Cultura?** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

REDCLIFT, M.; GOODMAN, D. **The machinery of hunger: the crisis of Latin America food systems.** In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (Eds.). **Environment and Development in Latin America.** UK: Manchester University Press, 1991.

RÊGO, RML. **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP, 1979.

RIBAS, LFO. **Curso de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Realização: CODEP, Agência UFRJ de Inovação, Sistema de Alimentação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ROJAS, A; RICHER, L; WAGNER, J. **University of British Columbia Food System Project: Towards Sustainable and Secure Campus Food Systems.** EcoHealth, March, 2007, Vol.4(1), p.86(9)

SANTOS, BV; RODRIGUEZ, C. **Introdução para ampliar o cânone da produção.** In SANTOS, BV (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.23-77, 2002.

SCHMITT, CJ; GRISA, C. **Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental.** In NIERDERLE, PA; ALMEIDA, L; VEZZANI, FM (org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

SCHROEDER, MS; MUELLER, NG; CREAMER, HM; RZEWNICKI; LINKER, O. **Interdisciplinary and multilevel approach to organic and sustainable agriculture education at North Carolina State University.** HortTechnology, July 2006, Vol.16(3), pp.418-426

SCHUTTER, O. **Countries tackling hunger with a right to food approach,** 2010. Acesso em 24 de junho de 2011. Disponível em: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20100514_briefing-note-01_en.pdf.

_____. **A Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada**. Tradução do Relatório apresentado na décima sexta sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Brasília, DF: MDS, 2012.

SCOTTO, G; CARVALHO, ICMC; GUIMARÃES, LB. **Desenvolvimento Sustentável**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMÕES, G. **O que é ATER?** Brasília, 2010. Disponível em <http://geraldosimoes1330.com.br/docs/Ater.pdf>. Acesso em: 18/05/2014.

SLOW FOOD. **O Movimento**. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acesso: 07/06/14.

SOARES, LS; PORTO, MFS. Pesticide use and economic impacts on health. **Rev. Saúde Pública**, vol.46 no.2 São Paulo abr. 2012 Epub 03-Fev-2012.

SOUZA, A.C. Inovação e propriedade intelectual no agronegócio no Brasil. **Rev. Política Agrícola**, Ano XVII, n 2, abr/mai/jun. pag 52-64. Brasília: Secretaria de Política Agrícola- MAPA, 2008.

STALLIVIERI, L. O Sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. Disponível em http://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em 07/06/14.

STANDAGE, T. **Uma história comestível da humanidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

STEGER, HA. La Formación humanística em la sociedad industrial moderna: eidos, nomismay logos. In MARSISKE, R. **Desafios de la Universidad Contemporánea**. Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

TAHAN, H; LOPES, JMA; LOMBARDI, JC; DAGNINO, RP; FILHO, PAL; BERGAMASCO, SMPP. **A relação universidade-movimentos sociais na America Latina : habitação popular, agroecologia e fabricas recuperadas**, 2010.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. Editora Pollis, 1982.

_____. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2004.

TONIAL, SR. **Desnutrição e Obesidade: faces contraditórias na miséria e na abundância**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001.

UFRJ. O Campus da Cidade Universitária-Ilha do Fundão. In UFRJ/2010. **Revista Opção**, Ano XIII, nº 13, out 2009, p.8.

_____. **PLANO DIRETOR 2020 (2011)**. Plano Diretor UFRJ 2020. Disponível em http://www.ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf. Acesso em 20 de julho de 2014.

_____. **A Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento para a UFRJ**, 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/PDI.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2014.

VARANDA, APM; BOCAUYUVA, PCC. *Tecnologia Social: Autogestão e Economia Solidária*. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ, 2009.

VIA CAMPESINA. **La privatización de las semillas**. Acesso em 20 de Julho de 2015. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/biodiversidad-y-recursos-gencos-mainmenu-37/2449-la-privatizacion-de-las-semillas>.

_____. La Via Campesina. 2009. **La Via Campesina policy documents**. 5th Conference. Mozambique, 16–23 October 2008. Disponível em: <http://viacampesina.org/downloads/pdf/policydocuments/POLICYDOCUMENTS-ENFINAL.pdf> Acesso 22 de Março de 2014.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: COPPE UFRJ, 2006.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução José Pailo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXO I

ATA DA VISITA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DE MAGÉ

Dia 21/01/2010

Presenças: Vagner e Gustavo estudantes do Projeto Capim Limão da UFRJ envolvidos com a discussão de manejo agroecológico e inseridos na organização da Feira semanal de orgânicos da UFRJ; Nádia – pesquisadora e diretora do Restaurante Universitário, Estela professora da Engenharia de Produção, Evandro, Péricles, Igor e Eduardo estudantes de engenharia produção, Camila estudante de nutrição, Matilde da EMATER; Wilson – agricultor de Guapimirim, Ronei – agricultor de Magé e presidente da Cooperativa de Agricultores de Magé/COOPAGÉ.

Matilde iniciou a reunião colocando a questão da produção agroecológica e da produção orgânica e em um tom que assemelhava a uma provocação.

Matilde – A princípio o que é um alimento produzido organicamente? Seria um alimento produzido sem agrotóxicos sem adubo químico? Mas não é só isso é você interagir com a natureza, com os recursos naturais e para cada linha filosófica de produção temos uma condição técnica de produção. Você vai trabalhar o alimento a partir daquele manejo do solo, então fortalecer aquele ecossistema q tem no seu solo. Essas discussões foram evoluindo, pois se tinha outras formas de fazer. A ecológica vai estar ligada a uma questão, a biodinâmica a questão de energia, a permacultura, entre outras e que seria bom que todos lessem sobre esses assuntos. A EMATER hoje entende fazer agroecologia ou não fazer. A gente trabalha com o conceito de agroecologia que é uma ciência, que considera o agroecossistema, então ali temos uma matriz energética, de recursos naturais e eu vou trabalhar a área para minha subsistência e então como eu vou trabalhar com isso? São processos, quando você trabalha com agroecologia trabalha com processos, o fim não é objetivo, os objetivos são os processos, seu caminhar. Ela não trabalha só com a questão da produção, ela trabalha com questão da economia, com a questão de gênero, cultura, raça, ela é muita mais ampla e então trabalhar com agroecologia dá muito mais trabalho do que trabalhar com o segmento de agricultura orgânica.

Em relação a legislação, eu como técnica considerava absurdos alguns pontos da lei. Por exemplo, você poderia ter uma propriedade de manejo convencional, ou seja, que utilizava adubos químicos, e esse agricultor poderia iniciar o processo de manejo orgânico e ele poderia obter a certificação daquele espaço dentro da propriedade, ou seja, ele atendia à alguns critérios como por exemplo: barreira viva, diferente fonte de água, entre outras normas e era possível certificar a agricultura orgânica ali dentro. Isso é processo de construção e discussão do segmento. Entretanto, o produto orgânico no início era orgânico porque o pessoal falava que ele era orgânico, depois se sentiu a

necessidade de se certificar, pois quando ele começou a ser comercializado nos supermercados ele era colocado na prateleira do lado do alimento convencional e ele não tinha um selo para o consumidor identificá-lo. Agora inclusive, os orgânicos não podem mais ficar ao lado dos convencionais. A gente teve várias histórias de produtores que sofreram com esse processo. A gente teve história que, por exemplo, no setor de FLV, Frutas, Legumes e Verduras de alguns supermercados, o que não é comercializado, no final do dia vai para o lixo. Então os caras falavam para os produtores orgânicos que o produto deles que os gêneros deles tinham sido jogado fora, quando o agricultor sabia que o produto dele por ser orgânico tinha muito maior tempo de prateleira. Então num certo momento a participação das comercializadoras foi muito importante, teve uma pessoa que ficou o dia inteiro em um supermercado e acompanhou a retirada dos gêneros deteriorados e constatou que todo volume era do convencional. Enfim o que é importante vocês entenderem é que para ser considerado produtor orgânico, de acordo com as normas, quando se é um produtor convencional, existe um processo de transição. Esse período de transição não tem data certa para acabar, ele tem data certa para começar é quando você chama um inspetor e ele vem a sua propriedade. Ele pode levar dois anos, três, quatro anos, não tem data certa. Mas em um determinado momento, que a gente acha que no mínimo tem que ser de dois anos, dependendo de como o cara esteja inserido no modelo convencional, o inspetor diz a partir de hoje você é orgânico, então ele ganha um selo e esse selo vai na embalagem e o produto é reconhecido como orgânico e vendido como tal. Uma alface antigamente era vendida a R\$ 0,50 e a orgânica a R\$ 1,20 e para vocês terem uma ideia o produtor orgânico recebia os R\$ 0,50 e se ele estivesse em uma feira ele poderia receber R\$ 1,20. Então o que quero chamar a atenção que são nichos de mercados diferentes é importante que vocês abordem. A pesquisadora Maria Fernanda fez sua dissertação de mestrado levantando as questões que envolvem a comercialização de orgânicos, ela encontrou produtos que nos supermercados estava com uma alta de 600%. Quem consome orgânico? A elite, a classe média alta, agora se vamos trabalhar com a agroecologia temos que dar acesso a todas as classe, queremos que todos comam. E porque todos não comem? É porque os agricultores cobram caro? Não porque o mercado que está fazendo isso. E se a gente convertesse todos os agricultores para orgânicos o preço continuaria esse? Então não é justo que você trabalhe com o agricultor dizendo para ele que orgânico dá um preço bom. O Ronei (presidente da COOPAGÉ) é um cara superconsciente “eu quero que faz bem para minha família”, eles têm que querer por causa disso e não porque o preço é X ou Y, entenderam? Fica difícil, pois a parte do corpo do ser humano que mais dói é o bolso. E quando vocês vêm para um lugar com um projeto para um lugar geram uma expectativa na unidade familiar, foi como o Ronei falou nós estamos esperando isso, nós queremos isso. A gente entende que é um trabalho de vocês universitários, a gente entende que é importante que eles estejam presentes na apresentação de vocês mas é muito mais importante que seja devolvido à eles todo o resultado da pesquisa. Nós mesmos da EMATER já fizemos muitas

pesquisas e outras instituições também e o que realmente voltou para o agricultor, pouquíssima coisa. O fato da Universidade fazer um levantamento já pode ajudá-los a conhecer algo que eles não conhecem ainda sobre eles mesmos. Dentro do que é a agricultura, do que é o processo de transição, o que é o mais importante é trabalhar com agricultura familiar e dentro dessa trabalhar com a agroecologia pois, aí você fica livre dessas amarras porque senão vai ficar amarrado por normas que vai ter que cumprir, pois mesmo com a certificação social temos normas a cumprir. E de repente para um universo de agricultores no final do seu trabalho, mas eu tinha um universo de 200 agricultores e desses tenho 4 orgânicos, esses 4 não são importantes? São! Mas e os outros? E então que o que a EMATER considera importante? Para EMATER seria importante que a Universidade tivesse uma feira da Agricultura familiar. Seria muito bom para eles, para o Ronei, que já é orgânico e para que todos os outros pudessem correr atrás do Ronei. O Ronei é um multiplicador da gente.

Nádia – Queria agradecer a Matilda a explanação e esclarecer que o projeto da feira na UFRJ é o início para que inauguremos o debate sobre os alimentos agroecológicos na universidade e que contamos com representação de instituições externas a universidades e comprometidas com a discussão da agroecologia no Rio de Janeiro. De qualquer a contextualização da situação dos agricultores de Magé, descrita por você será levada por mim aos pares que compõem o Grupo Organizador da Feira, que conta com servidores e estudantes, como por exemplo o Gustavo e Vagner aqui presentes. Temos como princípio as discussões coletivas e dessa forma levarei a preocupação da EMATER com o período de transição dos agricultores.

Estela – A preocupação com o retorno dos dados coletados e discutidos é compromisso dos estudantes e faz parte da avaliação desses.

Ronei – Um dos objetivos da COOPAGÉ é trilhar pelo caminho da agroecologia. Entendendo que orgânico é aquele que não usa veneno e agroecológico é aquele que se preocupa com o meio ambiente e a biodiversidade. Nós encontramos muitas dificuldades para a conversão, mas temos que vencer as dificuldades. Perante isso nós aceitamos o desafio que a UFRJ nos apresentou e participaremos na feira com os agricultores orgânicos e nos sentimos muito felizes com o convite. Está sendo estruturada também uma feira em Magé, mas uma feira da agricultura familiar.

Matilda – Na verdade a gente vai trabalhar com o conceito de agroecologia para essa feira. A feira de Magé está sendo organizada pela EMATER e MDA, é uma feira da agricultura familiar, mas nada impede que se trabalhe uma vez na semana com a feira orgânica, com os alimentos que estão dentro das normas e os outros dias da semana você trabalha com a agricultura familiar.

Ronei – A proposta é instalar uma feira da agricultura familiar, mas instalando um dia da semana para trabalhar com o agroecológico, é isso?

Matilda – Pode ser. Aí é uma questão de fechar as discussões.

Gustavo – Da mesma forma que vocês estão construindo o conceito da feira que vão inaugurar, nós da UFRJ estamos discutindo de que forma a universidade pode contribuir para a discussão da agroecologia a partir da concepção de uma feira em seu campus. É importante que todos nós envolvidos nesses movimentos contra hegemônicos nos ajudemos mutuamente.

Ronei – Só para terminar o nosso objetivo enquanto cooperativa é estar trabalhando para difundir o agroecológico. O trabalho é: eu estou fazendo e vou mostrar para meu colega que o trabalhar com o natural é melhor que o químico, principalmente, pela questão da qualidade de vida que se tem.

ANEXO II

OFICINA SOBRE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA

Dia: 25/02/2010

Local: UFRJ

Horário: 8:30h as 16:30h

Participantes:

Pela UFRJ – Sistema de Alimentação da UFRJ, Agência UFRJ de Inovação, Soltec e Capim Limão, Univeg, Instituto de Nutrição

Pelos agricultores – Univerde, Coopagé, Afojo, Abio/Seropédica, Região Serrana e Maria Claudia, Tanguá/Serra do Barbosão, Quinta das Águas.

Convidados: ABIO, MAPA, Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro e EMATER.

Objetivos: Conhecer os conceitos de produção orgânica, agroecologia e agricultura familiar; unificar um entendimento sobre o assunto; Identificar a aplicação dos conceitos na produção de cada agricultor; Construir coletivamente os critérios de composição e funcionamento da Feira da UFRJ.

Programação

8:30h – 9:30h Acolhimento e Café da manhã

Restaurante Universitário

9:45h – Abertura

Auditório da Biblioteca no Centro de Ciências da Saúde

10:00h – 10:25h Exibição do vídeo da Visita da UFRJ a Magé.

Auditório da Biblioteca no Centro de Ciências da Saúde

10:30 à 12:40h Mesa de Socialização de Saberes: agricultura orgânica,

Lei 10831/2003 e Agricultura Familiar

13:00h – 14:00h Almoço

Restaurante Universitário

14:30h – 16:30h Diálogo e encaminhamentos

ANEXO III**CARTA AO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA**

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2010

Prezado Secretário de Agricultura do Município de Tanguá

Universidade Federal do Rio de Janeiro consciente sobre as questões sociais, ambientais e de saúde que envolve a produção e comercialização de alimentos livres de agrotóxicos, a partir de 2010 passou a promover a Feira Agroecológica nos jardins do Restaurante Universitário, no campus da Cidade Universitária.

A participação em feiras é de fundamental importância para que os agricultores familiares possam escoar diretamente sua produção e obter um rendimento que realmente lhe seja justo. Para a universidade representa a oportunidade de diálogo com a temática da produção da agricultura familiar refletida em sua pesquisa, atividades extensionistas e de ensino. A possibilidade dos consumidores adquirirem esses alimentos no campus ressalta o compromisso da universidade com a saúde das pessoas que estudam e trabalham nesse espaço.

A comissão organizadora da Feira composta pelo Restaurante Universitário da

UFRJ, do Instituto de Nutrição e de Biologia e da Agência UFRJ de Inovação bem como o grupo de 6 cooperativas e associações de agricultores de 6 diferentes municípios do Rio de Janeiro vem apresentando preocupação com a efetiva participação dos amigos da Serra do Barbosão que não tem conseguido manter sua assiduidade em nossa Feira principalmente devido as dificuldades com o transporte das mercadorias até o campus.

Através de relato dos próprios agricultores de seu município, temos a certeza do compromisso de sua secretaria com a questão ora tratada. Nesse sentido, em nome do grupo envolvido solicito especial atenção no intuito de contribuir para a participação dos agricultores que representam tão bem o Município de Tanguá (foto) no grupo de feirantes que atuam na Feira Agroecológica da UFRJ, todas as quintas-feiras de 9:00h as 15:00h.



Participação de Tanguá na Feira Agroecológica da UFRJ.

Desde já, grata pela atenção e a disposição para esclarecimento de quaisquer esclarecimentos,

Nádia Pereira de Carvalho
Diretora do Sistema de Alimentação da UFRJ

ANEXO IV
ATA DA REUNIÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO E
DENOMINAÇÃO DA FEIRA

Dia: 09/12/2009

Presenças: Representantes dos docentes do Instituto de Nutrição, dos técnicos do Restaurante Universitário, de alunos do Capim Limão, de agricultores da COOPAGÉ, do SerOrgânico, da Univerde, da AFOJO, APFASB e APOP.

Início: 15h30

Fim: 17h40

Pauta única: Normas de funcionamento da feira.

Cabe ressaltar, a título de registro, que à princípio, o objetivo dessa reunião era comunicar aos agricultores quais produtos poderiam ou não ser comercializados. Esse fato havia sido decidido com base na Lei dos Orgânicos pelos membros não agricultores do Grupo Organizador. Porém, devido a questões apresentadas por agricultores, estudantes e alguns representantes do RU, resolveu-se dar um passo atrás, para discutir coletivamente esses parâmetros.

Pontos discutidos:

- 1 Objetivos e caráter da feira;
- 2 O que poderá ser comercializado e em que condições;

1 Objetivos e caráter da feira:

Consensos:

- A) Pequenos agricultores e agricultura familiar;
- B) Produção agroecológica; (denominação da feira)
- C) Comércio direto;
- D) Transparência com os consumidores;

E) Caráter participativo e horizontal dos processos de tomada de decisão.

Sobre o item B:

O Grupo Capim Limão apresentou discordância sobre o entendimento do MAPA de agroecologia. Apontou necessidade de discussão sobre a nossa concepção de agroecologia, que, diferente da do MAPA, não é sinônimo de orgânico. Representantes da Nutrição consideraram que, apesar da discordância, deveríamos cumprir as leis estabelecidas pelo ministério.

O Grupo Capim Limão aproveitou para trazer a discussão sobre a denominação da feira, pois para eles o nome agroecológica ligada as exigências do MAPA, implicava em parâmetros aos quais os agricultores têm e continuarão tendo muita dificuldade em se adequar (ponto desenvolvido ao longo da reunião).

Os representantes da Nutrição, da Agência de Inovação e do RU percebiam a importância dessa reflexão, mas apresentavam as dificuldades para a universidade, enquanto instituição pública, chamar uma feira de agroecológica sem ela estar alinhada a uma Lei federal que definia os parâmetros para esse tipo de produção agrícola. Após algumas discussões surgiu uma proposta de consenso apontando a mudança para outra denominação que problematizasse a questão dos pequenos agricultores, suas formas de manejo, suas especificidades e incapacidades de amparo dos mesmos pelas atuais políticas públicas. Os estudantes sugeriram que tal problematização pudesse ser feita através de placas, banners, e outros informativos que trouxessem estes exemplos/dificuldades/(in)especificidades da feira da UFRJ para conhecimento público (comunidade universitária, agricultores..). Também, segundo eles, poderia acontecer a confecção de relatórios, cartas de sensibilização as autoridades governamentais. Entretanto, tal proposta não agradou alguns agricultores já certificados pois, esses acharam que os seus produtos perderiam o “reconhecimento” enquanto algo valoroso e diferenciado para o consumidor. Argumentavam que a propaganda de feira agroecológica era o grande atrativo para o público. O Grupo Capim Limão se posicionou ressaltando que a propaganda da qualidade dos produtos poderia ser feita de outra forma. Os agricultores ainda não certificados concordam com a importância de se diferenciar a agroecologia da produção convencional apoiando a denominação

agroecológica para denominar a feira da UFRJ.

A representante da Agencia de Inovação identificando a fragilidade do Grupo Organizador diante do debate sobre as leis e as regras vigentes relativas à agricultura familiar e agricultura orgânica/agroecológica, reconheceu a necessidade de estudá-las. O Grupo Capim Limão reconheceu o desconhecimento das leis, mas ressaltou o apredizado na prática sobre o caráter e limites das políticas voltadas pra agricultura familiar. Alguns exemplos foram citados por eles na reunião:

Agricultora de Magé está com DAP parado no Banco do Brasil desde 2006, e até hoje não conseguiu acessar o crédito;

A COOPAGÉ orçou em R\$ 50.000 a construção de uma agroindústria que atenda minimamente às exigências do MAPA;

Nesse momento alguns agricultores passaram a dar os seus próprios exemplos:

“ Ou a gente paga a certificação ou para de produzir” (Agricultora de Nova Iguaçu);

“Se não pudermos vender os produtos na feira por ainda não atenderem a todos os critérios necessários, como pagar as dívidas de equipamentos, ingredientes?” (Agricultora de COOPAGÉ)

Diante dessa discussão o Grupo Capim Limão e representante do RU colocaram a necessidade da universidade conhecer a Lei de Orgânicos e as políticas feitas para a agricultura familiar, ao invés de somente fazer o esforço de adequação às mesmas. Para além disso, A UFRJ (Capim Limão, Instituto de Nutrição e RU) acordaram a construção de um projeto que socializasse essas reflexões para outros pares no sentido de chamar à si a responsabilidade de discutidora das principais políticas públicas à estes atores.

A representante do RU chamou a atenção de se retornar ao principal ponto de pauta sobre a definição do que poderia ser comercializado na feira. Os agricultores estavam apreensivos devido à falta de clareza sobre o que estava valendo para o funcionamento da feira, mais especificamente no que diz respeito ao que poderia ser comercializado, pois segundo eles, “não era certo que uns trouxessem e outros não”.

Alguns membros da universidade e alguns agricultores fizeram questão de enfatizar, ao

longo da reunião, que, em coerência ao caráter participativo e horizontal proposto para a organização do trabalho da Feira, a decisão do que pode ou não ser comercializado seria coletiva: “a definição das normas de funcionamento se dará em processo de construção coletiva, onde todos os envolvidos encontram-se em condição de igualdade para dar sua opinião”. Também foi ressaltado que decisões coletivas requerem exercício de tolerância e humildade e que “todo o grupo teria responsabilidade nesse difícil aprendizado de convivência respeitosa, principalmente quando as opiniões são contrárias ao nosso entendimento”.

Ficou acordado que a venda de plantas está autorizada desde que elas não sejam o produto principal do agricultor, já que a feira é uma feira de alimentos, e, estejam posicionadas em local adequado, distante dos alimentos. As questões relativas às regras para comercialização de pães, doces em geral, produtos de origem animal, alimentos minimamente processados e artesanato deverão ser objeto de nova reunião na qual será organizada uma apresentação sobre as normas específicas de cada produto para serem debatidas por todo o Grupo Organizador.

A reunião foi encerrada com a decisão de realização de reuniões após o encerramento das atividades da feira com, a princípio, periodicidade semanal.

ANEXO V

FOLDER DO II ENCONTRO DE SABORES E SABERES

Alimentação em foco Alimentação em foco Alimentação em foco Alimentação em foco Alimentação em foco

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

"Unidos Contra a Fome". Este é o tema do Dia Mundial da Alimentação de 2010. Criado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e celebrado no dia 16 de outubro, tem o objetivo de conscientizar o conjunto da humanidade sobre a situação daqueles que passam fome ou estão desnutridos e promover a participação de todos na luta contra a fome mundial, estimulando a produção agrícola dos países e fortalecendo a importância do trabalho realizado pelas populações rurais.

TRAGA A SUA SACOLA

Como você já sabe, os sacos e sacolas plásticas são produzidos a partir do petróleo ou do gás natural, dois tipos de recursos naturais não renováveis. Sendo o plástico um material altamente resistente, pode durar até 400 anos na natureza. Convidamos você a participar da Campanha "Saco é um Saco", lançada pelo Ministério do Meio Ambiente, levando sua bolsa retornável para as compras.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aloisio Teixeira
Reitor
Sylvia da Silveira Mello Vargas
Vice-reitora
Belkis Valdman
Pró-reitora de Graduação
Angela Uller
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Carlos Antônio Levi da Conceição
Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Luís Alfonso Henrique Mariz
Pró-reitor de Pessoal
Laura Tavares Ribeiro Soares
Pró-reitora de Extensão
Milton Reinaldo Flores de Freitas
Superintendente de Administração e Finanças
Hélio de Mattos Alves
Prefeito da Cidade Universitária

Ricardo Pereira
Coordenador da Agência UFRJ de Inovação
Eliane Fialho
Diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro
Nádia Pereira de Carvalho
Diretora do Sistema de Alimentação
Restaurante Universitário - PR3
Lúcia Pereira de Andrade
Diretora Acadêmica do Sistema de Alimentação
Instituto de Nutrição Josué de Castro

COMISSÃO ORGANIZADORA:
Iris Mara Guardatti Souza
Pr2 / Agência UFRJ de Inovação
Nádia Pereira de Carvalho
Pr3 / Restaurante Universitário/UFRJ
Sílvia Regina Magalhães Couto
Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ
Simone de Pinho F. Azevedo
Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ
Thadía Turon Costa da Silva
Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ

Dia Mundial da Alimentação

II Encontro de Sabores e Saberes



021e22 de
10 Outubro
29h às 17h

Restaurante Universitário
Edson Luiz de Lima Souto
Cidade Universitária da UFRJ





Organização:



Apoio:





ANEXO VI
REGIMENTO INTERNO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFRJ
REGIMENTO INTERNO

2012

Este Regimento Interno tem por objetivo normatizar e orientar o funcionamento da Feira Agroecológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I – da definição

Art. 1 - A Feira Agroecológica da UFRJ, doravante denominada Feira da UFRJ, possibilita a comercialização de produtos advindos do manejo sustentável na perspectiva do alimento Bom, Limpo e Justo;

Art. 2 - A Feira da UFRJ se constitui em um espaço de comércio direto e justo e de construção educativa e solidária entre pequenos agricultores/agricultores familiares e comunidade universitária/consumidores, possibilitando a troca e a construção de experiências e saberes.

CAPÍTULO II – dos objetivos

Art. 3 – São objetivos da Feira da UFRJ:

Parágrafo 1º - Comercializar alimentos orgânicos/ agroecológicos, *in natura* ou processados, diretamente do pequeno agricultor/ agricultor familiar do Estado do Rio de Janeiro;

Parágrafo 2º - Estimular a produção e o consumo de produtos agroecológicos, além de uma forma de agricultura economicamente sustentável;

Parágrafo 3º - Criar um novo espaço para o escoamento dos produtos dos pequenos agricultores e agricultores familiares de manejo agroecológico do Estado do Rio de Janeiro;

Parágrafo 4º - Eliminar o atravessador na comercialização dos produtos, garantindo o comércio direto e um preço justo aos consumidores e agricultores o que, com o tempo, leva à fidelidade da clientela;

Parágrafo 5º - Proporcionar a troca de conhecimentos e o encontro de saberes e sabores entre agricultores, entre agricultores e consumidores e entre consumidores, possibilitando modelos relacionais colaborativos;

Parágrafo 6º - Contribuir para a diminuição da agressão planetária fortalecendo a agricultura que despreza o uso de contaminantes químicos;

Parágrafo 7º Constituir-se como campo de pesquisa nos temas relacionados a agricultura agroecológica, gestão participativa, consumo consciente e outros que envolvam essas temáticas;

Parágrafo 8º Socializar as experiências com os diversos Restaurantes Universitários

das Instituições Federais de Ensino bem como com outras instituições ou grupos interessados.

CAPÍTULO III – dos princípios

Art. 4 - A Feira da UFRJ tem como princípios a sustentabilidade ambiental, social e econômica, baseados nos seguintes pilares:

Produção Agroecológica;

Gestão Participativa;

Comércio Direto;

Preços Justos;

Encontro de saberes e culturas;

Modelo de relações colaborativas.

CAPÍTULO IV – da participação e organização da feira

Art. 5 - Poderão participar como feirantes: pequenos agricultores e/ou agricultores familiares do Estado do Rio de Janeiro, desde que certificados como orgânicos/agroecológicos ou cadastrados no MAPA em uma OCS (Organização de Controle Social);

Parágrafo único: A formalização do reconhecimento como produção orgânica será exigida a partir do prazo estabelecido no Decreto nº 7048 de 23/12/09;

Art. 6 - serão na entrada do prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS), localizado na Av. Carlos Chagas Filho, s/n Campus da Cidade Universitária – Ilha do Fundão e no térreo do Prédio da reitoria, localizado na Av. Pedro Calmon, nº 550, Campus da Cidade Universitária;

Parágrafo único: o local da feira poderá ser alterado e/ou ampliado conforme avaliação do Comitê Gestor e aprovação em Assembléia Geral;

Art. 7 - A Feira da UFRJ funcionará todas às quintas-feiras no horário das 10:00 às 15:00 horas, exceto feriados;

Parágrafo 1º - O dia e horário de funcionamento da Feira da UFRJ poderão ser alterados conforme avaliação do Comitê Gestor e aprovado em Assembléia Geral;

Parágrafo 2º – A critério do Comitê Gestor, a Feira da UFRJ poderá acontecer simultaneamente em outro local, como parte de eventos culturais e/ou acadêmicos;

Art. 8 – Todas as barracas deverão estar prontas para a comercialização no horário de abertura da feira (10 hs);

Art. 9 - Os agricultores credenciados para a comercialização deverão apresentar-se à Feira da UFRJ com vestuário limpo e obrigatoriamente identificados, sendo o material de identificação fornecido pela coordenação da Feira da UFRJ;

Art. 10 - É expressamente proibido ao agricultor fumar, consumir bebidas alcoólicas ou realizar qualquer ato que comprometa a higiene da barraca e arredores;

Art. 11 - O agricultor deverá procurar ser simpático, sensível, cordial e estar disposto a dar as informações aos consumidores, sobre a sua produção e as características dos produtos, promovendo a troca de saberes.

CAPÍTULO V– dos critérios relativos aos produtos a serem comercializados

Art. 12 - A comercialização dos produtos deverá ser feita respeitando os critérios de produção orgânica/agroecológica, conforme estabelecidos na Lei nº 10831/2003 e Decretos nº 6323/2007 e nº 7048/2009 e nas Instruções Normativas específicas do MAPA.

Parágrafo 1º - Alimentos *in natura* (frutas, hortaliças, leguminosas e cereais orgânicos) deverão ser derivados de manejo orgânico/agroecológico.

Parágrafo 2º - Produtos orgânicos processados que contenham ingredientes, incluindo aditivos, que não sejam de origem certificada orgânica, aplicam-se as seguintes regras (de acordo com o art. 115 da IN nº 19/2009):

I - produtos com 95% ou mais de ingredientes orgânicos certificados

deverão ter identificados os ingredientes não orgânicos e poderão utilizar os termos “orgânico” ou “produto orgânico”;

II - em produtos com 70% a 95% de ingredientes orgânicos certificados, os rótulos deverão identificar esses ingredientes orgânicos e apresentar os dizeres “produto com ingredientes orgânicos”;

III - produtos com menos de 70% de ingredientes orgânicos certificados;

não poderão ter nenhuma expressão relativa à qualidade orgânica e não poderão ser comercializados na Feira da UFRJ.

Parágrafo 3º - Alimentos de origem animal ou com ingredientes de origem animal somente poderão ser comercializados se forem detentores de S.I.F, S.I.E e/ou S.I.M.;

Parágrafo único: Todo o alimento orgânico deverá seguir as normas de comercialização de alimentos estabelecidas no país;

Art. 13 - A higiene no processamento dos produtos orgânicos será fator decisivo para o

reconhecimento de sua qualidade. Para efeito de comercialização na Feira da UFRJ, as unidades de processamento devem cumprir, também, as exigências contidas nas legislações específicas vigentes;

Art. 14 - Para o envase/embalagem dos produtos orgânicos deverão ser priorizadas embalagens produzidas com materiais comprovadamente biodegradáveis, recicláveis e/ou reutilizáveis;

Art. 15 - Os rótulos dos alimentos embalados na ausência do consumidor e pronto para a oferta ao consumo deverão respeitar as exigências contidas nas legislações vigentes específicas, tanto do Ministério da Saúde/ANVISA como do MAPA, assim como outros órgãos ou autoridades que regulem sobre o assunto;

Art. 16 – Artesanatos ou outros produtos ou insumos caracterizados como orgânicos poderão ser comercializados desde que sejam confeccionados pelos próprios agricultores ou familiares e que caracterize um trabalho desenvolvido dentro da sua propriedade.

CAPÍTULO VI – da estrutura organizacional

Art. 17 – A Feira da UFRJ terá um (a) coordenador (a) geral e um suplente, representante da UFRJ, com as seguintes atribuições:

Parágrafo 1º – Administrar as atividades rotineiras da feira, preparar as pautas das reuniões, assim como garantir refeição para os agricultores;

Parágrafo 2º – Representar e/ou indicar representante para conceder formalmente informações sobre a Feira da UFRJ a terceiros institucionais internos e externos.

Parágrafo 3º – Buscar interlocução com outras instituições da UFRJ ou extra muros com a finalidade de pactuar parcerias para a promoção e divulgação da Feira da UFRJ, bem como ampliar a possibilidade de olhares sobre o assunto agroecologia;

Parágrafo 4º – Coordenar o recebimento de convites para a participação da feira em eventos;

Parágrafo 5º – Compor o Comitê Gestor que efetivamente gerenciará a Feira da UFRJ.

Parágrafo 6º – Receber e encaminhar para a avaliação do Comitê Gestor propostas de parcerias, patrocínios e apoios a realização da Feira da UFRJ, bem como propostas de pesquisas acadêmicas;

Parágrafo 7º - Propor reuniões extraordinárias;

Parágrafo 8º - Propor ações de divulgação;

Parágrafo 9º - Observar a realização da Feira da UFRJ tendo como base os acordos selados junto com o Comitê Gestor;

Parágrafo 10º - Propor e participar da elaboração e execução de pesquisa de opinião;

Art. 18 - A Feira da UFRJ terá um Comitê Gestor com a seguinte composição:

O Coordenador Geral

1 representante do Restaurante Universitário

1 representante da Agência UFRJ de Inovação

1 representante do Instituto de Nutrição Josué de Castro

1 representante do Projeto Capim Limão

3 representantes dos agricultores

1 representante da Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro – ABIO

1 representante da Empresa Fornecedora de Refeições do Restaurante Universitário

Art. 19 - Cabe ao Comitê Gestor da Feira da UFRJ:

Parágrafo 1º - Auxiliar na organização e supervisão do funcionamento da Feira da UFRJ, organizando e arquivando os romaneios;

Parágrafo 2º - Reunir-se periodicamente para avaliar, discutir e encaminhar assuntos decorrentes do funcionamento da Feira da UFRJ;

Parágrafo 3º - Auxiliar na divulgação da Feira da UFRJ;

Parágrafo 4º - Avaliar as proposições de novos agricultores que pretendam inserção, levando em consideração as necessidades de diversificação da feira;

Parágrafo 5º - Acolher e colaborar para integração dos novos componentes no grupo;

Parágrafo 6º - Avaliar e encaminhar as propostas de alterações de horários, dias e locais para a realização da Feira da UFRJ;

Parágrafo 7º - Promover a fiscalização participativa dos produtos comercializados e seus preços;

Parágrafo 8º - Acompanhar a frequência dos participantes procedendo avaliação sobre sua permanência no grupo;

Parágrafo 9º - Discutir, propor e encaminhar ações que zelem pela manutenção das normas estabelecidas neste Regimento;

Parágrafo 10º Avaliar propostas de patrocínios e/ou apoios, observando a coerência técnica e ética dos objetivos propostos.

CAPÍTULO VII das obrigações das partes

Art. 20 - Cabe à UFRJ fornecer o espaço físico para a realização da Feira da UFRJ e para a acomodação dos expositores, as barracas, estacionamento para os veículos transportadores, água e as refeições – café da manhã e almoço;

Parágrafo único: Será analisada, pelo Comitê Gestor, a concessão de refeição para motoristas e acompanhantes dos agricultores;

Parágrafo 1º – As refeições serão destinadas somente aos agricultores inscritos e aprovados pelo Comitê Gestor;

Parágrafo 2º - As barracas deverão ser padronizadas, ressaltando-se que as mesmas não são de propriedade individual ou de apenas um grupo, e sim do coletivo que compõe a Feira da UFRJ;

Parágrafo único: O quantitativo de barracas para cada entidades poderá ser modificado conforme avaliação do Comitê Gestor.

Art. 21 - Cabe aos agricultores, a produção, o transporte e a oferta de alimentos orgânicos ou outros produtos e insumos caracterizados como orgânicos, o cumprimento do horário de funcionamento estabelecido, o controle social da produção, o cuidado com as barracas e com a apresentação pessoal.

CAPÍTULO VIII – da distribuição das barracas

Art. 22 – As barracas serão destinadas a venda de alimentos (artesanatos ou outros produtos ou insumos caracterizados como orgânicos também poderão ser comercializados desde que sejam confeccionados pelos próprios agricultores ou familiares e que caracterize um trabalho desenvolvido dentro da sua propriedade), à exposição de saberes e novidades coadunadas aos princípios da Feira da UFRJ.

Parágrafo 1º - A Feira da UFRJ será constituída das Barracas dos Sabores (alimentos orgânicos), Barraca de Saberes (para divulgação de informações) e Barraca Canteiro (destinada às novidades);

Parágrafo 2º - A distribuição das barracas será sempre discutida em grupo, conforme a necessidade e levando em consideração o interesse do coletivo;

CAPÍTULO IX – dos produtos e preços

Art. 23 - Os produtos serão da produção exclusiva dos agricultores e/ou grupos e associações, participantes da Feira da UFRJ;

Art. 24 - A comercialização só poderá ser feita pelos próprios agricultores / ou familiares respeitando a legislação vigente quanto a participação de menor;

Art. 25 - A boa apresentação dos produtos, sua identificação e a qualidade dos mesmos será de responsabilidade dos agricultores (as) envolvidos (as) na produção e comercialização, seguindo os acordos selados em conjunto com os participantes da Feira da UFRJ;

Parágrafo único: Evitar que os produtos sejam expostos diretamente no chão, podendo comprometer o aspecto higiênico dos mesmos;

Art. 26 – A ideia do valor justo deve nortear a composição dos preços atendendo tabela proposta pelo grupo que apresenta um preço máximo e mínimo para a comercialização de cada alimento. A variação pode refletir diferenças em tamanho e quantidade de cada alimento;

Parágrafo 1º: A tabela de preços será reavaliada, no mínimo, a cada 6 meses;

Parágrafo 2º: Será realizada, pelo menos 1 vez ao ano, reunião aberta à participação dos consumidores, com vistas a discutir os variados aspectos que envolvem a feira, dentre eles a qualidade dos alimentos e o preço dos mesmos, assim como a apresentação das barracas e o relacionamento com os agricultores.

CAPÍTULO X – dos participantes e critérios para participar

Art. 27 – A Feira da UFRJ tem duas categorias de participantes:

Participante fundador

Participante associado

Art. 28 – são participantes fundadores:

Pela UFRJ:

Restaurante Universitário representando a administração central

Agência UFRJ de Inovação

Projeto Capim Limão

Instituto de Nutrição Josué de Castro

Pelos Agricultores:

Associação dos produtores rurais, artesãos e amigos da micro bacia do FOJO-AFOJO (Guapimirim),

Grupo de Agricultores Agroecológicos de Magé (Magé),

Grupo de Petrópolis,

SerOrgânico (Seropédica)

Univerde (Nova Iguaçu)

Associação das famílias de produtores orgânicos da Serra do Barbosão (Tanguá)

Instituição Representativa:

Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro – ABIO.

Instituição Representativa:

CAPÍTULO XI - direitos e deveres dos participantes

Art. 29 – São deveres dos agricultores participantes da Feira da UFRJ:

Parágrafo 1º - Participar das reuniões de caráter obrigatório e das atividades planejadas pelo Comitê Gestor.

Parágrafo 2º: As faltas deverão ser justificadas. O participante com duas faltas seguidas sem justificativa e/ou cinco faltas gerais no período do mandato, será substituído.

Parágrafo 3º: Manter a organização e higiene das barracas do início ao final da feira;

Parágrafo 4º: Não vender produtos de terceiros que não estejam ligados às associações/entidades aprovadas pelo Comitê Gestor;

Parágrafo 5º: Praticar os preços estabelecidos na tabela aprovada pelo grupo;

Parágrafo 6º : Entregar os romaneios semanalmente.

Art. 30 – São direitos dos agricultores participantes da Feira da UFRJ:

Parágrafo 1º - local para venda dos produtos, uniforme (avental), participação em eventos representando a Feira da UFRJ e em atividades de capacitação promovidas pela universidade.

CAPÍTULO XII – das capacitações

Art. 31 – A capacitação dos agricultores é importante fator para o crescimento qualitativo da feira agroecológica, e acontecerá sempre que se julgar necessário, conforme demanda por temática, sendo promovidas pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro, por outras unidades da UFRJ e por instituições parceiras;

Parágrafo único. A participação nas capacitações deve ser prioridade de todos os agricultores, devendo a mesma ser obrigatória.

CAPÍTULO XIII – das penalidades e exclusões dos participantes

Art. 32 – Serão passíveis de penalidade as ações que estiverem incluídas nos seguintes casos:

Parágrafo 1º - Chegada ou saída da Feira da UFRJ fora do horário, sem aviso prévio à coordenação ou qualquer responsável;

Parágrafo 2º – Ausência em (02) reuniões obrigatórias sem a devida justificativa;

Art. 33 - Nos casos de descumprimento das normas constantes deste Regimento, serão aplicadas pelo Comitê Gestor as seguintes sanções:

I- Advertência - será aplicada advertência, por escrito, sempre que o participante descumprir as determinações deste Regimento;

a) aplicada a advertência prevista no Inciso I, o participante terá o prazo de ??? dias para atender às determinações do Comitê Gestor, sob pena de aplicação das sanções dos Incisos II e III deste artigo.

II- Suspensão – será aplicada quando não houver cumprimento da advertência ou em caso de reincidência. De acordo com a decisão do Comitê Gestor, a suspensão poderá variar em números de participações nas Feiras da UFRJ;

III- Cancelamento da participação, em casos de 2 suspensões.

Parágrafo 1º – A Advertência por escrito constará no cadastro do participante.

Parágrafo 2º - Será imediatamente desligado da Feira da UFRJ todo aquele ou aquela agricultor ou agricultora que vier a comercializar alimentos com uso de agrotóxicos ou que não se enquadrem nos princípios estabelecidos por este regimento interno.

CAPÍTULO XIV – das condições para participação

Art. 34 - Participa da Feira Agroecológica da UFRJ os agricultores organizados que desenvolvem uma prática voltada ao manejo agroecológico num processo de envolvimento familiar;

Art. 35 – Os participantes devem ser certificados como orgânicos/agroecológicos ou cadastrados no MAPA em uma OCS (Organização de Controle Social);

Art. 36 - Os interessados em fazer parte da Feira da UFRJ devem solicitar o seu ingresso ao Comitê Gestor;

Art. 37- Componentes do Comitê Gestor realizará visita a unidade produtiva do agricultor (a) interessado (a), para uma avaliação de conformidade, realizando logo após esta visita um parecer técnico sobre condições produtiva e organizativa do agricultor interessado;

Art. 38 – Após a aprovação DA ASSEMBLÉIA GERAL, será feito o cadastro do novo agricultor.

CAPÍTULO XV– da gestão participativa e sustentabilidade

Art. 39 - Para fins de organização e sustentabilidade da Feira da UFRJ será constituído um fundo de feira composto pela contribuição em numerários dos feirantes no valor de 3% sobre a receita bruta, por dia de feira, ficando 2% para o investimento dos equipamentos (barracas e outros) e 1% para um fundo rotativo conjunto de gestão;

Art. 40 – O fundo da feira será destinado para as atividades formativas, administrativas, culturais e para o acompanhamento técnico aos participantes da feira;

Art. 41 - O fundo será gerido pelo COMITÊ GESTOR que deverá manter o livro de contabilidade atualizado e prestar contas bimestralmente;

Art. 42- A prestação de contas será aprovada por Assembléia Geral;

Art. 43 - Os investimentos a serem realizados serão propostos pelo COMITÊ GESTOR e aprovado em Assembléia Geral.

CAPÍTULO XVI – da Comissão de Ética

Art. 44 - O Conselho de Ética é composto de três sócios (as), dois agricultores, um de cada grupo, sendo um do CCS e outro da Reitoria, e um representante da UFRJ. O processo de escolha será por sorteio em Assembléia Geral, para um mandato de 04 (quatro) meses, não sendo permitida a recondução sem, no mínimo, o intervalo de um mandato;

Art. 45- Compete ao Conselho de Ética:

Parágrafo 1º: Zelar pelo bom funcionamento da feira, verificando o cuidado com a limpeza do local, a aparência das barracas, a uniformização dos agricultores, a entrega e a devolução dos romaneios, a informação do faturamento do dia (em sistema anônimo), o diagnóstico de situações desfavoráveis e a busca de soluções;

Parágrafo 2º: Zelar pelo cumprimento do regimento interno;

Parágrafo 3º: Administrar as opiniões, sugestões e reclamações dos consumidores, sendo responsável pelo retorno àqueles que as apresentaram;

Parágrafo 4º: Informar ao Comitê Gestor sobre questões ocorridas e constatadas para que sejam aplicadas as medidas devidas de acordo com o regimento interno;

Parágrafo 5º: Ser o interlocutor da feira com o consumidor;

Parágrafo 6º: Administrar e solucionar conflitos internos;

Art. 46- A Comissão de Ética terá uma dinâmica de reuniões mensais, com duração

máxima de 40 minutos e 3 pontos de pauta;

Art. 47- A Comissão de Ética terá a palavra final sobre as questões relativas às suas atribuições, considerando sempre a discussão coletiva, a ética e o bom senso;

Art. 48- A Comissão de Ética terá um livro de atas e um e-mail para o contato com o consumidor.

CAPÍTULO XVII - das disposições gerais

Art. 49º - Fica vedada a montagem de barracas ou qualquer forma de comercialização e ocupação do espaço não autorizada pelo COMITÊ GESTOR;

Art. 50º - Os assuntos não previstos neste Regimento serão tratados pelo COMITÊ GESTOR.

ANEXO VII

QUESTIONÁRIO DE FEIRAS DE AGRICULTURA
FAMILIAR DO RIO DE JANEIRO

FEIRAS – QUEM SOMOS?

Agricultores e agricultoras o presente questionário é resultado de um trabalho conjunto entre agricultor, estudante, técnicos, poder público e movimento social. O objetivo é conhecermos mais de pertinho como as nossas feiras estão acontecendo e se organizando. Por isso, *bora lá* preencher?

1 Dados Gerais da Feira

1.1. Nome da Feira: _____

1.2. Data da fundação da Feira: _____

1.3 Local onde ocorre: _____

1.4. Dia(s) da semana que ocorre _____ Horário _____

1.5 Número de barracas: _____ São cedidas, próprias ou alugadas? _____

1.6 As barracas são organizadas por produt@r individual ou por grupos (formais/
informais)? _____

1.7. Quantos quilos de alimentos aproximadamente a Feira comercializa em um dia? _____

1.8 Existe algum apoio do poder público local? _____

1.9 Quem são os apoiadores e/ou patrocinadores da Feira? _____

1.10 A Feira utiliza algum tipo de divulgação (rádio, folder,..)? _____

2 Dados sobre a organização da Feira

2.1 A Feira possui estatuto, regimento ou regulamento? _____

2.2 Existe um coordenad@r ou responsável pela Feira? _____ Essa pessoa recebe remuneração por seu trabalho? _____

2.3 O grupo se reúne para decisões coletivas? _____ Quantas vezes por mês? _____

2.4 Quem pode comercializar na Feira? _____

QUESTÕES A OBSERVAR:	
Além de Barracas há exposição em	(tabuleiro, mesa, outros)
A Feira tem sinalização, logotipo	(Placa, banner)
Existem Equipamentos	(forno, geladeira, fogão, outros)
Características dorótulo	(escrito à mão, dados nutricionais, validade, outros)

2.5. É cobrada taxa semanal ou mensal aos participantes da Feira? _____ Qual a finalidade do valor cobrado? _____

2.6. Como e por que a Feira iniciou? Qual era o objetivo inicial? _____

3. Dados dos Agricultores

- 3.1 Quantas mulheres participam da Feira? _____ E quantos homens? _____
- 3.2. Quantos agricultor@s ainda usam agrotóxicos? _____
- 3.3. Quantos agricultor@s em transição? _____
- 3.4. Quantos agricultor@s agroecológicos e/ ou orgânicos? _____
Quantos são certificados? _____ Qual o tipo de certificação? _____
- 3.5. Os componentes da Feira são organizados coletivamente (associação, cooperativa, assentamento, etc)? _____
- 3.6. Possui DAP Jurídica e/ou nota fiscal? _____
- 3.7. Quantos agricultor@s possuem DAP Física? _____
- 3.8. @s agricultor@s participam individual ou cooperativamente no atendimento a alguma instituição pública ou participa de programas governamentais? _____
- 3.9. Os grupos que compõem a Feira vendem seus produtos para outros mercados?
 PAA PNAE Atravessadores Camelôs Restaurante Comercial
 Outros _____
- 3.10. Tem sido identificada necessidade de algum tipo de capacitação para @s agricultor@s? _____
- 3.11 De acordo com o tipo de posse da terra d@s agricultor@s da Feira preencha a tabela abaixo:

NÚMERO DE AGRICULTORES
PROPRIETÁRIOS
MEEIROS ¹
COMODATO ²
ASSENTAMENTO
ARRENDAMENTO ³

- 1 planta em terra alheia e divide a colheita com o dono.
- 2 empréstimo da terra sem nenhum tipo de cobrança.
- 3 agricultor paga uma quantia para o dono da terra mensalmente.

4 Dados sobre o funcionamento

4.1 @s agricultores usam algum tipo de identificação (crachá, blusa, avental, etc)?_____

4.2 Principais verduras, legumes e frutas comercializados na Feira_____

4.3 Principais alimentos processados comercializados na Feira_____

4.4 Em relação as embalagens: () usa plástico () usa isopor () saco de papel () outros _____

4.5 Quanto aos resíduos gerados pela Feira: () é retirado do local pelo serviço publico () é utilizado em compostagem () é retirado do local por serviço contratado () não se sabe o que ocorre

4.6 Quanto ao dia-a-dia da Feira como acontece quando @ agricult@r:

a) precisa almoçar: () compra marmita () leva marmita () restaurante () sanduiche ou salgado () outros _____

b) precisa fazer xixi: () usa banheiro de botequim ou loja () usa banheiro químico () vai na casa de algum vizinho da Feira () outros_____

c) precisa beber água: () leva de casa () compra () apanha em alguma casa ou comércio próximo

() outro _____

d) teve pouca colheita e pouca variedade: () não comparece a feira () troca produtos com vizinhos () compra de outro agricultor () Outro_____

5 Consumidores

5.1 O que mais os consumidores procuram na Feira? () verduras () legumes () frutas

() ervas medicinais () plantas ornamentais () mudas () alimentos processados

() outros _____

5.2 A maioria dos consumidores frequenta a Feira por:

- () querer alimentos sem venenos
- () morar próximo a Feira
- () querer alimentos frescos
- () outro motivo _____

5.3 Os consumidores solicitam que a Feira aconteça:

- () em outros dias
- () em outros locais. Quais? _____
- () em outro horário
- () outra solicitação _____

OBSERVAÇÕES:

ANEXO VIII

TEXTO DO TEATRO

Projeto de Extensão Ecogastronomia funcional – Restaurante Couve Flor

Instituto de Biofísica-Curso de Gastronomia-COPPE UFRJ

Coordenação – Nádia P. de Carvalho

Dramatização: Alimento Orgânico é caro pra chuchu!

Cenário: rua com uma feira livre agroecológica

Situação: duas domésticas se encontram e vão a feira juntas e conversam sobre o conceito de alimento agroecológico, seus benefícios, seu preço, sua certificação.

Personagens:

1 – **Shirley** – empregada doméstica descendente de nordestinos, falante, cismada com os cariocas, sensual, descolada e direta. Sua patroa é uma jornalista que resolve adotar postura de maior responsabilidade com sua saúde e com o futuro do planeta.

2 – **Isanete** – nascida em um município do interior do RJ, simples, acanhada, tranquila, trabalha como domestica para um casal que se preocupa com a alimentação e que adotou posturas ecologicamente corretas principalmente depois do nascimento de seu bebê. O discurso de Isanete é todo arrumadinho em relação ao alimento orgânico, pois, além de receber informações de seus patrões tem carinho pelas questões da terra já que seus avós e pais sempre cultivaram. Por isso defende com argumentações embasadas as provocações de Shirley.

3 – **Sr. Callado** – agricultor orgânico, consciente de seu papel em relação a saúde do homem e do ambiente, por isso não só comercializa seus produtos mas oferece informações sobre o manejo diferenciado de uma produção orgânica. Também conta “causos”.

4 **D. Juju** – agricultora determinada e conhecedora de saberes tradicionais

(contradição de quem vem do interior e adquire um pensamento urbano e quem mora no RJ e mantém um pensamento rural).

São 9:30h Shyrley (óculos escuros, brincos grandes, calça jeans, celular na mão) vem andando sem sacolas e encontra Isanete (jeans, brincos menores) empurrando um carrinho de bebê.

Shyrley – Oi Isanete. Tá indo aonde com a Rebequinha (faz um carinho no bebê)?

Isanete – Olá Sryley. To indo na feira agroecológica e você?

Shyrley – D.Alice me pediu, pra eu ir numa tal feira orgânica uma que vende alimento sem agrotóxico. Depois do piripaque, se soube né que ela coitada quase bateu as botinas, né! Ela mudou um tanto de coisa na comida.

Isanete – É mesmo! Então vamos juntas.

Shirley - É a mesma feira? Porque tu falou outro nome de feira.

Isanete - É AGROECOLÒGICA. Mas vamos até lá e a gente vai conversando sobre alimentos agroecológicos e alimentos orgânicos. Que bom q vai junto comigo!

Shyrley – Q bom ô caramba! Eu fazia minhas comprinhas aqui pertinho no mercado e agora vou ter q andar não sei quantos quarteirões até essa feira agroescologica.

Isanete –A-g-r-o-e-c-o-l-ó-g-i-c-a que são alimentos plantados sem poluir o ambiente, respeitando a natureza e se preocupando com um preço justo para o feirante e para nós q vamos lá comprar.

Shyrley – Aqui Isanete, deixa eu te falar uma coisa, eu tô na maior paquera com o moreno da padaria aqui do mercado, conhece ele né? Passo mal com aquele moreno (sinal com a mão no coração)

Isanete – Sei que é e daí?

Shyrley – Então eu preciso marcar ponto lá e me fala sinceramente uma coisa: Se eu comprar tudo aqui no mercado falar com a D. Alice que comprei na feira será q ela vai notar alguma diferença? Será?

Isanete – Shyrley, presta atenção em primeiro lugar não me bota nesses teus rolos não. Vamos até a feira e você depois conclui se tem diferença ou não. Pode ser assim?

Shyrley – Tu é caretinha assim mas eu te adoro, bora lá, mas não vai me alugar com esse papo biodesagradável não né?

Isanete - D. Carla me explicou e eu também pesquisei na internet que os alimentos agroecológicos são alimentos limpos pois são produzidos através de um manejo que não coloca venenos na terra.

Shyrley (cortando a amiga) – Ah! Shyrley! Falando nisso deixa eu te contar do manejo envenenado do meu novo namorado, ele é todo orgânico, ele...

Isanete (rindo com a mão na boca da brincadeira da amiga) – Shyrley ! Tô falando de coisa séria menina!

Shyrley – Eu também seríssimo, passo mal (com a mão no coração) Agora , sem brincadeira, tu acredita mesmo nesses orgânicos? Né caô de carioca não? Eu e todo mundo que eu conheço sempre comemos os alimentos comuns, e to aqui vivinha e nunca morri envenenada. Que onda é essa agora?

Isanete (ajeitando a Rebeca no carrinho demonstrando cuidado com a criança) - Quando era criança aqui no interior do Rio eu ouvia meus avós e até meus pais falarem que tudo que era plantado na nossa roça era mais fresquinho.

Shyrley – Caraca Nete, falando em frescura tu já viu o motorista do 502 que passa o dia flanelando aquele carro e nem olha para quem tá passando do lado (e mostra o corpo)?

Isanete – Ah! O Seu Everaldo é muito caprichoso.

Shyrley - Ah! Tu sabe até o nome do cara. Tu com essa carinha de mosca morta tá mais informada que eu.

Isanete – Ele pega a condução comigo garota. Mas vamos voltar a conversa dos venenos. Para produzir mais rápido muito mais alimento eles enchem as plantações de agrotóxicos e isso tem contaminado as terras e tem se tronando um perigo a nossa saúde.

Shirley– Cruz credo Isanete tu tá parecendo a minha ex sogra que ficava me agorando “Shiiirrrley meu filho é o melhor companheiro que você podia ter achado! Todos os outros homens são perigosos, cuidado mulhé, não vai desperdiçar a sorte!” Quando tomei a coragem e larguei dele que eu entendi o que era propaganda enganosa da véia.

Isanete – Exatamente isso, a TV nem sequer fala desses perigos e aí vai fazendo a gente acreditar que tá tudo certo tá tudo bem, com veneno sem veneno é tudo a mesma coisa. E você sabia que até já tá dando câncer na gente por causa dessas químicas colocadas nas hortas?

Shyrley – Vixê, que não gosto nem de falar o nome dessa doença. Mas pra mim é mesmo tudo a mesma coisa. Cenoura é cenoura compridinha alaranjada tudo igual.

Isanete – Mais ou menos. Mas vamos lá na feira que os agricultores vão me ajudar a te contar essa história. Cadê suas bolsas?

Shyrley – Ué não vai me dizer que eles não tem sacolas lá? Que muquiranas que pão durice é essa?

Isanete – Né economia não garota é que nós temos que tb cooperar com atitudes sustentáveis.

Shyrley – Neetee! Falar em sustentar você viu o porteiro novo? O que é aquilo, aquele

olhar de pitbull domesticado, qe bícepes, passo mal (faz um gesto de palpitação do coração) Aquele eu sustentava com comida de quentinha e tudo mais (risos)

Isanete – Não reparei isso tudo não.

Shyrley – É, mas do motorista tu sabe até o nome (e faz um gesto do tipo to de olho em você)!

Isanete- (com um gesto de deixa pra lá) Olha só atitudes sustentáveis! Você sabe o que é: não usar sacolas plásticas, usar copo não descartável, não demorar no banho, na escovação de dentes, na lavação de louças, essas coisas.

Shyrley –Ah! Já saquei reciclar bofe antigo pra ver se vira filé (risos)! Nete, sem brincadeira to entendendo a coisa. Atitudes sustentáveis, bacana, responsa.

Isanete (chegando na barraca) – Bom dia Sr Callado! O que temos hoje?

Callado – Bom dia! Olá Rebeca.

Shyrley – Nete, como o q temos hoje? Não vai me dizer que não tem de tudo nessa feira?

Callado – Bom dia senhoras?

Isanete - Ah Callado essa é a Shirley minha amiga e está vindo pela 1ª vez na feira.

Callado – Então Shirley, benvinda a nossa feira agroecológica. Realmente a gente não tem tudo sempre, a gente planta de acordo com os ciclos da terra e por isso os alimentos tem a sua época, nem tudo dá o ano todo.

Shyrley – Já eu sou igual chuchu (risos)

Isanete (rindo de cabeça baixa) – A Shirley é alegre assim mesmo.

Callado (rindo) - Mas você entendeu a questão da sazonalidade, Shirley

Shirley – Sazo o que? O que? Vocês usam pozinho na comida? Ah cadê o natureba, usando SAZON né seu Callado!

Todos rindo– Isanete – Q pó garota, Sazonalidade é a época do ano que um alimento será melhor cultivado. Sr Callado Quanto tá a dúzia de laranja lima?

Callado – R\$ 3,00 a dúzia

Shyrley - Quanto? Só R\$ 3,00? Mas eu sempre soube que orgânico é mais caro! O quilo no mercado tá muito mais caro e é envenenaadaaa (faz gesto de terror)

Isanete – Descasca uma aí pra ela Sr Callado.

Callado (enquanto descasca) É pra já. Aqui Shirley você tá comprando direto do produtor e então não tem o atravessador que iria comprar de mim e vender pro mercado pra você ir lá e comprar.

Shiyley –Entendi direitinho. Sabe por quê? Comprei uma camisola numa atravessadora sem vergonha. Fui né? A Leia, Nete! Eu tava a fim de uma roupitcha show de bola, sr sabe né seu Callado, a fim de impressionar um Brad Pitche que atravessou o meu caminho.

(Callado dá a laranja para Isanete)

Isanete – Não precisa de tantos detalhes Shirley.

Shyrley – Tá bom. Enfim comprei aquela camisola de tigresa por cento e cinquenta reais em cinco vezes. Um belo dia quando estava eu na Rua da Alfândega vejo pendurada lá, minha camisola que eu tava ainda na segunda prestação por trinta e cinco reais.

Isanete – Isso mesmo a Léa comprou algo que não teve nenhum envolvimento na produção e te revendeu com um lucro sem noção, você não ficou chateada?

Callado entrega a laranja para Shyrley e essa fica segurando sem chupar.

Shirley – Chateada! Eu fiquei foi pppppossessa! Ainda mais que a borogodó do sujeito não correspondeu ao meu investimento. Atravessadora filha da mãe aquela Léa, não paguei mais nada.

Isanete – Vai Shyrley experimente a laranja lima.

Shyrley (experimentando a laranja) – Ai que delícia! Que doçura!

Isanete – Né diferente da do mercado. Dá pra ela uma amostra da seleta. Seria interessante termos uma laranja do mercado para comparar.

Alguém da plateia (talvez um funcionário do Couve flor) Eu tenho umas laranjas seletas vocês querem?

Callado – Ah! Legal! Traz aqui por favor.

Enquanto ele entrega as laranjas

Shiyrley (comenta para a plateia) Q laranja é essa, hem?Passo mal! (sinal de palpitação no coração) Só joga fora o caroço, me delicio.

Isanete (chamando-a) Shyrley! Vem experimentar. Sem você saber se é orgânica ou não, no escuro!

Shyrley que isso Nete, no escurinho é? (risos)

Isanete - Experimenta essa primeiro. Vocês também querem experimentar? (oferece para a plateia).

Shyrley – Chupa e brinca oferecendo para o rapaz que trouxe a fruta.

Isanete – (Tb chupando a laranja) – Pare, feche os olhos, concentre-se no ato de saborear.

Shyrley - Isso tá parecendo filme pornô (risos). Vou concentrar (fecha o olho e com o outro fica piscando para o funcionário)

Callado – Agora experimente essa. (oferece também a plateia)

Isanete – Me diz sinceramente. Notou alguma diferença?

Shyrley – Caraca! Gente! Diferentonas, né pessoal? (perguntando pra plateia) vocês notaram alguma diferença?

TEMPO PARA A PLATEIA SE MANIFESTAR

Shyrley - Essa segunda vem com um “gostinho de quero mais” que a outra não tem! Me lembrei da terra dos meus pais, lá em (algum estado produtor de laranja SP). Vocês sentiram?

Callado – E ainda por cima não leva química pra crescer e nem para matar inseto.

Shirley (chupando a laranja) – Tudo bem pessoal! É gostoso, não é tão caro como dizem, agora sem matar os bichinhos fica difícil. Eu vi na TV que tem muita gente passando fome e que temos que ter mais comida para alimentar essa gente toda que tá nascendo por aí.

Isanete – Caramba Shirley é isso mesmo, só que precisamos alimentar as pessoas e manter o planeta vivo.

Shyrley – Caraca Nete tu agora partiu pro sideral, que viagem! Planetária!

Callado – Né viagem não! Os resíduos dessas químicas têm afetado o solo e as fontes de água contaminado as pessoas e os animais daquele sítio que usa produtos.

Isanete – Quando eu falei planeta to falando da onde a gente mora. O que adianta plantar um montão de tudo, colher rapidamente e daqui a pouco não ter mais lugar pra plantar? A alternativa é plantar agroecologicamente.

Shyrley – O Seu Callado falou que essa feira é agroecológica. O que é isso? É diferente de orgânico? Dona Alice falou pra eu ir na Feira Orgânica.

Callado – É diferente, pois além da gente não utilizar inseticidas e adubos químicos, nós nos preocupamos com o respeito a biodiversidade da região (as variadas plantas), a cultura local, o comércio justo, enfim um respeito mais amplo a todas as questões que envolvem a produção dos alimentos. Limpar uma grande extensão de terra para plantar sem química um só tipo de alimento não é uma atitude agroecológica, entendeu? É preciso variedade.

Shyrley – Não só entendi como gostei. E posso dizer que sou agroecológica, adoro a diversidade, variedade e sou justíssima toma lá da cá (risos)

Isanete – Ah! Shyrley tu é muito engraçada. Mas você entendeu não adianta ter trilhões de quilos de alimento agora a custa desses venenos e não ter terra boa para plantar daqui a pouco, não ter planeta por causa de tanta contaminação.

Callado – E mesmo se continuar assim em daqui a pouco não teremos mais terras cultiváveis e fim.

Shirley – O que? Eu tô correndo o risco do planeta acabar e eu morrer solteira! Vou sair daqui agora e agitar o salvamento dessas hortas, porque amiga, homem com saúde é outra coisa!!!

Isanete – Viu Rebeca. Quem tem fome tem pressa! (risos)

Calado - essa sua amiga (risos).